UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGGOC

IRÉNQUER VISMEG LUCAS CRUZ

O Controle de Autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa

Belo Horizonte

2022

IRÉNQUER VISMEG LUCAS CRUZ

O Controle de autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC), da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão e Organização do Conhecimento.

Área de Concentração: Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientadora: Profª. Drª. Cíntia de Azevedo Lourenço.

Belo Horizonte

2022

C957c Cruz, Irénquer Vismeg Lucas.
O Controle de autoridade e a contribuição da RDA [recurso eletrônico] : um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa / Irénquer Vismeg Lucas Cruz. - 2022.
1 recurso online (222 f. : il., color.) : pdf.
Orientadora: Cíntia de Azevedo Lourenço.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 202-209.
Apêndice: f. 210-222
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader

1. Ciência da informação - Teses. 2. Catalogação - Teses. 3. Catalogação descritiva - Teses. 4. Anglo American Cataloguing Rules – Teses. 5. Resource description & access – Teses. I. Lourenço, Cíntia de Azevedo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.31

Ficha catalográfica. Vanessa Marta de Jesus - CRB/6-2419

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPG-GOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

O controle de autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa

IRENQUER VISMEG LUCAS CRUZ

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2022, por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço (Orientadora)
ECI/UFMG

Prof(a). Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan
ECI/UFMG

Prof(a). Gercina Ângela de Lima
ECI/UFMG

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Cintia de Azevedo Lourenco**, **Professora do Magistério Superior**, em 03/04/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan**, **Professora do Magistério Superior**, em 04/04/2022, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Gercina Angela de Lima**, **Professora do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Cristina Aganette**, **Chefe de departamento**, em 11/04/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1271342** e o código CRC **B2755583**.

Referência: Processo nº 23072.210426/2022-45 SEI nº 1271342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPG-GOC

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA

IRENQUER VISMEG LUCAS CRUZ

Realizou-se, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O controle de autoridade e a contribuição da RDA: um estudo de caso nas bibliotecas da UFMG com enfoque nos registros de nome de pessoa*, apresentada por IRENQUER VISMEG LUCAS CRUZ, número de registro 2019663460, graduada no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Cíntia de Azevedo Lourenço - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan - ECI/UFMG, Prof(a). Gercina Ângela de Lima - ECI/UFMG, Prof(a). Elisângela Cristina Aganette - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:

Documento assinado eletronicamente por **Cintia de Azevedo Lourenco**, **Professora do Magistério Superior**, em 03/04/2022, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan**, **Professora do Magistério Superior**, em 04/04/2022, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Gercina Angela de Lima**, **Professora do Magistério Superior**, em 11/04/2022, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Cristina Aganette**, **Chefe de departamento**, em 11/04/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1271333** e o código CRC **13333282**.

Referência: Processo nº 23072.210426/2022-45 SEI nº 1271333

Dedico este estudo a meu pai, Lucas Neto, que incentivou a mim e a meus irmãos a priorizar os estudos, orientando e favorecendo nossos passos neste sentido. E a minha mãe, Maria Marlene, por ter tornado isso possível, através de seu apoio, dedicação e amor a todos nós, sempre que necessitávamos e onde estivéssemos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão eterna a Deus, “inteligência suprema, causa primária de todas as coisas” e ao Mestre Jesus, “o tipo mais perfeito que Deus ofereceu ao homem, para lhe servir de guia e modelo” (L.E. Q. 1 e 625).

E a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho, registro aqui meu reconhecimento, especialmente:

Ao que se mostrou paciente, amigo e grande incentivador, Amauri Cruz, meu marido e companheiro de jornada. Obrigada por ter acreditado que eu deveria seguir este caminho antes mesmo de minha decisão em começar a trilhá-lo; e por se manter ao meu lado, em todos os momentos.

A minha orientadora que confiou na proposta do meu projeto e nas mudanças necessárias na metodologia do estudo, impostas pelo isolamento social em plena pandemia do COVID-19. Suas orientações foram pontuais e precisas, e seus conselhos, valiosos. Sempre com tranquilidade e bom humor. Obrigada pela confiança em mim!

Às participantes das bancas de Qualificação e de Defesa, professoras doutoras Benildes Maculan, Elis Aganette e Gercina Lima. Obrigada pelas sugestões e avaliações tão essenciais para a realização dos objetivos da minha pesquisa. E a todos os professores do PPG-GOC, com os quais muito aprendi durante as suas aulas.

À secretária do Serviço de Ensino, Gildenara, pelo esmero e atenção todas as vezes que dela precisei; e à Bibliotecária Vanessa, da Biblioteca da ECI, pela presteza na elaboração e envio da ficha catalográfica. Grata pelas orientações e pelos encaminhamentos importantes na conclusão desta dissertação.

Às colegas e amigas da pós-graduação, principalmente, Cleide Vieira, Rosy Oliveira, Belkiz Costa, Leonora Duarte e Aline Almeida, pela ajuda e compartilhamento de conhecimento. Obrigada pelas horas de estudo, e pelos momentos descontraídos.

À Diretora do Sistema de Bibliotecas da UFMG, Kátia Pacheco, pela autorização de uso do Pergamum Teste UFMG, sem a qual não seria possível a realização do experimento de catalogação de nomes dos pesquisadores escolhidos na comunidade acadêmica da UFMG.

Aos colegas de trabalho da Biblioteca de Pós-Graduação do ICEx, Belkiz Costa e Célio Diniz, pela paciência e apoio, em momentos que precisei de me afastar para dedicação exclusiva às aulas e ao projeto de pesquisa. Obrigada pela compreensão!

Ao meu mano, Lucas Donizete, pelas orientações e correções na minha escrita, cada vez que a dúvida me assaltava, a qualquer hora do dia ou da noite. Obrigada pelas respostas rápidas e precisas.

A minha família, especialmente, aos meus queridos filhos Gabriel, Larissa e Pedro, assim como Luiza, Thiago e Isa. Aos meus netinhos amados, João Gabriel e Henrique, pelos ruídos alegres e pela companhia carinhosa que amenizavam qualquer cansaço e um possível desânimo surgidos nos finais de semana de trabalho e muito estudo. Obrigada por existirem!

A minha amiga-irmã, Hilda Roel, pela vibração e preces que sempre minha enviava ao final do dia. Obrigada por estar e ser presente, ainda que longe, fisicamente.

Não poderia deixar de agradecer aos pesquisadores discentes e docentes que constituíram a amostra de minha pesquisa e cujos dados tornaram possível a efetivação do experimento de catalogação de nome pessoal. Obrigada, a cada um, pela extrema dedicação à pesquisa e à produção científica, como pude constatar em seus currículos Lattes.

Por fim, sou extremamente grata a minha grande amiga e “mestra”, Vilma Carvalho, pelo exemplo, pela dedicação e por seu extraordinário compromisso com a catalogação na UFMG. Sem seu apoio o procedimento de catalogação seria demorado e bastante árduo para mim. Obrigada pelos ensinamentos na prática da catalogação, por sua amizade e carinho.

“Nos bastidores, você precisa de guerreiros como nós, soldados como nós, com grandes espadas que os usuários não veem.” Magda El-Sherbini (2011) - Chefe do Departamento de Catalogação da Universidade Estadual de Ohio.

RESUMO

A diversidade de publicações lançadas nas últimas décadas, em novos formatos e em diferentes plataformas de informação, vem exigindo adequações nas normas de catalogação. Os mantenedores do *Anglo-American Cataloging Rules* – second edition (AACR2), um dos códigos mais usados mundialmente, decidiram desenvolver novas regras para atender a essas necessidades. A partir daí, surgiu a RDA - *Resource Description and Access*, baseada nos modelos conceituais de entidade-relacionamento, os Functional Requirements for Bibliographic Records, FRBRs, projetada para o ambiente digital e com um escopo bastante abrangente. Na catalogação, o trabalho de autoridade é uma das tarefas mais importantes em bibliotecas, por ser responsável em reduzir ambiguidades e conflitos dos registros nos catálogos. O AACR2R não fornece regras muito consistentes para a elaboração de registros de autoridade, prevendo apenas entradas autorizadas e remissivas de nomes. Já a RDA apresenta instruções mais abrangentes para a manutenção do catálogo de autoridades, além de evidenciar suas ligações com os registros bibliográficos. A justificativa para esta pesquisa está relacionada à escassez de trabalhos científicos sobre o controle de autoridade e sobre as normas RDA, mais especificamente, pela necessidade em abordar o tema controle de autoridade, com enfoque nas entidades de nome pessoal. A questão de pesquisa elaborada foi saber "quais as contribuições para o controle de autoridade de nome de pessoa, na catalogação de registros de autoridade com o uso da RDA, no quesito consistência e viabilidade de implementação no catálogo do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais – SB/UFMG", e o objetivo principal, "Identificar as contribuições mais significativas da RDA para maior consistência no controle de autoridade de nome de pessoa local." Recorrendo a uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizou-se de um estudo de caso como estratégia de investigação. Elaborou-se a caracterização das regras para registros de autoridade em ACR2R e RDA, baseada na literatura, e realizou-se um experimento de catalogação, constituído da criação e implementação de registros de autoridade de pessoas, com o uso alternado das duas normas, em uma amostra formada por 95 pesquisadores da UFMG. Como resultado, foram identificadas características essenciais da norma RDA para registros de autoridade de nome pessoal e delineadas 12 premissas para uma possível implantação da RDA no SB/UFMG, a partir dos registros de autoridade de nome local. Concluiu-se que a RDA traz grandes contribuições para o Controle de Autoridade, melhorando a consistência dos pontos de acesso e, por conseguinte, do catálogo das bibliotecas universitárias, pois autoriza uma descrição robusta e consistente dos dados, pela possibilidade de inclusão de atributos específicos aos nomes e de ampliação dos relacionamentos entre as entidades. Considerou-se, ainda, que a RDA favorece a navegação e a descoberta de recursos informacionais pelos usuários e amplia a noção de autoridade, ao propor controlar nomes relacionados não só à obra em si, mas também às expressões, manifestações e itens. Além disso, pode tornar o catálogo de autoridade da biblioteca uma fonte de referência biográfica desses nomes.

Palavras-chave: catalogação descritiva; controle de autoridade; autoridade de nome de pessoa; RDA; AACR2; FRBR; FRAD; IFLA LRM; MARC 21.

ABSTRACT

The diversity of publications launched in recent decades, in new formats and on different information platforms, has demanded adjustments in cataloging standards. The maintainers of the Anglo-American Cataloging Rules – second edition (AACR2), one of the most widely used codes worldwide, decided to develop new rules to meet these needs. From there, the RDA - Resource Description and Access emerged, based on the conceptual models of entity-relationship, the Functional Requirements for Bibliographic Records, FRBRs, designed for the digital environment and with a very comprehensive scope. In cataloging, authoritative work is one of the most important tasks in libraries, as it is responsible for reducing ambiguities and conflicts of records in catalogs. AACR2R does not provide very consistent rules for writing authority records, providing only authoritative and cross-name entries. The RDA, on the other hand, presents more comprehensive instructions for maintaining the catalog of authorities, in addition to highlighting its links with bibliographic records. The justification for this research is related to the scarcity of scientific works on authority control and RDA standards, more specifically, the need to address the issue of authority control, with a focus on personal name entities. The research question elaborated was to know: "What are the contributions to the control of the authority of person's name, in the cataloging of authority records with the use of RDA, in terms of consistency and feasibility of implementation in the catalog of the Library System of the Federal University de Minas Gerais – SB/UFMG", and the main objective "Identify the most significant contributions of the RDA to greater consistency in the control authority of local person name." Using a qualitative approach, of an exploratory and descriptive nature, a case study was used as a research strategy. The characterization of the rules for authority records in ACR2R and RDA was elaborated, based on the literature, and a cataloging experiment was carried out, consisting of the creation and implementation of authority records of person, with the alternate use of the two rules, in a sample formed by 95 researchers from UFMG. As a result, essential characteristics of the RDA standard for personal name authority records were identified and 12 premises were outlined for a possible implementation of the RDA in SB/UFMG, based on local name authority records. It was concluded that the RDA brings great contributions to Authority Control, improving the consistency of access points and, therefore, of the catalog of university libraries, as it authorizes a robust and consistent description of data, through the possibility of including specific attributes to names and to expand the relationships between entities. It was also considered that the RDA favors navigation and the discovery of informational resources by users and expands the notion of authority, by proposing to control names related not only to the work itself, but also to expressions, manifestations, including items. In addition, it can make the library's authority catalog a source of biographical reference for these names.

Keywords: descriptive cataloging; authority control. person name authority; RDA; AACR2; FRBR; FRAD; IFLA LRM; MARC 21.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Conceitos-chave da RDA 67

FIGURA 2 – Campos MARC 21 para registro de autoridade de nome NACO 73

FIGURA 3 - Base fundamental para o modelo conceitual FRBR 82

FIGURA 4 - Modelo conceitual para dados de autoridades..... 84

FIGURA 5 - Relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades coletivas e obras..... 95

FIGURA 6 - Relacionamentos de responsabilidade entre agentes e obras, expressões, manifestações e itens 111

FIGURA 7 - Relacionamentos entre agentes 112

FIGURA 8 - Desenvolvimento da Análise de Conteúdo..... 111

FIGURA 9 - Exemplo de Resultado de busca de pesquisadores discentes no RI 130

FIGURA 10 - Busca curricular na Plataforma Lattes por nome de pesquisador 144

FIGURA 11 - Busca curricular na Plataforma Lattes “Cláudia Pires Ferreira” 144

FIGURA 12 - Resultado de busca no VIAF ID no campo “all headings”..... 148

FIGURA 13 - Exemplo de autoridade contendo apelido - Catálogo da BN..... 154

FIGURA 14 - Exemplo de homônimo de “Chico Soares” 155

FIGURA 15 - Forma variante de nome de pessoa com redução de sobrenomes..... 160

FIGURA 16 - Forma variante de nome de pessoa com parte do sobrenome composto..... 162

FIGURA 17 - Forma variante de nome de pessoa com hífen em sobrenome composto 162

FIGURA 18 - Resultado de busca com citações contendo abreviações no nome 176

FIGURA 19 - Visualização do Identificador pessoal da Plataforma Lattes 177

FIGURA 20 - Visualização do Identificador pessoal ORCID ID 178

FIGURA 21 - Visualização do Identificador pessoal VIAF 178

FIGURA 22 - Resultado de busca no VIAF no campo “Personal Name”..... 183

FIGURA 23 - Visualização da informação no catálogo on-line do SB/UFMG 187

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Tipos e definições de pontos de acesso 36
QUADRO 2 - Evolução do Controle de Autoridade – décadas de 1960 a 1990 41
QUADRO 3 - Estrutura do Código AACR2R e da RDA 69
QUADRO 4 - Mudanças de termos do AACR2 para a RDA 72
QUADRO 5 - Campos MARC 21 para serem utilizados nos registros de autoridade 75
QUADRO 6 - Descrição dos formatos MARC 21 78
QUADRO 7 - Atributos de uma pessoa 89
QUADRO 8 - Atributos de uma família 89
QUADRO 9 - Atributos de uma entidade coletiva 90
QUADRO 10 - Atributos de uma obra 90
QUADRO 11 - Atributos de uma expressão 90
QUADRO 12 - Atributos de uma manifestação 91
QUADRO 13 - Atributos de um item 91
QUADRO 14 - Atributos de um nome 91
QUADRO 15 - Atributos de um identificador 92
QUADRO 16 - Atributos de um ponto de acesso controlado 92
QUADRO 17- Atributos de regras 93
QUADRO 18 - Atributos de uma agência 93
QUADRO 19 - Relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades corporativas e obras 96
QUADRO 20 - Relacionamentos entre vários nomes de pessoas, famílias, entidades corporativas e obras 96
QUADRO 21 - Relacionamentos entre pontos de acesso controlados 97
QUADRO 22 - Tarefas do usuário na família FR 103
QUADRO 23 - Entidades do modelo IFLA LRM 103
QUADRO 24 - Hierarquia das entidades IFLA LRM 105
QUADRO 25 - Índice por nome de atributos LRM 107

QUADRO 26 - Relacionamento principal – LRM-R1 109
QUADRO 27 - Relacionamentos básicos – LRM-R2 ao LRM-R4..... 109
QUADRO 28 - Relações de denominação - LRM-R13..... 109
QUADRO 29 - Relacionamento de assunto - LRM-R12..... 110
QUADRO 30 - Relacionamento de lugar e intervalo de tempo - LRM-R34 a LRM-R36 110
QUADRO 31 - Relacionamentos de responsabilidade- LRM-R5 ao LRM-R11..... 111
QUADRO 32 - Etapas do procedimento metodológico..... 123
QUADRO 33 - Experimento de catalogação descritiva AACR2R x RDA..... 125
QUADRO 34 - Indicadores técnico-científicos do Instituto de Ciências Exatas/UFMG 128
QUADRO 35 - Nº de professores por departamento do ICEx 128
QUADRO 36 - Nº de professores selecionados por departamento do ICEx..... 129
QUADRO 37 - Pesquisadores discentes por programa de P.G. do ICEx - 2020..... 130
QUADRO 38 - Totalidade da amostra dos pesquisadores do ICEx..... 131
QUADRO 39 - Codificação concisa dos registros de autoridade dos pesquisadores 139
QUADRO 40 - Categorização dos elementos RDA para a entidade pessoa..... 140
QUADRO 41 - Campos e subcampos MARC 21 para nome de pessoa 141
QUADRO 42 - Registro de autoridade do catálogo da LC 150
QUADRO 43 - Premissas para possível implantação da RDA no catálogo de autoridade do SB/UFMG 192
QUADRO 44 - Objetivos propostos x consecução dos objetivos 197
QUADRO 45 – Etapas da Pesquisa bibliográfica..... 212

‘

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR	-	Anglo-American Cataloging Rules
AACR2	-	Anglo-American Cataloging Rules - Second Edition
AACR2R	-	Anglo-American Cataloging Rules - Second Edition Revised
ABC	-	Associação Brasileira de Ciências
ALA	-	American Library Association
BDTD-UFMG	-	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Minas Gerais
BIBFRAME	-	Bibliographic Framework
BN	-	Biblioteca Nacional (Brasil)
BU	-	Biblioteca Universitária
CBU	-	Controle Bibliográfico Universal
CI	-	Ciência da Informação
CoP	-	Committee of Principals for RDA
DNB	-	Deutsche Nationalbibliothek.
FRAD	-	Functional Requirements for Authority Data
FRANAR	-	Functional Requirements and Numbering of Authority Records
FRAR	-	Functional Requirements for Authority Records
FRBR	-	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD	-	Functional Requirements for Subject Authority Data
GARR	-	Guidelines for Authority Records and References
IBICT	-	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICCP	-	International Conference on Cataloguing Principles
ICEx	-	Instituto de Ciências Exatas
ICP	-	International Cataloguing Principles
IFLA	-	International Federation of Library Associations and Institutions
IFLA LRM	-	IFLA Library Reference Model
IME ICC	-	IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code
ISBD	-	International Standard Bibliographic Description
ISBN	-	International Standard Book Number
ISO	-	International Organization for Standardization
ISSN	-	International Standard Serial Number
JSC	-	Joint Steering Committee for Development of RDA
LC	-	Library of Congress
LOD	-	Linked Open Data
LRM	-	Library Reference Model
MADS	-	Metadata Authority Description Schema
MARC	-	Machine Readable Cataloging
MARC 21	-	Machine Readable Cataloging 21
MODS	-	Metadata Object Description Schema
OCLC	-	Online Computer Library Center
OPAC	-	Online Public Access Catalogues
ORCID	-	Open Researcher and Contributor ID
PCC	-	Program for Cooperative Cataloging
PIC	-	Princípios Internacionais de Catalogação
PUCRS	-	Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul
RDA	-	Resource Description and Access

RI	-	Repositório Institucional
RI-UFMG	-	Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais
RIEC	-	Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação
RSC	-	RDA Steering Committee
SB	-	Sistema de Bibliotecas
SB/UFMG	-	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais
SRI	-	Sistema de Recuperação da Informação
TDI	-	Tratamento Descritivo da Informação
UBC	-	Universal Bibliographic Control
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIMARC	-	Universal Machine-Readable Cataloging
XML	-	eXtensible Markup Language
VIAF	-	Virtual International Authority File
W3C	-	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19

1.1 Problema e Justificativa 21

1.2 Objetivos 25

1.2.1 Objetivo geral 25

1.2.2 Objetivos específicos 25

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 27

2.1 O Controle de Autoridade 30

2.1.1 Princípios e finalidades do Controle de Autoridade 36

2.1.2 A evolução das atividades do controle de autoridade 39

2.2 Histórico dos Códigos de Catalogação e do Controle de Autoridade .. 42

2.2.1 Da Antiguidade à Idade Média 42

2.2.2 Da Invenção da imprensa às regras de Charles Ammi Cutter 43

2.2.3 Os avanços tecnológicos do século XX e a catalogação descritiva 46

2.2.4 A normalização da catalogação no Brasil 52

2.2.5 As Regras e códigos de catalogação vigentes na atualidade 54

2.3 A Estrutura da RDA para os Registros de Autoridade 67

2.3.1 RDA e AACR2R: similaridades e diferenças 67

2.4 Elementos da RDA em Registros de Autoridade de Nome no MARC 21 73

2.5 Pontos de Acesso e Registros de Autoridade de Nome de Pessoa 75

2.6 Formato MARC 21 para Dados de Autoridade 77

2.7 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) 80

2.7.1 As Entidades do FRAD 83

2.7.2 Definição das Entidades 84

2.7.3 Os Atributos das entidades do FRAD 88

2.7.4 Os Relacionamentos das entidades do FRAD 93

2.7.5 As Tarefas do usuário no FRAD 97

2.8 Modelo de Referência da Biblioteca IFLA LRM (FRBR-LRM). 99

2.8.1 As Tarefas do usuário no IFLA LRM 102

2.8.2 As Entidades no modelo LRM 103

2.8.3 Atributos do IFLA LRM 106

2.8.4 Os Relacionamentos no IFLA LRM 108

3 TRABALHOS CORRELATOS 114

4 METODOLOGIA 118

4.1 Caracterização da Pesquisa 118
4.1.1 Análise de Conteúdo 119
4.2 Procedimento metodológico: Experimento de Catalogação 122
5 ANÁLISE DOS DADOS 136
5.1 Análise dos dados colhidos na literatura 136
5.1.1 Pontos de acesso 136
5.1.2 Atributos da entidade pessoa 137
5.1.3 Relacionamentos entre as entidades 137
5.1.4 Novos campos do MARC 21 para dados de autoridade 137
5.2 Análise dos dados do experimento de catalogação 138
5.2.1 A Codificação e a categorização do material para a análise 138
5.2.2 Análise dos registros, por categoria 142
5.3 Análise final dos dados 185
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 189
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 198
7.1 Desafios e limitações da pesquisa 199
7.2 Sugestões para estudos futuros 200
REFERÊNCIAS 202
APÊNDICE 1 - Elaboração e execução da pesquisa bibliográfica 210
APÊNDICE 2 - Codificação dos registros de autoridade dos pesquisadores para a análise de dados do experimento 213

1 INTRODUÇÃO

A ciência da Informação tem como um dos seus principais objetivos o de promover o acesso à informação para os usuários dos Sistemas de Recuperação de Informação (SRIs), de modo eficiente e em tempo hábil. Rodrigues e Crippa (2011) afirmam que, além do acesso rápido e eficaz às informações pelos usuários de seus sistemas, a CI [Ciência da Informação] deve assegurar que estas informações sejam aquelas que tais sujeitos julguem ser relevantes.

Nesse mesmo entendimento, Lancaster (1996) afirma que a principal função de qualquer serviço de informação é servir de interface entre o universo dos recursos de informação existentes e uma determinada população de usuários. Enquanto Souza (2006) assegura que acepções em relação às necessidades de informação apreendem um fenômeno atemporal.

No entanto, não é somente com a Recuperação da Informação (RI) que se ocupam os profissionais da informação, mas também, e primeiramente, com as tarefas de organização, representação e armazenamento dos itens informacionais, conforme afirmam Baeza-Yates e Ribeiro-Neto (2011, p. 1).

Outra questão importante é levantada por Caregnato (2000, p. 48), ao considerar que, nos tempos atuais, “uma característica fundamental do profissional da informação é sua capacidade de aprender e renovar-se”. Portanto, novas e mais aprimoradas habilidades para buscar, selecionar, sintetizar e utilizar estas informações são necessárias. Para as atividades envolvidas no tratamento da informação, especialmente, torna-se necessária a constante busca por inovação em relação a métodos, técnicas e ferramentas utilizadas nas atividades de catalogação, classificação e indexação.

Silveira (2007, p. 21), afirma que “a Biblioteconomia foi a primeira disciplina a se preocupar com o tratamento da informação”. Nesse contexto, Saracevic situa a Biblioteconomia como possuidora de [...] “uma longa e orgulhosa história, remontando a três mil anos, devotada à organização, à preservação e ao uso dos registros gráficos humanos” (SARACEVIC, 1996, p. 48).

Da necessidade de se padronizar a forma de representação da informação contida em recursos bibliográficos, surgiram ao longo do tempo outras necessidades, dentre as quais a de se estabelecer regras de descrição, tanto de forma, quanto de conteúdo dos documentos. Essas regras estabelecidas buscam promover com maior precisão a transmissão da informação, seja no formato analógico, no eletrônico ou digital, sendo que

esses últimos, atualmente, recebem um grande suporte da tecnologia, com o uso de computadores cada vez mais rápidos e sofisticados.

Dentre as mudanças provocadas pelo desenvolvimento tecnológico, pela explosão da produção bibliográfica e pela diversidade dos formatos e suportes da informação, estão aquelas que dizem respeito aos instrumentos usados no tratamento da informação. Normas e padrões passaram por várias revisões, gerando a publicação de novos códigos ou edições novas dos já existentes.

O código de catalogação que por mais tempo prevaleceu em uso, na maior parte do mundo, o *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR), é um código que está em vigor desde 1967, teve sua segunda edição (AACR2) publicada em 1978, passou por mais três revisões até 2002 (AACR2r) que, por sua vez, recebeu sua última atualização em 2005. A partir de então, mesmo considerando a importância e a utilidade desse código na prática da catalogação, o Comitê Gestor do AACR2R decidiu não promover mais nenhuma revisão, tampouco uma nova edição, tamanha era a dificuldade de se implementar mudanças mais consistentes dentro do envoltório de meio século mantido pelo Código Anglo-Americano. Recomendações de especialistas de diversos países do mundo passaram a requisitar estudos que oferecessem prioridade ao conteúdo intelectual sobre o formato físico apresentado pelos itens bibliográficos. Nesse mesmo contexto, começaram a surgir demandas para a implementação de uma técnica de modelagem de dados, com vistas à análise lógica dos princípios e das estruturas em que foi baseado o desenvolvimento do AACR2R.

Portanto, seguindo as recentes tendências tecnológicas, a partir de 2010, surgiram as novas regras de catalogação, criadas pelo RDA Steering Committee com a denominação de *Resource Description and Access* (RDA), cujo objetivo principal seria substituir o até então utilizado Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição revisada (AACR2R).

A norma RDA foi desenvolvida de acordo com um conjunto de objetivos e princípios provenientes da Declaração de Princípios de Catalogação Internacional (2009), e tem sua base nos modelos conceituais de entidade-relacionamento, os quais estabelecem os conceitos das entidades dos registros bibliográficos, dos atributos de cada uma das entidades e dos relacionamentos entre as entidades. Oliver (2011, p. 55) afirma que a RDA possui uma “nova estrutura teórica, mais lógica e explicitada”, graças ao seu alinhamento com esses modelos conceituais, o FRBR e suas extensões: Functional Requirements for Authority Data (FRAD) e o Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).

Sobre os FRBRs, Moreno (2009) chama a atenção sobre a importância de se reconhecer o impacto desse modelo na área de organização e representação da informação. A autora justifica esta afirmativa, dizendo que:

> A partir das ideias oriundas de uma área constantemente desprivilegiada e praticamente invisível, como a representação descritiva, o modelo despertou a comunidade profissional e acadêmica para um tema comum: a organização da informação, ao retomar princípios e proposições consagradas, revestindo-os de uma nova linguagem e ampliando seu objetivo e alcance (MORENO, 2009, p. 54).

A Representação da Informação, mais comumente tratada como Catalogação, incorpora a classificação e a indexação – Representação Temática - assim como a descrição de dados bibliográficos e de autoridade – Representação Descritiva. É justamente na Catalogação Descritiva que se situa o Controle de Autoridade (CA), foco principal desta pesquisa. Definido como o estado de consistência alcançado no arquivo de autoridade, na criação e manutenção dos pontos de acesso, o que garante, por conseguinte, maior coerência também no catálogo da biblioteca. Assim como as atividades de classificação e indexação, a catalogação descritiva teve, ao longo do tempo, melhorias substanciais, inclusive com avanços no processo de Controle de Autoridade. A atualização de normas e padrões, contidas nos instrumentos de catalogação, bem como a formulação de princípios baseados nos modelos conceituais de entidade-relacionamento, trouxeram ao CA a possibilidade de um novo enfoque, além de novas perspectivas de melhorias para o catálogo de autoridades, consequentemente, para o catálogo bibliográfico.

1.1 Problema e Justificativa

Questões relacionadas à ausência de um controle de autoridade eficiente são recorrentes em muitos catálogos de bibliotecas, inclusive em bibliotecas universitárias, as quais possuem um vasto acervo e, consequentemente, um grande e variado número de autoridades a serem descritas. Especificamente em registros de autoridade de nomes de pessoas, a presença de homônimos e de pseudônimos, mudanças de nomes e acréscimos de sobrenomes, leva à criação de registros dúbios e à recuperação de informações equivocada.

Diversos autores, como Leiva-Mederos *et al* (2013), Picco e Ortiz Repiso (2012), afirmam que a necessidade do controle de autoridade é uma realidade conhecida há muito tempo pela comunidade bibliotecária, e que faz parte da história da catalogação, desde os catálogos em fichas e impressos até os catálogos digitais.

Leiva-Mederos *et al* (2013) esclarecem que foi entre as décadas de 1960 a 1990 que ocorreu um desenvolvimento maior do CA no mundo digital, com o surgimento de padrões e procedimentos para a descrição de uma variedade crescente de campos para dados de autoridades. Entretanto, segundo Picco e Ortiz Repiso (2012, p. 146), as ISBDs, as AACRs (2005), normas nacionais de catalogação, assim como o formato MARC "arrastam o peso do ambiente manual em que foram criados e a tecnologia disponível nos anos sessenta." Autores como Tillett (2004a) e Romanetto, Santos e Alves (2017) acrescentam que, embora o conceito de Controle de Autoridade esteja bastante associado à automação dos catálogos, desde a década de 1970, com o surgimento do conceito de Controle Bibliográfico Universal (CBU), que previa a criação de uma rede internacional de controle e intercâmbio de informações bibliográficas, também o Controle de Autoridade passou a ser considerado fundamental. Basta observar que, com a criação do CBU, foi definido que cada país deveria desenvolver uma forma de padronização de autoridades nacionais, além de promover a utilização de padrões específicos da nacionalidade de origem da obra na catalogação de obras estrangeiras.

Assumpção, Santos e Zafalon (2017b) acrescentam que as mais recentes contribuições para o CA advêm dos modelos conceituais – FRBRs - e do código *Resource Description and Access* (RDA). Estes autores afirmam que, neste caso, "os recursos informacionais representados nos catálogos, por exemplo, livros, mapas, [...] estão relacionados a diversas entidades, tais como as pessoas e as entidades coletivas responsáveis por sua criação e os conceitos tratados em seu conteúdo" (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017b, p. 22).

Segundo Salgado e Silva (2013, p. 6), em relação aos registros de autoridade, são previstas, no AACR2R, basicamente, as entradas autorizadas e as remissivas de nomes. Diferentemente, na RDA, verifica-se a presença de novas extensões relativas aos registros de autoridade, como bem exemplifica Ribeiro (2018) sobre a autoridade de nome de pessoa:

> A extensão criada pelo RDA para registro de autoridade de pessoa física, incluindo elementos essenciais e mesmos os elementos opcionais, vão muito além do que se exige apenas para fazer a diferença de pessoas com o mesmo nome ou formular um ponto de acesso autorizado ou ponto de acesso variante (RIBEIRO, 2018, p. 252).

Portanto, a RDA traz novas contribuições para o controle de autoridade, pois apresenta instruções elaboradas sobre a construção de registros de autoridades. Aslanidi, Papadakis e Stefanidakis (2018, p. 354) acrescentam que, "como a RDA é construída de acordo com os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), ela implementa a estrutura deste último em relação às tarefas do usuário, suas entidades e elementos".

Entretanto, Veve (2009) adverte que, embora teorias sobre o FRAD tenham sido bastante discutidas, principalmente por Glenn Patton[1] e por membros do Grupo de Trabalho da FRANAR, nada fora documentado, até então, sobre sua aplicabilidade em arquivos de autoridade reais. A autora complementa que:

> Até a presente data, a literatura da biblioteca está repleta de artigos sobre a teoria e a aplicação do modelo conceitual FRBR, mas pouco foi escrito sobre sua contrapartida para as autoridades: o modelo conceitual de Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) (VEVE, 2009, p. 125).

No Brasil, conquanto ainda em número incipiente, já foram publicados alguns relatos de pesquisas que versam sobre a implantação da RDA em bibliotecas brasileiras, correspondentes a estudos realizados no âmbito de bibliotecas universitárias. Algumas destas pesquisas mostram bons resultados sobre preferências no processo de implantação da RDA iniciando-se pelos registros de autoridade, conforme declara Serra (2020, informação verbal)[2] "...a autoridade é o 'coração' do catálogo e a porta de entrada do RDA". As diretrizes RDA apresentam possibilidades de um registro de autoridade mais consistente e enriquecido, justamente por abranger elementos específicos aos nomes, como profissão, ocupação, idiomas, sexo, associações, datas e locais de nascimento e outros.

Neste contexto, a RDA já vem ocupando seu espaço como um novo código de catalogação, especialmente em bibliotecas universitárias, cujos acervos são extensos, contendo itens bibliográficos em variados formatos, possibilitando atualizações na forma de criação de registros e implementação de dados nos catálogos bibliográficos e de autoridade. No âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFMG, atualmente, a catalogação descritiva utiliza das regras do Código de Catalogação Anglo-Americano que, além de apresentar limitações em relação aos novos formatos de suporte e conteúdo dos recursos bibliográficos, também não inclui regras para um registro de autoridade mais sólido. Especificamente falando sobre autoridades locais, isso implica em perder a oportunidade de utilização de maiores detalhes na descrição de dados facilmente disponíveis para as bibliotecas: como instituições e locais associados aos docentes, técnicos e discentes da Universidade, suas áreas de atuação, bem como nome completo e datas relacionadas a cada um.

Já em processo de implementação em vários países do mundo, em especial em bibliotecas nacionais e universitárias, a RDA vem ocupando seu espaço como um novo

---

[1] A pesquisadora se refere à apresentação realizada por Glenn E. Patton, intitulada "*Uma introdução ao FRAD: preparando-se para RDA e FRBR: O que você precisa saber*", durante o Encontro Anual da ALA, de 2008, representando o Grupo de Trabalho da IFLA sobre Requisitos Funcionais e Numeração de Registros de Autoridade (FRANAR).

[2] Apresentação proferida por Liliana Giusti Serra, na página do Youtube, SophiA - Softwares para gestão de escolas e bibliotecas, intitulada "*Autoridades e o RDA*". Disponível em Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3lMlB_ij23c. Acesso em: 9 jun. 2020.

código de catalogação, voltado para a descrição e o acesso aos recursos informacionais. Baseada numa estrutura teórica projetada para o ambiente digital, evoluindo na descrição de materiais digitais, privilegia as necessidades dos usuários e otimiza o uso do catálogo para servir como fonte de informação e não apenas para refletir o acervo ou a coleção.

A motivação para esta pesquisa está relacionada ao fato de a RDA ser um tema novo na Biblioteconomia, com riqueza de possibilidades de estudo, pois ainda se percebe pouca literatura científica sobre essa norma, a qual ainda se encontra em fase de estudos e de testes na maior parte das instituições onde foram implementadas. Em âmbito nacional, existem poucos relatos de experiências sobre sua implantação em unidades de informação.

Acrescenta-se a isto a escassez de literatura que trata especificamente sobre Controle de Autoridade. Clack (1990, p. xiii, tradução nossa), no prefácio de seu livro "Controle de autoridade", já apontava que "apesar de o corpo da literatura estar crescendo, é escassa e de natureza amplamente teórica. Existem muito poucos guias práticos disponíveis para fornecer orientações a seguir através da base teórica". Assumpção e Santos (2013, p. 123) chamam a atenção sobre o fato de ser perceptível "a falta de estudos nacionais sobre o controle de autoridade na catalogação descritiva, sobre as atividades que visam alcançar tal controle e sobre suas implicações". Os autores consideram, ainda, que:

> A falta de tais estudos aponta uma lacuna na literatura nacional em uma temática que, frente à proposta da Web Semântica e ao papel da Ciência da Informação na construção e análise dos ambientes informacionais digitais, mostra-se de caráter emergencial (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013, p.124).

Assumpção e Santos (2012), em um trabalho apresentado durante o I Encontro Nacional de Catalogadores e o III Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação, ocorridos no Rio de Janeiro, em 2012, ressaltam a importância do controle de autoridade, ao considerarem os objetivos e as funções dos catálogos:

> No contexto dos atuais ambientes informacionais digitais, os estudos sobre o controle de autoridade adquirem cada vez mais importância, pois, nesses ambientes, precisão e desambiguação, atributos possibilitados pelo controle de autoridade, são características essenciais" (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2012, p 12).

A presente pesquisa justifica-se, ainda, pela intenção em abordar o tema Controle de Autoridade, com enfoque nos registros de autoridade de nome de pessoas, englobando os conceitos e as atividades a ele (nome) relacionados. Neste sentido, a RDA traz capítulos específicos sobre o tratamento dos pontos de acesso, dentre eles, aqueles voltados para os registros de autoridade, incluindo os de nome pessoal.

Silva e Soares (2019), com base nos resultados que obtiveram em um estudo de caso sobre a implementação da RDA nos registros de autoridade pessoal no catálogo de autoridades da Universidade Federal de Juiz de Fora, declaram que:

> Os principais benefícios da implementação do RDA nas autoridades que motivaram a iniciativa na UFJF são a possibilidade de uma descrição mais completa nos dados de autoridade, com informações que possam servir para descrever e localizar com precisão as instituições relacionadas aos docentes, suas áreas de atuação e a distinção dos locais de trabalho entre os campi existentes (SILVA; SOARES, 2019, p. 98).

Por fim, a consistência e a completude de uma autoridade local colaboram com qualidade, também, no intercâmbio de dados bibliográficos, o qual pode ocorrer entre bibliotecas e outros serviços e organizações, através de redes de cooperação e de consórcios internacionais.

Pesquisas recentes (AMORIM e PEREIRA, 2017; HUBNER; TEXEIRA; CORREIO, 2017; MANSUR, 2020; SILVA e SOARES, 2019 e TEXEIRA, 2017) mostram o aumento do interesse de bibliotecas universitárias brasileiras na implantação das novas regras da RDA, tanto para os registros bibliográficos, como para os registros de autoridade.

Diante do exposto, pretende-se, nesta pesquisa, buscar respostas para a seguinte questão:

Quais as contribuições para o controle de autoridade de nome de pessoa, na catalogação de registros de autoridade com o uso da RDA, no quesito consistência e viabilidade de implementação no catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG, no que se refere, especialmente, às autoridades locais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as contribuições mais significativas do *Resource Descriptions and Access* (RDA) para maior consistência no controle de autoridade de nome de pessoa local.

1.2.2 Objetivos específicos

1 Apontar as diretrizes gerais e específicas da RDA sobre os registros de atributos na identificação de responsabilidade de pessoas;

2. Comparar as diretrizes da RDA com as do AACR2R, no que se refere ao controle de autoridade de nome de pessoa;

3. Identificar e descrever as contribuições mais significativas da RDA como viabilidade para o controle de autoridade de nome no catálogo do SB/UFMG;

4. Identificar a viabilidade de implementação da RDA no catálogo bibliográfico do SB/ UFMG.

5. Propor premissas relacionadas à implantação da RDA no catálogo do SB/UFMG, a partir dos registros de autoridade de nome pessoal e local.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Importante ressaltar que, neste estudo, para tratar sobre a representação ou descrição da informação, foi eleito o termo *catalogação* por ser este o termo usado mais comumente, sobretudo em bases de dados internacionais, ao longo da história da organização da informação, especialmente entre a comunidade de bibliotecas, no contexto do tratamento da informação. Alguns pesquisadores, como Maimone, Silveira e Tálamo (2011), observam que o termo catalogação, muitas vezes, é tratado se referindo apenas à catalogação descritiva, como declaram, a seguir:

> Mesmo que, em sentido amplo, o termo catalogação envolva todos os procedimentos para a representação de um item em catálogos, bibliografias ou outros produtos provenientes da análise documental, com o tempo, o termo catalogação foi comumente atribuído apenas à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 27- 28).

Outra observação importante é que, com o tempo, outras denominações foram adotadas no contexto das bibliotecas como, por exemplo, os termos representação descritiva e temática. Segundo Ortega (2010, p. 3) "é provável que os termos Representação Descritiva e Representação Temática tenham sido adotados com o objetivo de ampliar o conceito de Catalogação, o qual remete à produção de catálogos de biblioteca." Contudo, a pesquisadora esclarece que teorias e metodologias foram desenvolvidas de forma separada, por pesquisadores de Representação Descritiva e Representação Temática, refletindo em dificuldades conceituais, assim como na articulação entre os dois processos. Para Ortega (2010, p. 3), "a Catalogação, incluindo a Catalogação Descritiva e a Catalogação de Assunto, responde pela construção global do sistema, nesse caso, o catálogo".

Mey e Silveira (2009) definem o termo catalogação como:

> O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 7).

Para Bozzarelli (2004, p. 6), "a catalogação pode ser definida brevemente como a 'técnica' usada para criar e atualizar o catálogo". A autora destaca que, sendo o catálogo dividido em um conjunto de procedimentos destinados a reunir os documentos de uma biblioteca ou acessíveis pela biblioteca, de acordo com as necessidades de informações do

usuário, sua estrutura deve destacar os acessos formais e semânticos relacionados a uma publicação, bem como sua descrição bibliográfica.

Uma nova concepção no contexto da catalogação ocorreu na década de 1990, com o surgimento dos modelos conceituais. Inicialmente, foram elaborados pela IFLA, os Requisitos Funcionais dos Registros Bibliográficos (FRBR), publicados em 1998 (IFLA, 1998). Nos anos seguintes, os colaboradores da IFLA promoveram a elaboração de novos requisitos, o FRAD, que é uma extensão do modelo FRBR, desenvolvido com o objetivo de abarcar os dados de autoridade, implementando a estrutura dos requisitos em relação às tarefas do usuário, suas entidades e elementos.

Embora seja notório o desenvolvimento de novas teorias, inclusive com a presença de mudanças conceituais, e que novas ferramentas advêm destas mudanças, importante ressaltar que teorias já consolidadas permanecem como base essencial para as novas teorias e ferramentas utilizadas no tratamento da informação. Machado e Zafalon (2019), em trabalho apresentado no mais recente Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2019), ocorrido em Florianópolis-SC, analisaram os princípios e fundamentos teóricos da catalogação descritiva que comparecem na proposta da RDA. Nesse trabalho, correlacionam a proposta da RDA aos princípios e fundamentos de Panizzi, Cutter, Lubetzky, Jewett e Ranganathan, teóricos fundadores da catalogação. Os pesquisadores concluem que, mesmo tratando-se de épocas e contextos tecnológicos diferentes, além de algumas regras e instruções não serem as mesmas no padrão RDA, o arcabouço teórico desses estudiosos já trazia conceitos que continuam presentes na catalogação de hoje, portanto, princípios que foram idealizados muito antes do estabelecimento dos modelos conceituais bibliográficos e da RDA. Os autores se referem, principalmente, à “preocupação com o usuário e o esforço para que o catálogo sirva não apenas de canal de comunicação entre os acervos e o público, mas volta-se para o cumprimento do papel de democratização do acesso e uso da informação.” Por fim, ponderam que:

> Certamente o RDA não é o desfecho final de séculos de história da catalogação, e talvez não seja o ápice, o momento mais glorioso da catalogação, mas representa um momento importante, visto que foi discutido nos cinco continentes, entre 2003 e 2007 (MACHADO; ZAFALON, 2019, p. 20).

Para Mey e Silveira (2009), a catalogação compreende três partes: a descrição bibliográfica, os pontos de acesso e os dados de localização.

> A ideia básica se centra na necessidade absoluta de diferenciar as três partes do registro bibliográfico: a) uma parte que o descreve – e permite torná-lo inconfundível; b) uma parte que o localiza em um dado acervo; c)

> uma parte que lhe dá acesso - e o reúne a outros por suas similitudes (MEY, 1995, p. 129).

Para cada uma destas partes, o bibliotecário catalogador deve compreender as diferenças de suas coleções, ou seja, “acervos duráveis de permanência quase imortal requerem um tratamento diferente daqueles de prazo de validade determinado” em todos os processos de tratamento da informação, incluindo a representação e o acesso à informação. Portanto, os bibliotecários catalogadores precisam compreender essas diferenças, e adequar [...] “as representações de modo geral, ao tipo de acervo, além do tipo de público” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 94).

Os pontos de acesso se referem aos elementos da descrição através dos quais os índices são gerados e pelos quais os usuários acessam, no catálogo, as representações de um recurso bibliográfico. Definidos pelos catalogadores, de acordo com normas e regras, os pontos de acesso pedem um rígido controle, evitando o surgimento de ambiguidades ou dúvidas na comunicação da informação. A seu turno, os dados de localização como o próprio nome diz, permitem ao usuário localizar um item em um determinado acervo, real, digital ou virtual. Incluem: número de chamada, indicação da biblioteca ou endereço eletrônico na internet.

Segundo Mey e Silveira (2009, p. 97), “o conjunto de regras de catalogação, que determinam como elaborar a descrição bibliográfica e os pontos de acesso, denomina-se *código de catalogação*” (grifo das autoras). Para Burger (1985), os códigos de catalogação são projetados para “padronizar a descrição bibliográfica e as formas dos cabeçalhos, de maneira que os registros bibliográficos e de autoridade possam ser trocados e usados em ambientes mutuamente confiáveis”.

A hipótese seria que a junção de um código claramente escrito e catalogadores treinados adequadamente garantiriam o mesmo cabeçalho autorizado para determinado ponto de acesso, para todos os catalogadores que o tentarem, mesmo que estes não estabeleçam entre si nenhuma comunicação. Porém, Burger (1985) esclarece que, às vezes, a base de onde são retirados os dados é tão ambígua que essa consistência não acontece. Ainda, segundo o autor, esse fenômeno de inconsistência levou Jesse Shera[3] a emitir duas leis de catalogação: "1. Um catalogador nunca aceitará o trabalho de outro

[3] Jesse Shera (1903–1982) foi uma das principais figuras da biblioteconomia de seu tempo. Durante a década de 1960, Shera escreveu sobre a necessidade de uma filosofia da profissão e da colaboração entre bibliotecários e pesquisadores de outras disciplinas. Ele defendeu a epistemologia social como uma base teórica para a biblioteconomia e para a adoção do computador em uma época em que isso era controverso. Shera acreditava que o lado prático da biblioteconomia estava bastante avançado, com rotinas desenvolvidas ao longo do tempo, por tentativa e erro, que eram adequadas para manter a biblioteca como uma entidade em funcionamento. O que faltava era uma teoria, uma filosofia subjacente, que dissesse aos bibliotecários não o que fazer e como, mas por que fazer (GROSSMAN, 2010).

catalogador. 2. Um catalogador não aceitará seu próprio trabalho seis meses depois de o ter realizado" (BURGER, 1985, p. 22).

Burger (1985) acrescenta exemplos de casos em que orientações adicionais às regras no próprio código podem expressar a preferência de uma regra alternativa em relação a outra, ou até mesmo contradizer as regras entre si. Tudo isto pode dificultar a interpretação e a escolha do catalogador. Portanto, ainda hoje a questão de a busca pela consistência ser difícil, todavia necessária, ainda é um tema debatido no âmbito da biblioteconomia.

Considerando-se a evolução dos códigos, alguns autores enumeram os princípios considerados importantes para o encaminhamento na construção dos códigos de catalogação. Mey e Silveira (2009), assim como vários outros, reforçam a importância da conveniência do usuário, presente nas regras de Cutter e definida como condição prioritária na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, firmados em 2009.

2.1 O Controle de Autoridade

Um dos produtos do processo de tratamento da informação é o catálogo, ferramenta utilizada para a recuperação da informação, cumprindo um dos seus objetivos que é permitir que o usuário encontre um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade.

No catálogo, não se pode considerar apenas os registros bibliográficos, mas também os registros de autoridade, que se referem a descrição dos nomes dos responsáveis pela criação intelectual de uma obra, podendo ser autores, tradutores, organizadores, produtores, ilustradores, entre outros.

Esses dados normalizados pelos códigos são os dados de autoridade relacionados a cada registro de autoridade, podendo ser nomes de pessoa, de família ou de entidades coletivas. Os dados de autoridade são de suma importância, pois podem ser utilizados para relacionar obras, pesquisadores, instituições e eventos científicos. O conjunto de registros ou de apontamentos de autoridade é chamado de arquivo de autoridade. Por sua vez, o controle de autoridade é o estado de coerência dos pontos de acesso que representam as entidades em um catálogo. Essa consistência é possível graças aos processos presentes durante o trabalho de autoridade. Por estarem interligados, o catálogo de autoridade e o catálogo bibliográfico se complementam e dão suporte um ao outro, formando um sistema completo.

Ao acompanhar a evolução do catálogo, percebe-se muitas vezes, a ausência da identificação do autor. Embora na Idade Média alguns catálogos já apresentassem a elaboração de questões autorais, as primeiras regras relacionadas ao Controle de Autoridade surgiram a partir de meados do século XIX, primeiramente nos EUA e na Europa, depois se expandindo para outras partes do mundo, quando alguns teóricos iniciam o estudo e desenvolvimento de regras visando orientar a elaboração de catálogos. A elaboração das 91 regras pelo bibliotecário britânico, Anthony Panizzi, em 1841, foi considerada a primeira iniciativa para a construção de regras da catalogação moderna. De forma lógica, seu objetivo era reunir obras de um mesmo autor e diferenciar um autor de outro com nome semelhante. Para isto, foram utilizadas as fichas chamadas de remissivas *see* (ver).

Logo após, em 1843, foi publicado, nos Estados Unidos, um catálogo elaborado por Charles Jewett, referente ao acervo da Brown University, que também incluía remissivas *see* (*ver*) e *see also* (*ver também*). De acordo com Assumpção, Santos e Zafalon (2017a, p. 90), à época, não havia a identificação de registros de autoridade como hoje se conhece, mas a presença de remissivas nos trabalhos de Panizzi e Jewett já podia ser considerada como um indício do Controle de Autoridade.

Charles A. Cutter, por sua vez, foi o responsável pelo surgimento das primeiras regras para a produção de catálogos, publicadas na obra *Rules for a printed dictionary catalogue,* em 1876, além de ser pioneiro em tratar, claramente, sobre os objetivos e funções do catálogo, sintetizados em: encontrar um documento por autor, título ou assunto; mostrar o que a biblioteca possui sobre um autor ou assunto; ajudar na escolha do material. Cutter estabelece, também, o princípio de conveniência do usuário (CLACK, 1990). Para Assumpção (2012, p. 22), a realização dos objetivos *encontrar* e *dispor* é indicada por Cutter quando estipula remissivas para o nome do autor, do título ou do assunto do livro. Outra contribuição de Cutter para o Controle de Autoridade, conforme Herrero Pascual (1999, p. 122), é a recomendação para que, nos catálogos, fosse escolhido um único cabeçalho como ponto de acesso, utilizando-se de um sistema de referência para formas variantes ou relacionadas.

O primeiro código depois das regras de Cutter, e baseado nelas, somente foi criado em 1930, chamado de o Código da Biblioteca Vaticana, sendo um catálogo dicionário voltado para a organização do acervo da Biblioteca do Vaticano. Marcando sua colaboração em relação aos estudos de uso de cabeçalhos, esse código causou forte influência em muitos outros estudos sobre este tema, em âmbito internacional.

O controle de autoridade é conceituado por autores diversos (ASSUMPÇÃO e SANTOS 2010, ASSUMPÇÃO, SANTOS e ZAFALON, 2017a; AVRAM, 1984; BOZZARELLI, 2004; BURGER, 1985; HERRERO PASCUAL, 1999; IFLA, 2009; NIU, 2013 etc.), através de diferentes concepções, muitas delas se confundindo com o conceito de trabalho de autoridade (MARAIS, 2004). No entanto, a maioria dos autores concorda que o controle de autoridade se refere à consistência dos pontos de acesso utilizados para representar as entidades (ou elementos) em um catálogo. Para Bozzarelli (2004, p. 2), "não é possível entender completamente o conceito de controle de autoridade sem se referir a estrutura e finalidades do catálogo". Marais (2004), acrescenta que o controle de autoridade monitora os pontos de acesso principais e de todas as formas variantes dos pontos de acesso, utilizando-se de sistemas padronizados, atribuindo uniformidade e evitando divergências e duplicações.

O consenso sobre o trabalho de autoridade é que ele representa as ações que possibilitam o controle de autoridade acontecer (Burger, 1985), abrangendo desde o trabalho de pesquisa e o esforço intelectual (incluindo a tomada de decisões), até as tarefas administrativas que levam à criação, atualização e manutenção dos registros de autoridade. Para o autor, "...juntos, esses processos constituem a parte central do sistema de catalogação e são o principal aspecto da atividade que é crucial para a recuperação de itens de um catálogo." (BURGER, 1985, p. 3, tradução nossa).

Rosado e Dias (2020) corroboram sobre a importância do controle de autoridade, ao lembrarem que:

> A desambiguação torna os pontos de acesso únicos e inconfundíveis, impedindo que mais de um deles tenham informações idênticas, mesmo havendo semelhanças entre eles. No caso dos registros de autoridades de nomes de pessoas, quando há autores homônimos (nomes com grafias idênticas), esses podem ser diferenciados com informações complementares do tipo: datas, obras, cargos, entre outras (ROSADO; DIAS, 2020, p.4).

Nesse contexto, o FRAD (*Functional Requirements for Authority Data)* é um dos requisitos funcionais que veio para enriquecer o trabalho de autoridade e, consequentemente, a qualidade do controle de autoridade. Entre as entidades definidas por ele que serão exploradas nesta pesquisa, estão as de responsabilidade pelo conteúdo intelectual ou artístico dos itens bibliográficos e seus respectivos pontos de acesso controlados, em especial a autoridade de nome pessoal. O Ponto de acesso controlado, segundo Mey e Silveira (2009), é designado como: um nome, termo, código, sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade será encontrado. Sua designação, de acordo com a forma, deve ser: preferida (principal; autorizada); ou como formas variantes (remissivas;

secundárias). De acordo com Assumpção e Santos (2010, p. 1), “o FRAD apresenta uma importante contribuição às atividades de controle de autoridade, podendo garantir uma melhora na performance de recuperação da informação.”

Segundo Salgado e Silva (2013), o paradigma dos pontos de acesso foi alterado com a chegada dos modelos conceituais FRBR e FRAD, refletindo na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009), a qual define a conveniência do usuário como condição prioritária.

> As decisões relacionadas com as descrições e formas controladas de nomes para acesso precisam ser tomadas com foco no usuário. Devem ser utilizados os elementos essenciais ao usuário para identificar uma entidade. A padronização dos pontos de acesso é necessária, por possibilitar a consistência e facilitar o compartilhamento dos registros bibliográficos e de autoridade (SALGADO; SILVA, 2013, p. 5).

Bozzarelli (2004, p. 12) afirma que, “embora o conceito de Controle de Autoridade já estivesse implícito nas reflexões teóricas sobre as funções e finalidades do catálogo elaboradas por Panizzi e Cutter”, sua introdução no campo da biblioteconomia é muito recente, sendo que a formulação desse termo aparece, primeiramente, nos Estados Unidos.

Para Herrero Pascual (1999, p.121), “controle de autoridades é o processo de unificar, através da utilização de forma padronizada, os pontos de acesso dos catálogos automatizados e, também, mostrar as relações entre os diferentes pontos de acesso.”

Segundo Avram (1984, p. 331), controle de autoridade “é um processo que visa assegurar a consistência de cabeçalhos em catálogos de bibliotecas”, consistindo nos seguintes elementos:

> 1 - *distinção de nomes,* por meio de formulação intelectual da forma correta do nome, de acordo com regras precedentes e/ou padrão;
> 2 - *apresentação dos relacionamentos*, entre as formas autorizadas e variantes;
> 3 - *documentação das decisões,* tomadas pelo catalogador, e indicadas no registro de autoridade.

Na Declaração dos Princípios de 2009 consta que “...os registros de autoridade devem ser construídos para controlar as formas autorizadas e as formas variantes de nomes, e para identificadores usados como ponto de acesso” (IFLA, 2009, p.4). Portanto, os registros de autoridade referem-se a um conjunto de dados que identifica uma entidade, facilitando o acesso à informação, através dos pontos de acesso autorizados, assim como às suas formas variantes e relacionadas.

Burger (1985) esclarece que os registros (bibliográficos e de autoridade) do catálogo consistem em três partes:

1 - pontos de acesso, para a obra;
2 - descrição bibliográfica, para o item em questão;
3 - localização, para os acervos individuais da biblioteca.

Importante ressaltar que a parte referente aos pontos de acesso é a que trata dos registros de autoridade. Para Avram (1984, p. 331), um registro de autoridade padrão contém:

1 - a forma estabelecida do cabeçalho;
2 - variações da forma estabelecida do cabeçalho;
3 - cabeçalhos relacionados estabelecidos; e
4 - informações que justifiquem a forma selecionada e forneçam identificação adicional, em alguns casos.

As Diretrizes para Registros de Autoridade e Referências (GARE) (IFLA, 2001) contém, em seu escopo definições importantes, dentre elas algumas que já foram utilizadas neste trabalho. Sobre registro de autoridade, o texto do GARE complementa ser ele "um registro em um arquivo de autoridade para o qual o elemento organizador é o cabeçalho autorizado de uma entidade (pessoa, entidade coletiva ou obra/expressão), conforme estabelecido pela agência de catalogação responsável."

Segundo Burger (1985), o termo *trabalho de autoridade* é usado para se referir a "vários processos relacionados à catalogação de materiais de biblioteca". O autor declara que não havia, ainda, nenhuma definição abrangente declarada do escopo e propósito desses vários processos designados. Foi a partir dos vários usos do trabalho de autoridade encontrados na literatura, à época, que ele pôde inferir cinco processos complexos contidos no trabalho de autoridade, que são:

1 - a criação de *registros de autoridade*, usados, por sua vez, para criar registros bibliográficos autorizados;
2 - a coleta de registros em um *arquivo de autoridade*;
3 - a vinculação a um *arquivo bibliográfico*, sendo que juntos, estes formam um *sistema de autoridade*;
4 - a manutenção do arquivo e do sistema de autoridade, para evitar repercussões negativas em termos de funcionalidade e eficiência das informações do catálogo;
5 - a avaliação do *arquivo de autoridade* e do sistema de autoridade.

Para o autor essas operações compõem o núcleo do sistema de catalogação, e são essenciais para a recuperação de itens de um catálogo, se referindo ao trabalho de autoridade como o processo que "permite que o controle de autoridade ocorra" (BURGER, 1985, p. 3).

Bozzarelli (2004) explicita que o arquivo de autoridade é o banco de dados em que os registros de autoridade são coletados. A autora considera-o como um arquivo dinâmico, constantemente atualizado com a introdução de novos cabeçalhos e pela modificação dos já existentes, em prol de formas consideradas mais adequadas após novas informações bibliográficas e várias convenções. Para ela:

> Parece evidente a necessidade de recorrer à construção de uma estrutura referencial de controle de pontos de acesso, (arquivo de autoridade) e observar as regras de catalogação, universalmente aceitas e compartilhadas, que governa a formulação e articulação das informações bibliográficas veiculadas pelo catálogo (BOZARELLI, 2004, p. 5, tradução nossa).

Ainda segundo Bozzarelli (2004), o arquivo de autoridade, constituindo-se de "uma espécie de órgão gestor do catálogo em relação a cabeçalhos e suas relações formais", serve a dois propósitos:

> 1 - fornecer ao bibliotecário, durante a catalogação, um dispositivo de referência fundamental, por meio da criação de uma ficha de autoridade, informando-o sobre itens existentes já no catálogo e sobre os critérios para introdução para criação de um novo registro.
>
> 2 - permitir a consistência e uniformidade dos cabeçalhos, indicando a forma preferida e as formas variantes relacionadas a ela e permite manter a rede de referências sob controle, garantindo uma estrutura referencial consistente para o catálogo (BOZARELLI (2004, p.7-8, tradução nossa).

Outro elemento importante para o Controle de Autoridade são os dados de autoridade*,* que foram definidos por Assumpção (2012) como "a soma de informações sobre uma pessoa, família, entidade coletiva, ou obra, cujo nome seja utilizado como base para um ponto de acesso controlado". Esses dados de autoridade de uma entidade específica, "quando reunidos e registrados, constituem um registo de autoridade" (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 40).

Por fim, essencial também especificar melhor sobre os pontos de acesso que, segundo consta no modelo FRAD, estão presentes tanto em citações bibliográficas, como em registros de catálogos de bibliotecas, ou banco de dados bibliográficos (IFLA, 2009, p. 9). Portanto, pode ser representado por um cabeçalho autorizado (preferido ou principal), ou por cabeçalhos de formas variantes ou relacionadas.

Com o objetivo de possibilitar uma melhor compreensão sobre os tipos de pontos de acesso, Assumpção (2012) elaborou uma ilustração, que foi reproduzida abaixo (Quadro 1):

QUADRO 1 – Tipos e definições de pontos de acesso

Ponto de Acesso	
Ponto de acesso controlado Um ponto de acesso registrado em um registro de autoridade.	**Ponto de acesso não controlado** Um ponto de acesso que não é controlado por um registro de autoridade.
Ponto de acesso autorizado	O ponto de acesso controlado preferido para uma entidade e construído de acordo com regras e padrões.
Forma variante do nome	Uma forma do nome que não a escolhida como o ponto de acesso autorizado para a entidade. Podendo ser utilizada para acessar o registro de autoridade para a entidade ou ser apresentada como um link para o ponto de acesso autorizado.

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em Assumpção, 2012, p. 38.

Os pontos de acesso podem, ainda, ser divididos em conformidade com os tipos de entidades representadas por eles. Portanto, de acordo com os objetivos deste trabalho, serão delimitados somente pontos de acesso controlados que representem entidades do tipo pessoa, principalmente, na criação de registros de nome de pessoa local.

Em síntese, o controle de autoridade é o estado de consistência dos pontos de acesso usados na identificação das entidades em um catálogo ou arquivo bibliográfico, de tal forma que uma entidade seja identificada por somente um ponto de acesso autorizado e que um ponto de acesso autorizado identifique apenas uma entidade. O Controle de Autoridade é alcançado por meio da realização do trabalho de autoridade, que a seu turno consiste em vários processos relacionados à catalogação de materiais na biblioteca. Esses processos incluem atividades relacionadas à criação e manutenção de registros de autoridade, coletados em um arquivo de autoridade - vinculado a um arquivo bibliográfico - e à avaliação do arquivo de autoridade e do sistema de autoridade. O conjunto dessas operações compõe o cerne do sistema de catalogação, o que é essencial para a recuperação de itens de um catálogo.

2.1.1 Princípios e finalidades do Controle de Autoridade

Para uma melhor contextualização deste trabalho, foi necessário incluir, em outras seções, abordagens sobre catálogo e catalogação, em especial referindo-se à estrutura, objetivos e finalidades do catálogo. No entanto, torna-se necessário incluir essas questões, aqui, para melhor entendimento do conceito de controle de autoridade e suas finalidades. Os procedimentos de catalogação englobam os processos descritivos e temáticos, e estão intimamente relacionados à elaboração de catálogos, que, por sua vez, refletem os acervos contidos nos sistemas de informação.

Sobre pontos de acesso e catálogos, Bozzarelli (2004, p. 4) afirma que singularidade

e uniformidade são os dois princípios fundamentais relacionados ao emissor (bibliotecário) e ao receptor (usuário), os quais devem ser respeitados visando cumprir os propósitos do catálogo. A autora explica que isso é feito formulando os pontos de acesso de forma que

> - os registros das obras do mesmo autor, obras anônimas e obras sobre o mesmo assunto é sempre determinado para um mesmo autor, título e assunto. Esse é o princípio da singularidade. Aplicando-se esse princípio evita-se que a mesma entidade seja representada por vários cabeçalhos, ou seja, no catálogo, cada documento deve corresponder a um registro e cada registro deve corresponder a, pelo menos, um ponto de acesso.
>
> - os registros das obras do mesmo autor, obras anônimas e obras sobre o mesmo assunto é anotado com a mesma forma de nome aceita para esse autor, esse título e esse item em particular. Esse é o princípio da uniformidade. O princípio da uniformidade se aplica principalmente a catálogos impressos, já que no catálogo em linha é possível a recuperação direta dos registros de quaisquer formas variantes do nome ou título (BOZZARELLI, 2004, p. 5).

De acordo com Svenonius (2000), as *91 Regras de Panizzi*, de 1841, já tratavam sobre os objetivos do catálogo, embora de maneira indireta, ao abordarem sobre a necessidade de normas que reunissem itens comuns, distinguindo os itens semelhantes. Para Assumpção (2012), a necessidade do controle de autoridade estava presente na obra de Panizzi, pois é o controle de autoridade que permitirá, por exemplo, que os livros de um autor determinado fiquem reunidos, ao mesmo tempo em que autores de nomes similares ou obras com títulos semelhantes sejam distinguidos.

Importante também relembrar as duas funções básicas dos catálogos de bibliotecas, de acordo com os objetivos preconizados por Cutter, cuja influência alcançou os códigos de catalogação e os *Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos*. A primeira função seria a *função de localização*, que permite ao usuário saber quais materiais fazem parte da coleção da biblioteca e onde estão localizados. Para cumprir esta função, o catálogo deve oferecer acesso aos nomes dos autores, títulos e assuntos ali armazenados. Já a f*unção de colocação* permite a exibição das obras de um determinado autor, obras sobre um determinado assunto e a manifestação de várias edições de uma obra em uma coleção.

Portanto, a função de localização satisfaz as necessidades do usuário em busca de um item discreto e simples, enquanto a função de colocação atende a um processo mais complexo, por isso, de acordo com Clack (1990, p. 3), essa função está mais intimamente relacionada ao controle de autoridade. Buizza (2004), também registra a contribuição de Cutter em relação à autoridade:

> Em *Regras para um catálogo di*cionário, para evitar duplicação do trabalho, Charles A. Cutter providenciou uma lista de autores para uso do catalogador, na qual registra as formas preferidas de nome, com uma nota

> das autoridades consultadas e variantes encontradas (BUIZZA, 2004, p. 120-121).

Assumpção e Santos (2012) concordam que o Controle de Autoridade é um elemento importante para os catálogos, por assegurar a realização dos objetivos de *encontrar* e de *dispor* sem a necessidade de que o usuário conheça todos os nomes de uma entidade.

Silveira (2007, p. 43) afirma que os objetivos do catálogo de acordo com Cutter são mais abrangentes que as funções verificadas nos Princípios de Paris, pois:

> Percebe-se que nos Princípios de Paris são abordadas as atividades relativas à Representação Descritiva - autoria e título - enquanto Cutter aborda as atividades referentes à Representação Descritiva e à Temática - autoria, título, assunto e tipo de literatura (SILVEIRA, 2007, p. 43).

Silveira e Tálamo (2009, p. 113) esclarecem que os objetivos propostos por Cutter ainda hoje são aceitos, incluindo sua influência nas tarefas dos usuários (*encontrar*, *identificar*, *selecionar* e *obter* uma entidade) apresentadas nos FRBR (1998), o que levou Moreno (2009, p. 56) a notar que “as tarefas genéricas [dos FRBRs] são fortemente inspiradas nos três objetivos do catálogo, propostos por Cutter”. Dentre eles, dois objetivos englobam a questão do autor: permitir a uma pessoa encontrar um livro do qual o autor seja conhecido; mostrar o que a biblioteca possui de um autor determinado. Silveira e Tálamo (2009) complementam, dizendo que:

> Os FRBR são um modelo conceitual, e abordam tanto a Representação Descritiva quanto a Representação Temática; talvez esse seja o motivo de se aproximarem mais dos objetivos do catálogo proposto por Cutter do que as funções determinadas pelos Princípios de Paris (SILVEIRA; TÁLAMO, 2009, p. 113).

Segundo Svenonius (2000), as tarefas do usuário marcadas pelo FRBR, diferem dos Princípios de Paris de várias formas. A autora considera relevante a generalização realizada pelos requisitos funcionais, abrangendo materiais não livros e instituições além das bibliotecas e discorda de como foram definidas as tarefas do usuário, propondo algumas mudanças que acabaram por influenciar a *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação* (2009), que atualiza os Princípios de Paris.

A seu turno, o PIC também atribui funções ao catálogo, ao propor que este deve informar se a biblioteca possui um determinado livro, quais obras existem de um determinado autor e quais edições de uma obra existem na biblioteca. Incorporando os conceitos dos FRBR, as funções determinadas pelos PIC são mais amplas que as precedentes. Na função de *obter* um registro bibliográfico ou de autoridade, verifica-se a ampliação do conceito de usuário, incluindo “os profissionais que elaboram os registros e as

bibliotecas que buscam minimizar custo e tempo na preparação de registros bibliográficos, compartilhando registros existentes em outros catálogos ou bases de dados" (SILVEIRA, 2007. p. 42-43). A Declaração dos Princípios inclui também, com base na tarefa definida por Svenonius, a tarefa *navegar* (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 27).

Para Assumpção (2012, p. 28), os objetivos *encontrar* e *dispor*, definidos inicialmente por Cutter e repetidos por outros tantos autores, são realmente alcançados por meio do Controle de Autoridade. O autor afirma também que, para estes dois objetivos, assim como para a tarefa *navegar*, o Controle de Autoridade faz-se essencial, pois os dados que resultam das atividades desenvolvidas é que podem tornar "possível parte dessa navegação". De acordo com o pesquisador, os objetivos e funções do catálogo, presentes em trabalhos como os dos autores citados, assim como nos FRBR e nos princípios de catalogação (de 1961 e 2009), representam a história da catalogação e dos catálogos nos últimos 150 anos, assim como concebem, em menor ou maior grau, "a necessidade do Controle de Autoridade como um meio de realizar tais objetivos e funções." Baseado nestas afirmativas, Assumpção conclui:

> O controle de autoridade provê à catalogação a padronização por ela requerida e possibilita a existência de uma ferramenta para a recuperação da informação (o catálogo) em que o usuário consiga navegar e encontrar um único recurso informacional ou todos os recursos associados a uma determinada entidade sem a necessidade de ele conhecer todos os nomes pelos quais tal entidade é conhecida (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 28).

2.1.2 A evolução das atividades do controle de autoridade

Embora a história do Controle de Autoridade será tratada, obviamente, na seção sobre "Histórico dos Códigos de Catalogação e do Controle de Autoridade" pretendeu-se situar, aqui, a evolução mais recente do Controle de Autoridade, trazendo informações mais específicas sobre os registros de autoridade de nomes, com enfoque no nome pessoal.

Bozzarelli (2004) faz a seguinte ponderação sobre a evolução das atividades de controle de autoridade: "

> Embora o controle de autoridade seja uma atividade fundamental para a arquitetura do catálogo, capaz de garantir a qualidade e a recuperação precisa das informações, por um longo período teve um papel marginal no contexto da reflexão teórica sobre o processo de catalogação (BOZZARELLI, 2004, p. 1).

A pesquisadora continua sua reflexão afirmando que o conceito de registro de autoridade, no contexto internacional, teve uma "longa gestação", iniciada na década de 1960, mais precisamente na Conferência internacional sobre Princípios de catalogação. Os Princípios de Paris atenderam ao objetivo do evento no que se refere à construção ou

revisão das regras nacionais de catalogação, cujas diferenças existentes entre os critérios de catalogação usados nos vários países, à época, dificultavam, e até mesmo impossibilitavam o intercâmbio de dados bibliográficos. Para a autora, nos vinte anos seguintes, coexistiam mais de vinte códigos de catalogação e, apesar de já existirem arquivos de autoridade na década de 1970, como os da LC, os Princípios de Paris não lidaram diretamente com procedimentos relacionados ao *trabalho de autoridade,* não constando os termos *arquivo de autoridade* e *controle de autoridade,* de maneira clara. O que é confirmado por Buizza (2004), ao declarar que, mesmo sem falar explicitamente do controle de autoridade, a Conferência de Paris lançou as bases da cooperação internacional em catalogação descritiva. Para tanto, basta observar que, no documento, foi reconhecido o papel fundamental do cabeçalho uniforme, já que certo cuidado específico de controle de pontos de acesso ficou implícito nos procedimentos, o que, para ele, pode estar relacionado ao arquivo de autoridade.

De acordo com Bozzarelli (2004, p. 117), após o que ela chamou de uma gestação longa, ocorrida em poucas décadas, "não apenas aconteceu o nascimento do controle de autoridade, mas também ocorreu sua mutação genética."

> O arquivo de autoridade - quando presente - se transformou gradualmente de um instrumento passivo e externo ao catálogo em um órgão ativo de gestão, guardião dos cabeçalhos autorizados e da rede sindética e relacional de formas variantes e de referências. O controle de autoridade [...] conquistou o centro das atenções da biblioteca, evoluindo do processo de criação de cabeçalhos uniformes ao processo de identificação das várias manifestações de um nome (controle de ponto de acesso) (BOZZARELLI, 2004, p. 117 – tradução nossa).

Tomando como base um artigo de Buizza[4] (2004), que contém um esboço conciso da evolução do CA em um período de 40 anos, considerou-se interessante citar as três fases identificadas por ele, a saber: a fase inicial (década de 1960), o desenvolvimento (anos 1970 a 1980) e o que ele denomina "uma mudança de direção" (anos 1990). O seu trabalho se refere, principalmente, a autores pessoais, com concessões para entidades corporativas e títulos. O autor leva em consideração, principalmente, os vários aspectos das inovações tecnológicas que influenciaram o catálogo e as atividades no ambiente das bibliotecas.

Em síntese, Buizza (2004) enumera os fatores no desenvolvimento do controle de autoridade, a partir de 1960 (ver Quadro 2). Para ela, a evolução do CA progrediu "do princípio de cabeçalho uniforme para a definição de entradas e registros de autoridade", e da responsabilidade de agências bibliográficas nacionais para que "a forma dos nomes de

[4]Afiliado à Biblioteca Queriniana, Brescia [Itália] (BUIZZA, 2004, p. 117).

seus próprios autores seja compartilhada internacionalmente como um conceito de cabeçalho autorizado equivalente", fazendo surgir muitos projetos e novas aplicações ativas nessa área, sobretudo gerenciadas de forma cooperativa e em nível Internacional (Buizza, 2004).

QUADRO 2 - Evolução do Controle de Autoridade – décadas de 1960 a 1990

	Década de 1960	**De 1970 a 1980**	**Década de 1990**
	Fase inicial	Desenvolvimento	Mudança de direção
Desenvolvimento dos catálogos	o catálogo de fichas	automação local	Catálogo de Acesso Púbico On-line
Serviços prestados por bibliotecas	serviço individual a usuários locais	Redes de sistema	World Wide Web Consortium
Acordos internacionais sobre catalogação	Princípios de Paris	Programa Controle Bibliográfico Universal	Relatório sobre Elementos de Dados Obrigatórios para Registros de Autoridade de Recursos Compartilhados Internacionalmente[5]

Elaborado pelas autoras, adaptado de Buizza (2004, p. 117)

Nos catálogos em fichas e outros anteriores ao OPAC, o registo de autoridade existia, na maioria dos casos, de forma implícita, evidenciando-se apenas pelo cabeçalho utilizado. Clack (1990) complementa, dizendo que a ligação na rede de referências pode ser óbvia (como em um catálogo manual) ou pode ser transparente (como em um catálogo on-line). Os catálogos em linha exigem uma formulação explícita de registos de autoridade ligados às entradas do catálogo, contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

- o ponto de acesso normalizado;
- todas as formas remissivas "*ver*";
- os relacionamentos (ou remissiva "*ver também*") com os registos de autoridade aos quais está ligado;
- as fontes utilizadas para estabelecer o ponto de acesso;
- uma lista de formas anteriores e de outros usos de forma normalizada.

> O registo de autoridade assim constituído está ligado, nos sistemas integrados, a todos os registos bibliográficos aos quais diz respeito, sendo a partir do ficheiro de autoridade que se desenrola o processo de pesquisa e a apresentação dos respectivos resultados sempre que o utilizador interroga a base de dados (CAMPOS, 2003, p. 4).

Ou seja, é de grande importância para o catalogador e para o usuário final o conteúdo do registo de autoridade, por este refletir o trabalho de pesquisa empenhado a um

[5] Esse relatório é produto do Grupo de Trabalho IFLA UBCIM sobre Registros de Autoridade de Nível Mínimo (*Minimum Level Authority Records* -MLAR) e o Número Padrão Internacional para Dados de Autoridade (*International Standard Authority Data Number* – ISADN, Grupo formado com o objetivo de identificar obstáculos à troca de dados de autoridade (BUIZZA, 2004, p. 117).

autor, título ou assunto. Inclui-se, neste contexto, as razões para escolha de uma forma variante, e não outras, assim como a opção por uma fonte (ou fontes) de informação.

2.2 Histórico dos Códigos de Catalogação e do Controle de Autoridade

A história dos códigos de catalogação começa com iniciativas particulares, restringindo-se a bibliotecas específicas, chegando-se, mais tarde, aos códigos nacionais, e posteriormente, até aqueles que hoje são considerados como padrão para normas internacionais de catalogação. A partir do momento em que a automação chegou às bibliotecas e o serviço de intercâmbio de registros foi impulsionado, a exigência de padrões se tornou mais importante ainda. No entendimento de Mey e Silveira (2009, p. 97), "a automação nos permite idealizar o dia em que um livro seja catalogado apenas uma única vez e essa catalogação seja usada por todas as bibliotecas, em todo o mundo". Passando da "ampla liberdade individual" na decisão de quais normas utilizar, às regras "universalmente convencionadas", trarão inumeráveis benefícios, nos afiançam Mey e Silveira (2009, p. 210). As autoras reconhecem que "os princípios que nos guiam há milênios, foram sistematizados por Cutter e confirmados e atualizados pela Declaração de Princípios de 2009", sendo a automação considerada como um elemento essencial, por comprovar a importância e o caráter intelectual da catalogação.

2.2.1 Da Antiguidade à Idade Média

Historicamente, as primeiras notícias que se tem a respeito de relações ou listas de obras de uma coleção apareceu na Biblioteca de Assurbanipal, na Assíria, datando entre 668-626 a.C. Outra manifestação digna de registro ocorreu entre 260-240 a.C., onde Calímaco[6] realizou, na Biblioteca de Alexandria, a primeira iniciativa para a organização de um catálogo metódico (BARBOSA, 1978), já com a presença de dados bibliográficos dos autores. Embora a organização dos volumes fosse feita de acordo com grandes assuntos, também era possível identificar os autores, "através de pequenas etiquetas coladas no dorso do rolo de papiro e sobressaindo da prateleira, contendo a identificação da obra e do título do livro" (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 61).

A organização bibliográfica tornou-se "mais específica e individualizada" somente no século II, quando Galeno elaborou "uma relação de seus trabalhos, para que estes não

[6] Considerado o primeiro bibliotecário da história, Calímaco compilou o Pinakes, catálogo considerado um dos primeiros instrumentos de representação da informação [...] que ocupava sozinho 120 rolos de papiro, organizado em ordem alfabética de autores dentro de dez classes de assuntos predominantes à época (SANTOS, 2007, p. 58).

fossem confundidos com os de outros autores", segundo apontam Mey e Silveira (2009, p. 146).

Na Idade Média, mais especificamente a partir do século VI, inicia-se, e perdura por longo tempo, o trabalho dos monges copistas. Essas atividades dos copistas nos mosteiros foram iniciadas com São Bento, no Mosteiro de Monte Cassino e, como únicos copistas e preservadores de livros, à época, os monges realizavam verdadeiros inventários das coleções, cujos resultados eram considerados como catálogos. Santos (2007) cita, como exemplo, o catálogo do Convento de Saint Martin, em Dover (1389), o qual era organizado em três seções, e onde já se previa uma pequena diversidade de pontos de acesso, além da organização referente à localização física dos códices.

2.2.2 Da Invenção da imprensa às regras de Charles Ammi Cutter

A partir da invenção da imprensa por Gutenberg, em meados do século XV, os catálogos tornaram-se uma chave importante para consultas e pesquisas, deixando de ser apenas índices bibliográficos ou listas. A nova tecnologia trazida por Gutenberg resultou na disseminação de impressões tipográficas e em novas maneiras de se organizar bibliografias e acervos, ocorrendo, também, um grande avanço em relação à catalogação (ORTEGA, 2010). Como melhorias decorrentes das bibliografias universais comerciais, destacam-se "o catálogo de Amplonius Ratnik, em Berka, entre 1410 e 1412, e a bibliografia compilada por Johann Tritheim, também na Alemanha, com arranjo cronológico, incluindo em apêndice, pela primeira vez, um índice alfabético de autor" (SANTOS, 2007, p. 59; MEY; SILVEIRA, 2009, p. 66).

Entretanto, a função dos catálogos era limitada à função patrimonial, isto é, os catálogos representavam inventários de registros das unidades físicas que compunham acervos específicos. O surgimento de uma nova abordagem ocorreu somente no século XVII, caracterizada por incluir novos elementos no catálogo como: índices por autor e por assunto e uma maior preocupação com a descrição de conteúdo e de formatos, o que resultou em uma nova função: a de localização, que representava um meio de recuperação da informação.

Spedalieri (2006, p. 52) complementa que "a edição de 1620 do catálogo da Biblioteca Bodleian de Oxford é considerado o primeiro catálogo geral de uma biblioteca que funciona principalmente como uma lista de localização." A partir do sec. XVIII, "o catálogo passou a ser desenvolvido para servir como um instrumento de busca. O contexto é o do

desenvolvimento da pesquisa científica e das atividades de estudo que levaram ao crescimento de bibliotecas na Europa" (ORTEGA, 2010, p. 4).

Todavia, o século XIX é que foi considerado a época do início da biblioteconomia, quando ocorreram maiores avanços também em relação às regras de catalogação, incluindo as relacionadas ao Controle de Autoridade. Segundo Barbosa (1978), trata-se do início da catalogação normalizada, com o aparecimento de diversos códigos nacionais. Na segunda metade do século, sérias discussões efervesciam entre teóricos da catalogação, resultando em uma sistematização de regras.

> Na Inglaterra, por volta de 1836, um movimento na biblioteca do British Museum, em Londres, conhecido historicamente como "batalha das regras", promovido pela discussão sobre a normalização da catalogação e dos catálogos entre bibliotecários e usuários, levou uma comissão nomeada pelo Parlamento Britânico (*House of Commons*) a abrir um inquérito para resolver questões sobre a instituição. O brilhante depoimento de Anthony Panizzi (1787-1879), refugiado político italiano que trabalhava como bibliotecário no Museu, convenceu o Parlamento a aprovar, em 1841, seu código intitulado *91 Regras* (SANTOS, 2007, p. 60).

Portanto, em 1839, o bibliotecário Anthony Panizzi, elaborou junto com colaboradores seu código de catalogação, cuja aprovação ocorreu em 1841, com o título *Rules for the Compilation of the Catalog: Catalogue of printed books in British Museum*. Atento em encontrar formas de organizar informações de uma maneira lógica, mantinha firme os objetivos de reunir obras de um mesmo autor com suas diferentes edições e traduções, e de diferenciar um autor de outro com nome semelhante, com utilização de remissivas *see* (Ver). *As 91 regras de catalogação* de Panizzi influenciaram todos os outros códigos subsequentes, como os de Jewett, Cutter e outros (Santos; ORTEGA, 2013).

Uma série de discussões ocorreu entre bibliotecários ingleses, entretanto suas regras foram aceitas e influenciaram várias outras regras seguintes, tanto na biblioteconomia inglesa, quanto na norte-americana (MEY; SILVEIRA, 2009). Importante ressaltar que a valorização da folha-de-rosto é considerada uma das propriedades das regras de Panizzi até hoje resguardada. A última edição de sua obra ocorreu em 1936. Sobre o Controle de Autoridade nas regras de Panizzi, Assumpção (2012) recorda que:

> Em Panizzi, a necessidade do controle de autoridade mostra-se presente, pois é o controle de autoridade que permitirá, por exemplo, que os livros que foram escritos por um determinado autor sejam reunidos e que os autores de nomes semelhantes ou obras com títulos similares sejam diferenciadas (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 21).

Contemporâneo de Panizzi, o americano Charles Jewett, foi o responsável pela elaboração de um catálogo para o acervo da Brown University, nos Estados Unidos.

Publicado em 1843, esse catálogo também incluía remissivas *see* “(ver) e *see also* (ver também). Segundo Assumpção, Santos e Zafalon (2017a):

> As remissivas de nome para nome utilizadas por Panizzi, junto das remissivas utilizadas por Jewett, podem ser consideradas um dos primeiros meios de se alcançar o que hoje se entende por controle de autoridade, ainda que não seja identificada naquela época a presença de registros de autoridade (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017a, p. 90)

Em seguida às primeiras edições das regras de Panizzi, Charles C. Jewett, em 1850, teve seu código aceito para o catálogo da Smithsonian Institution[7] dos Estados Unidos da América, contendo 33 regras, sendo um dos primeiros a se basear nas regras britânicas de Panizzi. Em suas modificações, destaca-se a ênfase dada às obras escritas sob pseudônimo, questões relativas à autoria coletiva, cabeçalhos de responsabilidade e obras anônimas (Mey e Silveira, 2009). Outra contribuição importante de Jewett foi a elaboração de um catálogo coletivo das bibliotecas americanas, o qual foi impresso por estereotipia, mas excepcionalmente não foi totalmente implantado.

Ainda em 1850, na Alemanha, surgia o Código de Munique, o qual não saiu da forma manuscrita. Entretanto, foi a partir dele que, em 1886, Carl Dziatzko criou suas instruções para a Universidade de Breslau, que vieram a servir de base ao código alemão (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 71), chamado de Instruções Prussianas[8].

Em 1876, foram publicadas as regras intituladas *Rules for a printed dictionary catalog*, por Charles Ami Cutter, sendo “a figura mais brilhante do século XIX”, de acordo com Barbosa (1978, p. 28). O código de Cutter continha 369 regras, o que se tornou razão de inúmeras críticas, pois a quantidade demasiada de detalhes foi considerada desnecessária. Todavia, Cutter foi o primeiro dos teóricos da catalogação a elaborar os objetivos do catálogo, sendo a “sua proposta aceita até hoje, com algumas variações e poucos acréscimos” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 12). Segundo Tillett (2004a), em suas *Regras para um catálogo dicionário impresso*, Cutter afirmou que controlar as formas dos nomes era um dos “meios” para atingir os objetivos.

Herrero Pascual (1999, p. 122), também destaca a recomendação de Cutter quanto a escolha de um único cabeçalho como ponto de acesso nos catálogos, utilizando-se de um

[7] é uma instituição educacional e de pesquisa associada a um complexo de museus, fundada e administrada pelo governo dos Estados Unidos. Foi fundado para a promoção e disseminação de conhecimento pelo cientista britânico James Smithson (1765-1829). Em testamento [...] [foi] doado ao governo dos Estados Unidos para a criação de um "estabelecimento para a expansão e difusão de conhecimento entre os homens".
Plataforma *on-line,* disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Smithsonian_Institution. Acesso em: 07 out. 2020.

[8] O Reino da Prússia foi um reino alemão (1701 a 1918) [que foi] a partir de 1871, o principal Estado-membro do Império Alemão, compreendendo quase dois terços da área do império. Seu nome originou-se do território do Ducado da Prússia. A Prússia, como unidade política, foi efetivamente abolida em 1932, durante o regime nazista, e oficialmente em 1947.Plataforma on-line, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Pr%C3%BAssia. Acesso em: 07 out. 2020.

sistema de referência para formas variantes ou relacionadas, enquanto Assumpção (2012, p. 22), por sua parte, relaciona os modernos objetivos *encontrar* e *dispor* às remissivas para o nome do autor, do título ou do assunto do livro, estruturadas por Cutter. A última edição, mais especificamente a 4ª ed., do *Catálogo Dicionário de Cutter* ocorreu em 1904. Ainda sobre os objetivos elaborados por Cutter, Tillett (2004a) acrescenta:

> A estrutura sindética dos catálogos na América do Norte deve suas origens a Charles Ammi Cutter [...] [pois ao] "mostrar o que a biblioteca tem de um determinado autor, sobre um determinado assunto, em um determinado tipo de literatura (isso é chamado de objetivo de colocação) [...] ele enfatizou a importância da estrutura sindética das referências cruzadas em um catálogo para levar o usuário até o formulário autorizado, usado para dispor as obras de um autor (TILLETT, 2004a, p. 24-25, tradução nossa).

Ainda no final do século XIX, surgiam as *Instruktionen für die Alphabetischen Kataloge der Preussischen Bibliotheken* (Instruções para os Catálogos Alfabéticos das Bibliotecas Prussianas), mais conhecidas como *Instruções Prussianas*, as quais se basearam nas instruções compiladas por Carl Dziatzko, conforme dito acima. Inicialmente reconhecido como o *Código da Real Bi*blioteca, adotou oficialmente, em 1899, o nome de *Instruções Prussia*nas. Segundo Barbosa (1978), suas regras foram elaboradas por homens de formação científica e filosófica e exerceram grande influência em outros países de língua alemã como: a Alemanha - seu país de origem - Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega, sendo suas instruções adotadas integralmente por todos eles (MEY; SILVEIRA, 2009).

2.2.3 Os avanços tecnológicos do século XX e a catalogação descritiva

A segunda edição das *Instruções Prus*sianas data de 1908, ao mesmo tempo em que era publicado, pela primeira vez, o *Código da* ALA. Em 1936, as *Instruçõ*es Prussianas foram usadas para a compilação de dois catálogos: o *Catálogo Coletivo Prus*siano e o *Catálogo Coletivo da Ale*manha, imprimindo-lhes o caráter de um código internacional. Em 1967, as Instruções passaram por revisões, originando, então, o *Regeln für die alfhabetiche katologisieru*ng (RAK) (Regras para Catalogação Alfabética), adotado tanto pela Deutsche bibliographie, quanto pelo *Catálogo coletivo alemão* e pelos catálogos automatizados das bibliotecas.

Em 1922, para atender às bibliotecas italianas, editaram-se as *Regras para Compila*ção *do catálogo alfabético*, em italiano *Regole per la compilazione del catalogo alfabetico*, regras que serviram de base, juntamente com as do *Código da* ALA (1908), para a elaboração das *Norme per il catalogo degli stampat*i - na edição brasileira, *normas para*

catalogação de impressos, em 1931 (MEY e SILVEIRA, 2009). Mais conhecido como *Código da Vaticana*, pois foi elaborado para a reorganização da Biblioteca Apostólica do Vaticano, "congrega práticas americanas e europeias" (SANTOS, 2007). Com ampla aceitação, foi traduzido para vários idiomas, incluindo o português e o espanhol; o que justifica a sua adoção na América Latina. No Brasil, foram publicadas duas edições e ensinado nas escolas de biblioteconomia, conforme informam Mey e Silveira (2009, p. 74).

Ainda de acordo com Mey e Silveira (2009, p. 73), "na virada do século, havia códigos nacionais de catalogação na Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Itália, Suíça, Vaticano e países escandinavos". Segundo as autoras, a perspectiva dos códigos mudou, a partir de 1901, quando a Biblioteca do Congresso promoveu a impressão e fornecimento de fichas impressas, nas quais poderiam ser acrescentados os cabeçalhos, que também eram indicados pela LC, o que provocou uma emissão de fichas (rigorosamente Idênticas) em escala mundial.

Neste contexto, a Associação de Bibliotecas Americanas (ALA) começou a estudar as regras da LC, através de uma comissão nomeada, passando a trabalhar em colaboração com a Library Association (LA), da Inglaterra. Desta colaboração surgiu a primeira edição do código da ALA, no ano de 1908, intitulado *Condensed rules for author and title catal*ogue (*Regras condensadas para catálogo de autor e títulos*) (MEY; Silveira, 2009). Em sua elaboração, o *Código da AL*A utilizou-se das regras de Panizzi, Cutter, Jewett e LC, o que contribuiu para que fosse amplamente aceito, sendo o código mais usado, *à época, na América do Norte, assim como foi, na Europa, a 2ª edição das Instruções* Prussianas (1908). Importante registrar que havia duas versões de *Código da ALA* publicadas em 1908: a estadunidense, publicada pela American Library Association e intitulada *Catalog rules: author and title entries* (1ª edição do Código da ALA); e a britânica, publicada pela Library Association, intitulada *Cataloguing rules: author and title entries*.

As principais críticas recebidas pela primeira edição do *Código da AL*A foram relacionadas ao excesso de detalhes, principalmente na parte descritiva. Após analisarem as necessidades de atualizações, publicou-se a 2ª edição preliminar, em 1941, em duas partes: *Entradas e cabeçalhos* e *Descrição do livro*. Segundo Barbosa, (1978), novas críticas surgiram, sendo uma delas a crítica feita pelo bibliotecário Andrew Osborn, em seu artigo *The crisis of cataloguing*, que se relacionava à abdicação de princípios considerados fundamentais para as regras e o distanciamento do objetivo principal da catalogação, que seria o de atender às necessidades dos usuários, através do uso dos catálogos. A 2ª edição definitiva foi publicada em 1949, conforme descreve Santos (2007):

> O volume 1, conhecido como *red book*, tem como título *Cataloging rules for author and titles entrie*s e o volume 2, conhecido como green book, intitula-

> se *Rules for a descriptive cataloging in the LC*, código bastante criticado, por se apontar para a necessidade de um acordo em termos internacionais para a adoção de normas (SANTOS, 2007, p. 61).

De acordo com Burger (1985), as regras da ALA, de 1908, embora não fazendo menção a registros de autoridade, sugerem que as "referências cruzadas" devem ser usadas; enquanto as regras do *Catálogo ALA* de 1941 forneceram orientações sobre o uso e construção de cartões de autoridade para cabeçalhos que representassem nomes pessoais e corporativos e títulos uniformes.

Estudos para a reformulação no conteúdo do volume 1 foram realizadas pela LC, que via o assunto como de interesse nacional, diante da importância que já havia alcançado o trabalho realizado em sua Central de Catalogação. Para a reformulação do volume 2, foi designado Seymour Lubetzky (1898-2003), "considerado o maior teórico da catalogação" (SANTOS, 2007), o qual, "apoiado nos aportes teóricos de Panizzi, de Jewett e de Cutter" estudou com afinco cada regra do Código de maneira "criativa e racional", trazendo para a catalogação "um modelo perene para revisão de regras, esclarecendo o que se entende por teoria da catalogação" (SANTOS; ORTEGA, 2013, p. 97).

A avaliação de Lubetzky mostrou que as regras do *Código da ALA* eram "redundantes, duplicadas, desprovidas de princípios, direcionadas ao mesmo tipo de obra, que tentam prever casos não efetivados etc.", o que equivale a dizer que, na falta de princípios norteadores, algumas regras são inúteis, já que provocam contradições entre si" (SANTOS; ORTEGA, 2013, p. 100).

Em 1953, o relatório de Lubetzky foi publicado sob o título *Cataloguing rules and principles*, sendo considerado como uma das principais contribuições à catalogação (SALGADO, 2015) e a base para a catalogação moderna (SANTOS, 2007). À época, a ALA firmou um acordo com a LA da Inglaterra, que também estava determinada a rever a 2ª edição de 1949 do *Código da A*LA, com o objetivo de manter um intercâmbio em relação a decisões, regras, projetos e atas das reuniões. Também a Canadian Library Association (CLA) participou ativamente no trabalho de reelaboração do código. Após a publicação do seu relatório, Lubetzky assumiu a função de editor do código revisado e, em 1960, publicou uma lista de sugestões de mudanças (Barbosa, 1978).

Os princípios básicos elaborados e defendidos por Lubetzky serviram de alicerce para discussão com seus colegas internacionais da IFLA, o que promoveu a realização, em 1961, da International Conference on Cataloguing Principles. Neste evento, onde foram delineados os chamados *Princípios de Paris* (STATEMENT..., 1961), um acordo foi feito com o objetivo de rever as várias regras de catalogação.

> As contribuições de Lubetzky foram reconhecidas e debatidas durante a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, realizada em Paris (1961), especialmente nos pressupostos teóricos que simplificavam os objetivos propostos por Cutter e que salientavam a distinção livro-obra como aspecto fundamental em Catalogação (SANTOS; ORTEGA, 2013, p.103).

Além das iniciativas da Biblioteca do Congresso Americano e da ALA que já alcançavam vários países, coexistiam ainda três tradições diferentes de códigos em níveis nacionais, sendo elas: a tradição alemã, as regras espanholas e as regras italianas.

Esses princípios proporcionaram a compatibilização de diversos códigos de catalogação em diversos países, aumentando o compartilhamento de dados (SALGADO, 2015, p. 29). Vários delegados, entre eles Lubetzky e Ranganathan, apresentaram trabalhos e propostas que significaram uma contribuição de grande valor para as discussões de todos os presentes. “Dos itens discutidos na Conferência, o de maior importância e talvez o mais discutido foi o relativo às entidades coletivas” (RIBEIRO, 2001, p. 16).

Barbosa (1978) menciona a Conferência de Paris, de 1961, como sendo a precursora da normalização das entradas (como eram chamados os pontos de acesso, à época) e dos cabeçalhos das obras existentes e passíveis de serem catalogadas. Bozzarelli (2004), reflete que “a elaboração do conceito de registro de autoridade no contexto internacional teve uma gestação longa”, tendo como ponto de partida a Conferência de Paris, a qual marcou o início de uma colaboração internacional em nível normativo e teórico, trazendo alguns princípios comuns que foram reconhecidos como muito importantes para o intercâmbio de dados bibliográficos e de autoridade. Ainda, segundo a autora, esses princípios:

> [...] delinearam a estrutura e as principais funções do catálogo e o caminho para garanti-los, limitados à escolha e forma dos cabeçalhos como elementos-chave para acessar as informações armazenadas no catálogo (seção 7: escolha do formulário para cabeçalhos uniformes a nível geral; seção 8: escolha da forma do nome; seção 12: palavra de ordem para nomes pessoais) (BOZZARELLI 2004, p. 23 – Tradução nossa).

Mey e Silveira (2009) acrescentam que, de fato, o que se consolidou rapidamente foi a decisão sobre cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes, por ter sido “baseada no bom senso e no respeito às características de cada língua ou país”. As autoras esclarecem:

> Determinou-se que o nome da pessoa responsável pela obra, ou assunto da obra, teria o cabeçalho de acordo com o uso da língua do país desta pessoa. Quanto aos títulos uniformes, isto é, títulos pelos quais se reúnem as várias expressões e manifestações de uma obra em um catálogo, dever-se-ia utilizar seu título original, em quase todos os casos (MEY e SILVEIRA, 2009, p.78).

Assim, foi proposta a aplicação dos princípios de catalogação relativos à padronização de nomes pessoais, buscando-se reunir países de um mesmo grupo linguístico.

Barbosa (1978) afirma que o surgimento das *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR), em 1968, representou “o compromisso entre as novas ideias de catalogação, em resposta a problemas que ocorriam em grandes bibliotecas que dispunham de catálogos muito extensos”. O novo código foi publicado, primeiramente, em 1967, resultado de um trabalho conjunto entre as associações de bibliotecas americanas, inglesas e canadenses. No entanto, muitas divergências surgiram impedindo um acordo absoluto quanto à aplicação das regras, o que resultou na elaboração de dois códigos em língua inglesa, publicados um nos Estados Unidos e o outro, na Inglaterra.

Considerado o código mais alinhado às resoluções da Conferência de Paris, o AACR foi adotado e difundido em várias partes do mundo (BARBOSA, 1978). As regras da ALA de 1949 e as *Regras de Catalogação Anglo-Am*ericanas, primeira edição (AACR1), seguiram o mesmo padrão das regras da ALA de 1908, "nas quais as referências cruzadas foram prescritas, mas sem qualquer sugestão para manter um registro das referências usadas” (BURGER, 1985).

Na sequência de debates sobre a padronização na catalogação e compartilhamento de dados, aconteceu, em 1969, o Encontro Internacional de Especialistas de Catalogação (RIEC), da IFLA, onde foi proposta a concepção de um padrão internacional de descrição bibliográfica, *International Standard Bibliographic Description* – ISBD.

Oliver (2011) reforça que os princípios definidos na Conferência de Paris representam o primeiro passo num processo de normalização, acrescentando que “embora distante do ambiente atual de redes em linha, já havia uma visão segundo a qual a normalização era um passo essencial como a meta do controle bibliográfico universal”. Por meio século, esses princípios nortearam o trabalho de catalogadores do mundo inteiro, enquanto avançavam os processos de automação das bibliotecas e dos catálogos, além de novas tecnologias presentes nas formas de recuperação da informação pelos usuários.

Diante desta realidade, a IFLA considerou a importância da elaboração de um conjunto de novos princípios internacionais de catalogação. Entre 2003 e 2007, foram realizadas reuniões de especialistas, organizadas pela IFLA, para as quais foram convocados catalogadores de todos os continentes para discutir e produzir uma versão atualizada dos princípios internacionais de catalogação, com o objetivo de estudar a possibilidade da elaboração de um código Internacional de catalogação (OLIVER, 2011). O resultado desses encontros culminou, em 2009, no lançamento da Declaração dos

Princípios Internacionais de Catalogação, ou Princípios de Internacionais de Catalogação (PIC), especialmente voltados à aplicação em catálogos on-line das bibliotecas, sem nenhum prejuízo a outros tipos de catálogos ainda em uso. O escopo dos Princípios de Paris foi ampliado em relação aos tipos de materiais bibliográficos, suas formas de apresentação, assim como para a sua descrição bibliográfica, além de apontar a sua diversificação em relação ao seu âmbito de aplicação.

Os princípios enunciados na Declaração de 2009 aplicam-se a registos bibliográficos e de autoridade e a catálogos correntes de bibliotecas. Também podem ser aplicados a bibliografias e outros ficheiros (arquivos) de dados criados por bibliotecas, arquivos, museus e outras comunidades. Os PICs pretendem promover uma abordagem consistente à catalogação descritiva e de assunto de recursos bibliográficos de todos os tipos (IFLA, 2009, p. 2).

Os nove princípios que orientam a construção de códigos de catalogação, segundo os Princípios Internacionais de Catalogação são: conveniência do usuário, uso comum, representação, exatidão, suficiência e necessidade, significância, economia, consistência e normalização e integração. O mais determinante, porém, é a conveniência do usuário.

Para Oliver (2011, p. 12), “essa declaração mostra a conexão das iniciativas internacionais no terreno dos dados catalográficos e bibliográficos”, baseando-se nas “grandes tradições catalográficas mundiais e, também, no modelo conceitual presente nos requisitos funcionais para registros bibliográficos FRBR”, pois “um código de catalogação deve ter em conta as entidades, atributos e relações tal como definido nos modelos conceituais do universo bibliográfico”, que são os FRBR, FRAD e FRSAD (IFLA. 2009 p. 2).

Em 2014 e 2015, a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) sofreu revisões e atualizações, que foram aprovadas em 2016, contemplando questões relacionadas às novas categorias de usuários, ao acesso aberto, à interoperabilidade dos dados, ferramentas de descobertas, assim como às mudanças no comportamento dos usuários.

De acordo com Salgado e Silva (2013), com a chegada dos modelos conceituais do FRBR (1998) e do FRAD (2009), o paradigma dos pontos de acesso foi alterado, cuja padronização manteve o foco no usuário. Isto veio refletir na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, que a seu tempo, define, como questão prioritária, a conveniência do usuário, considerando-se que os elementos essenciais protagonizados pelos FRBRs para a identificação de uma entidade possibilita maior consistência e facilita o compartilhamento dos registros bibliográficos e de autoridade.

Assim como os Princípios de Paris influenciaram o desenvolvimento do AACR, os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC), de 2009, foram redigidos e desenvolvidos no mesmo período em que foram elaboradas as regras de catalogação RDA. Chris Oliver (2011, p. 12) afirma que "o Joint Steering Committee monitorou criteriosamente o desenvolvimento dos PICs e manteve a RDA em harmonia com esses princípios".

2.2.4 A normalização da catalogação no Brasil

Conforme visto anteriormente, o início da catalogação normalizada, com o surgimento de diversos códigos nacionais, em várias partes do mundo, ocorreu ainda no século XIX (BARBOSA, 1978). No Brasil, movimentos para a criação de um código nacional, ocorreu no início do século XX, conforme relata Mey e Silveira (2009): "entre 1934 em 1963, muitos foram os trabalhos que preconizaram a criação de um código brasileiro, ou de um código para países de língua portuguesa". As autoras citam: Duarte Ribeiro (1934); Associação Paulista de Bibliotecários (1941); Departamento Administrativo do Serviço Público DASP (1943); Maria Luísa Monteiro da Cunha (1946 e 1963); I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (1954); Felisbela Carvalho (1961) e; Mário Costa (1963).

O pesquisador Silva (2007) esclarece que a primeira iniciativa no sentido de um código nacional, representada pelo trabalho de Jorge Duarte Ribeiro, recebeu o título de "Regras bibliográficas: ensaios de consolidação", e tinha como proposta estabelecer normas de entradas de nomes pessoais. O autor acrescenta que:

> Nesta época, a Capital de São Paulo se consignou como pioneira no ensino da Catalogação, baseado no Código da ALA. Uma adoção influenciada por Dorothy Muriel Gedder, professora norte-americana, docente do curso elementar de Biblioteconomia no Instituto Mackenzie. [...]O primeiro curso regular será instalado somente em 1936, sob a coordenação de Rubens Borba de Moraes e Adelpha Silva R. de Figueiredo, interessados em implantar uma nova biblioteconomia, e divulgar os benefícios de um acervo organizado a serviço da coletividade (SILVA, 2007, p. 2-3).

Mey e Silveira (2009, p. 75) ressaltam a obra *Catalogação simplificada*, escrita em 1970, em português, por Cordélia R. Cavalcanti, a qual recebeu "considerável influência e aceitação" e que, "por certo tempo, assumiu o lugar de um código brasileiro em muitas bibliotecas, algumas de vasto acervo". Também citam as normas para cabeçalhos de nomes com padronização de nomes brasileiros e portugueses, publicadas como apêndices nas duas edições brasileiras do *Código Anglo-americano*. Estas normas foram elaboradas pela bibliotecária Maria Luísa Campos e estão presentes também na AACR2R (CORRÊA, 2008, p. 24).

Sobre as tentativas de um código nacional, nenhuma delas prosperou no Brasil, enquanto Portugal elaborou suas próprias regras chamadas de *Regras portuguesas de catalogação*, em 1984. Em relação às regras estrangeiras adotadas nas instituições brasileiras, além do *Código da ALA*, o *Código da Vaticana* teve duas edições publicadas no Brasil. Segundo Mey e Silveira (2009, p. 74), esse código exerceu grande influência na biblioteconomia brasileira, a partir de 1940, com a adoção de sua edição em espanhol e, mais tarde, já contando com edições em português, com o título *Normas para catalogação de impressos*: a primeira edição de 1949 e a segunda, de 1962. As autoras complementam que "ensinava-se a vaticana no curso de biblioteconomia da BN", sendo adotada por inúmeras bibliotecas até os anos 1980, esclarecendo que "paralelamente, o ensino de biblioteconomia em São Paulo, iniciado no colégio, hoje Universidade Mackenzie, em 1929, e de nítida influência norte-americana optou por ensinar o *Código da ALA*".

No Brasil, alguns fatos se tornaram importantes para a catalogação, a partir de meados do século XX, motivados pelo desejo e necessidade de serviços cooperativos entre as bibliotecas do país. Iniciando-se em 1942, com a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) – Serviço de Catalogação Cooperativa, no Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), no Rio de janeiro. O SIC produzia fichas catalográficas, à exemplo da LC, que eram destinadas à venda em todo o Brasil. Seu sistema cooperativo chegou a englobar 200 bibliotecas, apesar dos problemas de comunicação e transporte existentes naquela época (MEY; SILVEIRA, 2009).

Para as atividades de catalogação, Lydia Sambaquy, chefe da Biblioteca do DASP, adotou como regras o Código da Vaticana, traduzido para o português pelas próprias funcionárias do DASP. Entretanto, divergências ocorreram nos anos seguintes, com Rubens Borba de Moraes[9], que preferira adotar o *Código de catalogação* da American Library Association, em São Paulo. Em 1946, a Biblioteca Nacional também adota, como uma nova forma de catalogação, "um dos métodos de catalogação considerado como um dos mais revolucionários da época, de acordo com o modelo da ALA, o *Catálogo dicionário*" (MEY; SILVEIRA, 2009). Silva (2007) destaca um trabalho importante, realizado nesta mesma década, de Maria Luísa Monteiro da Cunha, denominado *Normas brasileiras: um problema na catalogação*, resultado da conclusão de sua pós-graduação na Universidade de Columbia, EUA:

[9] Bibliotecário, bibliógrafo, bibliófilo, historiador e pesquisador brasileiro, um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. [...] Em 1935 era diretor da a Biblioteca Municipal de São Paulo, hoje Biblioteca Mário de Andrade. Funda o curso de biblioteconomia da prefeitura de São Paulo (1936) [...] incorporado pela Escola de Sociologia e Política. Ajudou a organizar a nova sede da Biblioteca Municipal de São Paulo e depois dirigiu a Biblioteca Nacional, em ambas encontrando oposição, política numa, burocrática na outra. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Rubens_Borba_de_Moraes#Biografia. Acesso em 15 out. 2020.

> Neste trabalho, a autora ressalta que o problema brasileiro na descrição bibliográfica resulta de três aspectos: a) inexistência de um código nacional de catalogação; b) tratamento inadequado de assuntos nos códigos existentes; c) imprecisão e contradições das fontes bibliográficas e ausência de bibliografias correntes ao assunto (SILVA, 2007, p. 3).

Outro fato marcante para a biblioteconomia do Brasil, ocorreu em 1954, com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual IBICT, quando também aconteceu a transferência do SIC para o IBBD, cuja contribuição para a catalogação foi de grande expressão, “ocupando um espaço não mais preenchido por nenhuma instituição isoladamente,” e representando “um celeiro de uma geração de profissionais competentes e destacados, impulsionadores da biblioteconomia brasileira”, segundo Mey e Silveira (2009, p. 76).

2.2.5 As Regras e códigos de catalogação vigentes na atualidade

Quando se fala sobre as regras e normas de formatos usados na catalogação, importante considerar a origem da uniformização de processos de descrição de itens bibliográficos, as chamadas ISBDs (International Standard Bibliographic Description). Responsáveis pela padronização de descrição bibliográfica, onde todos possam trabalhar de uma forma mais homogênea, tornando possível a permuta de informações bibliográficas, as ISBDs estabelecem: quais são *os elementos a serem extraídos de um recurso bibliográfico*, visando sua descrição e; *qual a forma de apresentação desses elementos* em um registro bibliográfico ou de *autoridades*. Apresentam uma estrutura normalizada, através da individualização de cada elemento extraído, organizada em áreas de descrição, contendo um sistema de pontuação e obedecendo a uma ordem de apresentação. Entretanto, a ISBD não tratou do controle de autoridade, se limitando apenas à descrição bibliográfica, por isso não será foco desta pesquisa.

a) Anglo-American Cataloging Rules – AACR

O *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2R) é um código de catalogação desenvolvido pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), na década de 60, e encontra-se em vigor, ainda hoje, em várias bibliotecas do mundo. A primeira edição do AACR, em 1967, surgiu a partir do *Cataloguing rules author and title entries,* da ALA. Lubetzky, em seu relatório sobre a análise minuciosa da 2ª edição (1949) do *Código da A*LA, já anunciava a necessidade do surgimento de um novo código (RIBEIRO, 20018, p. 17).

Durante a Conferência de Paris, composta por representantes de 53 países e de 12 organizações, foram definidos vários princípios de catalogação, com a finalidade de se buscar uma padronização em âmbito internacional dos códigos de catalogação, que pudesse, além de atender ao controle bibliográfico almejado, também permitir o intercâmbio mundial de dados.

Embora reconhecendo que se basearam nos Princípios de Paris, que, por sua vez, recebeu enorme influência da racionalização feita por Seymour Lubertzky das regras do código da ALA, os editores do AACR afirmam que "o caráter das regras para entradas e cabeçalhos é acentuadamente diverso do das regras de 1908 e 1949 por causa da diferença básica na maneira de considerar o problema geral da catalogação" (VICENTINI, 1970, p. 85), pois estes códigos enfatizavam regras específicas para os vários tipos de publicações e classes de pessoas e entidades coletivas. Isto gerava problemas sempre que a obra, ou a pessoa ou a entidade não era claramente de um tipo previsto pelas regras. Casos esses, para os quais eram feitas analogias, mas que, muitas vezes, provocavam aumento em interpretações marginais, ou de decisões diferentes de acordo com cada biblioteca, gerando inconsistências e diminuindo a eficiência do catálogo como instrumento de pesquisa.[10]

Na introdução do novo código, foram enumeradas as principais diferenças entre os códigos anteriores e as suas regras:

> [...] primeiramente, no fato que elas se baseiam num conjunto de princípios que foram seguidos da maneira mais consistente possível, levando em conta a necessidade de atingir um acordo comum e, em determinados casos, de atender às exigências econômicas.
> Em segundo lugar, a escolha da entrada e a construção do cabeçalho foram tratados como problemas separados, exceto quando abrangiam subcabeçalhos.
> Em terceiro lugar, a escolha da entrada foi tratada como problema de determinação da responsabilidade da autoria. Por isso, as regras gerais de entrada foram ajustadas à análise dos vários esquemas em que a responsabilidade pode ser distribuída entre pessoas, entidades coletivas e, entre pessoas e entidades coletivas, nas publicações a serem catalogadas.
> Finalmente a construção do cabeçalho foi tratada como um problema de nome [...] reduzido aos seus próprios subproblemas (CÓDIGO.., 1969, p. 5-6).

Consideraram-se como subproblemas do nome duas considerações: primeiro, a escolha e a forma particular de um nome; segundo, "a conformação pela qual o nome deve ser apresentado como entrada do catálogo". Considerações como morfologia, língua e uso, assim como uma dependência do nome com outros nomes, e pontos de relação do nome com outros cabeçalhos do catálogo, são as regras que determinam essa conformação.

[10] "Regras para os tipos de publicações e classe de pessoas e entidades coletivas foram normalmente incluídas quando tais tipos envolvem problemas especiais de responsabilidade autoral, que exigem cabeçalhos especiais e que não puderam ser satisfatoriamente tratados nas regras gerais" (CÓDIGO..., 1969, p. 6)

Conforme esclarecido por Mey e Silveira (2009, p. 78), o tema dos cabeçalhos para nome de entidades coletivas foi bastante discutido durante a conferência dos Princípios de Paris, se estendendo por muito tempo. Questões ligadas ao impacto da informática e da eletrônica sobre a catalogação também levaram a formulação de várias recomendações de estudos sobre a entrada de nomes, decidindo-se, apenas, os cabeçalhos para nomes pessoais e títulos uniformes baseados nas características de cada língua ou país. Esta recomendação comparece na introdução do AACR:

> Quando o nome de um autor individual consiste em várias palavras, a escolha da entrada é determinada tanto quanto possível, pelo uso concordante no país de que o autor é cidadão ou, se possível pelo uso comum na língua que ele geralmente usa (CÓDIGO..., 1969, p. 5).

A primeira edição do AACR teve a seguinte apresentação: Parte I: entrada e cabeçalho, baseada nos Princípios de Paris, nas regras do *Código da ALA* de 1949 e no relatório de Lubetzky; Parte II: descrição, desenvolvida de acordo com as regras da LC, já revistas; Parte III: outros documentos, contendo regras para escolha da entrada e descrição, baseadas nas regras da LC (CORRÊA, 2008, p. 24).

O AACR foi adotado e difundido em várias partes do mundo e várias traduções foram realizadas, inclusive em países que já possuíam códigos nacionais (BARBOSA, 1978; RIBEIRO, 2018). A tradução da 1ª ed. para o português, no Brasil, com coordenação do então bibliotecário Abner Lellis Corrêa Vicentini, ocorreu em 1969. Com a sua adoção em quase todas as escolas de biblioteconomia, assim como pela Biblioteca Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, extinguiu-se, praticamente, a diversidade de códigos determinados, até então, no ensino da biblioteconomia brasileira. Havia, naquele momento, um interesse geral na uniformidade de entradas para obras representadas nos catálogos de nossas bibliotecas (BARBOSA, 1978; MEY; SILVEIRA, 2009).

Como resultado de decisões tomadas pelo Conselho da IFLA, aconteceu em Copenhague, 1969, a Reunião Internacional de Especialistas em catalogação (RIEC), Tomando como ponto de partida o trabalho de Gormam, "*Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada*", onde foram comparados métodos de descrição de oito bibliografias nacionais, cuja sistematização da ordem das informações e a pontuação utilizada tornavam possível o reconhecimento das informações por computadores (RIBEIRO, 2018, p.18). A RIEC teve como objetivos:

> a) Conciliar em um texto único os textos norte-americano e britânico, de 1967;
> b) Incorporar ao texto único todas as emendas e mudanças já aprovadas e implementadas por mecanismos anteriores;
> c) Considerar a possibilidade de incluir no AACR todas as propostas de emenda em discussão entre a ALA, a Library Association, a LC e a Canadian Library Association; qualquer nova proposta apresentada por estas entidades e pela British Library; e

> qualquer sugestão de comissões nacionais de outros países em que o AACR fosse adotado;
> d) Suscitar interesse pelo AACR, a nível internacional, facilitando seu uso em outros países além dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.[11].

A partir desse encontro em Copenhague, foi criada uma Comissão Executiva Conjunta para a revisão do AACR – Joint Steering Committee for the 26 Revision of the *Anglo-American Cataloguing Rules* (JSCAACR). Em 1975, em uma reunião com a Comissão de Catalogação da IFLA, a JSCAACR propôs uma revisão do código AACR, resultando no AACR2 em 1978, propondo também a criação de uma Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (Geral), a ISBD (G), que contemplasse diversos formatos de materiais presentes nas coleções das bibliotecas, dando ênfase à pontuação que precede cada informação – campo de descrição bibliográfica. Quatro grandes bibliotecas nacionais (Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália) concordaram com os padrões de interpretação e implementação do AACR2.

Portanto, a segunda edição do *Anglo-American Catoloqing R*ules, 2nd. Edition – AACR2, 1978, baseou-se nos Princípios de Paris (1961), na reconciliação dos textos britânicos e norte-americanos da edição de 1967, e no padrão internacional de descrição bibliográfica, ISBD (1971). Os responsáveis por essa edição foram os mesmos da 1ª edição: a American Library Association (ALA), a Library Association (LA), a Canadian Library Association (CLA) e Library of Congress (LC) (RIBEIRO, 2018).

A primeira mudança a ser observada nesta nova edição está na sua forma de apresentação. De acordo com Ribeiro (2018, p. 19-20), diferentemente de códigos anteriores e de sua 1ª edição, utilizou-se de um novo arranjo, com a Parte I dedicada à descrição, e a Parte II, aos Pontos de acesso, seguindo a ordem lógica do processo da catalogação. Outra mudança foi a inclusão de novos termos, dentre eles “recursos bibliográficos”, “materiais gráficos”, “recursos eletrônicos”, “recursos contínuos” e “catalogação descritiva”. Segundo BURGER (1985), o AACR2 dedica um capítulo inteiro (capítulo 26) para a construção de referências *ver* e *ver também*, mas sem nenhuma sugestão de como elas devem ser usadas em um arquivo de autoridade. Para o autor, isso foi uma omissão deliberada. Todos os aspectos práticos (forma de catálogo, arquivamento, procedimentos de autoridade etc.) foram conscientemente deixados de fora do AACR2.

A tradução brasileira da segunda edição da AACR apresenta-se em 2 volumes, um para cada parte, e foram traduzidas e publicadas em 1983 (v.1) e 1985 (v.2). A iniciativa foi

[11] . Este objetivo final foi reforçado mais tarde quando o Concil on Library Resources o estabeleceu como condição para financiar esta edição, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação (RIBEIRO, 2018, p.18).

da bibliotecária Maria Luísa Cunha, que buscou obter os direitos autorais da tradução para a FEBAB, através de correspondências com a ALA, obtendo a sua anuência, assim como da LC e CLA, também editoras do AACR2. A tradução foi realizada pelos especialistas da FEBAB, aproximando-se o máximo possível do original, ao mesmo tempo, que se buscava manter a clareza necessária e o bom uso gramatical do português (CÓDIGO...1983, v.1).

Algumas revisões do AACR2 se sucederam, visando atualizar demandas relacionadas a novos suportes informacionais e novas mídias que surgiam com muita rapidez. Estas revisões ocorreram em 1988, 1998, e 2002, sendo que esta última recebeu atualizações consecutivas em 2003, 2004 e 2005, atendendo às mudanças tecnológicas de cada época. No Brasil, ocorreu uma nova tradução baseada na revisão de 2002, porém publicada em 2004. Confirmando a afirmação de Mey e Silveira (2009, p. 79), "acredita-se que esta edição brasileira permaneça em uso ainda por alguns anos", o AACR2r ainda é o código usado na grande maioria das bibliotecas brasileiras, embora a implantação do novo código, que surgiu para substituí-lo já se encontre em seus passos iniciais em algumas bibliotecas universitárias, no Brasil.

Ainda sobre as atualizações demandadas para uma futura edição, a qual pretendia ser o AACR3, importante registrar o Plano Estratégico para a AACR2, apresentado em novembro de 2004, por Barbara Tillett, então Chefe do Setor de Política e Apoio de Catalogação da LC, durante a Conferência COBISS, em Maribor, Eslovênia. Foram enumeradas as seguintes metas:

> As regras continuarão a se basear em princípios e incluem atributos para todos os tipos de materiais; 2. serão usadas em todo o mundo, embora derivadas das convenções da língua e dos costumes ingleses; 3. serão fáceis de usar e interpretar; 4. serão aplicáveis e operarão em ambiente on-line baseado na Web; 5. fornecerão um eficaz controle bibliográfico para todos os tipos de mídia (analógico e digital); 6. serão compatíveis com outros padrões para descrição de recursos e recuperação; 7. serão usadas fora da comunidade de bibliotecas (TILLETT, 2004b, slide 20-21, tradução nossa).

Estas metas, com vistas de serem usadas em 2007, foram reforçadas por outras, incluindo o alcance de outras comunidades, uma versão de regras baseadas na web e uma nova edição já apresentando: princípios, funções do catálogo e informações conceituais; regras de conteúdo, com exemplos atualizados; controle de autoridade; terminologia FRBR, quando úteis; simplificação, para reduzir redundâncias e aumentar a consistência em todos os tipos de conteúdo.

No entanto, segundo Oliver (2011), era evidente a existência de questões concretas, desde os anos 1990, que não poderiam mais ser resolvidas apenas com atualizações e revisões do AACR2R. Estas questões eram demandadas "pela proliferação de novas

práticas de publicação, novos recursos eletrônicos e novos métodos de comunicação no campo das ciências e da criação intelectual" Oliver (2011, p. 51). Corrêa (2008) complementa:

> As atualizações foram incorporando os novos suportes informacionais, porém, surgiu a necessidade do estabelecimento de novos padrões conceituais para atender à demanda gerada pela globalização e pelos avanços tecnológicos (CORRÊA, 2008, p. 16).

Todos esses problemas levaram os responsáveis pela AACR2R a abandonar o projeto AACR3, decidindo trabalhar na transição para um novo código internacional de catalogação, o qual abarcasse as novas perspectivas e mantivesse um enfoque diferenciado. Este código recebeu o nome de *Resource Description and Access* (RDA) e será apresentado na próxima seção.

Pretende-se tratar, aqui, especificamente, da utilização do AACR2R como uma ferramenta para a descrição dos registros de autoridade, que em sua estrutura encontra-se na Parte II - Pontos de Acesso, onde são estabelecidos os cabeçalhos de entrada dos autores, dentre eles o autor pessoal, de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Em seus capítulos de 21 a 26, o código apresenta as regras relativas aos Pontos de acesso, Títulos uniformes e Remissivas, conforme abaixo:

> Capítulo 21: escolha dos pontos de acesso;
> Capítulo 22: cabeçalhos para pessoas;
> Capítulo 23: nomes geográficos;
> Capítulo 24: cabeçalhos para entidades;
> Capítulo 25: títulos uniformes;
> Capítulo 26: remissivas (CÓDIGO..., 2004)

De acordo com o Cap. 21 - *Escolha dos pontos de acesso*, as regras para entradas principais e secundárias são as que determinam a escolha dos pontos de acesso (cabeçalhos) sobre os quais uma descrição bibliográfica (parte I) tem entrada em um catálogo. Elas dão instruções para a escolha desses pontos de acesso constituídos como entrada principal e demais entradas secundárias.

Ainda neste capítulo, há a informação de que os pontos de acesso devem ser determinados utilizando-se a fonte principal de informação, ou seja, informações que aparecem no conteúdo do item, ou que são encontradas fora do item, nos casos em que os dados contidos na fonte principal forem ambíguos ou insuficientes.

O Capítulo 22 – *Autores pessoais,* do AACR2R, orienta que, para o estabelecimento dos pontos de acesso, deve-se considerar três etapas, a saber: *a escolha do nome que deverá ser a base para o cabeçalho*; *a escolha da parte do nome que representará o primeiro elemento do cabeçalho* e*; a determinação das remissivas, de acordo com as*

decisões anteriores (grifo nosso). Estas escolhas devem ser sempre as mesmas para um autor, tanto para uma obra, como para coleções do autor, para uma edição original, assim como para uma nova edição, reimpressão ou versão para outro idioma.

Ribeiro (2001) explicita que, de acordo com a regra 21.1A do código, o autor pessoal é o principal responsável pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um item, podendo ser escritor, compositor, cartógrafo, pintor, etc., enquanto que, quando uma pessoa exerce outra função que não a de autor ou criador, esta terá um cabeçalho, representando uma entrada secundária, e (como elemento opcional) a designação abreviada e grifada da função exercida, como o compilador (*comp*.), coordenador (*coord*.), tradutor (*trad*.).

Sobre a escolha do nome (Regra 22.1), esta deve incidir sobre aquele mais conhecido, podendo ser um nome verdadeiro, um pseudônimo, um apelido, iniciais do nome, um título de nobreza. Importante salientar que, escolhido a forma a ser adotada, remissivas devem ser feitas para as formas não adotadas, visando a fácil identificação do autor (RIBEIRO, 2001, p. 459).

O código também traz regras sobre a escolha entre nomes diferentes e formas diferentes do mesmo nome, como, por exemplo, variação na extensão do nome (regra 22.3A), variação na língua ou alfabeto (22.3B), mudança de nome (22.3C), e variação na grafia (22.3BD).

Sobre pseudônimos, as regras do AACR2R tratam sobre as várias formas de seu uso, como:

a) *um só pseudônimo*, entrada pelo pseudônimo e remissiva para o nome real do autor, desde que este seja conhecido;

b) *vários pseudônimos*, entrada será decidida seguindo a ordem de edições mais recentes do autor, obras críticas, outras fontes de referência;

c) *pseudônimo e nome verdadeiro usados paralelamente*, não tendo para estes uma ordem de preferência, utiliza-se o nome que aparecer em cada item catalogado, fazendo uso de remissivas para interligar as entradas no catálogo.

Ainda sobre autores pessoais, Ribeiro (2001, p. 302) esclarece:

> Quando em um item se defrontam autor pessoal e entidade, e há dúvida se ele é ou não resultado da atividade criativa da pessoa ou da entidade, deve ser tratado como sendo de autoria pessoal. Determinada a entrada principal, se autor pessoal ou autor entidade, a outra parte deve ser objeto de uma entrada secundária, quando couber (RIBEIRO, 2001, p. 302).

O estabelecimento da forma do nome (regra 22.4), que ocorre logo após à escolha do nome, compreende a determinação da palavra de ordem para o cabeçalho.

No capítulo 26 – Remissivas, o AACR2R apresenta os pontos de acesso que remetem para outros pontos de acesso. O uso de remissivas pode ser empregado em todos os tipos de ponto de acesso. Considerada uma ferramenta de amplo auxílio para catalogadores e usuários, tanto em catálogos manuais como automatizados.

As remissivas "*ver*" remetem de um cabeçalho não autorizado para o cabeçalho utilizado. As remissivas *"ver também"* remetem de um cabeçalho autorizado para outro, ou outros cabeçalhos autorizados. Este tipo de remissiva também é chamado por referência cruzada, pois remete de um ponto de acesso A para o ponto de acesso B, assim como do ponto de acesso B para um ponto de acesso A (MEY; SILVEIRA, 2009, p.170).

Outro ponto para o qual as autoras chamam a atenção é o fato de as remissivas só poderem indicar cabeçalhos existentes nos acervos catalogados, o que mostra a importância do Controle de Autoridade no processo de catalogação, tanto na criação de registros de autoridade, quanto na sua manutenção. Os registros de autoridade são atualizados através dos pontos de acesso controlados e suas remissivas, seguindo as instruções do AACR2R.

Clack (1990, p. 22), ao falar sobre a necessidade de aumentar a cooperação e o compartilhamento entre as bibliotecas, em resposta aos crescentes custos das atividades das bibliotecas, visando, por sua vez, reduções em seus orçamentos, afirma que "o advento do AACR2 forneceu um incentivo adicional para explorar meios de reduzir a quantidade de duplicação de esforços nas bibliotecas, especialmente nas atividades atuais de catalogação e conversão retrospectiva".

Embora o AACR2R, devido à sua estrutura de mais de 50 anos, esteja impossibilitado de seguir com atualizações e revisões mais frequentes, demandadas por tecnologias recentes e pelas novas demandas dos usuários, ainda assim, é o código de catalogação mais utilizado pelas bibliotecas no mundo inteiro.

b) Resource Description and Access - RDA

Conforme visto na última seção, as demandas para mudanças substanciais a serem acrescidas nas regras de catalogação anglo-americanas, com vistas a se firmar como o código internacional de catalogação, exigiam novos focos e perspectivas, levando os seus gestores a desistirem de uma nova edição (OLIVER, 2011).

Ainda em 1998, o JSC começou a trabalhar com o objetivo de elaborar a 3ª edição do AACR, o que não chegou a acontecer. Weiss e Larkin (2006), ao delinearem o contexto

histórico do que seria, na época, o AACR3, citam o que chamaram de as 4 principais forças motrizes que levaram à decisão da criação de um novo código de catalogação, que seriam:

> 1ª - a publicação do FRBR em 1998, a qual definiu a função dos requisitos funcionais para registros bibliográficos, após as atividades desenvolvidas por um grupo de estudo multinacional formada pela IFLA;
>
> 2ª a realização da Conferência Internacional sobre Princípios e Desenvolvimento Futuro do AACR, realizado pelo JSC, no Canadá, em 1997.
>
> 3ª o Plano estratégico para o AACR; cujos propósitos incluíam a intenção de construir o julgamento do catalogador, fundamentado em princípios de catalogação internacional e incentivando a aplicação de conceitos dos FRBR. Seu grupo de trabalho definiu a participação dos membros do seu comitê em encontros de especialistas para o desenvolvimento de um código internacional de catalogação.
>
> 4ª a realização de uma sequência de encontros de especialistas os IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code - IME-ICC, ocorridos em países de diversos continentes, no período de 2003 a 2007, que resultou na Declaração de Princípios de 2009 (WEISS; LARKIN, 2006, p. 286)

Segundo Weiss e Larkin (2006, p. 287), os FRBR, a Conferência de Toronto e os IME-ICC, juntos sustentaram o Plano Estratégico para o AACR. O conteúdo deste plano, desenvolvido em 2002 e revisado em 2004, incluiu: propósito, visão para desenvolvimento futuro, pontos fortes e objetivos. Tillett (2004b) deixou claro que a visão do Plano Estratégico era buscar uma evolução das regras de catalogação em tempo hábil, através de mudanças que viessem atender às necessidades de informação no ambiente global, desde que preservados os pontos fortes inerentes à normas anglo-americanas.

No entanto, segundo Oliver (2011), à medida que novas propostas de mudanças eram testadas e discutidas, evidenciava-se que a norma (AACR2) “estava caminhando na direção certa, mas não havia ainda ido muito longe”, o que levou seus organizadores a anunciarem uma nova mudança de enfoque:

> Ao invés de tentar trabalhar nos limites da estrutura das AACR2, foi tomada a decisão de abandonar totalmente a estrutura delas e partir para uma harmonização mais completa com o modelo FRBR. O nome da norma também foi mudado *Resource Description and Access* de modo a, com isso, indicar o grau da mudança (OLIVER, 2011, p. 55).

Neste contexto, a partir de 2005, é estabelecido o Comitê Gestor para Desenvolvimento da RDA. Na verdade, O Joint Steering Committee for development of RDA sucedeu ao JSC Joint Steering Committee for development of AACR2, assim como a norma RDA: *Resource Description and Access*, apresenta-se como a sucessora do *Anglo-American Cataloging Rules*, 2ª Edição, o AACR2 (RIBEIRO, 2018, p. 24).

Em 2008, o editor chefe da JSC RDA, Tom Delsey, apresenta o primeiro esboço do novo código. Em 2009, a IFLA aprova a Declaração de Princípios de Catalogação

Internacional (uma revisão da Declaração de Paris, de 1961), cujos princípios foram adotados para a elaboração das novas regras (COTONER CERDÓ, 2017, p. 8). Assim, a RDA foi lançada oficialmente em 23 de junho de 2010. Magda El-Sherbini, da Ohio State University, dirigiu, por dois dias, uma sessão pré-conferência, ministrando aos participantes detalhes sobre a RDA, três semanas antes do seu lançamento oficial. Além de tratar sobre as construções filosóficas dos FRBR, e sua aplicação na RDA, também explicitou uma série das consideradas maiores mudanças que os catalogadores enfrentariam na descrição de itens com o novo padrão, como campos específicos de catalogação legível por máquina (MARC) em RDA e o papel dos relacionamentos no novo padrão, “mais notavelmente a eliminação de abreviações e a identificação de relações entre manifestações de obras”. No evento, El-Sherbini também delineou o processo de teste RDA e o cronograma para as principais bibliotecas nacionais (EL-SHERBINI; CURRAN, 2011, p. 7).

Apresentando-se como um padrão de catalogação mais robusto e adequado para ambientes eletrônicos de bibliotecas e, também, útil para aqueles fora do campo da biblioteca, “desde meados de 2010, o RDA [...] oferece uma alternativa às práticas de catalogação do passado’, conforme reforça Tillett:

> O novo código de identificação de recursos é o resultado de muitos anos de colaborações internacionais; ele produz metadados estruturados e interconectados para o ambiente digital, garantindo que as bibliotecas continuem sendo relevantes, mesmo como um controle de autoridade na era da web semântica (TILLETT, 2011, 4760-19, tradução nossa).

As instituições que, primeiramente, se utilizaram das instruções da nova norma foram a Biblioteca do Congresso e todas as outras bibliotecas que faziam parte do Comitê Diretor Conjunto para o Desenvolvimento da RDA. Isto aconteceu a partir de 2013. Após três anos, em 2016, o Joint Steering Committee for Development of RDA foi substituído pelo RDA Steering Committee (RSC), tendo como editor chefe Gordon Dunsire. A partir de então, o Comitê Diretor do RDA é responsável pelo desenvolvimento da RDA com representantes da American Library Association (ALA), Comitê Australiano de Catalogação, Comitê Canadense de Catalogação, Comunidade do Reino Unido, Deutsche Nationalbibliothek (DNB) e a Biblioteca do Congresso Norte-americano, supervisionada pelo Conselho da RDA, anteriormente Comitê de Diretores, em inglês Committee of Principals for RDA, conhecido pela sigla CoP. [12]

[12] “A versão oficial do padrão RDA pode ser encontrada em access.rdatoolkit.org versão original do Toolkit é encontrada em original.rdatoolkit.org. Ambas as versões são acessadas por meio de uma assinatura do Toolkit” Disponível em: http://www.rda-rsc.org/content/about-rda. Acesso em: 28 set. 2020.
No entanto, a partir de 15 de dezembro de 2020, ocorreu o lançamento de uma nova versão do beta RDA Toolkit, finalizando o Projeto de Reestruturação e Redesenho do RDA Toolkit, mais conhecido como Projeto 3R. Assim o site beta do Toolkit, que estreou em 2018, se tornou o RDA Toolkit oficial, disponível em access.rdatoolkit.org. O RDA Toolkit original, disponível para

Embora as primeiras experiências de implantação da RDA, a partir de 2010, tenham ocorrido em bibliotecas nacionais dos países membros do Comitê Gestor para o Desenvolvimento da RDA (Joint Steering Committee - JSC), composto pelos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha e Austrália, outros países de várias partes do mundo foram aderindo ao movimento de utilização da RDA para a catalogação de seus acervos. O uso da nova norma também se expandiu para outras tipologias de bibliotecas como as públicas, escolares e acadêmicas.

Universidades de várias partes do mundo, nos últimos dez anos, têm apresentado grande aderência à implementação da RDA em suas bibliotecas, fato evidente na literatura da área, que exibe um considerável número de artigos relatando iniciativas neste sentido. Serra (2019), em trabalho apresentado no 1º Encontro RDA, em Florianópolis, 2019, descreve o processo de implantação do RDA na rede de bibliotecas da University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC), e esclarece que: “a UIUC foi a primeira biblioteca acadêmica norte-americana a iniciar o processo de implantação do novo código de catalogação, na mesma época que a Library of Congress (LC), em março de 2013”. Outras universidades nos Estados Unidos, Canadá, México, em vários países da Europa e no continente asiático aderiram à mudança para as novas normas de catalogação.

Na América Latina temos como exemplo a Biblioteca Central da Universidade de Concepción no Chile e a experiência de implantação da RDA na Biblioteca do Congresso Nacional do Chile entre outros exemplos de implantação e estudos da RDA, como os grupos de estudo da Argentina, México e Colômbia (MARTÍNEZ ARELLANO, 2017).

No Brasil, as poucas bibliotecas que implementaram a norma, até agora, ou que tem feito estudos de viabilidades quanto a seu uso, são bibliotecas universitárias. Segundo Holanda (2020), as bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (UCS) iniciaram seus primeiros contatos com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos em 2012, e optaram somente pela implementação da RDA nos registros de autoridade, enquanto a Biblioteca Central da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), iniciou sua implementação no final de 2015, completando o processo no início de 2016. A implementação da RDA foi realizada tanto para os registros bibliográficos, quanto para os de autoridade, ao mesmo tempo.

Faria (2018) explora o fato de a Biblioteca Universitária da PUCRS (TEXEIRA, 2017) ter oficializado o uso da RDA na catalogação dos seus registros bibliográficos vislumbrando que, como “...consequência desse acontecimento é provável que outras instituições sigam o

---

todos os assinantes em original.rdatoolkit.org, pode ser acessado a partir do novo Toolkit por meio da guia Recursos e da barra de menu, na aba superior. Disponível em: https://access.rdatoolkit.org/. Acesso em: 30 dez. 2020.

mesmo caminho...". O que é comprovado em estudos de Amorim e Pereira (2017), Silva e Soares (2019) e Mansur (2020) que relatam estudos de viabilidade ou de implantação da nova norma nas bibliotecas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), respectivamente.

O contexto em que surgiu o RDA foi o da efervescência na busca de adequações nas normas de catalogação internacionais, exigidas pela grande diversidade de publicações baseadas em novas formas de conteúdo e de plataformas de informação. Projetada para o ambiente digital, com um escopo mais abrangente que o do AACR2R, a RDA é baseada nos modelos conceituais de entidade-relacionamento: *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e o *Functional Requirements for Authority Data*: *a conceptu*al mo*del* (FRAD), cujo ponto forte está na catalogação descritiva, em especial nas entidades, assim como nos atributos e relacionamentos das entidades.

A RDA é de fato uma aplicação dos modelos conceituais da família FRBR e, quando se fala especificamente em controle de autoridade, o modelo usado é o FRAD. Segundo Oliver (2011, p. 17), "esses modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções." Um aspecto interessante é apontado por esta autora:

> "Os modelos FRBR e FRAD são modelos de entidade-relacionamento. Foram desenvolvidos com o emprego de enfoque e metodologia semelhantes. O ponto de partida de ambos os modelos são os usuários e suas necessidades. […] As necessidades do usuário são definidas em termos de tarefas de usuário. […]. Há quatro tarefas de usuário relativas ao uso de dados bibliográficos, e *quatro relativas a dados de autoridade* (OLIVER, 2011, p. 19-20).

Os elementos de dados da RDA que descrevem um *recurso*, comumente, refletem os atributos e relacionamentos associados com as entidades *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*, conforme definidos no FRBR. Enquanto os elementos dos dados de autoridade na RDA descrevem *entidades* associadas com um recurso e refletem os atributos e relações associadas com as entidades *pessoa, família*, *entidade coletiva*, e mais recentemente com o IFLA LRM a entidade *lugar*, conforme definidos no FRAD (grifo nosso).

A aba Introdução ao RDA cita, de modo claro, a relação entre a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009) com a RDA. "Os modelos conceituais FRBR e FRAD compartilham à RDA a terminologia e os conceitos da comunidade Internacional de catalogação", que, de acordo com Oliver (2011, p. 11-12), essa declaração [PIC] baseia-se nas grandes tradições catalográficas mundiais e também no modelo conceitual que se encontram os requisitos funcionais FRBR da IFLA, concluindo, com isto, que, "a harmonização com os modelos e a compatibilidade com os princípios preserva a

coerência da RDA com os conceitos e entendimentos compartilhados pela comunidade catalográfica" (OLIVER, 2011, p. 70).

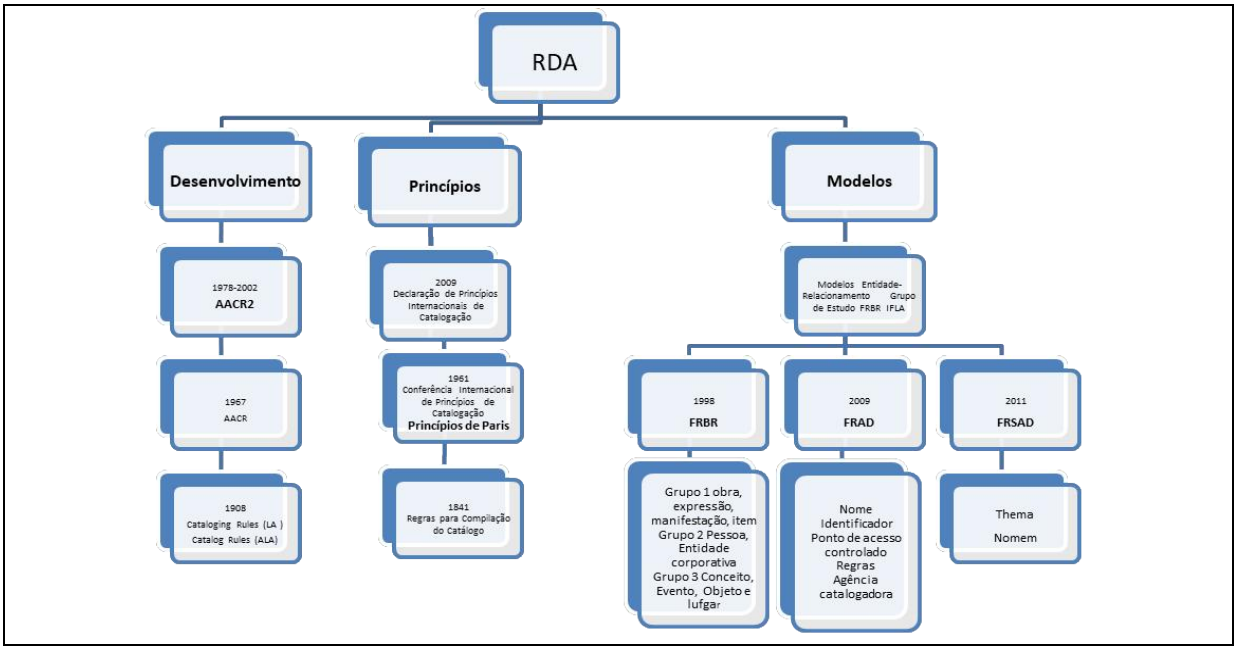
Oliver (2011) avalia sobre uma característica importante da RDA, qual seja esta de registrar os dados em elementos definidos e inequívocos, preparando o terreno para o emprego de suas diretrizes como "um conjunto formalmente registrado de elementos de metadados que pode funcionar no ambiente da Rede" (OLIVER, 2011, p. 69). O que é corroborado por outros autores, como Mering (2014), que registra:

> O ideal é que o conceito de FRBR, o conteúdo da RDA e os ambientes de padrões de metadados, possam trabalhar em conjunto projetando um ambiente web para a modelagem dos dados bibliográficos que ofereça uma maneira útil dos usuários de biblioteca agruparem todos os itens relacionados. Temos, então, as ferramentas para explorar mais plenamente o universo bibliográfico (MERING, 2014, p. 5).

Dentre os objetivos e princípios delineados pelas diretrizes e instruções da RDA, estão flexibilidade, continuidade, representatividade e outros. Mas, responder às necessidades dos usuários com ênfase dada às relações ou relacionamentos poderia ser considerado o seu principal objetivo/princípio. Segundo Ribeiro (2018, p. 32), "cada instrução do RDA reporta-se ao usuário e às tarefas que ele deseja executar durante o processo de descobrimento dos recursos: encontrar identificar, selecionar e obter..." A autora esclarece que estes objetivos são pautados em Cutter e atualizados na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.

A ilustração abaixo (FIGURA 1), mostra como se deu a criação e o desenvolvimento das normas RDA, a partir de seu alicerce nas regras anglo-americanas, nos princípios trazidos pelas 91 regras de Antonio Panizzi (1841), nos Princípios de Paris (1961) e na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009), assim como nos modelos conceituais de Entidade-Relacionamento (ER) da família FR. Pode-se acrescentar a este esquema o IFLA LRM, que, em 2017, veio unificar e consolidar os modelos da família FR, com especificações de como ajustar os três modelos existentes cobrindo todos os aspectos dos dados bibliográficos de acordo às práticas atuais de modelagem conceitual que envolvem a web semântica.

FIGURA 1 - Conceitos-chave da RDA



Fonte: Cotoner Cerdó (2017, p. 50, tradução nossa)

2.3 *A Estrutura da RDA para os Registros de Autoridade*

Torna-se difícil, praticamente impossível, falar sobre a estrutura da RDA sem fazer um paralelo à estrutura da AACR2R. A aba introdução à RDA, trata sobre a sua relação com outras normas de descrição bibliográfica, em destaque as *Regras de Catalogação Anglo-Americanas*. Cotoner Cerdó (2017) sintetiza essa relação, afirmando:

> O AACR2 e a RDA compartilham muitas semelhanças. A principal razão reside no fato de as RDAs serem baseadas no AACR2. [...] Portanto, existem instruções herdadas diretamente do AACR2 e outras muito semelhantes, embora reescritas de acordo com os princípios que regem a RDA. No entanto, também existem muitas diferenças (COTONER CERDÓ, 2017, p. 40, tradução nossa).

Portanto, para este trabalho especialmente, torna-se importante fazer uma abordagem mais concreta e prática das regras da RDA, correlacionando sua estrutura e demais aspectos com o AACR2R, ambos aqui utilizados como ferramentas de registro de dados de autoridade.

2.3.1 RDA e AACR2R: similaridades e diferenças

A RDA é uma norma de catalogação recente que, embora mantenha ligações estruturais importantes com o AACR2R, apresenta diferenças significativas em relação ao

código anterior. Conforme já dito, a RDA foi projetada para conteúdos no ambiente digital, além de ser balizada pelos modelos conceituais FRBR (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos) e FRAD (Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade) e pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA.

Para mostrar as diferenças da estrutura do AACR2R com a da RDA, tem-se o Quadro 3, onde pode-se ver que a AACR2R se divide em duas grandes partes, mais os apêndices, sendo a Parte II - Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas, a de maior importância para este trabalho sobre controle de autoridade. A seu turno, a RDA é composta de 4 guias de acesso iniciais: Entidades, Guia, Políticas e Recursos.

De acordo com a estrutura da RDA, a primeira Guia apresenta as entidades RDA, a saber: obra é uma entidade independente, que se relaciona com as demais entidades que compõem um registro bibliográfico, as quais podem ser expressão, manifestação e item (da obra), agente (pessoa) e agente coletivo (família e entidade coletiva), e ainda, nomen, lugar e intervalo de tempo.

A segunda Guia, apresenta várias abas, começando por introdução ao RDA, seguida de informações sobre Perfis de aplicativos, Conteúdo e suporte, Tarefas do usuário, Proveniência de dados até as regras de Descrição dos recursos e Diretrizes de transcrição. Também inclui guias para Nomes e denominações e Denominações fictícias e não humanas, as quais muito auxiliam no trabalho de autoridade.

A terceira Guia, engloba as Políticas que são utilizadas em conjunto com a própria RDA. São exemplos de políticas auxiliares para a catalogação em RDA: BLPS - British Library Policy Statements; LC PCC PS - Library of Congress and Program for Cooperative Cataloging Policy Statements MLA BP - Music Library Association Best Practices. A RDA orienta, também, a utilização de políticas locais e/ou cooperativas e traz e instruções complementares, que direcionam a escolha e o registro de nomes de pessoas em um determinado número específico de idiomas.

Por fim, a quarta guia que disponibiliza outros recursos para auxiliar no trabalho da catalogação em RDA, como: Glossário, Esquemas de codificação de vocabulário, Recursos comunitários, Histórico de Revisão, Toolkit Original e AACR2.

QUADRO 3 – Estrutura do Código AACR2R e da RDA

Estrutura AACR2R	**Estrutura RDA 3R**[13]	
Composição: 2 partes contendo: 20 capítulos e 5 apêndices, dividido em 2 partes	Composta de 4 guias de acesso iniciais: Entidades, Guia, Políticas e Recursos	
Parte I – Descrição	**Entidades:**	
1. Regras Gerais de Descrição 2. Livros, Folhetos e Folhas Impressas 3. Materiais Cartográficos 4. Manuscritos 5. Música 6. Gravações de sons 7. Filmes Cinematográficos e Gravações de Vídeos 8. Materiais Gráficos 9. Recursos Eletrônicos 10. Artefatos Tridimensionais e Realia 11. Microformas 12. Recursos Contínuos 13. Análise	RDA entidades Obra Expressão Manifestação Item Agente Pessoa Agente coletivo Entidade coletiva Família Nomen Lugar Intervalo de tempo	
Parte II – Pontos de Acesso, Títulos Uniformes, Remissivas	**Guia:**	
21. Escolha dos Pontos de Acesso 22. Cabeçalhos para Pessoas 23. Nomes Geográficos 24. Cabeçalhos para Entidades 25. Títulos Uniformes 26. Remissivas	Introdução ao RDA Agregados Perfis de aplicativos Conteúdo e suporte Proveniência de dados Obras diacrônicas Limites entre entidades Denominações fictícias e não humanas Indicação de Manifestação	Nomes e denominações Cenários de implementação do RDA Métodos de gravação Expressões representativas Descrição dos recursos Terminologia Diretrizes de transcrição Tarefas do usuário RDA bem formado
Apêndices	**Políticas:**	**Recursos:**
A: Uso de maiúsculas B: Abreviaturas C: Numerais D: Glossário E: Artigos iniciais	BLPS LC-PCC OS MLA BP	Glossário Esquemas de codificação de vocabulário Recursos comunitários Histórico de Revisão Tookit Original AACR2

Fonte: Elaborado pela autoras, baseado em (Ribeiro,2001) e em RDA Toolkit, disponível em: https://access.rdatoolkit.org/

.

Para Oliver (2011, p. 45), os vínculos mais importantes entre AACR2 e RDA são:

a) a estrutura formal de governança, formada pela cooperação de participantes e instituições de vários países, cujos comitês gerenciam tanto o desenvolvimento do conteúdo quanto a publicação das normas;

b) o alicerce fornecido pelas normas anglo-americanas sob o qual a RDA foi construída, mantendo-se os pontos fortes que garantem êxito no desempenho do AACR2R, há tanto tempo e em todo o mundo;

[13] O projeto de Reestrutura e Redesenho do RDA Toolkit, também conhecido como Projeto RDA 3R, iniciado em 2016, teve como objetivo transformar o padrão RDA e o RDA Toolkit, visando melhor alinhamento com as novas práticas da catalogação, especialmente as mudanças propostas pelo IFLA LRM.

c) as várias instruções da RDA que derivam das normas AACR2R, de modo que, mesmo apresentadas na estrutura dos FRBR/FRAD, garantem o registro dos mesmos dados bibliográficos anteriores;

d) compatibilidade entre os registros catalográficos de ambas as normas, considerando que os novos registros RDA irão coexistir em bases de dados já alimentadas com os registros da AACR2R;

e) por fim, a manutenção, pela RDA, da finalidade de encontrar soluções para problemas registrados por longas décadas pela AACR2R.

Para falar sobre as diferenças entre as duas normas, Cotoner Cerdó (2017), reflete, afirmando que:

> O aspecto mais significativo [é] a mudança de perspectiva, que é radicalmente oposta, pois é determinada pela estrutura de conteúdo baseada no modelo conceitual FRBR. O AACR2 vai do particular ao geral. O conceito de "obra" se reduz ao ponto de acesso do documento. Na RDA, "obra" é uma entidade independente, que se relaciona com as demais entidades que compõem um registro bibliográfico. Assim, ao abordar a catalogação de um recurso, é necessário primeiro perguntar que entidade é: uma manifestação de uma obra existente? Uma nova obra? Uma nova obra e manifestação? (COTONER CERDÓ, 2017, p. 40, tradução nossa).

Para a autora, na RDA, o papel do catalogador é mais ativo do que no AACR2R. Por oferecer mais alternativas, dá aos catalogadores a opção de aplicar as regras com uma maior margem e sob critérios próprios.

Oliver (2011) dedica um capítulo inteiro de seu livro para mostrar, com detalhes, algumas instruções RDA que “têm um impacto importante e assinalam uma mudança na prática catalográfica”. Mas, em síntese, o autor chama a atenção sobre as características importantes da RDA, das quais algumas já foram citadas acima, como: *princípios, objetivos e modelos conceituais; foco no usuário; estrutura extensível para a descrição de todos os tipos de recurso.* Outras destas características serão vistas, abaixo.

A RDA traz um novo enfoque na categorização dos aspectos técnicos e de conteúdo que proporciona maior flexibilidade e coerência para a descrição de um recurso. Segundo Oliver (2011), “a informação sobre o tipo de conteúdo, mídia e suporte é importante para o usuário, seja como meio para descobrir recursos, seja para delimitar as buscas. A RDA reafirma a importância desta informação para o usuário, mas adota uma posição diferente da posição da AACR2”, ou seja, não mais por meio de designações gerais específicas de materiais (DGM), mas sim seguindo uma ordem mais rigorosa, de modo a diferenciar entre informação sobre a expressão ou informação sobre a manifestação. “A nova estrutura da

RDA (por tipos de conteúdo, mídia e suporte), confere um grande número de combinações de dados de modo a abranger tantos tipos de recursos atuais quanto futuros" (OLIVER, 2011, p. 61).

Outra característica citada por Oliver (2011) e Cotoner Cerdó (2017) é a inclusão de novos *elementos de dados*, além do maior nível de detalhamento desses dados, acrescentando maior precisão aos dados coletados, o que facilita atender melhor as populações específicas de usuários. Uma das justificativas para os *elementos adicionais* responde à busca de harmonização da RDA com os FRBR e FRAD, contemplando os atributos e relacionamentos. Alguns desses elementos são chamados de *elementos essenciais*, pois refletem atributos e relacionamentos que servem de apoio às tarefas do usuário dos FRBRs, como as tarefas *encontrar* uma pessoa, família ou entidade coletiva relativa a um recurso e; *identificar* uma pessoa, família ou entidade coletiva.

Para Cotoner Cerdó (2017), no processo de catalogação, a aplicação da RDA não traz grandes mudanças em relação ao AACR2R, pelas possibilidades de codificação com a utilização do MARC 21, que, por sua vez, implica na visualização segundo as diretrizes da ISBD.

Ao criar um registro, a RDA é "muito mais granular e específica" levando em consideração um número maior de fatores como o modo de publicação, tipo de mídia e outras alterações importantes. O AACR2R requer uma alteração mais significativa em relação ao título apropriado ou entidades responsáveis por uma nova obra; também aponta quando é necessário indicar uma nova descrição para séries (COTONER CERDÓ, 2017, p. 40). Quanto à RDA, além desses casos, indica quando é necessária a criação de registros para monografias em volumes diferentes, séries e recursos integrados. Exemplos: tipo de publicação; tipo de mídia, mudanças de título de série, de responsabilidade em séries que afetam o ponto de acesso autorizado e de edição de uma série; reorganização de um recurso integrado.

As mudanças abaixo mostram importantes regras e instruções do AACR2R que não foram transferidas para a RDA, conforme Cotoner Cerdó (2017) registra:

> a) Regra dos três: A regra dos três da declaração de responsabilidade desaparece no RDA; os catalogadores podem decidir por registrar apenas o primeiro autor (ou criador) designado ou podem registrar quantos achar conveniente (até mesmo todos os autores ou contribuintes associados ao recurso, independentemente da quantidade). Esta alteração pode afetar a construção de entradas dos recursos catalogados de acordo com o AACR2.
>
> b) Notas, Descrição física e Publicação: as notas, no RDA, servem para descrever conteúdo e registrar relações.
>
> c) O DGM (designação geral de material), por ser uma designação muito extensa, foi substituído por informações mais específicas, sendo que a RDA divide as características dos tipos de materiais em tipo de conteúdo ('texto", "imagem", "voz

> falada"), tipo de mídia ("informatizado", "sem mediação") e tipo de suporte ("volume", "CD-ROM" "remoto". As instruções relativas aos formatos físicos, no AACR2, estão distribuídas em cada um dos capítulos dedicados a cada tipo de suporte, enquanto na RDA estão reunidas em dois capítulos apenas; um para os suportes, outro para os conteúdos.
>
> d) Quanto à publicação, a menção é ampliada para dar informações mais consistentes e completas para a identificação de um recurso. O campo 260 é substituído pelo campo 264, onde o segundo indicador pode especificar os diferentes agentes que se apresentam na materialização de um recurso, ou em detalhes da sua publicação.
>
> e) Para o registro das características físicas, campos 3XX, exigiu-se a liberação de novos campos MARC 21: 344, 345, 346 e 347, e subcampos, no caso do campo 340.
>
> f) Transcrição de dados: baseada no princípio da representação, ou seja, os dados serão registrados da forma como aparecem no recurso; sem o uso de abreviaturas; o uso de maiúsculas será como aparecem no recurso.
>
> g) Uso de colchete: no AACR2, o colchete é usado para completar informações que não estão na fonte estabelecida (ex.: a palavra "ilustrador" para completar a informação em um dado de autoridade), no RDA, será usado sempre que a informação for obtida fora do recurso (COTONER CERDÓ, 2017, p. 02)

Sobre a terminologia usada na RDA, El-Sherbini e Curran (2011) registram alguns termos que são diferentes em relação ao código anterior, conforme mostra o Quadro 4.

QUADRO 4 - Mudanças de termos do AACR2 para a RDA

AACR2	**RDA**
Cabeçalho	Ponto de acesso autorizado
Autor, Compositor etc.	Criador
Referência *ver*	Ponto de acesso variante
Referência *ver também*	Ponto de acesso autorizado
Descrição física	Descrição do suporte
Fonte Principal	Fontes preferenciais
Título uniforme	Título preferencial ou Título coletivo convencional
Entrada principal	Título preferido +Ponto de acesso autorizado para criador (se aplicável)
DGM	substituído por tipo de mídia, tipo de suporte, tipo de conteúdo

Fonte: El-Sherbini e Curran, 2011. p. 14 (tradução nossa).

Cotoner Cerdó (2017) chama a atenção para algumas regras da RDA que não existiam no AACR2R:

> *a) Relacionamentos entre entidades*: considerados como uma das potencialidades mais características e robustas da RDA, os relacionamentos constituem uma das grandes novidades da RDA.

b) Diretrizes para os registros de autoridade: diretrizes e atributos que devem constar na redação dos registros de autoridade comparecem nas abas Agente e Agente Coletivo. No caso de Pessoas, esse trabalho considerará as abas Agente e Pessoa, por serem de suma importância para este trabalho.

2.4 Elementos da RDA em Registros de Autoridade de Nome no MARC 21

No contexto das mudanças em prol do desenvolvimento de um novo código de catalogação, também o formato de intercâmbio mais utilizado no universo bibliográfico, o MARC, sofreu mudanças expressivas. Alguns campos do MARC 21 foram expandidos e outros incorporados, para acomodar os elementos RDA e responder às principais tarefas do usuário definidas nos modelos FRBR (MARTÍNEZ PUJADAS, 2017). Isto foi possível, pois os campos e subcampos do MARC 21 permitem a comunicação e armazenagem do conteúdo descrito pelo RDA (MERING, 2014).

Nesta seção, tratar-se-á dos campos MARC 21 para registro de autoridades de nome. Cristán (2012) apresenta os novos campos MARC praticados na Biblioteca do Congresso[14], com ênfase nas diretrizes de "melhores práticas", conforme reproduzido na Figura 2, abaixo:

FIGURA 2 – Campos MARC 21 para registro de autoridade de nome NACO

001 - Número de controle do registro
010 - Número de controle da LC (chamado LCCN)
034 – Dados matemáticos cartográficos codificados
040 – Fonte de catalogação
046 – Códigos especiais para datas
1XX - Nome
336 - Tipo de conteúdo
368 - Outros atributos de pessoa ou entidade coletiva
370 -Lugar associado
371-Local
372-Atividade
373-Grupo associado
374-Ocupação
375-Gênero
376-Família
377-Idioma associado
378-Nome completo da Pessoa
380-Forma da obra
381-Otras características para distinguir a obra ou expressão

[14] A autora baseou-se no documento da LC R-5. Disponível em: http://www.loc.gov/aba/rda/source/marc21changes_RDA.doc.

382-Execução
383-Designação
384-Chave
4XX – Variante do nome
5XX – Ponto de acesso autorizado relacionado
663 – Nota – Veja também
667 – Nota Geral (não pública - para catalogadores)
670 – Fonte em que se localizaram os dados
675 – Fonte em que não se localizaram os dados
678 – Nota pública
781 – Subdivisão geográfica

Fonte: Adaptado de Cristán, 2012.

Legenda: **em negrito,** estão os novos campos MARC 21 para RDA; em *itálico*, campos fornecidos pelo sistema e que são chaves para a identificação do registro.

O exemplo, acima, mostra uma visão geral do registro de autoridade de nome, contendo os 17 novos campos. Cerca de 13 campos variáveis são usados com alta frequência (mais 8 da etiqueta 37X) em um registro de autoridade de nome.

Observando-se que, em um registro de autoridade de nome, além dos campos 001, 010, 040, deve conter, pelo menos, a etiquetas 1XX e o campo 670 - os outros campos são considerados opcionais, ou seja, usar se apropriados para o caso (exemplo: quando são variantes necessárias do nome (4XX); notas de relações (5XX) e / ou se houver mais de uma fonte de informação etc.).

A autora ainda registra que novos campos MARC 21 podem ser adicionados aos registros de autoridade de nome codificados:

a) AACR2 (008/10 = c) ou RDA (008/10 = z)

b) Mudanças específicas para RDA:

008/10 = z
040 (fonte de catalogação) subcampo $ e = rda

c) Adicionados para RDA, mas pode ser usado em registros AACR2

4XX-5XX - designador de relacionamento “r” em $ i ou $ 4
Valor usado no subcampo $ w posição 0
Subcampo $ i - informações de relacionamento

Embora existam muitos casos em que há uma correspondência um por um entre a RDA e o MARC 21, há casos em que o nível de granularidade no conjunto de elementos RDA e no conjunto de elementos MARC 21 é diferente. Quando um único elemento RDA é equivalente a mais de um elemento MARC 21, todos os elementos MARC 21 aplicáveis são

fornecidos[15]. O Quadro 5 relaciona os novos campos e subcampos com a indicação de serem repetíveis (R) ou não (NR).

QUADRO 5 - Campos MARC 21 para serem utilizados nos registros de autoridade

CAMPO	DESCRIÇÃO	SUBCAMPO	DESCRIÇÃO DO SUBCAMPO
040	Fonte catalogadora (NR)	e	Fontes convencionais de descrição de dados (R)
370	Locais associados (R)	a	Local do trabalho (R)
371	Endereço (R)	a	Endereço (R)
372	Campo de atividade (R)	a	Campo de atividade (R)
373	Instituições associadas (R)	a	Instituição (R)
374	Profissão (R)	a	Profissão (R)
375	Gênero (R)	a	Sexo (R)
377	Idiomas associados (R)	a	Código idioma (R)
378	Forma completa do nome (NR)	q	Forma completa do nome (NR)

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em RDA in MARC, 2014, on-line.[16]

2.5 Pontos de Acesso e Registros de Autoridade de Nome de Pessoa

Oliver (2011, p. 41-42) destaca que o termo cabeçalho inexiste na RDA, que, de fato, emprega o termo ponto de acesso. As abas Agente e Pessoa, refere-se às instruções para identificar e construir pontos de acessos para pessoa. De interesse especial para este trabalho, a aba Pessoa fornece instruções sobre como registrar dados acerca de todos os atributos identificados no modelo IFLA LRM, para nomes de pessoa.

No contexto deste trabalho, o aspecto padronizado pelas normas de catalogação para dados de autoridade de suma importância é o relacionado ao registro de autoridade de nomes pessoais. Por se tratar de um estudo de caso no âmbito de um sistema de bibliotecas universitárias, onde a pessoa física comparece em grande número como criador de obras e suas manifestações, uma grande maioria é representada por docentes e/ou pesquisadores, responsáveis pela produção acadêmica e científica local.

A aba Pessoa provê diretrizes gerais, assim como instruções para a escolha e para o registro de nomes preferidos e nomes variantes para pessoas. Uma importante contribuição da RDA está no fato de abarcar vários outros atributos de identificação que enriquece os registros e favorece os relacionamentos entre as entidades catalogadas. No caso dos

[15] Document Date April, 2016. Disponível em: http://access.rdatoolkit.org/jscmap3.html. Acesso em: 10 jul. 2020.
[16] Disponível em: https://www.loc.gov/marc/RDAinMARC.html.Acesso em: 13.nov. 2020.

registros de nome de pessoas, esses atributos evidenciam as relações entre pesquisadores, instituições e eventos científicos.

Mering (2014) lista os elementos essenciais para nomes pessoais, como sendo: Nome pessoal preferido, Datas de nascimento e morte, Título da pessoa, Profissão e ocupação. O nome preferido para uma pessoa é a forma mais conhecida do nome, e será determinado das seguintes maneiras:

> - Quando há formas variantes de nome de uma pessoa, o nome preferido utilizado será aquele que estiver no primeiro recurso recebido para registro.
>
> - Se o nome preferido inclui um sobrenome, palavras que indicam um relacionamento (ex. Jr., III) são consideradas como parte da forma vulgarmente conhecida do nome de uma pessoa. Termos qualificadores são parte do nome preferido quando um nome consiste apenas de um sobrenome (ex. Dr.) e quando uma pessoa é identificada apenas pelo nome do seu parceiro (ex. Barnes, Roy G., Mrs.). Um termo qualificador pode ser incluído quando um nome consiste apenas de um primeiro nome (ex. Martha, Cousin; Clara, Miss).
>
> Se uma pessoa escreve sob mais de um nome, um nome preferido é estabelecido para cada entidade. Se um indivíduo escreve apenas sob um pseudônimo e não sob seu nome original, um nome preferido é estabelecido apenas para o seu pseudônimo. Por exemplo, a colunista Pauline Phillips escreveu apenas sob seu pseudônimo, Abigail Van Buren (MERING, 2014, p.78)

Títulos de realeza e nobreza, ou títulos religiosos são adicionados aos nomes preferidos de pessoas, quando aplicável. Para outras designações associadas a uma pessoa tem-se: para Santos cristãos, “Santo” faz parte do nome preferido; a palavra “Espírito” é parte dos nomes dos espíritos.

As Datas de nascimento e morte distinguem uma pessoa da outra. A instrução pode ser aplicada até mesmo em casos que não necessitam distinguir os nomes. Observa-se que:

- Se mais de uma pessoa tem o mesmo nome e é nascido no mesmo ano, o mês e o dia do nascimento são incluídos como parte do ponto de acesso;
- Datas completas são listadas como ano-mês-dia;
- Meses não são abreviados; A maioria das abreviaturas não são usadas mais como ponto de acesso;
- Quando as datas reais são incertas, aproximadas, é utilizado antes da data a abreviatura Latina ca. (i.e., cerca), já utilizada pelo AACR2;
- Os hifens são usados em vez de b. ou d. para datas de nascimento e morte.

Algumas adições ao nome de uma pessoa são consideradas elementos opcionais, e somente serão incluídas em condições especiais, como as citadas abaixo:

- a forma mais completa do nome, o período de atividade e a profissão ou a ocupação de uma pessoa são associadas ao nome preferido somente SE forem necessários para distinguir uma pessoa de outras com o mesmo nome.
- o período de anos em que a pessoa foi ativa em sua profissão ou outras informações podem ser adicionadas ao nome preferido, apenas SE não forem conhecidas as datas de nascimento e de morte, de uma pessoa.

2.6 Formato MARC 21 para Dados de Autoridade

Com o desenvolvimento da tecnologia e a catalogação se tornando uma atividade cada vez mais importante para os sistemas de informação bibliográfica, houve um aceleramento no estudo e desenvolvimento de ferramentas ligadas à padronização dos processos de tratamento da informação, entre eles os formatos bibliográficos ou formatos de intercâmbio ou, mais recentemente chamados de padrões de metadados. Para Assumpção e Santos (2015), atualmente, no cenário mundial da catalogação descritiva, surgem discussões sobre os elementos pontuados por Picco e Ortiz Repiso (2012)[17], incluindo questões sobre os padrões de metadados. O que é essencial para fomentar a catalogação compartilhada pelas instituições a nível local, regional, e até mesmo internacional.

Os formatos bibliográficos são ferramentas utilizadas por bibliotecários-catalogadores em suas atividades de descrição bibliográfica e são essenciais para a padronização destas atividades. Portanto, o formato automatizado fornece a estrutura para a entrada dos dados, de forma que possam ser identificadas as áreas de descrição, bem como as particularidades da codificação em cada área. Para Garduño Vera (1988):

> Deliberar com precisão os elementos constituintes de um formato representa uma análise profunda da informação que necessita ser armazenada, recuperada ou compartilhada, para que, a partir da estrutura do formato, possam ser definidos os níveis de exploração da informação armazenada nas bases de dados (GARDUÑO VERA, 1988, p. 25, tradução nossa).

[17] Trata-se de um modelo de categorização de instrumentos usados na catalogação, subdividido em três níveis: 1 - Nível abstrato, que inclui os modelos e princípios do domínio bibliográfico: Princípios de Paris, PIC, FRBR, FRAD etc.; 2 - Nível de representação dos dados, que abrange regras de catalogação e vocabulários controlados: ex. ISBD, AACR2, RDA;3 - Nível de aplicações de informática, que inclui formatos bibliográficos e linguagens de codificação (ex. Codificação: ISO 2709, XML;ex. MARC 21, MADS, e BIBFRAME). (PICCO; ORTIZ REPISO, 2012).

Por serem formatos de intercâmbio bibliográfico, compatíveis entre diferentes sistemas de informação, permitem às bibliotecas o compartilhamento de dados catalogados, a diminuição de duplicação de trabalho e, consequentemente, a redução de custos no processo de catalogação de cada instituição catalogadora.

O MARC 21, na atualidade, constitui uma família de formatos de comunicação, composta por cinco tipos de padrões amplamente usados para a representação e intercâmbio de dados bibliográficos, de autoridade, acervos, classificação e informações da comunidade, em formato legível por máquina (LIBRARY ..., 2014). Os cinco tipos de formatos, cada um trabalhando com descrição de dados específicas, mas que podem ser adotados de forma conjunta, estão representados, no quadro 6, a seguir:

QUADRO 6 - Descrição dos formatos MARC 21

MARC 21 Format for Bibliographic Data (Formato MARC 21 para dados bibliográficos)	Projetado para ser um suporte de informações bibliográficas sobre materiais textuais impressos e manuscritos, arquivos de computador, mapas, música, recursos contínuos, materiais visuais e materiais mistos. Os dados bibliográficos geralmente incluem títulos, nomes, assuntos, notas, dados de publicação e informações sobre a descrição física de um item.
MARC 21 Format for Authority Data (Formato MARC 21 para dados de autoridade)	Registra formas autorizadas que são adotadas como pontos de acesso nos registros MARC e inclui nomes, assuntos e subdivisões de assuntos e as relações entre essas entradas. Um nome pode ser usado como entrada de acesso principal, secundário, série ou assunto.
MARC 21 Format for Holdings Data. (Formato MARC 21 para dados de coleções)	Contém especificações para codificação de elementos pertinentes aos dados de coleções.
MARC 21 Format for Classification Data (Formato MARC 21 para dados de classificação)	Criado para a elaboração e manutenção de sistemas para o intercâmbio e processamento de registros de classificação.
MARC 21 Format for Community Information (Formato MARC 21 para informações da comunidade)	Projetado para a criação e manutenção de sistemas para o intercâmbio e processamento de registros sobre informação comunitária. Contém especificações para registros de informações não-bibliográficas

Fonte: elaborado pelas autoras, baseado em informações contidas em Moreno e Blascher (2007); LIBRARY OF CONGRESS (2014) e Romanetto (2017).

De acordo com Moreno e Blascher (2007, p. 15), os formatos acima citados são “os formatos concisos, havendo uma versão LITE bibliográfico. Afora isso, a LC patrocina estudos e disponibiliza ferramentas de conversão de registros, como MARC em XML e MARC em FRBR”. Destes cinco tipos de formatos MARC 21, os dois padrões de estrutura de dados mais utilizados para o intercâmbio de registros em bibliotecas são o Formato

MARC 21 para Dados Bibliográficos e o Formato MARC 21 para Dados de Autoridade (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

O Formato MARC 21 para Dados de Autoridade, importante para a atual pesquisa, foi projetado para servir como um portador de informações relacionadas à:

> - *formulários* autorizados de nomes e assuntos, usados como pontos de acesso nos registros MARC*;*
> - *formas* dos nomes, assuntos e subdivisões que serão usados como referências ao formulário autorizado; e
> - *interrelações* entre essas formas*.* (LIBRARY..., 2008, on-line)

Este formato e o MARC 21 para Dados Bibliográficos compartilham diversas características, e quase sempre são utilizados em conjunto. De acordo com MEY e Silveira (2009), o intercâmbio de registros de autoridade pode cooperar com: trazer registros mais atualizados, fortalecimento de redes e sistemas e, especialmente, economia de tempo e recursos.

O formato bibliográfico permite descrições de recursos coletados por bibliotecas, enquanto o formato de autoridade contém descrições de pessoas, família, entidades coletivas, entidades geográficas, obras, expressões e assuntos. Segundo Maxwell (2011), essa organização, autoridade *versus* bibliográfica, indica um ajuste difícil entre RDA e FRBR, mas será usado para codificar registros RDA, até que um substituto para MARC esteja disponível. Para este trabalho, o formato MARC 21 para Dados de Autoridade será o formato utilizado como ferramenta no experimento proposto na metodologia.

Segundo Assumpção e Santos (2013, p. 114), “O MARC 21 de autoridade acompanhou o MARC 21 bibliográfico durante os esforços realizados pela LC para permitir a utilização dos registros MARC 21 em ambientes XML.”

Cormenzana López e López-Borrull (2018), em estudo realizado com instituições bibliotecárias da Espanha, sendo 2 bibliotecas nacionais, 3 bibliotecas universitárias, uma rede de bibliotecas públicas, abordaram temas relacionados à implementação da RDA no formato MARC, e à publicação de seus catálogos em portais de dados abertos vinculados. Sobre mudanças de formatos bibliográficos, os autores observaram que isto exige um planejamento cuidadoso com a migração de registros retrospectivos, e uma consideração sobre a previsível coexistência de registros anteriores codificados no formato MARC 21 e em outro formato a ser adotado. Para eles, esse processo de mudança deve ser usado visando homogeneizar as práticas de catalogação, em vários ambientes. No entanto, os autores esclarecem que:

> A grande margem que a RDA dá às bibliotecas para estabelecer a atribuição de determinados valores bibliográficos aos diferentes materiais – que se traduz na definição dos respectivos perfis de RDA - pode dar origem

> a divergências de critérios, que devem ser identificadas no interesse desta alegada homogeneidade e facilitar a vinculação de dados entre instituições (CORMENZANA LÓPEZ; LÓPEZ-BORRULL, 2018, p. 23).

Os pesquisadores ponderaram, também, sobre as implicações econômicas e técnicas ao se abolir o uso do MARC, em troca de novos padrões que façam conexão com a WEB, considerando que bilhões de registros, resultado de muitos anos de práticas de catalogação usando este formato, estão presentes nos catálogos de grande número de bibliotecas. Serra (2013) concorda que o MARC não pode ser descontinuado, de uma hora para outra, afirmando que:

> Serão necessários diversos e exaustivos testes que validem um novo formato que atenda às demandas dos catalogadores, preservando os registros criados anteriormente e que permitam o tratamento de documentos em suportes variados, com flexibilidade para assimilar novas funcionalidades da web, interligação com dados e fontes externas, conteúdo expandido e demais inovações que surgirão nos próximos anos (SERRA, 2013, p. 15)

De acordo com a pesquisadora, mesmo evidenciando-se que as ferramentas utilizadas atualmente não suportam as necessidades advindas da RDA, somente os estudos e o tempo poderão revelar se as iniciativas em curso serão as soluções definitivas para tal desafio.

2.7 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)

Pouco depois da publicação do FRBR, em 1999, foi estabelecido o Grupo de Trabalho IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Record*s* (FRANAR), pela Divisão de Controle Bibliográfico da IFLA e pelo Programa MARC (UBCIM). O objetivo deste Grupo consistia em desenvolver um modelo conceitual cobrindo dados de autoridade, a partir da expansão do FRBR. Desde o término do Programa UBCIM, em 2003, a IFLA divide a responsabilidade pela FRANAR com a Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais (CDNL), tendo a Biblioteca Britânica como órgão responsável (IFLA, 2009).

Durante o desenvolvimento do novo modelo, algumas mudanças ocorreram em seu título. Primeiramente, FRANAR (*Functional Requirements and Numbering of Authority Reco*rds - *Requisitos Funcionais e Numeração de Registros de Aut*oridade), depois, FRAR (*Functional Requirements for Authority Records - Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade*) e, em 2007, FRAD (*Functional Requirements for Authority Data - Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade)*, sendo esta, a última atualização de seu nome (MEY;

SILVEIRA, 2009, p. 38). O relatório final do Grupo de Trabalho do FRANAR foi concluído em 2008, aprovado em março de 2009 e publicado como *Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model*. Este documento foi alterado e corrigido em julho de 2013 (IFLA, 2009; RIVA; LE BOEUF; ZUMER (2017).

Sobre as mudanças do nome e a decisão por este último, Guerrini (2009, p. 728), esclarece que o foco dos novos requisitos funcionais está em organizar dados, em vez de criar registros. Portanto, como o modelo se concentra em dados, independentemente do formato em que são empacotados, a palavra “Records” "Registros" foi substituída por “Data” "Dados", para melhor exprimir a sua abordagem principal (VEVE, 2009, p. 127).

O FRAD é uma extensão do modelo FRBR, portanto, seu desenvolvimento também foi baseado no Modelo Entidade-Relacionamento, com o uso da mesma técnica de análise de entidades, porém, desenvolvido com o objetivo de abarcar os dados de autoridade, implementando a estrutura dos requisitos em relação às tarefas do usuário, suas entidades e elementos. Assim, uma vez definida a estrutura de alto nível para este documento, e identificadas as entidades e os relacionamentos entre essas entidades identificou-se, em uma etapa posterior, as características ou atributos primários de cada entidade, utilizando-se do modelo ER para analisar a relevância de cada atributo e relacionamento, tendo-se em conta o conjunto de tarefas do usuário, especificado para os novos requisitos funcionais - FRAD.

O objetivo principal deste modelo conceitual é fornecer uma estrutura de análise de requisitos funcionais para o tipo de dados de autoridade imprescindíveis no suporte ao controle de autoridade e para o compartilhamento internacional de dados de autoridade. O modelo se concentra nos dados, independentemente de como eles podem ser apresentados (por exemplo, nos registros de autoridade). Mais especificamente, o modelo conceitual foi projetado para:

> - prover um quadro de referência estruturado e bem definido para relacionar os dados que são notados pelos criadores de registros de autoridade às necessidades dos usuários;
>
> - auxiliar na avaliação do potencial de compartilhamento internacional e uso de dados de autoridade, tanto no setor de bibliotecas quanto fora dela (IFLA, 2013, p. 1).

No escopo desse modelo, foram enumeradas algumas considerações:

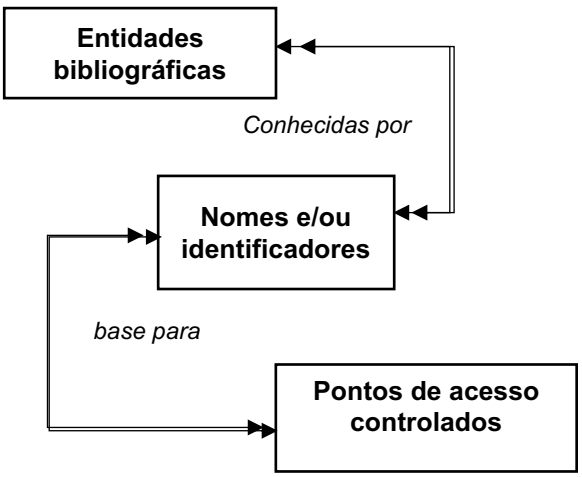
> - embora tenha sido conduzido com vistas à análise comparativa com outros setores, como museus e arquivos, o seu escopo funcional foi limitado ao setor de bibliotecas;
>
> - os usuários de dados de autoridade incluem os criadores de dados de autoridade que criam e mantêm dados de autoridade e usuários finais que usam informações de autoridade por meio do acesso direto aos dados de autoridade em catálogos de biblioteca, bibliografias nacionais etc.;
>
> - os dados de autoridade são definidos como o conjunto de informações sobre uma pessoa, família, entidade coletiva ou uma obra cujo nome é usado como base para um

> ponto de acesso controlado em citações bibliográficas ou registros em um catálogo de biblioteca ou banco de dados bibliográficos;
>
> - convencionalmente, os dados de autoridade estão de acordo com as diretrizes e especificações como as estabelecidas nas Diretrizes da IFLA para Registros e Referências de Autoridade (GARR) e/ou regras de catalogação. O registro de autoridade contém o pontos de acesso autorizado, para formas variantes de nome e autorizados para entidades relacionadas, incluindo informações que identificam as regras para pontos de acesso controlados, fontes consultadas e a agência de catalogação responsável;
>
> - para os fins deste estudo, não há suposições feitas sobre a estrutura física dos dados de autoridade, nem sobre onde os dados serão armazenados, em um arquivo de autoridade separado do catálogo ou arquivo bibliográfico per se, ou totalmente integrado com ele;
>
> - em alto nível, o modelo conceitual abrange dados de autoridade de todos os tipos: dados de para pessoas, famílias, entidades corporativas e geográficas; entidades representadas em catálogos por dados de autoridade de título; autoridade do criador, do assunto vários tipos de nomes e identificadores associados;
>
> - atributos e relacionamentos associados exclusivamente a outros tipos de dados de autoridade (como os de assunto) e informações de gerência do recurso, como as de controle de versões, não são incluídos (IFLA, 2013, p. 1-2).

A seção 3.1 do FRAD (metodologia Entidade-Relacionamento) diz que, “ao projetar qualquer modelo conceitual, uma decisão importante é saber se algo deve ser um atributo ou uma entidade separada”. Esta decisão depende do uso futuro que deve ser feito do atributo ou da entidade. Nesta seção, os organizadores acrescentam que:

> Os desenvolvedores do modelo FRBR viram vantagens significativas em declarar pessoas e entidades coletivas como entidades separadas que poderiam então ser relacionadas com as outras entidades estabelecidas naquele modelo. Os catalogadores têm, tradicionalmente, pensado em controlar os nomes de pessoas e entidades coletivas através de dados de autoridade (IFLA, 2013, p. 2).

FIGURA 3 - Base fundamental para o modelo conceitual FRBR



Fonte: Adaptado de IFLA , 2013, p. 3.

A base que fundamenta o FRAD, conforme mostra a Figura 3, é representada pelo seguinte diagrama: as entidades do universo bibliográfico, conhecidas por nomes e/ou identificadores, são utilizadas como base para os pontos de acesso controlados para tais entidades.

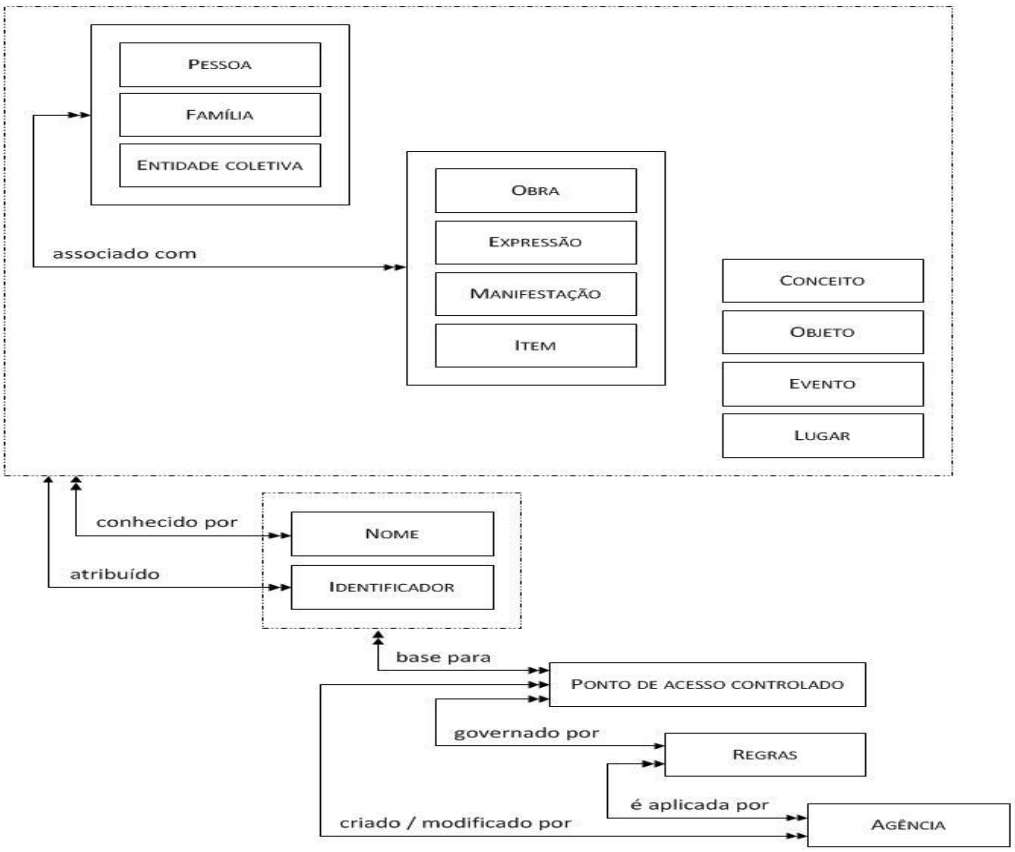
2.7.1 As Entidades do FRAD

No FRAD, as entidades do Grupo 2 dos FRBR (pessoa e entidade coletiva), foram totalmente modeladas e representadas por cabeçalhos, em diagramas Entidade-Relacionamento", acrescentando-se a elas a entidade "família". Ao todo, as entidades definidas para o novo modelo foram dezesseis, a saber: pessoa, família, entidade coletiva, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento, lugar, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência. Dentre todas, as entidades nas quais os dados da autoridade têm seu foco são dez das entidades definidas nos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos[18] - *pessoa, entidades corporativas, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e local* - mais uma entidade adicional – *família*, as quais estão posicionadas na parte superior do diagrama, abaixo (FIGURA 4).

Na parte inferior do diagrama são mostrados os nomes por quais essas entidades são conhecidas; os identificadores atribuídos às entidades; e os pontos de acesso controlados com base nos nomes e identificadores registrados como dados de autoridade. Também são destacadas, no diagrama, duas entidades que são fundamentais para determinar o conteúdo e a forma dos pontos de acesso – as regras e a agência.

[18] É essencial observar que as entidades representadas na parte superior do diagrama são entidades bibliográficas, refletindo em construções ou conceitos intelectuais que são parte integrante das regras usadas para criar catálogos de bibliotecas; pode ocorrer de uma instância específica de um tipo de entidade específico pode variar de um conjunto de regras para outro. (ex.: um autor como um indivíduo real e, também, como uma *persona* adotada pelo mesmo indivíduo; personagens fictícios, lendários, lugares imaginários etc., podem vistas como pessoas, famílias, lugares etc., mas em outros casos, elas serão vistos como conceitos) (IFLA, 2013, p. 3).

FIGURA 4 – Modelo conceitual para dados de autoridades



Fonte: Assumpção (2012, p. 47), traduzido de IFLA, 2009, p.16.

2.7.2 Definição das Entidades

As definições das entidades, contidas no novo modelo, foram retiradas, basicamente, de duas fontes: do FRBR e das Diretrizes para Registros e Referências de Autoridade (GARR)[19]. De acordo com o documento IFLA (2013, p. 8), as definições, assim como exemplos de instâncias de cada entidade, não são nem prescritivos e nem exaustivos. Portanto, apenas as 16 entidades relacionadas ao FRAD serão apresentadas com mais detalhes, a seguir:

Pessoa: um indivíduo, ou uma *persona*[20], ou identidade estabelecida ou adotada por um indivíduo ou grupo. [FRBR, modificado], e inclui:

[19] As Guidelines for Authority Records and References (GARR) são diretrizes que cobrem títulos autorizados e referências para pessoas, entidades corporativas e obras/expressões, e prevê a exibição de entradas, referência e notas explicativas gerais, bem como entradas de autoridade contendo um registro completo de informações relativas ao estabelecimento de um cabeçalho autorizado e à formulação de suas referências associadas" (IFLA, 2001, p. 1)

[20] Nota: as regras de catalogação variam no tratamento de personas (ou seja, identidades bibliográficas) estabelecidas ou adotadas pelo mesmo indivíduo: algumas regras reconhecem pseudônimos como personas separadas, o que gera dois ou mais formulários; outras regras reconhecem apenas uma persona para um indivíduo e seus pseudônimos, nesse caso, uma persona é a forma autorizada e os nomes de outras personas são considerados como formas variantes. IFLA (2013, p. 8).

- indivíduos reais; *personas* ou identidades estabelecidas ou adotadas por um indivíduo através do uso de mais de um nome (por exemplo, o nome real do indivíduo e/ou um ou mais pseudônimos); *personas* ou identidades estabelecidas ou adotadas em conjunto por dois ou mais indivíduos; figuras literárias, figuras lendárias, divindades e nomes de animais como figuras literárias, atores e intérpretes; *personas* ou identidades estabelecidas ou adotadas por um grupo;

-denominações estabelecidas por pesquisas; grupos de indivíduos com o mesmo nome, sempre que não for possível estabelecer uma identidade diferenciada para cada indivíduo dentro do cluster.

Família: duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou status legal semelhante ou que se apresentem como uma família. Inclui:

- famílias reais, dinastias, casas de nobreza etc.; Inclui patriarcados e matriarcados; grupos de indivíduos que compartilham uma linhagem ancestral comum; Inclui unidades familiares (pais, filhos, netos etc.); detentores sucessivos de um título em uma casa de nobreza, visualizada coletivamente.

Entidade coletiva: Uma organização ou grupo de pessoas e/ou organizações identificadas por um nome específico que atua como uma unidade. [FRBR, modificado]. inclui:

- grupos ocasionais e grupos constituídos como reuniões, conferências, congressos, expedições, exposições, festivais, feiras etc.; grupos musicais, grupos de artistas visuais e companhias de dança que produzem trabalhos coletivos; organizações que atuam como autoridades territoriais, exercendo ou funções governamentais em um determinado território, como uma federação, um estado, uma região ou um município local; organizações e grupos ativos e desativados; organizações fictícias ou grupos de pessoas.

Obra: uma criação intelectual ou artística distinta (conteúdo intelectual ou artístico). [FRBR, conforme modificado no glossário do PCI ICP4]. Inclui:

- obras que são expressas em palavras, obras musicais, obras gráficas, obras fotográficas, obras de imagens em movimento, obras cartográficas, obras tridimensionais, dados, programas de computador etc.: - obras legais (leis, regulamentos, constituições, tratados, decisões judiciais, etc.), obras religiosas (escrituras sagradas, credos, obras litúrgicas etc.); - coleções e compilações de

obras, bem como obras individuais; - obras componentes (artigos publicados em uma edição de um periódico ou nos painéis de um retábulo).

Expressão: a realização intelectual ou artística de uma obra na forma de notação alfanumérica, musical ou coreográfica, som, imagem, objeto, movimento etc., ou qualquer combinação dessas formas. [FRBR]. Inclui:

- realização de uma obra na forma de um texto (ex.: tradução); - realização de um trabalho musical (ex.: uma performance); - imagens em movimento, combinadas com sons ou não, disponíveis em uma determinada versão de uma obra cinematográfica.

Manifestação: a personificação física de uma expressão de uma obra. [FRBR]. Inclui:

-manifestações na forma de livros, periódicos, mapas, pôsteres, gravações sonoras, filmes, gravações de vídeo, DVDs, CD-ROMs, kits multimídia, arquivos PDF, arquivos MP3 etc.

Item: Um único exemplo de uma manifestação. [FRBR]. Inclui:

-itens que compreendem um único objeto físico (um volume, cassete etc.); itens que possuem mais de um objeto físico (dois ou mais volumes, discos compactos etc.) e recursos eletrônicos na Web em vários arquivos.

Conceito[21]: Uma noção ou ideia abstrata. [FRBR]. Inclui:

- campos de conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento (filosofias, religiões, ideologias políticas); teorias, processos, técnicas, práticas, etc.

Objeto: Uma coisa material. [FRBR]. Inclui:

- objetos animados e inanimados que ocorrem na natureza; objetos fixos, móveis e móveis que são produto da criação humana; objetos que não existem mais.

Evento: Uma ação ou ocorrência. [FRBR]. Inclui:

- eventos históricos, épocas, intervalo de tempo.

Lugar: uma localização. [FRBR]. Inclui:

-locais terrestres e extraterrestres; locais históricos e contemporâneos; recursos geográficos; jurisdições geopolíticas.

Nome[22]: um caractere, palavra ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida. [FRBR, modificado] Inclui:

[21] Notas: A entidade *conceito* é definida como no FRBR sem nenhuma extensão ou esclarecimentos relacionados ao FRSAR; para fins deste estudo, as entidades categorizadas como *conceito* são relevantes apenas no contexto dos dados de autoridade de assunto. Essas notas valem também para as entidades *objeto*, *evento* e *lugar* (IFLA, 2013).

[22] Foram usados, aqui, apenas os tipos de nomes que englobam a maioria dos listados no documento do FRAD (IFLA, 2013).

- nomes pelos quais pessoas, famílias e entidades corporativas são conhecidos; títulos pelos quais obras, expressões e manifestações são conhecidas; nomes e termos pelos quais conceitos, objetos, eventos e lugares são conhecidos; nomes reais, pseudônimos, nomes religiosos, iniciais e letras separadas, números ou símbolos.

Identificador: Um número, código, palavra, frase, logotipo, dispositivo etc. associado a uma entidade, que sirva para diferenciar essa entidade de outras entidades no domínio ao qual o identificador está atribuído. Inclui:

- identificadores, como números de seguro social atribuídos por uma autoridade governamental;- identificadores pessoais atribuídos por outros registros de autoridade; - números de registro comercial; - identificadores corporativos atribuídos por outro registro de autoridades (ex.: prefixo do editor do ISBN); - identificadores padrão atribuídos pelas autoridades de registro que identificam o conteúdo (por exemplo, ISRC, ISWC, ISAN); - identificadores padrão atribuídos pelas autoridades de registro que identificam manifestações (ex.: ISBN, ISSN); - números de índices temáticos atribuídos a uma obra musical; - números de catálogo raisonné[23]; - identificadores para itens atribuídos pelos repositórios;- números de classificação que referenciam entidades específicas (ex.: um número atribuído a uma pintura específica);- marcas registradas.

Ponto de acesso controlado: Um nome, termo, código etc., sob o qual uma autoridade bibliográfica ou registro ou referência serão encontrados. [GARR, modificado]. Inclui Pontos de acesso:

- designados como formas autorizadas (ou preferenciais) de nomes, bem como suas formas variantes (ou seja, pontos de acesso variantes);- baseados em informações pessoais, familiares e nomes corporativos; - baseados em títulos (ou seja, nomes) para obras, expressões, manifestações e itens; - que consistem em uma combinação, como no caso de um ponto de acesso de criador/título para uma obra; - baseados em nomes e termos para eventos, objetos, conceitos e lugares; - baseados em identificadores.

[23] Catálogo *raisonné* [completo; fundamentado] é um tipo de publicação em que se cataloga, de forma abrangente, todas as obras conhecidas de um artista, [incluindo] dados como título, data, descrição, dimensões, técnica empregada, localização, histórico de exibição, estado de preservação, assinatura/monograma/inscrições, bibliografia relacionada e numeração catalográfica. As obras passam por autenticação para que possam ser identificadas, de forma confiável, por terceiros. Ex. de catálogos *raisonné* de artistas brasileiros: Cândido Portinari e Tarsila do Amaral. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cat%C3%A1logo_raisonn%C3%A9. Acesso em 03 jun. 2020.

Regras: um conjunto de instruções relacionadas à formulação e/ou registro de pontos de acesso controlados (formas autorizadas, formas variantes ou referências etc.). Inclui:

- regras de catalogação e interpretações dessas regras; convenções de codificação.

Agência: uma organização responsável por: criar ou modificar a organização de pontos de acesso controlados; aplicar e interpretar as regras que cria e/ou usa; criar e manter identificadores dentro de seus domínios. Inclui:

- bibliotecas, agências bibliográficas nacionais, consórcios, museus, arquivos, organizações de gerenciamento de direitos etc.

2.7.3 Os Atributos das entidades do FRAD

Conforme explicitado na seção 4 do documento do FRAD, os atributos para cada uma das entidades definidas para os dados de autoridade são listados e delineados a partir do mapeamento e análise dos dados identificados e/ou definidos nos FRBR, GAAR, Manual UNIMARC - Formato de Autoridades, dentre outras fontes, “o que possibilitou que fosse definido um conjunto de atributos para cada uma das entidades de modo que esses conjuntos refletissem a prática atual” (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 49).

Para os fins do modelo FRAD, os atributos são definidos em um nível "lógico", como sendo as “características” das entidades às quais pertencem, não como elementos de dados especificamente definidos. Em certos casos, essas características podem mudar com o tempo, como é o caso do campo de atividade em que uma pessoa está envolvida, entretanto, o modelo não faz uma distinção explícita entre atributos que podem mudar ao longo do tempo e aqueles que não estão sujeitos a alterações (IFLA, 2009, p. 16). Na prática da catalogação, após a escolha das informações (ou entidades) que os usuários provavelmente irão precisar em um domínio específico, os "atributos" apropriados para essas entidades são apurados e determinados pelos catalogadores. O modelo FRAD propõe um conjunto de atributos que os catalogadores podem atribuir a cada um dos tipos de entidade. Esses mesmos atributos, na recuperação da informação, orientam o usuário do arquivo de autoridade a identificar as entidades buscadas, bem como distinguir as entidades que compartilham o mesmo nome (VEVE, 2009, p. 128).

O relatório do FRAD traz uma nota sobre as entidades nome e identificador, chamando a atenção sobre o fato de que estas foram definidas como entidades por direito próprio, e vinculadas por meio do relacionamento de “denominação” e “atribuído”,

respectivamente, às entidades: pessoa, família, entidade coletiva, obra, expressão, manifestação, item, conceito, objeto, evento e local. Por isto, os atributos correspondentes, como “nome da pessoa” e “identificador da pessoa” não são listados na entidade associada. Exemplo, o atributo do FRBR. "Título da obra ", neste modelo, é tratado como um atributo do nome pelo qual essa obra é conhecida. No entanto, por meio de relacionamentos, os atributos de nome e identificador funcionam da mesma maneira, como se fossem definidos como atributos da entidade associada.

Abaixo, serão apresentados os conjuntos de atributos relativos a cada entidade, conforme comparecem no modelo FRAD, observando-se que atributos que estiverem marcados com um asterisco (*) são aqueles identificados nos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). Nenhum atributo foi definido no FRAD para um *conceito*, um *objeto*, um *evento*, ou um *local*, por tratar-se de entidades definidas pelo Grupo de Trabalho FRSAR.

QUADRO 7 - Atributos de uma pessoa

Datas associadas à pessoa	inclui ano ou ano/ mês/dia de nascimento, morte, etc.; período ou século de atividade.
Título da pessoa	Inclui posto, cargo, títulos de nobreza, eclesiásticos e de honra.
*Gênero**	gênero pelo qual a pessoa é identificada.
Local de nascimento	cidade, província, estado e/ou país de nascimento.
*Local de morte **	cidade, província, estado e/ou país onde a pessoa morreu.
*País**	um país com o qual a pessoa está identificada.
*Local de residência **	país, estado, província, cidade etc. no qual a pessoa reside ou residiu.
*Afiliação**	grupo ao qual a pessoa é ou foi afiliada: associação, emprego, identidade cultural, etc.
*Endereço**	endereço atual ou anterior da residência ou outros associados à pessoa; inclui endereço postal, número de telefone, endereço de e-mail, website (operado pela pessoa, sobre ou relacionada a ela.
*Idioma da pessoa **	idioma usado ao criar uma expressão para publicação ou transmissão.
Campo de atividade	campo de atuação, área de especialização etc., em que a pessoa está envolvida ou esteve envolvida
*Ocupação profissional**	profissão ou ocupação em que a pessoa trabalha ou trabalhou.
*Biografia/história **	informações relativas à vida ou história da pessoa.
Outras informações associadas à pessoa	Elementos que não sejam o título pelo qual uma pessoa está conhecido ou identificado; inclui elementos como "Santo", "Espírito" "Jr.", "III" e informações que associam a pessoa a uma determinada obra (ex.: "Autor de...., tradutor de..., diretor de...).

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 8 - Atributos de uma família

Tipo de família	inclui clã, dinastia, unidade familiar, patriarcado, matriarcado, etc.
Datas da família	datas associadas à família
Locais associados a Família	lugares onde a família reside, residia ou mantinha alguma ligação.
Idioma da família	um idioma associado à família.
Campo de atividade	um campo de atuação, área de especialização etc., em que a família está ou esteve envolvida
História da família	informações relativas à história da família.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 9 - Atributos de uma entidade coletiva

Local associado a entidade corporativa	local geográfico em qualquer nível associado a entidade corporativa; Inclui cidade, estado, país; um local de realização de reunião, conferência, exposição, feira, etc; inclui localização da sede.
Datas associadas ao entidade corporativa	datas ou intervalo de datas de realização de uma reunião, conferência, feira, etc., ou uma data em que a empresa corporativa está associada; inclui datas de estabelecimento de organizações, empresas comerciais; Inclui períodos de existência de uma organização, governo, etc..
Idioma da entidade corporativa	idioma que a entidade corporativa usa em suas comunicações.
Endereço	endereço atual ou anterior da sede e dos escritórios da entidade corporativa; inclui endereço postal, número de telefone, e endereço de e-mail, de site da Web operado pela entidade corporativa, sobre a entidade corporativa ou relacionado a entidade corporativa.
Campo de atividade *	campo de negócios em que a entidade corporativa está envolvido, suas áreas de competência, responsabilidade, jurisdição, etc.
*História**	informações históricas pertencentes a uma organização, instituição etc.
Outras informações associadas à entidade corporativa	Incorporação, ou status legal do órgão, ou qualquer termo que sirva para diferenciar o órgão de outras entidades corporativas, pessoas etc.; inclui tipos de incorporações, etc. (ex.: GmbH).

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 10 - Atributos de uma obra [24]

Forma da obra [FRBR]	uma classe à qual a obra pertence; inclui formas, gêneros, etc. (ex.: novela, peça teatral, poema, ensaio, biografia, sinfonia, concerto, sonata, mapa, desenho, pintura, fotografia).
Data da obra [FRBR, modificado]	a primeira data (normalmente o ano) associada ao trabalho.
Meio de desempenho [FRBR]	instrumento, vocal e/ou outro meio de performance para o qual uma obra musical foi originalmente concebida; inclui instrumentos individuais, conjuntos instrumentais, orquestras, vozes individuais, conjuntos vocais, coros, etc. e objetos utilizados no desempenho da obra.
Designação numérica [FRBR, modificado]	número atribuído à obra; inclui números de série, números opus atribuídos pelo compositor de uma obra musical, etc.
Chave [FRBR]	conjunto de relações de afinação que estabelece uma única classe de afinação como centro tonal de um trabalho musical.
Local de origem da obra *	país, ou outra jurisdição territorial, ou área cultural da qual a obra se originou.
*História**	informações relativas à história da obra; inclui informações históricas referentes a uma obra, incluindo mudanças de título para recursos contínuos.
Outra Característica distintiva [FRBR]	qualquer característica que sirva para diferenciar a obra de outra obra com o mesmo título; inclui partes de conteúdo intelectual ou artístico e *incipits* musicais[25].

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 11 - Atributos de uma expressão

Forma de expressão [FRBR]	os meios e modo pelos quais a obra é realizada; inclui modo ou meio de expressão (ex.: notação alfanumérica, notação musical, notação de movimento, som, imagem, ou qualquer combinação dos mesmos).

[24] Nota: Os atributos de uma *obra* listados acima incluem apenas aqueles que normalmente são refletidos em pontos de acesso controlados ou em outros elementos de dados de registros de autoridade. Eles não incluem outros atributos de uma obra que possam ser refletidos nos registros bibliográficos, conforme identificados nos FRBR. A mesma observação vale para os atributos de uma expressão, uma manifestação ou um Item (IFLA, 2013, p. 21, 23-24).

[25] *Incipits* = as palavras iniciais de um texto litúrgico entoado.

Data da expressão [FRBR]	a data em que a expressão foi criada; inclui datas únicas e intervalos de datas, data de escrita, digitação, tradução, de realização de uma obra.
Meio de desempenho da expressão [FRBR]	o instrumento, vocal e/ou outro meio de atuação da expressão de uma obra musical; inclui instrumentos individuais ou conjuntos, orquestras, vozes individuais, coros, objetos a serem usados na execução da obra.
Idioma da expressão [FRBR]	idioma em que a obra é expressa; Inclui o (s) idioma (s) da expressão como um todo e idiomas de componentes individuais da expressão.
Técnica [FRBR]	método usado para visualizar uma imagem gráfica (ex.: gravação) ou para realizar movimento em uma imagem projetada (ex.: animação, ação ao vivo, geração de computadores, 3D).
Outra característica distintiva [FRBR]	característica da expressão que diferencia uma expressão de outra da mesma obra; inclui nomes associados às versões variantes de uma obra e designações de "edição" e versão relacionadas ao conteúdo intelectual da expressão (ex.: Versão 2.1; ed. Abreviada).

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 12 - Atributos de uma manifestação

Designação de edição [FRBR]	elemento de informação que aparece na manifestação que indica uma diferença no conteúdo ou na forma entre a manifestação e uma outra anterior ou simultânea a esta, emitido pelo mesmo editor/ distribuidor.
Local de publicação/ distribuição [FRBR]	*cidade, ou outro local associado à manifestação.*
Editor/distribuidor [FRBR]	*indivíduo, grupo ou organização nomeada na manifestação como responsável pela publicação, fabricação, distribuição, emissão ou liberação da manifestação.*
Data de publicação/ distribuição [FRBR]	*data (ex.: ano) da liberação pública da manifestação.*
Formato do suporte [FRBR].	*a classe de material do suporte da manifestação; inclui cassete de som, videodisco, cartucho de microfilme.*
Numeração [FRBR]	*designação do volume/edição, e/ou data que aparece em uma série.*

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 13 - Atributos de um item

*Local do item **	a coleção e ou instituição em que o item é mantido, armazenado ou disponibilizado para acesso.
*Histórico de custódia do item **	o registro de propriedade anterior de um item.
*Fonte de aquisição do item **	fonte da qual um item foi adquirido e circunstâncias em que foi adquirido.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 14 - Atributos de um nome

Tipo de nome	categoria de um nome; inclui nomes pessoais, corporativos, nomes de famílias, nomes comerciais; títulos de obras e manifestações e; nomes de conceitos, objetos, eventos e lugares.
Cadeia de nome	sequência de caracteres numéricos e/ou alfabéticos ou símbolos que representam o nome de uma entidade.
Escopo de uso	forma da obra associada a um nome específico para pessoa; Inclui formas, gêneros, etc. (ex.: obras literárias, críticas de obras, obras de matemática, romances policiais) associados com um nome usado por um autor.
Datas de uso	datas associadas ao uso de um nome específico estabelecido para uma pessoa, entidade corporativa ou família.
Idioma do nome	idioma em que o nome é expresso.
Script do nome	o script no qual o nome é renderizado
Esquema de transliteração	esquema usado para produzir a forma transliterada do nome.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 15 - Atributos de um identificador

Tipo de Identificador	código ou outra designação indicando o tipo de identificador (ou seja, o domínio no qual o identificador está atribuído); inclui cadeias alfabéticas, que identificam o sistema de numeração (ex.: "ISBN", "ISSN") inclui símbolos que designam o tipo de identificador (ex.: ®).

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 16 - Atributos de um ponto de acesso controlado

Tipo de ponto de acesso controlado	categorização ou descritor genérico para o ponto de acesso controlado; inclui termos e/ou códigos que designam o tipo de ponto de acesso, como ponto de acesso de nome: pessoal, de família, corporativo, reunião, nome territorial, ponto de acesso de título, título coletivo ou pontos de acesso que consistem em uma combinação de nomes (como ponto de acesso de criador/título).
Status do ponto acesso controlado	uma indicação do nível de estabelecimento do ponto de acesso autorizado para a entidade (ex.: provisório).
Uso designado de ponto de acesso controlado	indicação de como as regras sob as quais o ponto de acesso controlado foi construído o designam: autorizado preferencial) ou variante (não preferencial).
Ponto de acesso Indefinido	indicação de que o ponto de acesso controlado para a forma autorizada de nome (isto é, ponto de acesso autorizado) é insuficientemente preciso para diferenciar entre duas ou mais entidades que usam o mesmo nome.
Idioma do ponto de acesso base	idioma em que o ponto de acesso base é registrado.
Idioma da catalogação	o idioma no qual as adições ao ponto de acesso base são registradas.
Script de ponto de acesso base	a forma de caracteres gráficos em que os dados do ponto de acesso base são registrados.
Script de catalogação	forma dos caracteres gráficos em que os dados do ponto de acesso base são registrados. Detalhamento do trabalho que gerou o primeiro registro para representar dados da obra catalogada (ex.: livro ou tese).
Esquema de transliteração do ponto de acesso base	indicação do esquema usado na transliteração do ponto de acesso base.
Esquema de transliteração de catalogação	Uma indicação do esquema usado na transliteração de quaisquer adições ao ponto de acesso base.
Fonte do ponto de acesso controlado	fonte de publicação ou referência usada para estabelecer a forma do nome ou título no qual o ponto de acesso controlado se baseia; inclui o título, editor, data, etc., do recurso para o qual o ponto de acesso controlado foi originalmente criado; inclui o título, edição, etc., da fonte estabelecimento do nome ou título convencional.
Ponto de acesso base	Todos os elementos que são parte integrante do nome ou identificador que forma a base do ponto de acesso; inclui os elementos: nome, começando com o nome de uma pessoa, família ou entidade coletiva; frase associada a uma pessoa, quando o seu nome é desconhecido; nome para órgão subordinado ou relacionado; para agência governamental, funcionário, tribunal, etc; conselho religioso ou província subordinados; títulos convencionais (tratados, leis, obras, seleções, etc.); o (s) elemento (s) adicional (ais) para título coletivo.
Adição	nome, título, data, local, número ou outra designação adicionada ao ponto de acesso base, chamado, também, de "qualificador"; inclui: forma mais completa de nome; título de nobreza, ou título eclesiástico; datas associadas; local associado a um entidade corporativa; número, termo chave ou de performance associado a uma obra musical; título de uma adaptação ou versão de uma obra adicionada; termo de idioma ou forma.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 17- Atributos de regras

Citação de regras	citação para o código de catalogação, conjunto de regras, instruções etc.; inclui título das regras, e, se necessário, o nome do organismo responsável pelas regras, a designação da edição, a data., ou ainda, uma referência a uma ou mais regras específicas do código de catalogação.
Identificador de regras	acrônimo, ou iniciais, ou código alfanumérico que identifica as regras.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

QUADRO 18 - Atributos de uma agência

Nome da agência	nome pelo qual a agência é comumente conhecida; inclui o nome da agência responsável: pela criação do registro, por transcrever o registro em formato legível por máquina, por modificar o registro ou para emitir o registro; siglas ou iniciais usadas no lugar do nome da agência.
Identificador da agência	*código alfanumérico que identifica a agência; inclui* códigos padrão usados como identificadores de agência (ex.: ISO 15511e códigos MARC).
Localização da agência	lugar, país, estado/província, cidade etc. em que a agência está localizada, ou com sede, ou o endereço da agência.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

2.7.4 Os Relacionamentos das entidades do FRAD

Além das entidades e dos atributos, o FRAD também define os relacionamentos existentes entre as entidades. Depois de escolhidas as entidades, e respectivos atributos a serem usados em um registro de autoridade específico, os relacionamentos contribuem para melhor entender essas entidades no contexto do arquivo de autoridade (IFLA, 2013). O modelo apresenta quatro grandes categorias de relacionamentos refletidos nos dados de autoridade[26], as quais foram sintetizadas por Assumpção (2012, p. 47), em:

- relacionamentos em um nível genérico *entre* as entidades do modelo;
- relacionamentos *entre* pessoas, famílias, entidades coletivas *e* obras;
- relacionamentos *entre* nomes *e* pessoas, famílias, entidades coletivas *e* obras; e
- relacionamentos *entre* pontos de acesso controlados.

A primeira categoria refere-se aos *relacionamentos em nível genérico* definidos no FRAD, ou seja, as associações entre entidades bibliográficas e os nomes pelos quais essas entidades são conhecidas, assim como os identificadores atribuídos a essas entidades. A

[26] O FRAD possui notas esclarecendo que os tipos de relacionamentos identificados no modelo destinam-se a ser apenas representativos, sem a intenção de fornecer uma lista exaustiva de relacionamentos em cada categoria, tampouco de tornar esses relacionamentos obrigatórios ou opcionais.

Figura 5, abaixo, representa as relações dessa categoria, que podem ser explicadas da seguinte forma:

> a) pessoas, famílias, entidades corporativas, obras, expressões, manifestações, itens, conceitos, objetos, eventos e lugares "têm denominação" (ou seja, são "conhecidos por") nomes que estão associados a elas; da mesma forma, essas entidades podem ter identificadores "atribuídos".
>
> b) Um relacionamento pode ocorrer entre pessoas, famílias e entidades corporativas, por um lado, e obras, expressões, manifestações e itens, por outro;(ex.: uma pessoa pode estar associada a uma obra (como autor da obra, como réu em um julgamento relatado na obra, etc.).
>
> c) uma pessoa, ou entidade coletiva, pode estar associado à expressão de uma obra (ex.: como executante), a uma manifestação (ex.: como produtora) ou com um item (ex.: como proprietário do item).
>
> d) o relacionamento genérico ("associado com") pode ser refletido nos registros de autoridade de nome/título por meio da combinação de um ponto de acesso de nome representando a pessoa, família ou entidade coletiva e um ponto de acesso ao título representando uma obra, expressão, manifestação ou item.
>
> e) os relacionamentos representados na parte inferior da Figura 3, acima, mostram as associações *entre nomes e identificadores e os pontos de acesso controlados*, "baseados" nesses nomes e identificadores, as regras que "governam" a forma e a estrutura dos pontos de acesso e as agências que "aplicam" as regras na "criação e modificação" de pontos de acesso controlados.

Sobre os *relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades coletivas e obras*, ou seja, entre as entidades do Grupo 1 e as entidades do Grupo 2 dos FRBR, Jin e Sandberg (2014) explicam:

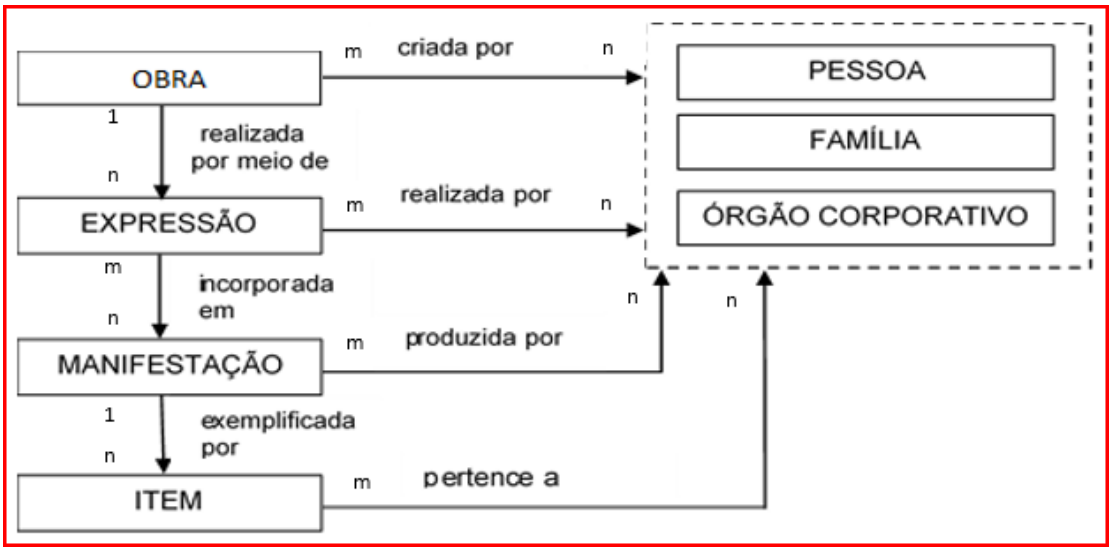
> “Uma obra é criada por uma pessoa ou uma instituição. Uma expressão é realizada por uma pessoa ou instituição. Uma manifestação é produzida por uma pessoa ou instituição. Um item pertence a uma pessoa ou uma instituição” (JIN; SANDBERG, 2014, p. 223-224, tradução nossa).

Nesta categoria, os relacionamentos:

> a) são os que atuam entre instâncias específicas de entidades do mesmo tipo (ex: entre uma pessoa e outra, ou entre uma obra e outra), bem como aqueles que atuam entre uma instância específica de um tipo de entidade e uma instância específica de outro tipo de entidade (Ex.: entre uma pessoa e um entidade corporativa);

> b) são expressos em dados de autoridade como o relacionamento entre os nomes autorizados (forma preferida de nome) dados a cada entidade; e
>
> c) podem ser explicitados por meio de notas informativas, frases de instruções, anotações do catalogador ou dados codificados usados para gerar constantes de exibição, ou podem simplesmente ser implementados através do relacionamento de referência "ver também" entre uma forma autorizada de nome e outra (IFLA, 2013, p. 31-32).

FIGURA 5 - Relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades coletivas e obras



Fonte: Taniguchi, 2012, p. 931, traduzido pelas autoras.

No diagrama acima (FIGURA 5), a cardinalidade designa o número de instâncias que podem existir em cada lado de um relacionamento: muitos-para-muitos, muitos-para-um (ou um-para-muitos), ou um-para-um. A cardinalidade de “realizada por meio de” é um-para-muitos e, na figura, a combinação de “1” e “n” é usada para representar essa cardinalidade. A cardinalidade muitos-para-muitos é representado pela combinação de "m" e "n." Relacionamentos como “é criado por” e “é realizado por” “produzida por” e “pertence a” são definidos entre entidades dos Grupos 1 e 2.

No Quadro 19 são destacados os tipos de relacionamentos que acontecem entre instâncias específicas da pessoa, família, entidade coletiva ou obra da entidade, ou, ainda entre uma instância de um desses tipos de entidade e uma instância de um tipo de outra entidade, e geralmente agem nos registros de *nome*, *título* e *nome/título*. O modelo FRAD fornece ainda, nas seções 5.3.1 a 5.3.7, definições e exemplos para cada um dos tipos desses relacionamentos identificados abaixo.

QUADRO 19 - Relacionamentos entre pessoas, famílias, entidades corporativas e obras

Tipo de entidade	Exemplos de tipos de relacionamento
Pessoa ⇔ Pessoa	▪ relacionamento de pseudônimos; relacionamento secular; relacionamento religioso; relacionamento oficial; relacionamento atributivo; relacionamento colaborativo; relacionamento entre irmãos; relação pai/filho.
Pessoa ⇔ Família	▪ relacionamento entre membros
Pessoa ⇔ Entidade corporativa	▪ relacionamento entre membros
Família ⇔ Família	▪ relacionamento genealógico
Família ⇔ Entidade corporativa	▪ relacionamento de fundação; relacionamento de propriedade
Entidade corporativa ⇔ Entidade corporativa	▪ relacionamento hierárquico; relacionamento sequencial
Obra ⇔ Obra	▪ relacionamento de equivalência; relacionamento derivado; relacionamento descritivo; relacionamento todo/parte; relação de acompanhamento (parte/parte); relacionamento sequencial; relação característica compartilhada

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

A terceira categoria trata dos *relacionamentos entre os vários nomes de pessoas, famílias,* entidades corporativas *e Obras, que são* os relacionamentos que atuam entre uma instância específica de um *nome* de uma entidade e outros *nomes* para essa entidade representada. Observa-se que os relacionamentos, nessa categoria, normalmente são refletidos, de maneira implícita:

> - como *nome* para nomear relacionamentos por meio de uma referência "ver" (de um formulário variante ao formulário autorizado do nome) ou;
>
> - por meio de referências “ver também” (entre formas de nome autorizadas relacionadas para duas ou mais entidades relacionadas);

O Quadro 20, abaixo, destaca os tipos desses relacionamentos. Também para essa categoria, definições e exemplos para cada tipo de relacionamento são apresentados em seções específicas (5.4.1 -a 5.4.4) do FRAD.

QUADRO 20 - Relacionamentos entre vários nomes de pessoas, famílias, entidades corporativas e obras

Tipo de entidade	Exemplos de tipos de relacionamento
Nome da Pessoa ⇔ Nome da Pessoa	▪ relacionamento de nome anterior; relacionamento de nome posterior; relacionamento alternativo de forma linguística; outros relacionamentos de nomes variantes.
Nome da família ⇔ Nome da família	▪ relacionamento alternativo de forma linguística
Nome da entidade corporativa ⇔ Nome da entidade corporativa	▪ relacionamento de nome expandido; relacionamento de sigla/iniciais/abreviações; relacionamento alternativo de forma linguística; outros relacionamentos de nomes variantes.
Nome da obra ⇔ Nome da obra	▪ relacionamento alternativo de forma linguística; relacionamento de nome convencional; outros relacionamentos de nomes variantes.

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

Na quarta categoria, apresentam-se os *relacionamentos entre pontos de acesso controlados,* que são aqueles que atuam entre as instâncias da entidade *ponto de acesso controlado*, isto é, ou seja, *entre um ponto de acesso e outro*, diferentemente de relacionamentos que operam entre as entidades *nome* ou o *identificador,* os quais formam a base para o ponto de acesso controlado. Esses relacionamentos podem ser explicitados por meio de dispositivos de ligação, como campos de ligação e subcampos de controle (ex.: um link entre representações de roteiros alternativos de um mesmo *ponto de acesso controlado*).

Os relacionamentos entre *pontos de acesso controlados* refletidos, comumente, nos mecanismos de estrutura de vinculação, conforme mostrado no Quadro 21, são: relacionamentos paralelos de idioma, relacionamentos alternativos de script (roteiro) e relacionamentos de regras diferentes. Como relacionamentos adicionais, tem-se os relacionamentos: entre *pontos de acesso controlados* para os *nomes* das *entidades bibliográficas*; entre *pontos de acesso* para o *número de classificação* correspondente, ou o *termo do assunto* para a mesma entidade e; entre o *ponto de acesso do nome* e o *identificador* da entidade, que podem estar relacionados com a versão digitalizada de uma entidade.

QUADRO 21 - Relacionamentos entre pontos de acesso controlados

Tipo de entidade	Tipos de relacionamento
Ponto de acesso controlado ⇔ Ponto de acesso controlado	▪ relacionamento de idioma paralelo ▪ relacionamento alternativo de *script* (alfabeto) ▪ relacionamento de regras diferentes ▪ relacionamento de nome/termo do assunto correspondente ou número de classificação ▪ relacionamento de nome/identificador

Fonte: Elaborado pelas autoras. Adaptado de IFLA, 2013.

2.7.5 As Tarefas do usuário no FRAD

Segundo Patton (2005, p. 46), assim como no modelo FRBR, no FRAD as entidades, atributos e relacionamentos foram mapeados em relação às tarefas do usuário, com a intenção de explicar como os dados de autoridade apoiam cada tarefa específica. Primeiramente, torna-se necessário reforçar que, nos requisitos funcionais deste novo modelo, os usuários dos dados de autoridade incluem:

> - Os criadores de dados de autoridade, que criam e mantêm os dados de autoridade;

> - Os usuários que se valem das informações de autoridade, seja através do acesso direto a dados de autoridade, ou indiretamente, através dos pontos de acesso controlados (formas autorizadas e/ou formas variantes de nome, referências etc.) em catálogos, bibliografias e outras bases de dados similares (IFLA, 2013, p. 46).

Strader (2017, p. 353) considera os dois tipos de usuários presentes no FRAD como sendo: os usuários internos (criadores de dados de autoridade, que designam e mantêm dados de autoridade) e os usuários finais (usuários que usam informações de autoridade por meio de acesso direto aos dados de autoridade ou indiretamente por meio de pontos de acesso controlados).

Assim como no FRBR, são quatro o número de tarefas que representam todos os usuários. Entretanto, duas delas são diferentes às do FRBR, como poderá ser visto em suas definições, abaixo:

> - *Encontrar* uma entidade ou conjunto de entidades que corresponda aos critérios declarados (ou seja, para encontrar uma única entidade ou um conjunto de entidades, usando um atributo ou combinação de atributos, ou um relacionamento da entidade como critério de pesquisa); ou explorar o universo de entidades bibliográficas, usando esses atributos e relacionamentos.
>
> - *Identificar* uma entidade (isto é, para confirmar que a entidade representada corresponde à entidade procurada, para distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes), ou para validar a forma do nome a ser usada para um ponto de acesso controlado.
>
> - *Contextualizar*: situar uma pessoa, entidade corporativa, obra etc., em um contexto; esclarecer o relacionamento entre duas ou mais pessoas, entidades corporativos, obras etc.; ou esclarecer a relação entre uma pessoa, entidade corporativa etc., e um nome pelo qual essa pessoa, entidade corporativa etc. é conhecido (por exemplo, nome usado na religião versus nome secular).
>
> - *Justificar*: documentar o motivo do criador dos dados da autoridade ao escolher o nome ou a forma do nome, na qual um ponto de acesso controlado se baseia (IFLA, 2013, p. 46).

De acordo com Moreno (2009), as duas primeiras tarefas, *encontrar* e *identificar*, não diferem tanto das que são propostas pelo modelo inicial FRBR, ocorrendo apenas um acréscimo em relação à validação da forma do nome, na tarefa *identificar*. Para ele, essa tarefa é válida para ambos os usuários descritos acima: o criador do registro e o usuário final. No entanto, as outras duas tarefas referem-se, de maneira exclusiva, às atividades do criador do registro, qual seja a de criar relacionamentos, ao *contextualizar* o nome adotado, e, após, *justificar* a escolha desse nome (MORENO, 2009, p. 63). Strader (2017, p. 352) reforça esse ponto de vista ao afirmar que facilmente todos os usuários conseguirão *encontrar* e *identificar* dados de autoridade, na maioria das vezes indiretamente, por meio de

cabeçalhos e pontos de acesso em catálogos e outros bancos de dados. No entanto, considera *Contextualizar* e *Justificar* um pouco mais difíceis de ser vistos na perspectiva do usuário final, pois:

> *Contextualizar* tem a ver com colocar uma entidade em um contexto, esclarecendo sua relação com outras entidades e o nome pelo qual ela pode ser conhecida de forma única; este processo é comum, se não necessário, dentro da aprendizagem e pesquisa específicas da disciplina e pode ser visto como parte do identificar (ou como parte do FRSAD's ou do explorar FRBR-LRM's). [...] *Justificar*, conforme definido pelo FRAD, é uma tarefa interna, pois tem a ver com documentar os motivos pelos quais um determinado nome é exclusivamente estabelecido como ponto de acesso [...] (STRADER, 2017, p. 352).

Segundo Assumpção (2012, p. 49-50), “assim como o FRBR trouxe importantes contribuições para os estudos e desenvolvimentos relacionados aos registros bibliográficos, o FRAD contribui para a compreensão e aplicação dos dados de autoridade”. Para o autor, a primeira contribuição importante foi o fato desse modelo “definir as entidades de interesse dos usuários dos dados de autoridade”, o que permitiu a idealização de “um conjunto de atributos e relacionamentos para cada um dos tipos de ‘coisas’ do universo dos dados de autoridade”, acrescentando que:

> O mapeamento realizado nos documentos existentes referentes aos dados de autoridade (FRBR, GARR, UNIMARC Manual, MLAR e ISAAR(CPF) possibilitou que fosse definido um conjunto de atributos para cada uma das entidades de modo que esses conjuntos refletissem a prática atual. (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 50)

Outra contribuição do FRAD destacada por Assumpção (2012) é a definição das tarefas do usuário, por consentirem que fossem elencados elementos mínimos para se descrever uma entidade.

Importante, ainda, salientar o grande apoio do FRAD às atividades de controle de autoridade, o que pode garantir melhor desempenho na recuperação da informação (ASSUMPÇÃO E SANTOS, 2010, p. 1), assim como a sua grande influência na elaboração do conjunto de regras de catalogação descritiva presentes nas normas RDA.

2.8 Modelo de Referência da Biblioteca IFLA LRM (FRBR LRM).

Os sistemas de Recuperação da Informação têm sido afetados por mudanças intensas, que ocorrem no universo bibliográfico, não somente em relação a formação das coleções e seus usuários, mas especialmente às tecnologias relacionadas às ferramentas de mediação (BIANCHINI, 2017, p. 87). Essas mudanças têm refletido na aplicação dos

modelos de requisitos funcionais (FR), que já contam com três modelos diferentes para atender aspectos específicos no contexto bibliográfico. Dados vinculados se tornaram parte do panorama bibliográfico, requerendo maior organização e clareza nos modelos, para que estes possam usufruir das vantagens oferecidas pela web semântica, qual seja a de permitir a navegação em ambientes de dados vinculados (BIANCHINI, 2017).

Quando o FRAD (2009) e o FRSAD (2010) foram finalizados, já era visível a necessidade de "combinar ou consolidar a família FRBR em um único modelo coerente para esclarecer o entendimento do modelo geral e remover barreiras à sua adoção" (RIVA; ŽUMER, 2015, p.1). Assim como o modelo para dados bibliográficos, também esses dois modelos foram elaborados de forma independente, durante muitos anos, por grupos de trabalho e pontos de vista diferentes, mas com soluções distintas para problemas comuns. Embora a estrutura de modelagem de relacionamento entre entidades seja a mesma e considerando que, em um sistema bibliográfico completo, os três modelos se façam necessários, "a tentativa de adotá-los em um único sistema exigia a solução de problemas complexos de maneira ad hoc[27], com orientação mínima dos modelos."

Neste contexto, surgiu o *IFLA Library Reference Model* (IFLA-LRM), para o qual o FRBR Review Gr*oup,* tem atuado desde 2011, estabelecendo-se, em 2013, o Consolidation Editorial Group IFLA FRBR (CEG), um subgrupo voltado para o estudo de consolidação dos modelos da família FR. As tarefas deste Grupo incluíam não apenas a especificação de como ajustar os três modelos existentes, mas também a incorporação de percepções obtidas em suas publicações iniciais.

Strader (2017 9 p. 353) considera que "as diferenças entre os três modelos originais existem por uma razão: dados de autoridade não são o mesmo que dados_bibliográficos," [portanto] "os tipos de registros são muito diferentes". Para este autor, "O FRSAD prenunciou o FRBR-LRM na discussão de sua rel*ação* com o FRBR e o FRAD", lembrando que ao incluir a tarefa *explorar*, o IFLA LRM baseou-se nas conclusões do estudo do usuário conduzido pelo FRSAR, o qual considerou que "os usuários de dados de autoridade de assunto também usam esses dados para explorar um domínio, se familiarizar com a terminologia e identificar relacionamentos semânticos" (STRADER, 2017, p. 354).

Portanto, o Modelo de Referência de Biblioteca, a partir de sua publicação, em 2017, com a finalidade de resolver inconsistências entre os três modelos, unificou e consolidou os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR, os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade - FRAD e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto

[27] Expressão latina, geralmente usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina para aquele fim específico. Em Informática, uma rede ad hoc é uma ligação temporária entre vários computadores e dispositivos utilizada para uma finalidade específica, por exemplo: jogos em rede, partilha de documentos, partilha de impressora, partilha de internet com os utilizadores da rede etc. Fonte: www.significados.com.br.

– FRSAD. Cada tarefa, entidade, atributo e relacionamento do usuário dos três modelos originais foram examinados, as definições tiveram que ser revisadas e algumas remodelagens foram necessárias para desenvolver uma consolidação significativa. O resultado é um modelo único, simplificado e logicamente consistente que cobre todos os aspectos dos dados bibliográficos e que, ao mesmo tempo, traz a modelagem de acordo com as práticas atuais de modelagem conceitual.

O IFLA LRM foi projetado para ser usado em ambientes de dados vinculados e para apoiar e promover o uso de dados bibliográficos em ambientes de dados vinculados. Traduzido, recentemente, para o português, recebeu o título "*IFLA Library Reference Model:* um modelo conceitual para a Informação Bibliográfica", traz como finalidade: "definição de um modelo de referência conceitual para fornecer uma estrutura para a análise de metadados não administrativos relacionados aos recursos das bibliotecas" (RIVA; LE BŒUF; ŽUMER, 2017). O escopo do documento do IFLA LRM declara:

> O modelo IFLA LRM visa *criar princípios gerais explícitos* que governam a *estrutura lógica das informações bibliográficas*, *sem fazer pressuposições sobre como esses dados podem ser armazenados* em qualquer sistema ou aplicativo em particular. Como resultado, o modelo *não faz distinção entre dados* tradicionalmente armazenados em *registros bibliográficos* ou de c*oleções* e dados tradicionalmente armazenados em *registros de autoridade de nome* ou *assunto*. Para os propósitos do modelo, *todos esses dados estão incluídos no termo informação bibliográfica* e, como tal, estão dentro do escopo do modelo (RIVA; LE BŒUF; ŽUMER, 2017, p. 9).

BIANCHINI (2017), ao estudar as características fundamentais do modelo IFLA LRM, destaca as mudanças na definição de entidades, atributos e relacionamentos descritos no modelo anterior da família FRBR, consideradas por ele como inovadoras.

Importante reforçar que, para a base de implementação IFLA LRM, foi adotado um modelo conceitual de alto nível, pretendendo ser um guia para formular regras de catalogação e implementar sistemas bibliográficos. Sendo que a "aplicação prática precisará determinar um nível apropriado de precisão, exigindo a expansão no contexto do modelo ou possivelmente algumas omissões." Entretanto, para que uma implementação contenha uma aplicação fiel do modelo, deve ser respeitada a estrutura básica das entidades, assim como os relacionamentos entre elas, incluindo as restrições de cardinalidade, e o anexo dos atributos utilizados (RIVA, LE BOEUF, ZUMER, 2017, item 2.2).

Para falar sobre as mudanças disponíveis no IFLA LRM, em relação aos modelos anteriores (FRBR-FRAD-FRSAD), além do documento do modelo (RIVA, LE BOEUF, ZUMER, 2017), serão utilizadas as considerações feitas por Bianchini (2017), através do detalhamento de cada uma delas.

2.8.1 As Tarefas do usuário no IFLA LRM

As tarefas definidas no IFLA LRM representam uma “generalização das muitas tarefas específicas que poderiam ser realizadas pelos usuários dos dados e dos bancos de dados da biblioteca” (RIVA; LE BOEF; ZUMMER, 2017, p.100). O novo modelo apresenta casos de uso dessas tarefas específicas, que mostram a relação entre a atividade do usuário final e o modelo, delimitando a busca de informações do usuário final em função das entidades, atributos e relacionamentos definidos no modelo. Ou seja, em uma situação real, muitas variantes ou combinações poderiam ser encontradas a partir de cada uma das tarefas definidas pelo modelo.

Em síntese, são estas as tarefas dos usuários, segundo o modelo IFLA LRM:

> **Encontrar:** reunir informações acerca de um ou mais recursos de interesse pesquisado sobre qualquer critério relevante;
>
> **Identificar:** Compreender, de maneira clara, a natureza dos recursos encontrados e distinguir recursos semelhantes;
>
> **Selecionar:** determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos;
>
> **Obter**: acessar o conteúdo dos recursos aceitos;
>
> **Explorar:** descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles, e assim, contextualizá-los (RIVA; LE BOEF; ZUMMER, 2017, p.100).

As primeiras quatro tarefas são generalizações das quatro funções do FRBR (IFLA, 2016). A tarefa *encontrar* inclui a tarefa respectiva encontrada nos FRBR, FRAD e FRSAD, e a tarefa *selecionar* inclui sua tarefa originada do FRBR e FRSAD. (ver QUADRO 22).

A função *explorar* - ou “*descobrir* recursos usando as relações entre eles e, assim, colocando recursos em um contexto "(Riva, Le Boeuf, e Žumer 2017, 14) - é assumida pela função de *navegação*, já formulada de forma explícita nas obras de Elaine Svenonius (2000; 2018), reconhecida e incluída na Declaração de Princípios de Catalogação Internacional, (2009) assim como no novo código de catalogação internacional – RDA (2010). Através deste recurso, ao tornar os *relacionamentos explícitos* e fornecendo *informações contextuais*, a IFLA LRM reconhece a *importância das descobertas feitas pelo usuário* em suas pesquisas, aparentemente, por acaso (RIVA; LE BOEUF; ŽUMER, 2017).

A diminuição da importância de duas funções presentes no FRAD, *contextualizar* e *justificar,* chama a atenção para uma categoria muito mais ampla de usuários aos quais o modelo se dirige, ou seja, aos *usuários finais do sistema* e não aos chamados intermediários (ou seja, as agências que criam os dados).

QUADRO 22 - Tarefas do usuário na família FR

FRBR (1998)	*Encontrar*	*Identificar*	*Selecionar*	*Obter*	
FRAD (2008)	*Encontrar*	*Identificar*	*Contextualizar*	*Justificar*	
FRSAD (2010)	*Encontrar*	*Identificar*	*Selecionar*	*Explorar*	
FRBR-LRM (2017)	*Encontrar*	*Identificar*	*Selecionar*	*Obter*	*Explorar*

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Strader (2017, p. 351).

2.8.2 As Entidades no modelo LRM

No processo de consolidação, entidades semelhantes nos três modelos e as definições relacionadas (como a entidade *nome* no FRAD e a entidade *nomen* no FRSAD) foram submetidas a um exame minucioso para determinar se, e como, eles (os modelos) poderiam ser mesclados e generalizados.

Ao mesmo tempo, entidades sem atributos ou relacionamentos específicos não foram mantidas neste processo de revisão. As entidades que existiam inicialmente - 10 no FRBR, 16 no FRAD e 3 no FRSAD - eram, de tempos em tempos, mantidas (embora redefinidas), fundidas, abandonadas, consideradas irrelevantes ou finalmente consideradas como uma espécie de outra entidade do modelo que estava sendo definido. Para o IFLA LRM, novas entidades foram criadas, buscando obter um modelo mais simples, que pudesse destacar as generalizações implícitas e para reduzir a redundância dos relacionamentos e atributos. O novo modelo integrado resultou em 11 entidades: Res, Obra, Expressão, Manifestação, Item, Agente Persona, Agente Coletivo, *Nomen*, Local e Intervalo de tempo. No Quadro 23, abaixo, são apresentadas as entidades do LRM, a definição e origem de cada uma delas.

QUADRO 23 - Entidades do modelo IFLA LRM

Entidade	**Definição**	**Fonte**
Res	Qualquer entidade do universo do discurso	Redefinido do FRSAD
Obra		FRBR
Expressão		FRBR
Manifestação		FRBR
Item		FRBR

Agente	Uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações	Nova; Superclasse: res Subclasses: pessoa, agente coletivo
Pessoa	Um indivíduo	FRBR - Superclasse: agente
Agente coletivo	Uma reunião ou organização de pessoas com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade	Superclasse: agente
Nomen	Uma associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela	Superclasse: res Fusão de FRSAD: nome e FRAD: nome e ponto de acesso controlado, (incluindo o tipo de Identificador)
Lugar	Uma extensão de espaço determinada	Superclasse: res Readaptado do FRBR: lugar
Intervalo de tempo	Uma extensão temporal que possui um início, um fim e uma duração	Nova; Superclasse: res

Fonte: Adaptado de Riva, Le Boeuf e Zumer, 2015, p. 4-5; 2017, p. 21-37).

Todas as *entidades do Grupo 1* do FRBR (Obra, Expressão, Manifestação e Item), ou seja, as entidades que representam os diferentes aspectos dos interesses dos usuários em relação aos produtos de uma atividade intelectual ou artístico, foram mantidas pelo novo modelo. No entanto, as definições dessas entidades foram alteradas para torná-las independentes umas das outras; por exemplo, a entidade de manifestação foi definida no FRBR como "a materialização física da expressão da obra", no LRM a Manifestação é definida como "conjunto de todas as mídias que se presume compartilhar as mesmas características em relação ao conteúdo intelectual ou artística e os mesmos aspectos da forma física". Para evitar referências a entidades Expressão e Obra na definição, o todo é definido tanto pelo conteúdo como pelos suportes, o que certamente exigirá um maior esforço de compreensão.

As entidades do Grupo 2 do modelo original - ou seja, Pessoa, Família e entidade coletiva, responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, da produção física e da disseminação ou guarda, foram ligeiramente modificadas: permanece a entidade *Pessoa* - e a definição dada no FRBR é mantida (não a do FRAD), enquanto *Família* e *Instituição* não são mais consideradas entidades, tornando-se categorias da nova entidade *Agente Coletivo*.

As entidades do Grupo FRBR 3 (*Conceito, Objeto, Evento e Lugar*) do FRBR foram abandonadas e a entidade *Local* foi reutilizada para introduzir uma entidade mais geral, juntamente com a nova entidade *Intervalo de tempo*. Essas duas entidades foram definidas como entidades que podem ser associadas a qualquer outra entidade, permitindo assim substituir certos atributos (local de publicação e de nascimento, data de nascimento etc.), com uma relação, de acordo com a lógica da web semântica (exemplo: uma *Manifestação*

"está associada a" um *Local*). As entidades de *conceito, objeto e evento* foram descontinuadas e substituídas pela entidade *Res* com seus atributos e relacionamentos, uma entidade maior que engloba todas as outras - chamada de uma superclasse - incluindo coisas e conceitos materiais ou físicos. Tudo que for considerado relevante para o universo bibliográfico está incluída na entidade *Res*.[28]

As entidades *Nome* (FRAD) e *Nomen* (FRSAD) foram fundidas em uma única entidade *Nomen* (LRM- E9), que se distingue claramente da entidade *Res*. Uma novidade de grande proporção é que o novo modelo abandonou as entidades *Identificador* e *Ponto de Acesso Controlado*, dois conceitos fundamentais nos PIC (2009) e na RDA (2010), se tornando tipos de *Nomen* no novo modelo IFLA LRM.

As duas últimas entidades *Agência* e *Regulamento,* do FRAD, utilizadas para a atribuição de *pontos de acesso controlado* nos processos internos da produção de dados foi abandonado, por ter sido considerado como uma entidade estranha aos objetivos do modelo.

Para fins deste modelo, “uma entidade é uma classe abstrata de objetos conceituais sendo que, para cada entidade, existem muitas instâncias que são descritas em *dados bibliográficos*, de *coleções* ou de *autoridade*. Uma entidade pode ser declarada como uma superclasse de outras entidades que, por sua vez, mantêm com aquela uma relação de subclasse. Uma instância de uma entidade de subclasse é também uma instância da superclasse, como parte da estrutura do modelo entidade-relacionamento expandido, sendo expresso como “is a” (ou isA) (em português, “é um” ou “é uma” (ex.: a entidade pessoa é uma subclasse da entidade agente, e isso pode ser expresso como: pessoa isA agente), sendo que qualquer relacionamento ou atributo que se aplique à entidade agente também se aplica à entidade pessoa, sem precisar ser declarado explicitamente, já que todas as pessoas são agentes. Porém, isto não se aplica no sentido oposto, pois nem todo agente é pessoa. Do mesmo modo, relacionamentos ou atributos explícitos para entidades da subclasse não se aplicam a toda superclasse - ex.: a entidade pessoa (agente) possui um relacionamento com a entidade lugar, que pode ser “é lugar de nascimento de”; no entanto, para agentes coletivos esse relacionamento não se aplica.

QUADRO 24 – Hierarquia das entidades IFLA LRM

Nível superior	**Segundo Nível**	**Terceiro nível**
LRM-E1[29] Res	LRM-E2 Obra	

[28] A escolha do nome *Res*, provavelmente, está relacionada ao termo em latim “coisa”, que indica qualquer entidade definida na web semântica (IFLA (2016b , p. 13; BIANCHINI, 2017, p. 91).

[29] As entidades são numeradas sequencialmente de LRM-E1 a LRM-E11.Cada entidade, atributo e relacionamento do modelo é indicado por um identificador específico: por exemplo, a entidade *Res* é identificada com LRM-E1, seu atributo *Nota* é

	LRM-E3 Expressão	
	LRM-E4 Manifestação	
	LRM-E5 Item	
	LRM-E6 Agente	
		LRM-E7 Pessoa
		LRM-E8 Agente coletivo
	LRM-E9 Nomen	
	LRM-E10 Lugar	
	LRM-E11 Intervalo de tempo	

Fonte: Riva, Le Boeuf e Zumer (2017, p. 20).

O Quadro 24 apresenta, acima, as relações de superclasse e subclasse definidas entre as entidades do modelo IFLA LRM. A única entidade de nível superior (Res), apresenta-se na primeira coluna da tabela, sendo que as entidades subclasses diretas são identificadas na segunda coluna e as indiretas, na terceira coluna. Essas entidades - pessoa e agente coletivo - são chamadas indiretas por serem subclasses da entidade agente, localizada no segundo nível.

2.8.3 Atributos do IFLA LRM

Para a compreensão do método de definição dos *atributos* de uma entidade, nesse modelo, é essencial pensar em sua elaboração a partir do contexto da web semântica e dados vinculados. Ou seja, compreender que, no IFLA LRM, existem duas formas de representar um atributo:

> - como uma sequência de símbolos (uma *string* ou um número, etc., como ”Boletim", "Itália - História", "Londres", "823,9"); e
>
> - como um URI (*Uniform Resource Identifier*) apontando para uma fonte externa (um documento normativo ou referência de qualquer tipo, como um arquivo de autoridade ou uma lista de valores codificados, ex.: http://viaf.org/viaf/14356/) (BIANCHINI, 2017, p. 92, tradução nossa).

Alguns atributos podem ser representados de ambas as maneiras (sequência de símbolos e URIs), outros apenas como sequências de símbolos; uma novidade do modelo LRM é que, para todos os atributos que podem ser representados como URIs, sempre foi preferível estabelecer um relacionamento, em vez de definir um atributo.

Abaixo, no Quadro 25, os atributos são apresentados em ordem alfabética pelo nome do atributo. Nos casos em que o mesmo nome aparece para atributos de entidades diferentes, a segunda ordem da classificação é pelo ID da entidade.

identificado com LRM-E1-A2 e seu relacionamento "está associado a" é identificado com LRM-R1 (RIVA; LEBOEF; ZUMER (2017, p. 20)

QUADRO 25 – Índice por nome de atributos LRM

Nome do atributo	ID do atributo	ID da entidade	Entidade
Atributo de expressão representativa	LRM-E2-A2 a	LRM-E2	Obra
Campo de atividade	LRM-E6 -A2	LRM-E6	Agente
Categoria	LRM-E1-A1	LRM-E1	Res
Categoria	LRM-E2-A1	LRM-E2	Obra
Categoria	LRM-E3-A1	LRM-E3	Expressão
Categoria	LRM-E9-A1	LRM-E9	Nomen
Categoria	LRM-E10-A1	LRM-E10	Lugar
Categoria de suporte	LRM-E4-A1	LRM-E4	Manifestação
Condições de acesso	LRM-E4-A5	LRM-E4	Manifestação
Contexto de uso	LRM-E9-A5	LRM-E9	Nomen
Conversão de escrita	LRM-E9-A9	LRM-E9	Nomen
Declaração de manifestação	LRM-E4-A4	LRM-E4	Manifestação
Direitos de uso	LRM-E3-A4	LRM-E3	Expressão
Direitos de uso	LRM-E4-A6	LRM-E4	Manifestação
Direitos de uso	LRM-E45-A2	LRM-E5	Item
Escala cartográfica	LRM-E3-A5	LRM-E3	Expressão
Escrita	LRM-E9-A8	LRM-E9	Nomen
Esquema	LRM-E9-A3	LRM-E9	Nomen
Extensão	LRM-E3-A2	LRM-E3	Expressão
Extensão	LRM-E4-A2	LRM-E4	Manifestação
Fonte de referência	LRM-E9-A6	LRM-E9-A8	Nomen
Idioma	LRM-E3-A6	LRM-E3	Expressão
Idioma	LRM-E6-A3	LRM-E6	Agente
Idioma	LRM-E9-A7	LRM-E9	Nomen
Informações de contato	LRM-E6-A1	LRM-E6	Agente
Início	LRM-E11-A1	LRM-E11	Intervalo de tempo
Localização	LRM-E5-A1	LRM-E5	Item
Localização	LRM-E10-A2	LRM-E10	Lugar
Meio de execução	LRM-E3-A8	LRM-E3	Expressão
Nomen string	LRM-E9-A2	LRM-E9	Nomen
Nota	LRM-E1-A2	LRM-E1	Res
Ocupação profissional	LRM-E7-A1	LRM-E7	Pessoa
Público alvo	LRM-E3-A3	LRM-E3	Expressão
Público alvo	LRM-E4-A3	LRM-E4	Manifestação
Público alvo	LRM-E9-A4	LRM-E9	Nomen
Término	LRM-E11-A2	LRM-E11	Intervalo de tempo
Totalidade	LRM-E3-A7	LRM-E3	Expressão

Fonte: Riva, Le Boeuf e Zumer (2017, p. 59-60)

No novo modelo, o número de atributos (37 ao todo) diminuiu bastante, já que as propriedades de uma determinada entidade são declaradas como atributos apenas quando não for uma instância de qualquer outra entidade (IFLA, 2016b, p.2). Desta forma, todos os atributos que podem ser reformulados como relações entre entidades (ex.: “local de ...” (entidade *Local*), são substituídos por “*Res* - está associado a – *Local*” (LRM-R33).

Portanto, atributos do FRBR (ex.: título da obra, identificador da manifestação, nome da pessoa e assuntos), assim como atributos do FRAD (atributos do nome e do identificador da agência) são todos representados, no modelo, como instâncias do relacionamento de

denominação: *Res* - tem como denominação – *Nomen* (LRM-R13) (RIVA; LE BOEUF; ŽUMER, 2017).

De acordo com a estrutura da superclasse/subclasse das entidades no IFLA LRM, “um atributo definido para uma entidade da superclasse (como o agente) pode ser aplicado automaticamente às entidades da subclasse (neste caso pessoa, agente coletivo) sem exigir declaração separada no modelo”, o que permite a fusão das informações chave dos atributos do FRAD, como *idioma*, *campo de atividade* para pessoa, família e entidade coletiva, com os atributos definidos para o agente da entidade (LRM-E6-A1 a LRM-E6-A3). Diferentemente, o atributo *profissão/ocupação* (LRM-E7-A1) permanece direcionado apenas para a entidade *pessoa*, pois, logicamente não pode ser aplicado a *agentes coletivos*, enquanto o atributo *gênero* não é definido no IFLA LRM, por não ser considerado como um atributo essencial para a maioria das implementações, embora corretamente colocado com a entidade pessoa no FRAD.

Os atributos FRSAD para o nome da entidade são mesclados, quando possível, com os atributos FRAD para o *nome* de *entidades*, *identificador* e *ponto de acesso controlado*, resultando em 9 atributos IFLA LRM para o nome da entidade (LRM-E9-A1 a LRM-E9-A9).

2.8.4 Os Relacionamentos no IFLA LRM

Relacionamentos, no modelo IFLA LRM, conectam *instâncias* de entidades, que fornecem um contexto para eles (os relacionamentos). No modelo, os relacionamentos são declarados “de uma maneira geral e abstrata e, assim, permitem que os implementadores incluam detalhes adicionais de forma consistente e coerente, com especificações complementares” (RIVA; LE BOEUF; ŽUMER 2017, p. 60).

São 36 os relacionamentos previstos pelo IFLA LRM, os quais são definidos por meio de um formulário direto e reverso, permitindo que o relacionamento seja lido em ambas as direções. Exemplo: o relacionamento entre um *Res* e um *Nomen*, assume duas formas: *Res* - tem como denominação – *Nomen* (LRM-R13) e *Nomen* - é denominação de – *Res* (LRM-R13i).

O LRM é caracterizado por uma estrutura hierárquica, sendo que o relacionamento definido para a entidade *Res* (LRM-R13) se estende a qualquer entidade do próprio modelo. Assim como, para as entidades *Res* atributos - definidas como Categoria (LRM-E1-A1= um

tipo ao qual *Res* pertence como: *objeto*, *obra*, *conceito*, *evento*, *família*, *órgão coorporativo*) e *Nota* (LRM-E1-A2)[30], também são definidas para qualquer outra entidade.

Riva e Zumer (2015, p. 6-7) apresentam, através de esquemas, os variados tipos de relacionamentos apresentados pelo IFLA-LRM. Para melhor compreensão, alguns deles são replicados a seguir, com enfoque maior naqueles que dizem respeito às entidades *Agente*, *Pessoa* e *Agente coletivo*, por estarem diretamente relacionados aos registros de autoridade.

QUADRO 26 - Relacionamento principal – LRM-R1

Domínio	Relacionamento	Nome inverso	Abrangência	Cardinalidade
RES	possui associação com	é associado a	RES	M a M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

O relacionamento principal é o que associa um *Res* com outro *Res* - está associado a – *Res* (LRM-R1), incluindo a forma inversa. Chamada de a mãe de todos os outros relacionamentos, pois um relacionamento é, praticamente, uma associação entre duas entidades, e porque todos os outros relacionamentos do modelo são hierarquicamente subordinados a ela, considerados como um refinamento desta relação geral (RIVA; LE BOEUF; ŽUMER, 2017, 59).

QUADRO 27 - Relacionamentos básicos – LRM-R2 ao LRM-R4

Domínio	Relacionamento	Nome inverso	Abrangência	Cardinalidade
OBRA	é realizada através de	realiza	EXPRESSÃO	1 a M
EXPRESSÃO	é materializada em	materializa	MANIFESTAÇÃO	M a M
MANIFESTAÇÃO	exemplificada por	exemplifica	ITEM	1 a M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

QUADRO 28 - Relações de denominação - LRM-R13

Domínio	*Relacionamento*	*Nome inverso*	*Abrangência*	*Cardinalidade*
RES	possui denominação	é denominação de	NOMEN	M a M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

[30] Atributo *Nota* (LRM-E1-A2). Qualquer tipo de informação sobre uma *Res* que não é registrada pelo uso de atributos específicos e/ou relacionamentos, (ex.: [Cópia com dedicatória. (nota geral de um item]; Cirurgia realizada em nível ambulatorial. [...]. [nota geral sobre um conceito] (RIVA; LE BOEUF; ZUMER, 2017, p.41).

A nova entidade Nomen, definida pelo modelo IFLA LRM, corresponde aos modelos anteriores ou mesmo à terminologia profissional tradicional, para diferentes contextos, como: nome de pessoas, famílias e entidades corporativas; título de obras, expressões e manifestações; assinatura para item; termo, descritor, título de assunto e notação de classificação para os conceitos expressos por meio de linguagens de indexação semântica. Todos esses atributos são representados por um único relacionamento: *Res* - tem como denominação – *Nomen*.

Relacionamentos FRAD entre pessoas foram analisados naqueles relacionados aos nomes de pessoas (todos esses são refinamentos da relação de denominação, LRM-R13) e aqueles entre pessoas na definição do IFLA LRM. Relacionamentos FRAD entre nomes e entre pontos de acesso controlados são modeladas como refinamentos da relação de equivalência de nomen (LRM-R15) mantidos do FRSAD. O relacionamento nomen todo-parte (LRM-R16) também foi mantido como no FRSAD.

Como pode-se observar acima, o relacionamento de denominação FRAD e FRSAD foi mantido usando-se as entidades *res* e *nomen* (LRM-R13), enquanto o relacionamento de atribuição de nomen (LRM-R14) é generalização de vários relacionamentos concernentes à criação ou atribuição das entidades *ponto de acesso controlado* e *identificador*, do FRAD. Os relacionamentos FRAD *é-base-para* são mesclados em um relacionamento geral de derivação de *nomen* (LRM-R17) (RIVA; LE BOEUF; ŽUMER, 2017, 5).

QUADRO 29 - Relacionamento de assunto - LRM-R12

Domínio	Relacionamento	Nome inverso	Abrangência	Cardinalidade
OBRA	possui como assunto	é assunto de	RES	M a M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

Este relacionamento vincula uma *obra* ao(s) tópico(s) correspondentes. A vinculação entre uma *obra* e uma entidade de assunto relacionada é importante para identificar o assunto de uma *obra* individual, assim como para garantir a conexão entre todas as *obras* relevantes para determinado assunto.

QUADRO 30 - Relacionamento de lugar e intervalo de tempo - LRM-R34 a LRM-R36

Domínio	Relacionamento	Nome inverso	Abrangência	Cardinalidade
LUGAR	possui parte	é parte de	LUGAR	M a M
RES	possui associação com	é associado com	NTERVALO DE TEMPO	M para M
INTERVALO DE TEMPO	possui parte	é parte de	INTERVALO DE TEMPO	M para M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

Com a introdução de *Lugar* e *Intervalo de tempo* como entidades, muitos atributos se apresentam, agora, como relacionamentos (ex.: lugar de publicação, lugar de nascimento e data de nascimento etc.)

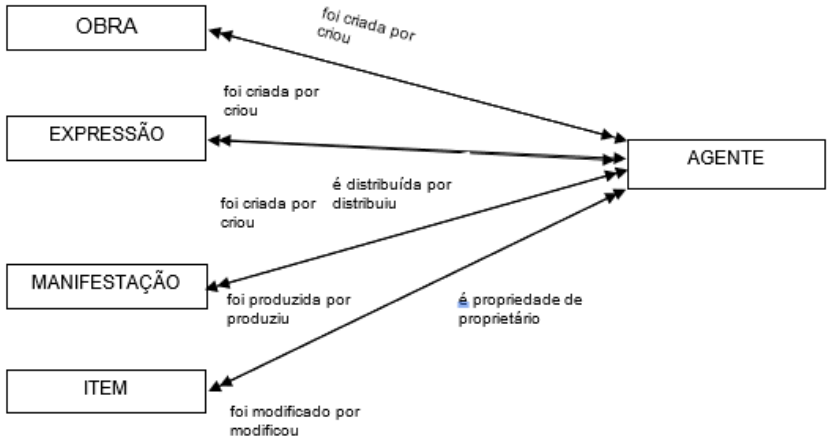
QUADRO 31 - Relacionamentos de responsabilidade- LRM-R5 ao LRM-R11

Domínio	Relacionamento	Nome inverso	Abrangência	Cardinalidade
OBRA	foi criada por	criou	AGENTE	M a M
EXPRESSÃO	foi criada por	criou	AGENTE	M a M
MANIFESTAÇÃO	foi criada por	criou	AGENTE	M a M
MANIFESTAÇÃO	foi produzida por	produziu	AGENTE	M a M
MANIFESTAÇÃO	foi distribuída por	distribuiu	AGENTE	M a M
ITEM	é propriedade de	possui	AGENTE	M a M
ITEM	foi modificado por	modificou	AGENTE	M a M

Fonte: Riva, Le Boeuf e Žumer, 2017.

Após a adição da superclasse do agente, as relações de responsabilidade foram simplificadas, conforme indicado acima, no Quadro 31. Os relacionamentos LRM-R5 a LRM-R11 atuam entre a entidade *agente* (ou pela extensão de uma de suas subclasses) e *obras*, *expressões*, *manifestações* e *itens*, e representam os responsáveis pelos processos de criação, produção (ou fabricação), distribuição, propriedade ou modificação. Todos esses relacionamentos são de muitos para muitos (M a M), indicando que qualquer número de *agentes* pode estar envolvido em qualquer número de instâncias específicas de qualquer um desses processos, podendo ser mais bem compreendidos na Figura 6, a seguir:

FIGURA 6 - Relacionamentos de responsabilidade entre agentes e obras, expressões, manifestações e itens



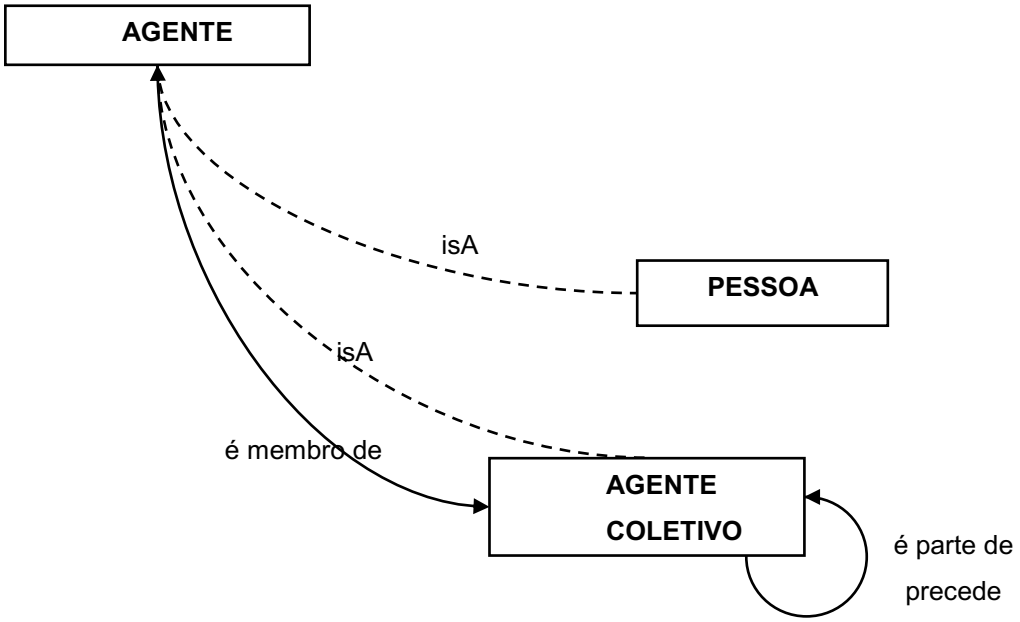
Fonte: Riva, Le Boeuf e Zumer, 2017, p. 86.

Considerou-se importante citar, ainda, os relacionamentos LRM-R30 a LRM-R32, por mostrarem a relação de associação mantida entre um *agente coletivo* e um *agente* (*pessoa* ou outro *agente coletivo*). O relacionamento de adesão (LRM-R30) vincula um *agente* a um *agente coletivo* e inclui a adesão de uma *pessoa* a uma *família* (um tipo de agente coletivo) ou entidade coletiva (outro tipo de agente coletivo) conforme declarado no FRAD. Relacionamentos inteiros (LRM-R31) e predecessor/sucessor (LRM-R32) são declarados *entre agentes coletivos*, cobrindo os relacionamentos hierárquicos e sequenciais de entidades coletivas e relacionamentos genealógicos do FRAD. Adicionalmente, o FRAD definiu os relacionamentos de fundação e propriedade especificamente entre as entidades *família* e *pessoa*; entretanto, nenhum deles foi declarado no IFLA LRM.

Conforme ilustrado no relatório do modelo, e repetido abaixo, (FIGURA 7), sobre os relacionamentos entre agentes, entende-se que:

> Um *agente coletivo* pode ter um ou mais membros e um *agente* pode ser membro de um ou mais *agentes coletivos*; Os *agentes coletivos* podem ter uma ou mais partes que são *agentes coletivos*, e os *agentes coletivos* podem preceder e suceder um ao outro ao longo do tempo; Para esses relacionamentos é acrescentada uma indicação de hierarquia "*isA*" entre a entidade *agente* e suas subclasses *pessoas* e *agente coletivo* (RIVA; LE BOEUF; ZUMER, 2017, p. 5).

FIGURA 7 - Relacionamentos entre agentes



Fonte: Riva, Le Boeuf e Zumer, (2017, p. 88) e Zumer (2018, p. 312).

Ressalta-se que, embora apresente muitas modificações, o novo modelo mantém os três elementos usados nos modelos antecedentes da família FR: as *entidades*,

representadas nas *classes* que constituem o foco de interesse; os *atributos*, presentes nos dados que caracterizam as *instâncias das entidades, e* os *relacionamentos*, que são as propriedades que vinculam as *instâncias das entidades* (BIANCHINI, 2017, p. 97).

O documento do Modelo de referência para Bibliotecas traz muitas outras inovações, mas não é o propósito deste trabalho estender ainda mais em sua apresentação. Na conclusão desta seção, optou-se por incluir a síntese elaborada por Bianchini (2018), que diz que o IFLA LRM:

> 1) é um modelo único para *dados bibliográficos* e *de autoridade*, até mesmo a semântica; 2) fornece *relações hierárquicas entre entidades*, o que garante que entidades de classes subordinadas herdem os relacionamentos e atributos definidos para a entidade de classe superior; 3) *privilegia a definição de relacionamentos entre entidades*, ao invés de atributos de entidades; 4) *distingue*, de forma lógica*, os dados transcritos para recursos e os dados atribuídos a entidades* (BIANCHINI, 2017, p. 97).

Os organizadores do IFLA LRM esclarecem que o modelo "continua sendo um modelo publicado pela comunidade de bibliotecas para dados de biblioteca." Consideram, porém, que é muito interessante o diálogo entre comunidades "no desenvolvimento de ontologias de vários domínios", significando um grande potencial para a melhoria dos serviços aos usuários, pois "o estabelecimento de um modelo único e consistente no domínio da biblioteca, como o IFLA LRM, fornece um pré-requisito favorável e necessário para se desenvolver um futuro modelo comum" (RIVA; LE BOEUF; ZUMER, 2017, p. 12).

Segundo Zumer (2018, p. 318), o IFLA LRM apresenta um importante passo para um modelo completo do universo bibliográfico, "que pode e deve servir de base para o desenvolvimento de regras de catalogação e formatos bibliográficos." Extensões para tipos de materiais específicos, públicos-alvo diferentes e outras circunstâncias importantes para o projeto de sistemas de informação bibliográfica são temas por ele considerados como tarefas futuras importantes. No entanto, o formato bibliográfico e de intercâmbio utilizado nas bibliotecas universitárias brasileiras, ainda, não suporta sua utilização em ambientes de dados vinculados, para o qual o IFLA LRM foi projetado. O que equivale a dizer que o futuro preconizado por Zumer (2018) ainda não chegou para os catálogos de todas as bibliotecas.

Deste modo, embora a fundamentação teórica desta pesquisa tenha incluído as inovações propostas pelo IFLA LRM, seu intuito foi apenas o de explicitar a evolução dos modelos conceituais para requisitos fundamentais bibliográficos e de autoridade, até este momento. No entanto, o que prevaleceu nos procedimentos metodológicos realizados foi baseado no conceito e na terminologia apresentada pelo FRBR e pelo FRAD, presente nas diretrizes RDA e disponíveis no RDA Toolkit, em 2019, quando iniciou-se a elaboração do projeto para esta pesquisa.

3 TRABALHOS CORRELATOS

Embora tenha sido constatado que ainda há poucos estudos sobre avanços relacionados ao Controle de Autoridade, a partir dos modelos conceituais FRBR, FRAD e IFLA LRM e das normas RDA, foi possível localizar alguns trabalhos publicados sobre a implantação da RDA no Brasil, dentre os trabalhos recuperados e examinados ao iniciar-se esta pesquisa. Esses estudos foram realizados no âmbito das universidades, mais especificamente, na Biblioteca da Universidade do Estado de Santa Catarina (AMORIM; PEREIRA, 2017),no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (HUBNER; TEXEIRA; CORREIO, 2017),na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (TEXEIRA, 2017), no Sistema de Bibliotecas da UFMG (FARIA, 2018; HOLANDA, 2020) e no Repositório Institucional da UNICAMP (MANSUR, 2020).

Dentre estes estudos, quatro foram identificados como sendo correlatos aos objetivos desta pesquisa, sendo que três deles tratam sobre registros de autoridade em bibliotecas universitárias. O quarto trabalho aborda os registros de autoridades de docentes e pesquisadores, no contexto do repositório institucional de uma universidade. Abaixo, uma síntese do que foi apresentado em cada uma dessas pesquisas.

1 - HUBNER, Marcos L. F.; TEXEIRA, Marcelo Votto; CORREIO, Michele M. B. RDA in the authority control of the University of Caxias do Sul library system. **Bibliotecas Universitárias:** pesquisas, experiências e perspectivas, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 49-67, jul./dez. 2017.

Trata-se de um artigo de periódico, no qual os autores apresentam um estudo de caso sobre a implantação das novas regras de catalogação, a Resource Description and Acess (RDA), no catálogo de autoridades do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul (SiBi-UCS). Os autores traçam um histórico da Biblioteca da UCS, incluindo a evolução dos sistemas utilizados na catalogação até chegarem ao seu catálogo de autoridades atual. Descrevem as percepções teóricas adquiridas em estudos realizados sobre o Controle de Autoridade, identificando as alterações das regras de catalogação, do AACR2R para a RDA.

Os autores discorrem, ainda, sobre as políticas adotadas pela equipe de bibliotecários para a implantação do novo código no catálogo de autoridades, incluindo alguns dos novos campos do MARC 21, que foram selecionados a política UCS para controle de autoridade. Foram utilizados vários exemplos de autoridades cadastradas no catálogo da biblioteca, mostrando o impacto gerado na comunidade acadêmica que utiliza este serviço.

Os pesquisadores relatam que a implantação da RDA foi um procedimento demorado, incluindo o esforço e tempo dos bibliotecários em conscientizar a todos da necessidade de estudos e melhoramentos no que diz respeito ao uso das novas ferramentas. Esse processo culminou com a inserção do nome da universidade no site RDA Toolkit como a única instituição, até então, a utilizar as normas RDA na América Latina.

Os autores afirmam que as primeiras iniciativas em relação ao interesse no uso da nova norma ocorreram em 2012, quando a equipe da Biblioteca da UCS entrou em contato com a Library of Congress, e acessaram informações acerca dos novos campos disponíveis no MARC Standards (http://www.loc.gov/marc/). No entanto, não informam sobre quando, realmente, ocorreu o uso da RDA no SiBi-UCS.

2 - TEXEIRA, Marcelo Votto *et al*. Implantação do código de catalogação Resource Description And Access (RDA) na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS). In: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, EEPC, 4, Fortaleza, 2017.

O autor apresenta um relato de experiência sobre os processos que culminaram na implantação do código de catalogação Resource Description and Access (RDA) nos catálogos bibliográfico e de autoridade da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ocorrido entre o segundo semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2016. Mostra o impacto dos novos processos na usabilidade do catálogo e as mudanças nas práticas do bibliotecário catalogador na Biblioteca Central Irmão José Otão da PUCRS.

Para a utilização do novo código adotou-se um método de implantação baseado em registros bibliográficos híbridos, com elementos descritos sob as normas do antigo código Anglo-American Cataloguing Rules (AACR) e do novo código, o que possibilitou uma sistemática de trabalho perceptível ao usuário do catálogo. Também foram tratados aspectos sobre a exibição dos novos elementos descritos sob as orientações da RDA e as possibilidades de melhoria na pesquisa e descoberta dos recursos disponibilizados pela biblioteca. O autor relata que o projeto de adoção do código RDA foi dividido em três grandes partes: o catálogo de registros de autoridades, o catálogo de registros bibliográficos e o catálogo on-line, sendo o catálogo de autoridades o primeiro a ser trabalhado no projeto.

O pesquisador conclui seu relato, falando sobre o aumento na satisfação dos usuários do catálogo, mensurada na avaliação acadêmica, disponibilizada no início do ano de 2017, afirmando que o resultado desta avaliação permitiu mostrar que a adoção da RDA está longe de ser apenas um ganho para a comunidade bibliotecária, mas, também, um resultado impactante para a comunidade acadêmica na pesquisa e descoberta de recursos.

3 - SILVA, Fabíola Rubim; SOARES, Uiara Gonçalves. Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição. In: ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1, Florianópolis, 2019. Anais... Florianópolis: UDESC/FAED, 2019. p. 94-100.

As autoras relatam um estudo de caso sobre a implementação do novo modelo de catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), nos registros de autoridade pessoal do catálogo de autoridades da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Apresentam informações sobre a UFJF, seu sistema de bibliotecas, o qual é gerenciado pelo Centro de Difusão do Conhecimento (CDC), e sobre o desenvolvimento do catálogo de autoridades.

Enumeram as decisões tomadas pelo setor de Processamento Técnico da Biblioteca Central para implementação do RDA, assim como a definição dos campos MARC 21 do formato autoridades para utilização, o tipo de autoridade que inicialmente contou com o novo modelo de descrição e a amostra inicial.

Ao concluírem, as pesquisadoras chamam a atenção quanto às dificuldades encontradas em relação à falta de recursos humanos e de capacitação especializada e apresentam as perspectivas do uso do RDA na UFJF, como a continuidade da implantação, a ampliação da aderência dos softwares de gerenciamento de acervo brasileiros aos conceitos do RDA e a melhoria dos catálogos para que os usuários possam usufruir do melhoramento dos dados na descoberta de recursos informacionais.

4 - MANSUR, Érica Cristina Carvalho. **Registros de autoridades de docentes e pesquisadores no SophiA:** com foco no Repositório Institucional da Unicamp. (Apresentação on-line). São José dos Campos, 9 maio. 2020. Youtube: SophiA - Softwares para gestão de escolas e bibliotecas.

Como Coordenadora da Divisão de Tratamento da Informação do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, a autora apresenta, com bastante autoridade, como se deu o processo de estruturação e padronização das entradas de autoridades de pessoa e assunto usando, a princípio, as teses e as dissertações dos discentes da Universidade. Esse processo foi iniciado em 2013, através de várias ações e treinamentos juntos às bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP – SBU, responsáveis pela catalogação na fonte na instituição.

A pesquisadora mostra que, com a criação do repositório da produção científica e intelectual da UNICAMP, ocorreu maior visibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelos seus docentes pesquisadores. Para diminuir dificuldades na recuperação da informação, devida a vinculação entre as várias produções científicas no RI que utiliza o Software DSPACE, a equipe de catalogadores foi movida para estudos mais profundos da estrutura da autoridade

pessoa. Relata como foi definida a adoção da estrutura do Marc 21 que oferece campos voltados para a estrutura da autoridade da RDA, visando possibilidade de utilização dos campos 3xx para a inclusão de novos dados dos pesquisadores, como a inclusão do nome das faculdades, escolas, institutos e departamentos de vinculação dos docentes, assim como o campo 046, para datas especiais relacionadas aos pesquisadores. A inclusão de novas fontes de pesquisa como a Plataforma Lattes, ORCID ID, VIAF e OCLC, foi incentivada, inclusive para facilitar a localização de dados de autoridades como os relativos a professores visitantes, desde que respeitado o critério de vínculo desses professores com a Universidade.

Ao concluir, a autora afirma já haver, até aquela data, quase seis mil autoridades de docentes e pesquisadores estruturadas no Software Sophia e pontua as próximas ações relacionadas ao tratamento da informação na instituição como: catalogar e disponibilizar, até o final de 2021, toda a produção técnica da Universidade dos últimos 5 anos, promover a atualização das autoridades e inserção dos novos pesquisadores, anualmente, a partir de dados fornecidos pelo Departamento de RH, e migração dos dados do RI do DSpace para o módulo Sophia Repositório.

Cada um dos trabalhos citados nesta seção contribuiu bastante com o delineamento da proposta do projeto inicial desta pesquisa, assim como na escolha da metodologia a ser utilizada - principalmente o procedimento de catalogação- por clarear o caminho da prática a ser percorrido, a partir do conhecimento teórico apresentado na maioria da bibliografia estudada e descrita na fundamentação teórica deste estudo. Aspectos como o formato bibliográfico a ser utilizado, os softwares de gerenciamento de bibliotecas disponíveis, as possibilidades e limitações dos recursos humanos e materiais, são parte da realidade da maioria das bibliotecas universitárias brasileiras. Pode-se incluir, aqui, as características que compõem o perfil do pesquisador acadêmico, que não estão descritas, com particularidades, nos estudos teóricos examinados. Relatos de experiências como os apresentados acima, colaboram de maneira concreta com a maneira de se dirigir um estudo que, muitas vezes, não se consegue abstrair dos estudos teóricos.

Na sequência deste entendimento, é apresentada na Seção 4, a metodologia usada, que pretendeu atender a finalidade central desta pesquisa que é “identificar possíveis contribuições para o controle de autoridade de nome local, no catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG, por meio da utilização da norma *Resource Description and A*ccess – RDA”.

4 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi elaborada, baseando-se, principalmente, em Creswell (2010), o qual elucida que a escolha do projeto deve basear-se, na *questão de pesquisa do estudo, no público para o qual será desenvolvida a pesquisa* e nas *experiências pessoais do pesquisador*. Creswell (2010, p. 25-47) dedica o primeiro capítulo de sua obra dissertando sobre a definição e a importância da escolha entre os tipos de pesquisa (quantitativa, qualitativa e de métodos mistos) para a seleção de um projeto, elencando três elementos chamados por ele de essenciais: *suposições filosóficas, estratégias de investigação e métodos de pesquisa específicos*, sugerindo, ainda, procedimentos de coleta, registro e análise de dados.

Para o desenvolvimento desta metodologia, optou-se por subdividi-la em três partes: a Caracterização da Pesquisa, o Procedimentos Metodológico e a Análise dos Dados, conforme demonstrado nos próximos itens.

4.1 Caracterização da Pesquisa

Por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, esta pesquisa valeu-se da realização de um estudo de caso como estratégia alternativa de investigação, visando trazer maiores elucidações quanto à possível contribuição do uso das normas RDA para o controle de autoridade de nome local, no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFMG, conforme delineados os objetivos.

O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo, pois buscou-se observar, registrar, descrever e analisar as normas para descrição bibliográfica (RDA), no que se refere aos registros de autoridades de nome. Marconi e Lakatos (2003, p.187), esclarecem que estudos exploratório-descritivos combinados “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.”

Como a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, para a investigação, almejou-se a realização de um estudo de caso, o qual, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 221), trata-se de um método de procedimento, que pressupõe uma atitude concreta em relação ao fenômeno e está limitado a um domínio particular, no caso deste estudo, o catálogo do Sistema Pergamum da UFMG, caracterizado no item 4.2.2.1 Seleção e Delimitação da Amostra.

Antes de passar para a metodologia propriamente dita, importante ressaltar que a literatura técnico-científica, utilizada para a fundamentação teórica desta pesquisa, foi usada também para o atingimento de parte dos objetivos, especificamente para a caracterização das regras para registros de autoridade em RDA e AACR2R, nas quais se baseou o procedimento metodológico descrito no item *4.2 Experimento de catalogação*. A consulta e exploração de toda essa literatura pertinente às temáticas relevantes para este estudo só foi possível devido à *pesquisa bibliográfica* que, segundo Marconi e Lakatos (2003), pode ser considerada como o primeiro passo da pesquisa científica. Trata-se do levantamento possível de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita sobre o objeto de pesquisa. Portanto, somente após uma ampla pesquisa bibliográfica, o pesquisador poderá dar prosseguimento a suas atividades como: rever a literatura acadêmica sobre o tópico de seu interesse, e determinar possíveis limitações para o escopo de determinada área de investigação. A execução da pesquisa bibliográfica está descrita no Apêndice 1 – Elaboração e execução da pesquisa bibliográfica.

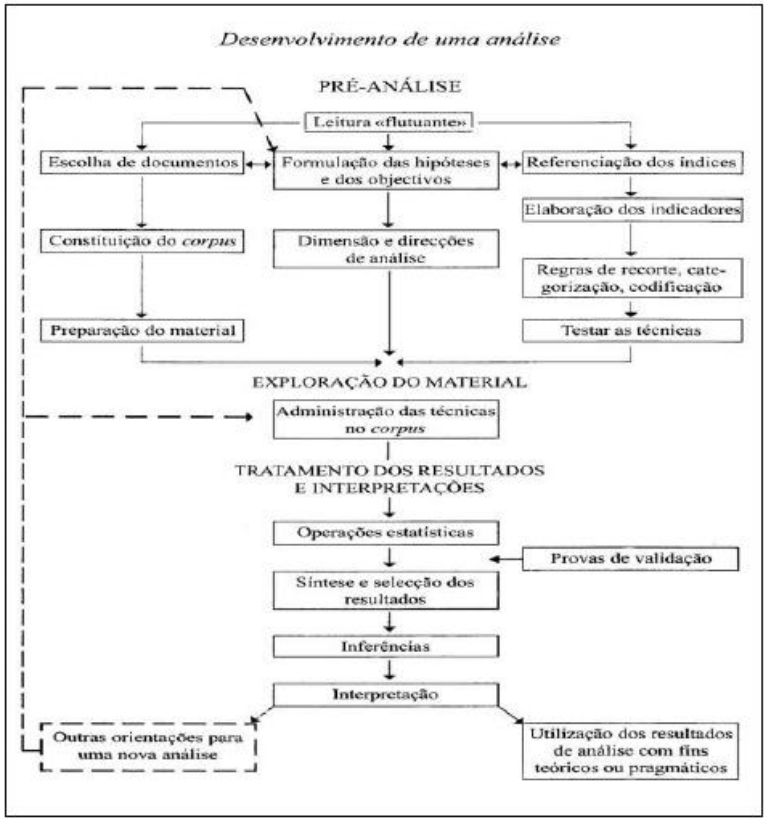
4.1.1 Análise de Conteúdo

Para a análise dos dados colhidos no experimento de catalogação, valeu-se da *Análise de Conteúdo,* uma técnica que se utiliza de um conjunto de instrumentos metodológicos, em aperfeiçoamento constante, aplicados a conteúdos e contextos bastante diversificados, tendo, como fator comum, a interpretação de conteúdos baseada na inferência (BARDIN, 2002).

Tem-se notícias que a Análise de Conteúdo marcou presença nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, quando era utilizada para identificar posturas estratégicas presentes em publicações na imprensa, incluindo propagandas, discursos políticos, fotografias, dentre outros. No entanto, sua popularidade somente ocorreu na década de setenta, com Lawrence Bardin (SILVA; FOSSÁ, 2015). Como professora de psicologia na Universidade de Paris, ela aplicava as técnicas da análise de conteúdo na investigação psicossociológica e no estudo das comunicações de massas, utilizando-se de observações feitas pelo pesquisador. Atualmente, a análise de conteúdo envolve o exame de diferentes fontes de conteúdo, verbais ou não verbais. Segundo Bardin (2002) trata-se de uma técnica que inclui a subjetividade, mas que preza pelo rigor da objetividade, ao produzir inferências de um texto, ou qualquer outro formato em que se apresentam as mensagens analisadas.

Bardin (2002) sugere algumas operações para a análise de conteúdo relacionadas à organização da análise; codificação; categorização e inferência e interpretação. A organização da análise de conteúdo pode ser mais bem compreendida, a partir da ilustração esquematizada por Bardin (2002) e mostrada, abaixo (FIGURA 8):

FIGURA 8 - Desenvolvimento da Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin, 2002, p.102

A organização da análise é realizada em três momentos: *a pré-análise*; a *exploração do ma*terial; o *tratamento dos resultados e interpretações*.

A *pré-análise* tem por objetivo sistematizar as ideias iniciais, estabelecendo um programa que pode ser flexível e, ao mesmo tempo, preciso, de maneira a conduzir as operações sucessivas, num plano de análise. Nesta fase, são realizadas as tarefas de: *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, (após o que Bardin chama de leitura flutuante) e consiste na definição do *corpus* de análise; *a formulação das hipóteses e dos objetivos*, a partir da leitura inicial dos dados; e *a elaboração de indicadores,* que fundamentem a interpretação final. Bardin ressalta que, na escolha dos dados a serem tratados, deve-se ter em conta os princípios de:

Exaustividade: refere-se a considerar todos os componentes constitutivos do corpus, não deixando fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, independente da justificativa.
Representatividade: Ao se compor uma amostra, esta deve representar uma parte representativa do universo inicial.
Homogeneidade: os documentos escolhidos devem ser homogêneos, obedecendo a critérios precisos de escolha e evitando-se exceções em demasia.
Pertinência: significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente aos objetivos levantados pela análise, ou seja, esteja coerente com o que se propõe o estudo.

A Segunda fase, *exploração do material*, consiste, essencialmente, das operações de codificação e categorização, em função das regras previamente formuladas, que representam as características do conteúdo. Bardin esclarece que: "se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas" (BARDIN, 2002, p.101).

Esta fase é composta por três etapas: *a escolha das unidades de registro*; *a seleção das regras de registros*; *e a escolha das categorias*. Trata-se de uma fase mais longa e criteriosa. No entanto, segundo Silva e Fossá (2015), atualmente, existem softwares que auxiliam na análise de conteúdo, principalmente, nos processos de organização do material e codificação dos dados. As autoras afirmam, ainda, que:

> ...a análise de conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise de comunicações, ao longo dos anos, sofreu reformulações desde os primeiros preceitos até os dias atuais, com uma análise mais contemporânea, influenciada pelo uso do computador (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 5).

Portanto, com o uso da tecnologia atual, pode-se diminuir o tempo gasto para os recortes dos textos (ou documentos) em unidades de registros, a definição de regras e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas.

A terceira etapa, trata sobre o *tratamento dos resultados e suas interpretações*, ou seja, o tratamento dado e a análise dos dados registrados, cujas inferências e interpretações são respaldadas no referencial teórico.

Bardin (2002) explica que os resultados obtidos, após a realização da análise detalhada dos registros e da sua codificação - frequências absolutas ou relativas, constituem dados brutos. Já o sistema de categorias é organizado tendo-se em conta quatro dimensões: origem, implicação, descrição e sentimentos, que são variáveis empíricas, as quais surgem dos dados do texto. De acordo com a pesquisadora (2002), "o grau de estranheza (ideologia) e o conflito (vivido), são variáveis construídas" sendo, justamente, este o objetivo da terceira etapa: "estabelecer uma correspondência entre o nível empírico e

o teórico, de modo a assegurar-nos - e é esta a finalidade de qualquer investigação - que o corpo de hipóteses é verificado pelos dados do texto". Bardin (2002, p. 69). Ressalta-se que o método Análise de Conteúdo permite estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, que possam reunir e colocar em relevo as informações fornecidas pela análise dos resultados e suas interpretações.

Torna-se importante ressaltar que, para a realização da análise dos dados do experimento de catalogação realizado nesta pesquisa, adotou-se esta sequência de passos da Análise de Conteúdo preconizada por Bardin (2002), tendo-se em vista sua ampla utilização e popularidade nas pesquisas qualitativas, por permitir a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo, contido em documentos analisados, no caso deste estudo, os registros de autoridade de pessoas. Detalhes sobre a codificação e categorização e outros itens relacionados ao *tratamento e interpretação dos resultados*, serão explicitados no item 5 - ANÁLISE DOS DADOS, deste estudo.

4.2 Procedimento metodológico: Experimento de Catalogação

Para a efetivação do estudo de caso proposto, utilizou-se como procedimento metodológico um experimento de catalogação, concretizado pela pesquisadora[31] deste estudo. Tratou-se da realização de 95 registros de autoridade de nomes de pessoas, selecionados entre docentes e pesquisadores, do Instituto de Ciências Exatas da UFMG, segundo critérios pré-estabelecidos. Para melhor visualização do seu fluxo, foi elaborado um quadro, dividindo o proceder metodológico em três etapas, de acordo com a sequência de sua realização. (Ver Quadro 32).

[31] Inicialmente, foi idealizada a participação de outros catalogadores da UFMG, o que requereria a presença da pesquisadora na observação do experimento feito por cada participante. No entanto, devido ao isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19, chegou-se à conclusão de que isto não seria possível em tempo hábil.

QUADRO 32 – Etapas do procedimento metodológico

EXPERIMENTO DE CATALOGAÇÃO	
Primeira Etapa Pré-teste	
Execução do pré-teste	seleção de 10 nomes de pesquisadores para compor a amostra inicial levantamento dos dados de autoridade identificação dos campos MARC 21 a serem usados para cada norma Criação e/ou manutenção de registros de autoridade de nomes
Resultados preliminares	
Segunda Etapa catalogação	
Seleção e delimitação da amostra	*População:* pesquisadores da UFMG *Amostra:* pesquisadores docentes e discentes do ICEx *Recorte:* docentes, 10% dos ativos de cada departamento do ICEx discentes de mestrado e doutorado dos 5 programas de de P.G. do ICEX, com defesa em 2020.
Coleta de dados	Escolha das fontes de dados Criação de arquivos .docx para depósito de dados dos pesquisadores
Registros de autoridade	Importação ou criação dos registros de autoridade em AACR2r Ampliação ou criação de registros de autoridade em RDA
Análise dos dados	Categorização dos registros Análise dos registros de autoridade, por categorias
Terceira Etapa Análise geral dos dados	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

Como *etapa inicial* do experimento idealizado, achou-se necessária e importante a realização de um pré-teste[32] , que abalizasse o projeto inicial, contribuindo para a elaboração dos critérios a serem usados e a para a definição dos passos a serem seguidos, antes da esquematização final para o experimento.

Para o pré-teste foi feita uma pequena amostra, formada por um pesquisador docente de cada departamento, mais um pesquisador discente de cada programa de pós-graduação do ICEX/UFMG, com um total de 10 pesquisadores, o que equivaleu a 10% da população selecionada para todo o experimento.

O Pré-teste incluiu a seleção dos nomes dos dez pesquisadores e o levantamento dos dados de autoridade de cada um deles. Após, através do acesso ao Pergamum UFMG Teste, foram selecionados os campos MARC 21 usados para catalogação em AACR2R já praticada no Sistema de Bibliotecas da UFMG. Em seguida, baseando-se na literatura

[32] O pré-teste ocorreu em dezembro de 2020.

estudada, foram selecionados os novos campos MARC 21 para uso com as normas RDA, para registros de autoridade.

A partir daí, foi possível a atualização dos registros em AACR2 e a criação e/ou manutenção de registros de autoridade de nomes, de todos os pesquisadores da amostra inicial. Para os registros de autoridade com o AACR2, foram incluídos novos dados em algumas autoridades já existentes no catálogo do SB/UFMG, como formas variantes do nome e datas relacionadas à pessoa. Para os registros atualizados ou criados sob a norma RDA, foram incluídas as etiquetas, 024, 046 e 370, 371, 372, 374, 375 e 377 do MARC 21.

Nesta etapa, os seguintes resultados foram considerados importantes:

- O levantamento preliminar de dados de autoridades, acrescentando-se novas fontes de informação às já usadas para a catalogação em AACR2- como a Plataforma Lattes e o ORCID, mostrou-se eficaz para os registros em RDA, pois essas fontes contêm dados bastante específicos e confiáveis relacionados aos atributos da entidade de nome pessoal.
- Além dos campos já utilizados do formato Marc 21 para Dados de Autoridade, os novos campos agregaram dados relevantes referentes aos atributos para a entidade pessoa, chamados pela RDA de elementos, os quais contribuíram para melhor identificação e individualização das autoridades tratadas.

Portanto, os resultados dessa catalogação preliminar foram considerados satisfatórios, confirmando a possibilidade de sucesso do experimento, assim como colaboraram na definição dos critérios básicos e dos passos necessários para a eficiência da sua realização, conforme pode-se observar no Quadro 33, abaixo, elaborado para servir de roteiro para a execução do experimento.

A execução do experimento, considerada a *segunda etapa* do procedimento, foi iniciada assim que foram definidos os critérios iniciais e os passos para a catalogação de registros de autoridade de nome de pessoas. Isso foi realizado seguindo-se, tanto as regras de catalogação do AACR2R, quanto as normas RDA, conforme esquema apresentado no Quadro 33. O *formato bibliográfico* utilizado foi o MARC 21 para Registros de Autoridade, que teve o número de campos ampliado, para atender a possibilidade de inclusão de novos elementos sugeridos pela RDA, para a descrição de cada *autoridade de nome de pessoas*. O suporte dos *instrumentos* foi diferente para cada norma: o AACR2R, publicação em papel, e o RDA Toolkit, em formato eletrônico, disponível na WEB.

O Ambiente para a descrição dos dados, no entanto, foi o mesmo para o uso das duas normas: o Catálogo Pergamum UFMG Módulo teste. Assim como a população e a amostra, descritas, a seguir:

QUADRO 33 – Experimento de catalogação descritiva AACR2R x RDA

ROTEIRO PARA A CATALOGAÇÃO DESCRITIVA			
Catálogo AACR2R		**RDA**	
Formato	MARC 21	**Formato**	MARC 21
• **Família**	Registros de autoridade	• **Família**	Registros de autoridade
• **Campos**	024 Outro identificador padrão 100 Nome Pessoal (R) 400 Remissiva (*ver*) 500 Remissiva (*ver também*) 670 Fonte de pesquisa 675 Fonte negativa	• **Campos**	024 Outro Identificador padrão 046 Datas especiais (R); 100 Nome pessoal (NR); 368 Outros atributos de pessoa (R); 370 Local Associado (R); 371 Endereço (R); 372 Campo de atividade (R); 373 Grupo associado (R); 374 Profissão ou Ocupação (R); 375 Gênero (R); 377 Idioma associado (R); 378 Forma completa do nome (NR); 400 Forma variante do nome 500 – Remissiva “ver também” – Nome pessoal (R) 670 Fonte de pesquisa 675 Fonte negativa 678 – Dados biográficos ou históricos (R)
Ambiente	Catálogo Pergamum UFMG Módulo teste	**Ambiente**	Catálogo Pergamum UFMG Módulo teste
Instrumentos	AACR2R (2002)	**Instrumentos**	RDA Toolkit
Tipo de autoridade	Autoridade de nome de pessoa	**Tipo de autoridade**	Autoridade de nome de pessoa
População	Docentes e pesquisadores UFMG	**População**	Docentes e pesquisadores UFMG
• **Amostra**	Docentes e pesquisadores ICEx/UFMG	• **Amostra**	Docentes e pesquisadores ICEx/UFMG

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

4.2.1 Seleção e Delimitação da Amostra

Para a realização de um procedimento experimental, prescinde-se que seja feita, inicialmente, a identificação de locais e/ou indivíduos selecionados para a pesquisa proposta, visando determinar os pontos envolvidos na coleta dos dados. Creswell (2010, p. 212), esclarece que “a ideia que está por trás da pesquisa qualitativa é a **seleção intencional** dos participantes ou dos locais (ou dos documentos ou do material visual) que melhor ajudarão o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa.” (grifo do

autor). No caso do presente experimento, seguiu-se a orientação de Creswell (2010), quando ele sugere a não utilização de uma amostragem que inclua um número excessivo de locais e de participantes, evitando-se despender muito tempo na coleta de informações.

Conforme já descrito na caracterização da pesquisa, o estudo de caso proposto foi realizado no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFMG (SB/UFMG). Os sujeitos da pesquisa são os pesquisadores, docentes e discentes, da UFMG. Portanto, para o entendimento sobre a população e a delimitação da amostra para o experimento, achou-se necessário, primeiramente, um breve relato sobre a composição do SB/UFMG, assim como sobre a organização e o tratamento da informação em suas unidades de informação.

O Sistema de Bibliotecas da UFMG

O Sistema de Bibliotecas da UFMG é formado por 25 unidades nas diversas áreas do conhecimento e seu acervo é composto por cerca de um milhão de itens entre livros, monografias, dissertações, partituras, CDs, DVDs, fitas, VHS, mapas e slides, e tem como missão "prestar serviços de informação técnico-científica que ultrapassem as expectativas da comunidade acadêmica..." e como visão "aprimorar cada vez mais os produtos e serviços visando atingir um patamar de excelência no suporte informacional e disseminação do conhecimento à comunidade acadêmica e à sociedade, proporcionando atendimento de qualidade condizente com os anseios dos cidadãos." [33]

Vale ressaltar que, para garantir a guarda, acesso e disseminação do conhecimento científico e intelectual advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes, técnicos e discentes, assim como as 25 bibliotecas da UFMG, o recém-criado Repositório Institucional da UFMG (RI-UFMG) [34], oriundo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD-UFMG), também é abrigado pelo SB/UFMG.

Para os processos relacionados ao tratamento da informação, o SB/UFMG conta com cerca de 70 bibliotecários catalogadores, distribuídos em todas as 23 bibliotecas da universidade, que, na atualidade, utilizam o software Pergamum[35] e, como ferramentas para

[33] https://cerrado.bu.ufmg.br/bu/index.php/base-de-dados/catalogo-online

[34] O Repositório Institucional da UFMG (RI-UFMG) está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção intelectual (científica, técnica, artística e cultural). Constitui um ambiente que armazena a produção intelectual da UFMG em formato digital, permitindo a busca e recuperação da informação. Tem o propósito de reunir, preservar, disseminar e promover o acesso aos recursos digitais criados pela comunidade UFMG a fim de proporcionar o intercâmbio intelectual, a criatividade, o conhecimento e a inovação. Fonte: https://repositorio.ufmg.br/custom/presentation.jsp

[35] O PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas, é um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de Centros de Informação, [...] contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários. O Sistema foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em Delphi, PHP e JAVA, utilizando banco de dados relacional SQL (ORACLE, SQLSERVER ou SYBASE). Comercializado há 24 anos, atualmente, atende a 424 Instituições, aproximadamente 8.000 bibliotecas em todo o Brasil (desde Universidades, Faculdades, Centros de Ensino fundamental e médio, assim como empresas, órgãos públicos e governamentais) e uma unidade em Angola. A Rede

a catalogação descritiva, o código de catalogação AACR2R e o Formato MARC 21. Embora a Biblioteca Universitária da UFMG possua uma Divisão de Tratamento e Tecnologia da Informação (DITTI), onde encontram-se o Setor de Tecnologia da Informação, responsável pela manutenção do Pergamum, e o Setor de Apoio a Catalogação, responsável por buscar a uniformidade nos procedimentos de catalogação dos diversos materiais que constituem os acervos da UFMG, o serviço de catalogação é descentralizado, sendo cada biblioteca setorial responsável pela descrição de seus itens bibliográficos, assim como das autoridades relacionadas a estes itens. Uma especial atenção, no processamento técnico de cada unidade, é dada às autoridades relacionadas aos campos do conhecimento que representam, assim como aos autores locais, responsáveis pela produção acadêmica da instituição.

A presença da RDA está se impondo mesmo em bibliotecas que utilizam o AACR2R como norma de catalogação, e no Sistema de Bibliotecas da UFMG não está sendo diferente, como mostra um comunicado na página do Grupo de Catalogação[36] da Biblioteca Universitária ao frisar que “o Sistema de Bibliotecas da UFMG ainda está usando o AACR2R 2002. Várias bibliotecas no mundo já estão utilizando o RDA para o tratamento de materiais bibliográficos e de autoridades”. O comunicado alerta que catalogadores da UFMG, ao realizarem atividades de cooperação, devem reconhecer registros bibliográficos e de autoridade descritos em RDA, e editar os registros, depois de importados, de acordo com o AACR2R, de 2002, pois a “RDA é fundamentada por elementos existentes do AACR2R, porém, reestruturados com maior detalhamento na representação dos dados.”

O Sistema de Bibliotecas da UFMG mantém, ao longo do tempo, diretrizes, procedimentos, incluindo treinamentos periódicos de AACR2R e MARC 21, com módulos específicos visando o controle de autoridade. Recentemente, orientações em eventos e treinamentos sobre a norma RDA têm acontecido no âmbito do SB/UFMG.

A caracterização e o recorte da amostra

Assim como Creswell (2010), Appolinário (2004, p. 25), ressalta que é praticamente inviável estudar todos os sujeitos de uma população na maior parte das pesquisas. Por isso, o pesquisador se vale de um procedimento estatístico, chamado amostragem, através do qual pode-se constituir uma amostra a partir de uma determinada população. Essa amostra, via de regra, é constituída por um número de sujeitos bem menor que a população.

possui um mecanismo de busca ao catálogo das várias Instituições que já adquiriram o software, formando a maior rede de Bibliotecas do Brasil. Fonte: PERGAMUM. 2019. Disponível em: http://www.pergamum .pucpr.br/ . Acesso em 20 jun. 2021.

[36] Fonte: https://cerrado.bu.ufmg.br/gcatalogacao/index.php/aacr2-vigente/aacr2-2002-x-rda

Na UFMG, têm-se uma população de pesquisadores constituída de 3.202 professores, 10.556 estudantes de mestrado e doutorado, 2.247 alunos de especialização e 153 pós-doutorandos. Toda essa população está distribuída em 8 áreas do conhecimento e 23 unidades de ensino[37].

A delimitação da amostra foi definida da seguinte forma:

- Escolheu-se uma das 23 unidades de ensino da Universidade, o Instituto de Ciências Exatas[38], que é a 2ª em tamanho na UFMG, conforme Quadro 34.

QUADRO 34 – Indicadores técnico-científicos do Instituto de Ciências Exatas/UFMG

UNIDADE	Nº DE PROFESSORES
Nº de departamentos	5
Nº de professores	346*
Nº de professores com Lattes	287**
Patentes	375***

Fonte: elaborado pelas autoras, baseado em SOMOS UFMG (2021).

(*) posição e tamanho: 2º de 23
(**) 98.8% da unidade
(***) posição em quantidade: 2º de 10

- Primeiramente, foi delimitada a amostra dos docentes pesquisadores da UFMG, a partir dos indicadores[39], mostrados no Quadro 35.

QUADRO 35 - Nº de professores por departamento do ICEx

DEPARTAMENTOS	N. º PROFESSORES*
Departamento de Química	104
Departamento de Matemática	75
Departamento de Física	73
Departamento de Ciência da Computação	67
Departamento de Estatística	27

Fonte: elaborado pelas autoras, baseado em SOMOS UFMG (2021)

(*) não contabilizados professores visitantes, substitutos e aposentados

- Foram selecionados, aproximadamente 10% dos professores ativos, com acréscimo de 1 ou 2 inativos (aposentados, eméritos, falecidos), conforme mostra o Quadro 36.

[37] Dados: maio/21. Disponível em https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/ufmg-em-numeros. Acesso em: 12 de jun. 2021.
[38] A escolha por esta unidade se deu, também, pelo fato de a pesquisadora já ter experiência com catalogação na área de Ciências Exatas e Engenharias.
[39] UFMG em números. Disponível em: https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/ufmg-em-numeros. Acesso em: 09 abr. 2021.

Para a seleção dos nomes dos docentes, na composição da amostra, foram acessadas páginas dos sítios dos cinco (5) departamentos do ICEx[40]. Para essa seleção procurou-se incluir pesquisadores com características as mais diferentes possíveis. Ex.: pesquisadores: mais antigos e mais recentes; com maior e com menor qualificação; homens e mulheres; com ou sem experiência no exterior; com experiência em laboratório ou em orientação a outros pesquisadores; pesquisadores com formação na UMFG, outros em outras instituições, nacionais e internacionais. Também foram consideradas mudanças no nome de origem, além de nomes com caracteres diferentes (alfabeto e idioma). O intuito foi tornar o experimento capaz de apontar as possibilidades de desambiguação de nomes e de enriquecer os registros de autoridade, com contribuições do AACR2r e das normas RDA.

QUADRO 36 – Nº de professores selecionados por departamento do ICEx

DEPARTAMENTOS	PROFESSORES SELECIONADOS
Departamento de Química	10 + 2
Departamento de Matemática	8 + 2
Departamento de Física	7+2
Departamento de Ciência da Computação	7+2
Departamento de Estatística	3+1
Total	**44**

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em SOMOS UFMG (2021)

- Após, foi realizada a seleção dos pesquisadores discentes do ICEx, considerando o seguinte critério: alunos de doutorado e de mestrado dos cinco (5) programas de pós-graduação do ICEx, cujas dissertações e teses foram defendidas em 2020, depositadas e validadas no Repositório Institucional da UFMG, até 14 de abril de 2021, data que foi realizada a busca no RI.

O levantamento dos nomes dos alunos foi feito no RI/UFMG, e não no catálogo Pergamum UFMG, porque a catalogação dos trabalhos acadêmicos se dá após o autoarquivamento do documento on-line, a edição final dos dados feita pelos bibliotecários da Biblioteca de origem do aluno e a validação do trabalho, pela equipe do RI. A razão de se escolher os alunos que já haviam terminado o mestrado ou o doutorado é que, na maioria das vezes, estes ainda não possuem produção bibliográfica catalogada no Sistema de Bibliotecas. Consequentemente, também não têm o registro de autoridade, à exceção dos alunos de doutorado que cursaram, antes, o mestrado na UFMG.

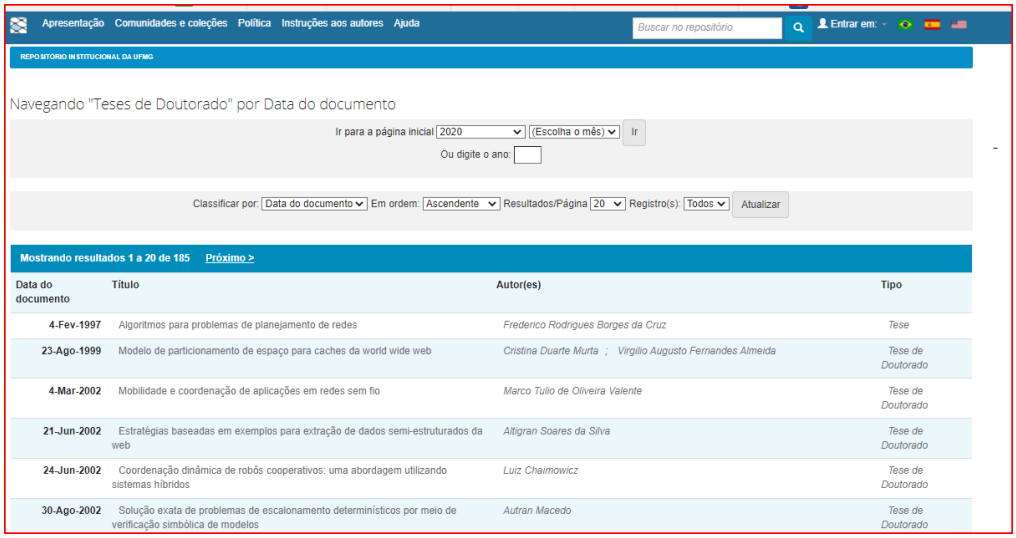
[40] Departamentos de Ciência da Computação: http://dcc.ufmg.br/dcc/?q=pt-br/professores; Estatística: http://www.est.ufmg.br/portal/professores; Física: https://www.fisica.ufmg.br/professores; Matemática http://www.mat.ufmg.br/professores-dmat/ e Química (https://www.qui.ufmg.br/staff/.

A pesquisa na página do Repositório Institucional da UFMG[41] seguiu a seguinte ordem:

Comunidades e coleções
Trabalhos Acadêmicos
Dissertações e Teses
Pós-Graduação em [...]
Dissertações de Mestrado
Teses de Doutorado

Após, selecionou-se o ano de 2020 e a ordem decrescente, por data de depósito. A Figura 9 mostra, como resultado da busca, uma tabela com a coleção dos itens e seus autores:

FIGURA 9 – Exemplo de Resultado de busca de pesquisadores discentes no RI



Fonte: https://repositorio.ufmg.br/handle

Alunos de especialização não foram incluídos na amostra, o que aumentaria muito o seu tamanho, dificultando a execução do experimento em tempo hábil.

A amostra dos discentes pesquisadores (Quadro 37) ficou assim composta:

QUADRO 37 – Pesquisadores discentes por programa de P.G. do ICEx - 2020

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
PPG em Química	11	5
PPG em Matemática	0	10
PPG em Física	6	4
PPG em Ciência da Computação	6	6
PPG em Estatística	1	2
Total	**24**	**27**

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em busca realizada no RI/UFMG (2021)

[41] https://repositorio.ufmg.br/community-list

O total da amostra de docentes e discentes pesquisadores está representada no Quadro 38:

QUADRO 38 - Totalidade da amostra dos pesquisadores do ICEx

AMOSTRA PARA O EXPERIMENTO	
Pesquisadores docentes	44
Pesquisadores discentes	51
Total	**95**

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

4.2.2 Coleta dos dados

O primeiro passo para a coleta de dados dos pesquisadores com vistas à realização do experimento de catalogação, foi a escolha das *fontes de informação,* que adotou a seguinte ordem de importância:

a) o próprio item da obra que incitou a criação do registro para uma nova autoridade, ou seja, o item representando a obra de um autor; ex., a dissertação defendida pelo mestrando. Considerada como a *fonte preferida de informação.*

b) itens de outros recursos relacionados com a pessoa, ex.: uma tese em que a pessoa cuja autoridade está sendo descrita é o orientador do doutorando, ou um item de uma outra obra da autoridade descrita.

c)fontes externas:

- catálogos de autoridade da Biblioteca Nacional http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/busca/autoridades e da Biblioteca do Congresso dos EUA
- sítio do Somos UFMG[42]: (http://somos.ufmg.br/);
- Plataforma Lattes[43] (https://lattes.cnpq.br);
- página de busca do ORCID ID[44] (https://orcid.org/).

[42] O Somos UFMG foi "desenvolvido para facilitar o mapeamento das competências da UFMG, com o objetivo de incrementar a interação da Universidade em áreas de pesquisa científica e tecnológica com instituições públicas e privadas" podendo identificar pesquisadores, suas especialidades e produção científica, além de informações sobre Unidades, Departamentos, ativos de propriedade intelectual, infraestrutura dos laboratórios, etc. Atualizado, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT) da UFMG, utiliza como fonte de dados a Plataforma Lattes, com autorização do CNPq. A exceção são os dados sobre laboratórios e propriedade intelectual. Fonte: SOMOS UFMG. Disponível em: http://somos.ufmg.br/, acesso em: 9 abr. 2021.

[43] A Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. [...] O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. [...] A disponibilização pública dos dados da Plataforma na internet dão maior transparência e mais confiabilidade às atividades de fomento do CNPq e das agências que a utilizam, fortalecem o intercâmbio entre pesquisadores e instituições e é fonte inesgotável de informações para estudos e pesquisas. Na medida em que suas informações são recorrentes e cumulativas, têm também o importante papel de preservar a memória da atividade de pesquisa no país. Fonte:

[44] O ORCID "(*Open Researcher and Contributor ID)*é "um identificador digital único, gratuito e persistente, que distingue um acadêmico/pesquisador de outro e resolve o problema da ambiguidade e semelhança de nomes de autores e indivíduos,

Para casos em que alguns dados essenciais não foram encontrados em nenhuma das fontes selecionadas acima, ou mesmo para o enriquecimento do registro de autoridade, durante o experimento, outras fontes foram acrescidas, como:

- o catálogo do consórcio VIAF[45]: (em português, Arquivo de Autoridade Internacional Virtual) https://viaf.org/, Scopus Author ID e Researcher ID;
- catálogos de bibliotecas de outras instituições, principalmente de universidades onde os pesquisadores estudaram ou trabalharam, antes do vínculo com a UFMG;
- páginas da WikiData e Wikipedia e da Associação Brasileira de Ciências: http://www.abc.org.br/membro/ e outras associações de classe.

O segundo passo foi a *criação de pastas* no Microsoft Word para a coleta dos dados, uma para os pesquisadores docentes e outra, para os pesquisadores discentes. Embora, a pretensão inicial fosse utilizar-se de planilhas *Excel*, onde os dados poderiam ser dispostos de maneira mais estruturada, decidiu-se, depois, pela utilização de um processador de texto. A razão é que as fontes de dados não possuem a mesma estrutura, e nem todos os tipos de dados estão presentes (nas fontes) da mesma maneira para todos os pesquisadores. Além do mais, o experimento de catalogação foi realizado segundo a estrutura própria dos campos MARC 21 para Dados de Autoridade (Quadro 33).

Os principais dados coletados foram: as diversas formas do nome de cada pesquisador, datas significativas, como as de nascimento e morte, as de início e término de uma atividade, ou de ligação com um grupo; local de nascimento, locais associados; grupos associados; profissão ou função; idiomas; gênero; códigos de identificadores permanentes; nome e endereços eletrônicos (quando for o caso) das fontes consultadas; informações sobre a produção técnico-científica, histórica ou biográfica.

4.2.3 A Execução do Experimento

A catalogação dos registros de autoridade foi realizada no Sistema Pergamum da UFMG[46], o qual utiliza do Formato MARC 21 para Registros de Autoridade, e teve como

substituindo as variações de nome por um único código numérico, algo como “0000-0002-0123-208X.” [o que] “facilita o registro de informações e automatiza a atualização das publicações e produções (artigos, trabalhos, etc.).[...] Usando um ORCID iD os pesquisadores são facilmente e corretamente conectados com suas atividades, resultados de pesquisa, publicações e vínculos empregatícios. [...] Organização sem fins lucrativos é desenvolvido por um grupo de editores internacionais, entre os quais a Thomson Reuters, Elsevier, Springer, ISNI, Wileyo. Fonte: AGUIA: Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica. Disponível em: https://www.aguia.usp.br/apoio-pesquisador/identificacao-pesquisadores/orcid-2/orcid-caracteristicas/. Acesso em: 9 de junho de 2021.

[45] O Virtual International Authority File é um consórcio internacional hospedado pela OCLC, que segue os princípios Linked Data, por meio do qual bibliotecas e agências nacionais contribuem de forma mútua na conversão e disponibilização de arquivos de autoridade em âmbito mundial. [...] No VIAF, os registros são estabelecidos a partir de elementos de autoridade dos padrões MARC para dados bibliográficos e dados de autoridade e UNIMARC, padrões esses que são tradicionalmente e amplamente adotados pelas agências catalogadoras e apresentam correspondência de elementos entre si. Fonte: (ROMANETTO, 2017, p. 27; 73).

instrumentos o AACR2R, com atualizações de 2002, e o RDA Toolkit.[47] Diferentemente do ACR2R, disponível no formato impresso e em português, o RDA Toolkit, disponibiliza, tanto a sua versão on-line quanto a versão impressa, apenas no idioma inglês. Para o uso da ferramenta on-line da RDA, foi solicitado, por duas vezes o acesso ao *Toolkit Free Trial*. Uma delas foi em 2020, visando conhecer a estrutura e as diretrizes das normas RDA. A outra ocorreu em 2021, especificamente no período de 11 de junho a 10 de julho, como suporte para a realização da catalogação descritiva dos registros de autoridade em RDA.

Passos para a realização do experimento:

1) Estudo das regras básicas a serem usadas, no contexto da instituição e da amostra selecionada, baseando-se nos elementos da RDA para identificação de pessoas, e escolha dos campos e subcampos do MARC 21 para Dados de Autoridade.

2) Definição de critérios e apontamento das decisões tomadas pela catalogadora. Embora este tenha sido elencado como o segundo passo, foi necessário voltar a ele, várias vezes durante o experimento, à medida que se deparava com situações diferentes, que pediam novas decisões. Alguns critérios tiveram que ser diferentes para pesquisadores discentes e pesquisadores docentes.

3) Definição dos pontos de acesso para nome da pessoa da amostra

As regras para criação de pontos de acesso não se diferem muito quando se utiliza o AACR2R e as normas RDA. Para o experimento, a maioria dos registros já estavam com o ponto de acesso definido. No entanto, mesmo para as autoridades já estabelecidas no catálogo do SB/UFMG, foi necessária a análise para aos pontos de acesso, considerando-se a extensão do trabalho de autoridade em um sistema que conta com mais de um milhão de itens no seu acervo, e um número considerável de catalogadores envolvidos na constante criação de registros e atualização do catálogo bibliográfico, assim como do catálogo de autoridade. A atenção maior foi dada quando se deparou com divergências e até duplicidade de registros de autoridade, com pontos de acessos controlados diferenciados. Exemplos: registros referentes às pessoas que tiveram acréscimo ou

[46] O Pergamum Oficial da UFMG foi usado apenas para a exportação de registros das autoridades em AACR2r. Para a criação ou complementação de registros em RDA, foi usado o Pergamum Teste, mediante autorização da diretoria do SB/UFMG.

[47] O RDA *Toolkit* é um produto on-line integrado, baseado em navegador, que permite aos usuários interagir com uma coleção de documentos e recursos relacionados à catalogação, incluindo a RDA: Resource Description and Access. O *RDA Toolkit* é de responsabilidade da RDA Copyright Holders: American Library Association, Canadian Federation of Library Associations, CILIP: the Chartered Institute of Library and Information Professionals. Fonte: **About RDA Toolkit**. Disponível em: https://www.rdatoolkit.org/about. Acesso em: O acesso on-line é possível através de uma assinatura paga. No entanto, a equipe do RDA disponibiliza o *RDA Toolkit Free Trial* para usuários que queiram avaliar a ferramenta. Esse teste gratuito fornece acesso a todos os seus recursos, com exceção da função de impressão, por um período de 30 dias.

mudanças de nome em épocas distintas; registros incompletos feitos sem a utilização de fontes robustas.

4) Atualização e criação dos registros de autoridade em AACR2R.

A atualização dos dados foi feita baseando-se em novas informações fornecidas pelo item a ser inserido no catálogo bibliográfico, como teses e dissertações, no caso dos discentes. Em relação aos pesquisadores docentes, a atualização foi baseada em outras fontes não utilizadas à época da criação do registro de sua autoridade. A utilização da Plataforma Lattes e do sítio do ORCID foram utilizados para os dois grupos de pesquisadores.

Também foram inseridos dados para campos do MARC 21 que não eram usados, até então, na catalogação descritiva do catálogo Pergamum UFMG, como o campo 024 – Outros padrões de identificação (R) que traz em seu escopo "Número padrão, código ou URI associado à entidade nomeada no campo 1XX que não pode ser acomodado em outro campo, por exemplo, campos 020, que acomoda o *International Standard Book Number* (ISBN) e o campo 022, o *International Standard Serial Number* (ISSN), ambos usados no registro bibliográfico. Portanto, o campo 024 é utilizado no registro de autoridade, para acomodar os identificadores, únicos e persistentes de autores, como o *International Standard Name Identifier* (ISNI), o ORCID, o endereço do Lattes, dentre outros identificadores padrão para criadores de conteúdo.

Durante o experimento, percebeu-se a necessidade de criação de autoridades para casos que não constavam autoridades estabelecidas no catálogo Pergamum. Exemplo: pesquisadores discentes que, ainda, não possuíam itens de sua produção no acervo bibliográfico da UFMG. Lembrando que a amostra foi coletada no Repositório Institucional, enquanto a catalogação descritiva, no Pergamum, ocorre, via de regra, após a validação dos trabalhos no RI/UFMG.

5) Exportação dos dados do AACR2R para catalogação em RDA

A exportação não pôde ser realizada de maneira automática, pois o Pergamum Teste não permitiu esse procedimento, comum no Pergamum Oficial. Foi realizada, então, a exportação manual, ou seja, copiando e colando os dados, campo a campo, subcampo a subcampo, através do registro salvo em arquivo extensão pdf, do Adobe Acrobat. Importante ressaltar que foram transferidos todos os dados contidos na catalogação original de cada autoridade, do Pergamum Oficial (em AACR2R) para o novo registro no Pergamum teste, visando a ampliação em RDA.

6) Catalogação em RDA

A pesquisa minuciosa que foi realizada nas fontes principais, conforme informado no item *3.2.2.2 Coleta dos dados,* facilitou bastante a escolha dos dados para a complementação da catalogação descritiva, em RDA. Além das fontes principais, foram consultadas outras, pois algumas autoridades ou não tinham um currículo Lattes ativo, ou nunca o tiveram. Isso ocorreu com alguns pesquisadores inativos no Pergamum UFMG.

Portanto, após a extração dos dados no registro de autoridade já existente no Pergamum UFMG, realizou-se a ampliação desses registros, no Pergamum Teste. Para isso, foram incluídos os novos campos do MARC 21 criados para abarcar os elementos RDA para registro de nomes de pessoas: 046 – Códigos especiais para datas; 368 - Outros atributos da pessoa; 370 - Lugar associado; 371 - Endereço; 372 - Atividade associada; 373 - Grupo associado; 374 - Ocupação; 375 - Gênero; 377 - Idioma associado; 378 - Nome completo da Pessoa.

Essa fase foi a mais trabalhosa e intensa, tendo-se em vista que o número de autoridades a serem descritas equivalia ao total da amostragem, levando-se em conta, ainda, que o período autorizado para o acesso à ferramenta on-line, o RDA *Toolkit Free Trial,* foi de apenas um mês, tempo considerado relativamente curto. Como contratempo, o acesso ao Pergamum Teste sofreu algumas interrupções esporádicas, cuja solução dependeu da interferência da equipe de TI do SB/UFMG, na maioria das vezes.

Em alguns casos, foi necessário o retorno a alguns registros já prontos para manutenção da descrição de dados, principalmente quando uma nova autoridade revelava nuances não observadas nas anteriores. Isso trouxe adequações nos registros, assim como nos apontamentos relativos às decisões tomadas.

Foi dada atenção especial para que todos os 95 registros de autoridade contivessem todos os elementos essenciais, ou seja, o conjunto de elementos considerados como mínimo para descrição dos dados de pessoas: *nome preferido para a pessoa; título da pessoa; data associada com a pessoa; outra designação associada com a pessoa; profissão, ocupação* e campo de atividade; e *identificador para a pessoa*. Além disso, foram incluídas, em todos os registros em que foi possível, elementos como idioma da pessoa; gênero; grupos associados e informações biográficas.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Análise dos dados colhidos na literatura

No caso do presente estudo, além de possibilitar um referencial teórico robusto dos principais temas tratados, o material bibliográfico selecionado e estudado foi a base para atingir-se os dois primeiros objetivos específicos, quais sejam:

1. Apontar as diretrizes gerais e específicas da RDA sobre os registros de atributos na identificação de responsabilidade de pessoas;
2. Comparar as diretrizes da RDA com as do AACR2R, no que se refere ao controle de autoridade de nome de pessoa.

O primeiro objetivo foi atingido no capítulo 2 - Referencial Teórico, mais especificamente, nos itens 2.3 - *A Estrutura da RDA para os Registros de Autoridade:* e *2.4 - Elementos da RDA em Registros de Autoridade de Nome no MARC 21 e 2.5- Pontos de Acesso e Registros de Autoridade de Nome de Pessoa. Enquanto, a* descrição e a análise comparativa das normas do AACR2r e da RDA, pertinentes ao controle de autoridade de nome de pessoas, elaboradas no subitem *2.3.1 - RDA e AACR2R: similaridades e diferenças,* possibilitaram o atendimento ao segundo objetivo específico.

Para a análise comparativa das normas do AACR2r e da RDA, no controle de autoridade de nome pessoal, podemos registrar os seguintes pontos analisados e seus resultados:

5.1.1 Pontos de acesso

Conforme a literatura estudada, pontos de acesso para pessoas, assim como para entidades família e entidades coletivas, não devem apenas ser resultado de uma transcrição, tal e qual aparecem nos recursos bibliográficos a eles associados. Antes de tudo, é necessário escolher quais as entidades associadas ao recurso serão incluídas para representar pontos de acesso no registro bibliográfico, sendo que essa escolha é prescrita pelos códigos de catalogação, tendo como apoio o julgamento do catalogador sobre quem são os responsáveis intelectuais da obra representada pelo item a ser descrito.

O fato de não restringir a um número específico de responsáveis intelectuais ao se fazer um registro bibliográfico (a conhecida “regra dos três” presente no AACR2r”), a RDA permite ao catalogador decidir por registrar quantos autores (ou criadores de conteúdo)

associados ao recurso catalogado que achar necessário ou conveniente. Isso influencia, também, a atividade de construção de pontos de acesso nos registros bibliográficos, assim como a divulgação e acesso às publicações com coautoria e, ainda, as que envolvem outros atores envolvidos na criação da obra, considerando aspectos como tradução, crítica, ilustração etc. de quaisquer recursos catalogados.

5.1.2 Atributos da entidade pessoa

Constatou-se neste primeiro procedimento, que as diretrizes da RDA apresentam mudanças essenciais em relação ao AACR2, também, quanto aos novos conceitos incorporados no tratamento de dados de autoridade. Baseados em modelos conceituais, os requisitos funcionais para registros bibliográficos e para dados de autoridade trazem os conceitos de entidades, atributos e relacionamentos entre eles. Para a entidade nome pessoal, os atributos (nomeados pela RDA como elementos) são numerosos e as instruções para a descrição de seus dados são bastante detalhadas, colaborando bastante com a individualização dos registros de autoridade. Esse conjunto de atributos pode auxiliar na recuperação de informação no catálogo de autoridade, seja na identificação de entidades buscadas, bem como na distinção de entidades que compartilham o mesmo nome.

5.1.3 Relacionamentos entre as entidades

Ainda segundo os modelos conceituais FRBR e FRAD, as diretrizes da RDA dão maior ênfase aos relacionamentos entre as entidades, se comparado ao AACR2R, incluindo elementos como o Identificador persistente de nome pessoal, que pode ser facilmente vinculado a outros identificadores como os identificadores de recursos, em bases de dados internas ou bases fora das bibliotecas. Os relacionamentos, sejam entre nomes pessoais, nome de famílias e de entidades corporativas, sejam entre pessoas e obras, manifestações e itens, enriquecem os registros de autoridade e os bibliográficos e aumentam o desempenho do catálogo na recuperação da informação.

5.1.4 Novos campos do MARC 21 para dados de autoridade

Novos campos do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade como datas especiais da pessoa (campo 046, subcampos f, g, s e t); títulos da pessoa, (campo 368 subcampos d, s e t); e atributos da pessoa (campos 3XX) descritos no item 2.4 foram criados para abarcar dados referentes aos atributos relacionados nos requisitos funcionais

FRBR e FRAD e assimilados nas diretrizes da RDA. Esses campos novos do MARC 21 (Quadro 5), possibilitam a ampliação dos registros de autoridade, antes descritos sob as normas AACR2R, permitindo a inclusão de maiores detalhes na descrição dos campos e completude dos registros de autoridade de nomes. O contexto destas mudanças nos campos MARC 21, além do interesse em apoiar os FRBR/FRAD e, consequentemente, a RDA, também se refere a atenção necessária à futuros cenários como o da web semântica e dos dados vinculados.

Constatou-se que, embora o formato MARC 21 sofra muitas críticas por ter sido criado muito antes das tecnologias que, hoje, permeiam as redes, a utilização desse formato ainda persiste em muitos catálogos de bibliotecas, sendo responsável pelo intercâmbio de uma gama de dados entre as bibliotecas, dentre elas, as bibliotecas universitárias responsáveis pela criação de registros de autoridades de sua comunidade acadêmica.

5.2 Análise dos dados do experimento de catalogação

Para o percurso dos processos envolvidos na análise dos dados relacionados à experimentação realizada, utilizou-se o modelo de Bardin (2002), que sugere algumas operações tais como: organização da análise; codificação; categorização e inferência e interpretação. A organização da análise deu-se numa fase prévia, incluindo uma minuciosa exploração do material, ou seja, dos registros de autoridade da amostra, com a sistematização de critérios adotados para as decisões tomadas. Após, passou-se ao tratamento do material, isto é, à sua codificação, conforme mostra o Quadro 39, abaixo.

No passo seguinte, foi formado um conjunto de nomes (dentre os que compunham a amostra), cuja descrição atendesse aos princípios de representatividade e de pertinência, de acordo com cada categoria a ser analisada, o que, em outro momento, ao recompor o conjunto total das amostras, respondesse - ou não - às hipóteses presentes nos objetivos. Essas duas etapas, codificação e categorização, foram fundamentais para possibilitar a interpretação e deduções lógicas (inferência) dos resultados obtidos.

5.2.1 A Codificação e a categorização do material para a análise

A unidade de registro escolhida, para a codificação foi justamente a que Bardin chama de *personagem*, *ator* ou *atuante* (BARDIM, 2002, p. 106) , neste caso, o pesquisador docente ou discente que teve seu nome representado na catalogação. Os registros de autoridade foram agrupados, de acordo com as seguintes características em comum: o instrumento usado para a descrição dos dados (AACR2R ou RDA); o status do ator

(docentes ou discentes) – e o departamento a que cada personagem faz parte (DCC, EST, FIS, MAT e QUI). A grade ficou estabelecida e devidamente codificada, conforme pode ser verificado no Apêndice 1. Abaixo, codificação feita de maneira abreviada (Quadro 39).

QUADRO 39 - Codificação concisa dos registros de autoridade dos pesquisadores[48]

AACR2r	RDA
A1 - AACR2r Discentes	**R1 - RDA Discentes**
A1.1 - DCC	R1.1 - DCC
A1.2 - EST	R1.2 - EST
A1.3 - FIS	R1.3 - FIS
A1.4 - MAT	R1.4 - MAT
A1.5 - QUI	R1.5 - QUI
A2 - AACR2r Docentes	**R2 - RDA Docentes**
A2.1 - DCC	R2.1 - DCC
A2.2 - EST	R2.2 - EST
A2.3 - FIS	R2.3 - FIS
A2.4 - MAT	R2.4 - MAT
A2.5 - QUI	R2.5 - QUI

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2021.

Bardin (2002, p.118), esclarece que, após codificado o material para análise, o pesquisador deve produzir um sistema de categorias, sendo esta categorização a responsável em fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Dentre os dois processos sugeridos por ela, o mais adequado para a pesquisa foi o de procurar dividir os elementos da melhor maneira possível, à medida que vão sendo identificados. Esta aplicação se dá em casos de a organização do material derivar diretamente dos funcionamentos teóricos e hipotéticos (BARDIN, 2002, p. 119). No caso desta pesquisa, escolheu-se, para a análise, categorias baseadas nos elementos RDA para a identificação de nome de pessoas. Como as regras de um código de catalogação já se apresentam bem estruturadas, o processo de categorização ficou facilitado.

As categorias representam os agrupamentos das regras para identificação e registro de nome de pessoas, apresentadas na seguinte ordem: I - Pontos de acesso para pessoas; II - Nome preferido da pessoa e variantes do nome (Campos 100, 400 e 500); III - Outros atributos para pessoas (024; 046 e 3xx); IV - Fontes de informação (670, 675 e 678). A formação das categorias se encontra abaixo (Quadro 40).

[48] A codificação completa dos registros de autoridade utilizados no experimento estão no final da dissertação, no Apêndice 1.

QUADRO 40 - Categorização dos elementos RDA para a entidade pessoa

CATEGORIAS	*Diretrizes RDA para identificação de nome pessoal*	*Campos MARC 21 para dados de autoridade em RDA*
I – Pontos de acesso para pessoas	*Usando pontos de acesso para representar pessoas* *Construção do ponto de acesso para representar uma pessoa*	
II – Nome preferido da pessoa e variantes do nome	*Nome da pessoa* *Nome preferido para a pessoa** *Forma mais completa do nome* *Variante do nome de pessoa*	*100 Nome pessoal (NR);* *378 Forma completa do nome (NR)* *400 Forma variante do nome* *500 Forma relacionada do nome (remissivas "ver também")*
III - Outros atributos para pessoas	*Identificador para a pessoa* *Data relativa à pessoa ** *Título da pessoa* *Outra designação relativa à pessoa* *Lugar de nascimento;* *Lugar de morte;* *País relativo à pessoa* *Lugar de residência* *Endereço da pessoa* *Campo de atividade da pessoa* *Afiliação* *Profissão ou ocupação* *Gênero* *Idioma da pessoa*	*024 Outro Identificador padrão* *046 Datas especiais (R);* *368 Outros atributos de pessoa (R);* *370 Local associado (R);* *371 Endereço (R)* *372 Campo de atividade (R)* *373 Grupo associado (R)* *374 Profissão ou Ocupação (R)* *375 Gênero (R)* *377 Idioma associado (R)*
IV - Fontes de informação	*Fontes de informação para nome de pessoa;* *Fontes de informação para nome preferido da pessoa* *Fontes de informação para datas associadas à pessoa;* *Fontes de informação sobre títulos da pessoa;* *Fontes de informação sobre o gênero da pessoa* *Fonte de informação biográfica*	*670 Dados de fontes encontrados (R)* *675 Dados de fontes não encontradas (NR)* *678 Dados biográficos ou históricos (R)*

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

O Quadro 40 apresenta, em cada categoria, a descrição concisa das diretrizes RDA, representadas nos campos MARC 21 do formato para dados de autoridade. Por sua vez, o quadro abaixo, (Quadro 41), mostra cada campo e respectivos subcampos utilizados na catalogação experimental. Esses campos e subcampos foram escolhidos de acordo com decisões tomadas pela catalogadora durante o trabalho de autoridade realizado, com o objetivo de nortear as atividades de registros de autoridade futuros.

QUADRO 41 - Campos e subcampos MARC 21 para nome de pessoa

CAMPO	DESCRIÇÃO	SUBCAMPO	DESCRIÇÃO DO SUBCAMPO
024	Outros padrões de identificação (R)	a; 2	Número padrão ou código (NR); Fonte (NR)
040	Fonte catalogadora (NR)	e	Fontes convencionais de descrição de dados (R)
046	Datas especiais	f; g	Data de nascimento (NR); Data de morte (NR)
100	Nome pessoal (NR)	a; d[49]	Nome pessoal (NR); data de nascimento (NR)
370	Locais associados (R)	a; g	Local de origem do trabalho (R)
371			
372	Campo de atividade (R)	a;s;t	Campo de atividade (R)
373	Instituições associadas (R)	a; s; t	Instituição (R)
374	Profissão (R)	a	Profissão (R)
375	Gênero (R)	a	Sexo (R)
377	Idiomas associados (R)	a	Código idioma (R)
378	Forma completa do nome (NR)	q	Forma completa do nome (NR)
400	Forma variante do nome (R)	a;	Nome pessoal (NR)
500	Forma do nome relacionado (R)[50]	a; i	Nome pessoal (NR); Informação de relacionamento (R)
670	Dados de fontes encontrados (R)	a; b	Citação de fonte (NR); Informação encontrada (NR)
675	Dados de fontes não encontradas (NR)	a	Citação de fonte (R)
678	Dados bibliográficos ou históricos (R)	a; u	Dados biográficos ou históricos (R) ; URI (R)

:
Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de LIBRARY OF CONGRESS, 2008, 2021.

Importante ressaltar que o motivo dessa experimentação foi atender à necessidade de explorar a forma como são descritos os registros de autoridade, na prática da catalogação, de acordo com a nova norma de descrição, a RDA, tendo-se em conta que, no contexto do SB/UFMG, são utilizadas as regras do ACCR2R.

Conforme citado no item Caracterização da Pesquisa (4.1), para a realização da análise dos dados, utilizou-se da técnica *análise de conteúdo*, de Bardin, a qual busca compreender o significado dos dados coletados e tem o objetivo de facilitar o entendimento dos conteúdos através de alguma classificação apresentada de forma sistematizada, que

[49] Quando importado da descrição já realizada em AACR2r, pois, para a complementação em RDA, optou-se por utilizar o campo 046, quando houvesse datas pessoais a serem descritas.
[50] O campo 500 é utilizado para registrar os pontos de acesso relacionados à pessoa (remissivas “ver também”) e compartilha os subcampos e indicadores com os campos 100 e 400. No entanto, não foi utilizado no experimento porque não ocorreu nenhum caso de autores com o uso de mais de um nome.

pode ser a divisão em categorias. (BARDIN, 2002). A Análise de conteúdo, neste caso, serviu de base para uma análise qualitativa das observações feitas.

Observou-se, durante a catalogação descritiva, a necessidade de organizar os registros de autoridade por pesquisadores discentes e pesquisadores docentes, disponíveis no catálogo do Pergamum UFMG. Portanto, foi o pré-teste realizado na primeira etapa do procedimento que permitiu avaliar o que seria pertinente analisar e quais dados ainda precisavam ser coletados, para atualização dos registros, principalmente tendo-se em vista atender às novas normas (RDA).

5.2.2 Análise dos registros, por categoria[51]

a) Categoria I – Pontos de acesso para pessoas

Sendo o Controle de autoridade o estado de maior consistência dos pontos de acesso dos registros de autoridade, a primeira categoria para análise dos dados deste experimento não poderia deixar de ser, justamente, o exame da contribuição da RDA para a melhoria dessa coerência nos pontos de acesso de nome pessoal do catálogo de autoridade do SB/UFMG.

Um ponto de acesso autorizado é uma das técnicas utilizadas para representar uma pessoa relacionada com um recurso ou entre uma pessoa, família, entidades coletivas e pessoas relacionadas.

Conforme dito, *no terceiro passo* para a realização do experimento*, Definição dos pontos de acesso para nome da pessoa da amostra*, mesmo que alguns pontos de acesso já tenham sido definidos no catálogo bibliográfico do SB/UFMG, quando da inclusão de recursos de autoria de determinado pesquisador, foi necessário manter uma observação mais detalhada, buscando compreender como foram escolhidos o ponto de acesso autorizado e os pontos de acesso variantes e/ou relacionados de cada autoridade. Uma pesquisa nos itens catalogados e uma busca em bases de autoridades externas como as de outras bibliotecas, agências nacionais ou consórcios de serviços de catalogação, foi realizada cada vez que surgia uma dúvida nesse sentido.

[51] A partir deste ponto, alguns exemplos foram inseridos a título de ilustração, visando melhor compreensão da análise dos dados. Trata-se de parte dos registros de autoridade realizados durante o experimento. Em alguns casos, como exemplos de pontos de acesso de nome preferido e de formas variantes do nome, dados pessoais* como nome completo das autoridades e datas de nascimento e morte foram, necessariamente, expostos. Acredita-se, no entanto, que isso não fere a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pois os dados aqui citados foram retirados de fontes de informação de acesso público.
*Os dados pessoais são quaisquer informações que possam identificar, direta ou indiretamente, uma pessoa física". LEI Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Em relação à definição dos pontos de acesso, os objetivos do código AACR2R são três: escolher os nomes base para os pontos de acesso; construir os pontos de acesso e; registrar os pontos de acesso. Quanto à RDA, foram acrescentados mais dois objetivos, quais sejam: registrar elementos que identificam a entidade e; registrar elementos que ajudam no uso e na revisão dos dados de autoridade (ASSUMPÇÃO, 2012, p. 91).

Durante a análise geral da catalogação em RDA, observou-se que, na grande maioria dos registros de autoridade analisados, foi possível alcançar esses objetivos, tanto os já prescritos pelo AACR2R, como os dois novos oferecidos pela RDA. Esses dois objetivos foram fáceis de serem analisados, a partir da constatação de que a RDA apresenta a possibilidade de registros de um maior número de atributos para cada entidade. Elementos como datas, atividades, ocupação, gênero, idioma, grupos e locais associados a pessoa, promoveram a individualização da entidade, como também facilitaram o seu uso e a revisão dos dados, quando se fizeram necessários.

Abaixo, alguns exemplos de registros de autoridade com o ponto de acesso preferido, e atributos da entidade pessoa. Alguns desses atributos contribuíram para a descrição do ponto de acesso autorizado da pessoa. Para a identificação e individualização da autoridade, o atributo mais usado foi a data associada à pessoa principalmente, a inclusão das datas de nascimento e/ou morte, no campo 046, subcampo f do MARC 21. Esse é um campo não visível para o usuário, mas é um campo que orienta o catalogador para a desambiguação de homônimos. O que vem atender aos objetivos suplementares da RDA: *registrar elementos que identificam a entidade* e *registrar elementos que ajudam no uso e na revisão dos dados de autoridade*.

Exemplo 1: Rafael Alves Martins

A1.5.9	Autoridade: 1261827 100 $a Martins, Rafael Alves $d 1996
R1.5.9	Autoridade: 1245874 100 $a Martins, Rafael Alves 046 $f 1996

Neste caso, foram encontradas três ocorrências com o nome “Rafael Alves Martins”, na busca curricular da Plataforma Lattes, conforme mostra a Fig. 10, abaixo:

FIGURA 10 - Busca curricular na Plataforma Lattes por nome de pesquisador

Fonte: Busca realizada pelas autoras, na Plataforma Lattes. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/. Acesso em: 25 ago. 2021.

Exemplo 2: Cláudia Pires Ferreira

A1.4.3 Autoridade: 1191547

Campo: 100 - $a Ferreira, Cláudia Pires $d 1991

R1.4.3 Autoridade: 1245850

Campo: 100 - $a Ferreira, Cláudia Pires

046 $f 1991

Para o nome desta pesquisadora, foram encontradas duas ocorrências com o nome exato “Cláudia Pires Ferreira”, também na Plataforma Lattes (Figura 11) abaixo:

FIGURA 11 - Busca curricular na Plataforma Lattes “Cláudia Pires Ferreira”

Fonte: Busca realizada pelas autoras, na Plataforma Lattes. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/. Acesso em: 25 ago. 2021.

Constatou-se que, com a possibilidade oferecida pela RDA de incluir atributos à pessoa, tanto quanto forem necessários e aplicáveis, foi importante explorar um maior número de fontes para localização dos dados de cada pesquisador. É o caso de pesquisadores que já possuem autoridade em catálogos de outras bibliotecas. A maioria das bibliotecas ou agências nacionais utilizam o AACR2R, outras em menor quantidade, a RDA. A Biblioteca do Congresso Americano, já possui inúmeros registros de autoridade em RDA, a Biblioteca Nacional Brasileira, ainda não. Nesses casos, apenas os catálogos que têm seus registros realizados sob as diretrizes RDA trarão elementos como área de atividade, profissão, grupos associados à pessoa etc.

Outra constatação que ocorreu na pesquisa de informações para a descrição das autoridades, se refere a presença de variadas formas do nome, em fontes distintas. Na maioria das vezes em que foram localizados cadastros de nomes dos pesquisadores da amostra, no ORCID e no Currículo Lattes, a forma do nome apresenta-se de maneira distinta uma da outra. Enquanto, no identificador ORCID a maioria dos pesquisadores registra seu nome de forma reduzida, na Plataforma Lattes, a forma completa do nome para o cadastro é sempre exigida.

Mesmo constatando que no catálogo da UFMG não constam homônimos para os pesquisadores dos dois exemplos acima, optou-se por manter os pontos de acesso para as autoridades com a inclusão de suas datas de nascimento, como precaução quanto à criação de autoridades futuras com nomes idênticos (homônimos), já que tanto os nomes - Rafael (ex. 1) e Cláudia (ex. 2), como os seus respectivos sobrenomes – Alves Martins (ex. 1) e Pires Ferreira (ex. 2) são de uso comum no Brasil.

Com os registros de autoridade feitos de acordo com o AACR2R (A1.5.9 e A1.4.3), utilizou-se o subcampo d, no campo 100, para registrar as datas de nascimento dos pesquisadores. No entanto, o uso da data de nascimento no registro de autoridade pode ser questionado pelo próprio autor, por tratar-se de um dado pessoal que, no campo 100, é exibido no momento da recuperação da informação.

Deste modo, para a ampliação dos registros de autoridade em RDA (R1.5.9 e R1.4.3), preferiu-se utilizar o campo 046 para o registro das datas de nascimento dos pesquisadores. Neste caso, a recuperação da informação pelo usuário final não exibirá o registro de dados, referentes às datas pessoais. Apenas a consulta interna feita por catalogadores ou bibliotecários de referência mostrará datas registradas no campo 046 do MARC 21, facilitando a esses profissionais da informação a exata identificação do autor e das manifestações/expressões de suas obras para os relacionamentos necessários, tanto na catalogação de novos itens, quanto no apoio à pesquisa solicitada por seus usuários.

Importante observar que a norma RDA inclui a Data de nascimento e a Data de falecimento, entre os elementos essenciais para identificar pessoas, conforme as regras para Registro de atributos de agentes, onde são descritas as opções: “registre os elementos como *elementos separados*, como *partes do ponto de acesso autorizado* que representa a pessoa ou como *ambos*.” Sendo assim, para o experimento de catalogação, usou-se de orientações da RDA que oferecem ao catalogador a possibilidade de registrar as datas do autor de três maneiras, conforme exemplificadas abaixo:

Exemplo 3: Edson Durão Júdice

R2.4.4 Autoridade 1245897

1 - Datas de nascimento e falecimento, como *partes do ponto de acesso autorizado*:

100 $a Júdice, Edson Durão, **$d** 1925-2018

2 - Descrição dos mesmos elementos *em campos separados:*

100 $a Júdice, Edson Durão

046 $f 1925 **$g** 2018

3 - Descrição dos mesmos elementos *em ambos* os casos (como partes do ponto de acesso autorizado e, também, em campo separado do Ponto de acesso):

100 $a Júdice, Edson Durão, **$d** 1925-2018

046 $f 1925 **$g** 2018

Observando-se que, no campo 100, o subcampo d (Datas associadas ao nome), é um subcampo não repetível (NR), ficando as datas de nascimento e morte separadas apenas por um hífen. Já o campo 046 - Datas especiais codificadas, trata-se de um campo repetível (R), com as seguintes subcampos não repetíveis para descrição de datas associadas a nome de pessoas: $f – Data de nascimento (NR); $g – Data de morte (NR); $s – Período inicial (NR) e $t – Período final (NR). Estes períodos se referem às datas ou intervalo de datas do período de atividade da pessoa. Nesse caso, poderão ser usados para descrição de pseudônimos, quando os diferentes nomes adotados por uma pessoa forem utilizados em períodos diferentes. Como não ocorreu nenhum caso de uso de pseudônimos dentre os pesquisadores da amostra, não foi possível apresentar, aqui, um exemplo.

Outra recomendação da RDA é que a inclusão dos elementos essenciais nos registros de autoridade, também chamados de elementos mínimos, deve ocorrer desde que estes sejam aplicáveis e que possam ser estabelecidos facilmente. Para as autoridades locais, que é o caso dos pesquisadores, personagens deste experimento, a data de nascimento pode ser facilmente identificada, devido à proximidade dos catalogadores com

outras unidades da Universidade, como os departamentos de recursos humanos e de registros acadêmicos, e até mesmo com os próprios pesquisadores.

Uma constatação importante é que, às vezes, somente o ano de nascimento não é suficiente para desambiguar autoridades, visto que o mesmo ano pode se repetir para mais de um autor/criador. Quanto a isso, o escopo do campo MARC 046 informa que, nas datas de nascimento e de morte, pode-se incluir o mês e o dia em que a pessoa nasceu ou faleceu. Portanto, necessário se faz um levantamento da ocorrência de nomes de pessoas idênticos que se repetem com frequência, a fim de determinar quando incluir o mês e o dia na data de nascimento ou de morte de um autor pessoal, no ponto de acesso preferido. Tomando-se o exemplo citado acima (R1.4.3 Autoridade: 1245850), têm-se a possibilidade de incluir a data completa do nascimento da pesquisadora, caso haja necessidade de inserir, no catálogo de autoridade da Biblioteca, uma nova autoridade com nome e ano de nascimento idênticos ao dela. Assim, pode-se contribuir para maior precisão e desambiguação de autoridades, e, por conseguinte, coerência no controle de autoridades.

Exemplo 4: Cláudia Pires Ferreira – nascida em 12 de março de 1991

R1.4.3 Autoridade: 1245850

Campo: 100 $a Ferreira, Cláudia Pires

046 $f 19910316

Outros exemplos de pontos de acesso definidos durante o experimento:

Exemplo 5: Nome preferido escolhido pelo próprio autor

Berthier Ribeiro de Araújo Neto

Por tratar-se de um professor da Universidade desde 1996, sua autoridade já estava estabelecida há mais tempo, sob as regras da AACR2R. A primeira fonte apresentada no seu registro de autoridade foi uma obra publicada em 1999, que traz o nome preferido por ele – Berthier Ribeiro-Neto. Neste caso, trata-se da forma reduzida do nome oficial do autor, conforme mostra o registro de autoridade A2.1.8, abaixo:

A2.1.8 Autoridade: 458879

Campos: 100 $a Ribeiro-Neto, Berthier, $d 1960-

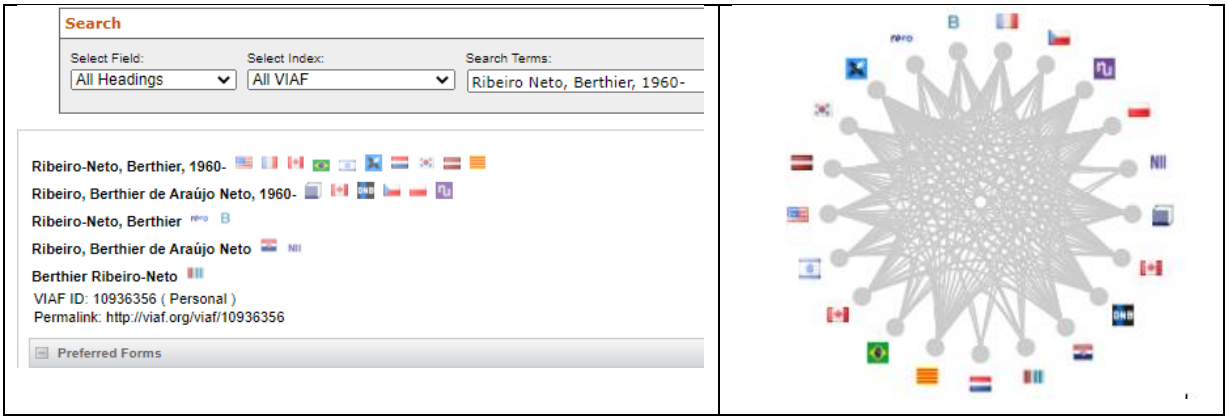
400 1 $a Ribeiro-Neto, Berthier $q (Ribeiro de Araújo Neto) $d 1960

670 $a Secundária de: Baeza-Yates, R. Modern information retrieval. 1999.

Diante da variedade de formas de nome no registro encontrado, para a ampliação em RDA fez-se necessário realizar pesquisas em novas fontes de informação, onde foram encontradas outras apresentações de seu nome, com pontos de acesso diversos (Figura 12), mas nenhum deles seguindo as regras para registros de nome pessoal em língua portuguesa, ou seja, com a seguinte ordem: último sobrenome, seguido de indicação de grau de parentesco; nome; outros sobrenomes. As referências bibliográficas contidas no seu currículo da Plataforma Lattes trazem “Ribeiro-Neto, Berthier” como a forma utilizada na grande maioria de suas publicações como artigos de periódicos e de eventos, assim como em obras descritas como fonte de informação no registro de autoridade (Marc 21, campo 670).

A melhor opção foi manter a forma do nome favorita do autor como ponto de acesso autorizado. Além do próprio catálogo de autoridade da UFMG, esta foi a forma que comparece também na Biblioteca Nacional do Brasil, ou seja, a agência nacional brasileira, repercutindo em várias agências de outros países, como mostra a busca realizada no VIAF (Figura 12), abaixo:

FIGURA 12 - Resultado de busca no VIAF ID no campo “all headings”



Fonte: VIAF: Virtual International Authority File. Disponível em: http://viaf.org/viaf/10936356. Acesso em 15 ago. 2021

R2.1.8 Autoridade: 1243669
Campos: 024 $a http://lattes.cnpq.br/5461069167314414 $2 Currículo Lattes
024 $a VIAF ID: 10936356 (Personal) $2 viaf.org
046 $f 1960
100 $a Ribeiro-Neto, Berthier $d 1960-
378 $q Ribeiro de Araújo Neto
400 $a Araújo Neto, Berthier Ribeiro de
670 $a Sec. de Baeza-Yates, R. Modern information retrieval. 1999.

Portanto, na autoridade ampliada (RDA) manteve-se o nome preferido pelo autor como ponto de acesso autorizado, incluindo-se a forma completa do nome no campo 378, subcampo *q*. e uma forma variante com o nome completo e entrada pelo último sobrenome, seguido da indicação de parentesco.

Exemplo 6: Ponto de acesso variante com acréscimo de parentesco

Frederico Ferreira Campos

R2.1.2 Autoridade: 1245892
100 $a Campos, Frederico Ferreira, $d 1955-
400 1 $a Campos Filho, Frederico Ferreira, $d 1955-
400 1 $a Campos, Frederico Ferreira, $d filho

No exemplo acima, o professor possui o nome igual ao de seu pai e usa, em algumas de suas publicações, como uma forma alternativa de seu nome, “Frederico Ferreira Campos *Filho”*, embora não exista, em registros oficiais de seu nome, a designação de parentesco (Filho). Neste caso, para o ponto de acesso preferido manteve-se o nome original, conforme suas primeiras produções acadêmicas, e o nome com o acréscimo da designação de parentesco foi registrado como um ponto de acesso variante, atendendo à sua vontade.

Exemplo 7: Uso de abreviaturas do nome e de sobrenomes, gerando ambiguidades.

R2.3.4 Autoridade: 1245909
100 $a Paniago, Roberto Magalhães
370 $a Brasil
371 $b Belo Horizonte $c Minas Gerais $d Brasil
372 $a Física - Instrumentação $a Física de Superfície
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Física. $s 1997
374 $a Físico $s 1987
374 $a Pesquisador $s 1988
374 $a Professor universitário $s 1997
377 $a por $a eng $a ger
378 $q (Roberto Magalhães)
400 $a Paniago, Roberto M.
400 $a Paniago, R.

R2.3.5 Autoridade: 1245908
100 $a Paniago, Rogério Magalhães
370 $a Brasil
371 $b Belo Horizonte $c Minas Gerais $d Brasil
372 $a Física - Instrumentação $a Nanoestruturas
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de

Ciências Exatas, Departamento de Física. $s 1998
374 $a Professor universitário $s 1998
374 $a Pesquisador $s 1992
374 $a Físico $s 1991
377 $a por $a eng $a fre
378 $q Rogério Magalhães
400 1 $a Paniago, Rogério M.
400 1 $a Paniago, R. M
400 1 $a Magalhães-Paniago, Rogério
400 1 $a Magalhães-Paniago, R.
670 $a OCLC, Mar. 18, 2009 $b (hdg**.: Paniago, Rogério Magalhães; usage: R. M. Paniago)**

Este exemplo trata de duas autoridades distintas, de dois irmãos com sobrenomes idênticos e, obviamente, nomes diferentes. A princípio, o ponto de acesso autorizado já estava definido para cada autoridade, baseando-se na forma completa do nome de cada um dos pesquisadores. No entanto, algumas formas variantes do nome com a utilização de abreviações, geravam confusão em citações bibliográficas, pois ambos possuíam o primeiro nome iniciando-se com a letra R. Assim, Paniago, R. M. e Paniago, R. eram utilizados por Roberto e por Rogério, simultaneamente em periódicos da mesma área de assunto.

Os dados colhidos na Plataforma Lattes e no Somos UFMG apresentam outras similaridades entre os dois, como área de atividades, afiliações e locais associados. Ambos são docentes do Departamento de Física da UFMG, com profissão/ocupações iguais, atuando na mesma área de atividades, e com datas e locais associados também análogos, como pode ser observado na descrição contida nos campos 370 até 374 dos seus respectivos registros de autoridade, mostrados acima (R2.3.4 e R2.3.4).

Desta forma, embora já definido o ponto de acesso preferido, seguiu-se a busca em outras fontes, procurando por novos dados que pudessem resolver o conflito dos pontos de acesso variantes. Foi encontrada no catálogo de autoridades da LC a informação de que, para o cabeçalho “Paniago, Rogério Magalhães”, seja usada a forma com abreviações “R.M. Paniago”, conforme descrito no segundo campo 670, do quadro abaixo (Quadro 42):

QUADRO 42 – Registro de autoridade do catálogo da LC

100	1_ **|a** Paniago, Rogério Magalhães
400	1_ **|a** Paniago, R. M. **|q** (Rogério Magalhães)
670	__ **|a** Synchrotron radiation in materials science, 2009: **|b** t.p. (Rogério Magalhães Paniago)
670	__ **|a** OCLC, Mar. 18, 2009 **|b** (hdg.: Paniago, Rogério Magalhães; usage: R.M. Paniago)

Fonte: LC authorities. Disponível em: https://authorities.loc.gov/cgi-bin/Pwebrecon.cgi?DB=local&PAGE=First

Essa informação da OCLC, esclareceu a utilização das abreviações dos nomes dos dois pesquisadores. A partir de 2009, nas publicações de “Paniago, Rogério Magalhães”, passou a ser utilizada a forma abreviada “R.M. Paniago”, e a forma “R. Paniago”, usada para publicações de “Paniago, Roberto Magalhães”. Os campos 670 da autoridade LC, foram compartilhados no registro do Catálogo do SB/UFMG, quando da ampliação para a RDA.

Ao finalizar a análise dos resultados referente à Categoria I – Pontos de Acesso verificou-se que todos os cinco objetivos para a elaboração de pontos de acesso foram atendidos, durante a catalogação experimental com o uso da RDA, tanto para a ampliação dos pontos de acesso já descritos nos registros importados do catálogo Pergamum UFMG, assim como para a criação de outros registros que se fez necessária.

b) Categoria II – Nome preferido da pessoa e variantes do nome

De acordo com os objetivos da pesquisa, para o experimento, delimitou-se somente *pontos de acesso que representem entidade*s *do tipo pessoa,* no caso especificamente *nome de pessoa local*.

“É uma palavra, personagem ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma pessoa é conhecida.” São duas as categorias de nomes usadas para a identificação de pessoas: nome preferido para a pessoa e variante do nome da pessoa.

Nome preferido para a pessoa: considerado um elemento essencial, é a base para o ponto de acesso que o representa, ou seja, o ponto de acesso autorizado. No Formato MARC 21, a sua descrição é realizada no campo 100, que é um campo não repetível (NR).

Ao registrar o nome preferido de cada pesquisador procurou-se seguir as orientações contidas na RDA, considerando as particularidades relacionadas ao uso de: maiúsculas; números demonstrados como números ou como palavras; acentos e outros sinais diacríticos; hífen; espaços iniciais e siglas; e abreviações.

Em relação à escolha do nome preferido, as diretrizes RDA orientam para que, via de regra, deve-se escolher o nome pelo qual a pessoa é mais comumente conhecida. Já a norma RDA rege sobre a ordem dos elementos dos nomes (nomes e sobrenomes), orientando para que a escolha do primeiro elemento seja a parte do nome sob a qual a pessoa aparece, normalmente, em listas alfabéticas autorizadas em sua língua ou do seu país de residência/atividade, seguida de outras partes do nome.

Exemplos:

R1.1.11 Autoridade: 1245836
Campo: 100 - $a Vidal Pino, Omar

R1.4.10 Autoridade: 1245852
Campo: 100 - $a Vieira, Leandro da Luz

R2.3.6 Autoridade: 1245910
Campo: 100 - $a Paula, Ana Maria de

A RDA traz como exceção, seguir a vontade da própria pessoa, quando esta manifesta a preferência em ser identificada por outra parte do nome, mesmo que esta forma seja diferente do que versam as orientações gerais da RDA.

Exemplo:

R2.1.8 Autoridade: 1243669
Campo: 100 - $a Ribeiro-Neto, Berthier $d 1960-
378 - $q Ribeiro de Araújo Neto

Nesse exemplo, sendo “Berthier Ribeiro de Araújo Neto” o nome em ordem direta do pesquisador, pela diretriz RDA o primeiro elemento para a criação do ponto de acesso seria “Araújo Neto”, seu último sobrenome, seguido da indicação de parentesco, como rege a norma para nomes de pessoas da língua portuguesa. No entanto, por preferência do próprio autor, sua autoridade foi criada a partir de seu primeiro sobrenome, “Ribeiro”, acrescido pela indicação de parentesco, “Neto”.

Diferentes formas do mesmo nome: Assim como o exemplo acima (R2.1.8 Autoridade: 1243669), outros casos envolvendo diferentes formas do mesmo nome foram identificados na amostra dos pesquisadores. A RDA expressa que a escolha do nome preferido deve se dar conforme os seguintes casos: Parte do nome; idioma; nomes em um alfabeto não preferido; e ortográfico.

Exemplo 1: parte do nome como forma preferida

R2.3.2 Autoridade: 1245907
Campo: 100 - $a Chaves, Alaor, $d 1942 -
378 $q Silvério
400 $a Chaves, Alaor S.
400 $a Chaves, Alaor Silvério, $d 1942-

Para esta autoridade, a forma preferida foi apenas parte do nome. A forma completa do nome e a forma abreviada foram registradas como formas variantes (Campos 400). Foi utilizado o campo 378 para representar a parte do nome que não foi incluída na forma escolhida como nome preferido.

Não houve nenhum caso de pesquisadores cujos nomes estivessem escritos em mais de um idioma nos recursos relacionados a eles, tampouco pesquisadores com nomes em um alfabeto não preferido, no caso, não latinos. Variações do nome devido à ocorrência de grafias diferentes em fontes ou recursos diversos, apenas foram encontradas quando a diferença ortográfica se deu devido a transliterações diferentes. Fatos como esses serão exemplificados no próximo item, que trata sobre nomes variantes.

Importante comentar que os exemplos acima citados são todos de pesquisadores docentes e já existentes no catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Como a amostra continha boa quantidade de novos pesquisadores, principalmente de discentes do mestrado e doutorado, a criação do registro de autoridade para estes casos, ocorreu no momento do experimento. Assim como esses pesquisadores ainda não possuíam registros de autoridade na instituição, obviamente também não constavam na agência nacional do Brasil (BN) ou do país de origem (casos de estrangeiros), tampouco em consórcios de autoridades internacionais. Optou-se por manter a forma mais completa do nome, como forma preferida do nome, retirada do item catalogado (teses, dissertações ou monografias). Para casos como esses, foram descritas como formas variantes do nome as outras formas do nome citadas pelo autor, no seu currículo Lattes. Isso ocorreu com a maioria das autoridades dos pesquisadores discentes que, ainda, não possuíam produções em número suficiente para comprovar predominância de uma forma do nome.

Diferentes nomes para a mesma pessoa: Algumas amostras revelaram alguns pesquisadores conhecidos por mais de um nome, por exemplo, um nome de nascimento, um apelido ou um nome de casada (o). A RDA traz orientações para escolher um destes como o nome preferido, considerando a seguinte ordem de prioridade: um nome mais frequente encontrado em recursos associados à pessoa; um nome mais frequente em fontes de referência; o último nome.

Exemplo: R2.2.4 Autoridade: 1245904

Campo: 100 - $a Soares, José Francisco Soares

400 1 $a Soares, José F.

400 1 $a Soares, Chico $g Apelido; Codinome. Citado em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Francisco_Soares

Neste exemplo, para o nome preferido, foi definido o nome mais frequente encontrado em recursos associados a ele, embora seja, também, o nome mais frequente em fontes de informação, ou seja, o nome de registro do autor foi escolhido como ponto de acesso preferido e as outras formas pela qual o autor é conhecido, com o uso do codinome, foi registrada como forma variante do nome, juntamente com as formas que contêm abreviaturas do nome, também citadas em fontes de informação, como o Currículo Lattes e o Somos UFMG.

Tomou-se esse exemplo, por ele ter, em uma das suas formas variantes, um apelido, que aparece, com certa frequência, em fontes informação, ou fontes positivas de dados, como são denominadas no formato MARC 21. Embora o seu apelido não tenha sido escolhido como o ponto de acesso autorizado, foi importante uma pesquisa, a pesquisa para identificar homônimos do pesquisador, foi positiva para uma das suas formas do seu nome. Isso porque o seu codinome é muito comum. Tanto o apelido “Chico” é comumente utilizado para pessoas cujo prenome é “Francisco”, quanto “Soares” é um sobrenome bastante usual no Brasil. Na pesquisa em fontes de referência, foram encontradas outras autoridades com o mesmo apelido, conforme mostra a Figura 13, abaixo:

FIGURA 13 - Exemplo de autoridade contendo apelido - Catálogo da BN

Fonte: BIBLIOTECA Nacional: autoridades. Disponível em http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Autoridade?guid=1638451951971. Acesso em 16 out. 2021.

Também foram encontrados homônimos de pessoas com o prenome “Chico”, com sobrenome “Soares”, por exemplo, o roteirista brasileiro, Chico Vinícius Soares, mais conhecido no meio artístico como “Chico Soares”. (Figura 14)

FIGURA 14 - Exemplo de homônimo de “Chico Soares”

Fonte: CHICO Soares. Wikipedia: a enciclopédia livre. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Soares. Acesso em: 24 out. 2021.

Mudança de nome: Para os casos de mudança do nome, ou da forma do nome, seja por uso de pseudônimos, por adoção de sobrenome do cônjuge, ou uso de nome social, as orientações estão na RDA, que indica, de preferência, usar o último nome ou a última forma do nome como o nome preferido. No entanto, a instrução assegura a inclusão de exceções.

Exemplo – mudança de nome: adoção de sobrenome do cônjuge

R2.5.7 Autoridade: 1245916

Campo: 100 $a Robles-Azocar, Patricia Alejandra

370 $a Chile $com Brasil
400 $a Robles-Dutenhefner, Patricia Alejandra
400 $a Robles Dutenhefner, Patricia Alejandra

400 $a Robles-Dutenhefner, Patricia A.
400 $a Robles-Dutenhefner, P. A.
400 $a Robles Azocar, Patricia Alejandra
400 $a Robles-Azocar, Patricia A.
400 $a Robles-Azocar, P. A.

667 $a nome de casada usado como base para o ponto de acesso autorizado, conforme itens catalogados (1996-2017). A partir de 2017, produções contidas em seu currículo trazem seu nome de solteira (usado após o seu divórcio). De acordo com a vontade da mesma, o ponto de acesso autorizado passou a ser seu nome de registro de nascimento. O nome preferido anterior passou a ser uma forma variante do nome. Para as formas variantes do nome e respectivas datas de uso em publicações, ver Currículo Lattes da autora.

Conforme pode ser verificado no campo 667 – Nota geral não pública (R), a autora utilizou, em suas publicações, sobrenomes diferentes, devido à adoção de sobrenome do cônjuge e, após seu divórcio, com o uso de seu nome de registro. A mudança de forma preferida autorizada foi baseada na vontade da pesquisadora, manifestada em suas publicações mais recentes, referenciadas em seu currículo Lattes, o qual, hoje está disponível pelo seu nome original “Patricia Alejandra Robles Azocar”.

Exemplos de referências, com sobrenomes diferentes, em datas diferentes:

> ROBLES-DUTENHEFNER, P*; FERREIRA, V. M. S. ; GUSEVSKAYA, E. V. Palladium-catalyzed oxidation of bicyclic monoterpenes by hydrogen peroxide. **Applied Catalysis**. A, General JCR, v. 174, p. 177-186, 1998. **Citações:** WEB OF SCIENCE ™ 39|SCOPUS37
>
> ROBLES-DUTENHEFNER, P*; LANÇAS, F. M. . Upgrading of sugar cane bagasse by thermal processes. 8. Direct liquefaction with n-alchols. **Fuel Science and Technology International**, v. 14, n.7, p. 134-138, 1996.
>
> COSTA. Maíra dos Santos. **Oxidação aeróbica de olefinas catalisada por metais de transição**. 2017. Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal de Minas Gerais, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coorientador: Patricia Alejandra Robles-Azocar.

Na sequência, casos de pseudônimos são tratados pela RDA de uma forma descomplicada, apresentando, com detalhes, vários exemplos, incluindo casos de pseudônimos compartilhados por dois ou mais indivíduos, sejam como escritores, intérpretes, cantores, atores e outros criadores de conteúdo.

De maneira sucinta, as orientações da RDA para escolha do nome preferido para indivíduos com pseudônimos são as seguintes: se o indivíduo possui mais de uma identidade, escolha o nome associado a cada identidade como o nome preferido para essa identidade; quando a pessoa usar mais de um nome (um nome real e um ou mais pseudônimos); o catalogador poderá escolher um nome preferido para cada identidade, com descrição separada, o que significa ter um registro de autoridade para cada entidade; a identidade mais comumente associada a qualquer criada pela pessoa estará ligada à descrição da obra (registro bibliográfico) por um relacionamento com o criador.

Embora a importância do controle rigoroso de autoridades com pseudônimos, principalmente com enfoque na decisão do catalogador em escolher a entrada principal para antropônimo ou pseudônimo da entidade, não foi possível a elaboração de registros de autoridade com essas propriedades durante o experimento proposto, justamente pela ausência de nome de pessoas com pseudônimos ou nomes artísticos na amostra selecionada.

Registro de nomes contendo um sobrenome: A RDA prescreve que, para nomes que possuem apenas um sobrenome, a descrição do nome é simples, ou seja, o sobrenome, seguido do prenome, ou, quando o prenome for composto, sobrenome, seguido de prenome composto.

Exemplos:

R2.5.4 Autoridade: 1245915 – Ângelo de Fátima

Campo: 100 $a Fátima, Ângelo de

R2.4.7 Autoridade: 1245920 - Aldo Procacci

Campo: 100 $a Procacci, Aldo

R2.4.6 Autoridade: 1245887 - Matthew Joseph Perlmutter

Campo: 100 - $a Perlmutter, Matthew Joseph

R2.2.2 Autoridade: 1245903 - Enrico Antônio Colosimo

Campo: 100 $a Colosimo, Enrico Antônio

Sobrenomes compostos: A norma RDA sobre sobrenomes compostos prescreve que se deve registrar como primeiro elemento a parte do sobrenome composto pela qual a pessoa prefere ser identificada. Caso seja desconhecida a preferência da pessoa, usar como primeiro elemento a parte do nome sob a qual a pessoa está identificada em fontes de referência, na língua da pessoa ou país de residência ou de atividade.

Exemplo 1: R2.3.1 Autoridade: 1245906

Campo: 100 $a Sá Barreto, Francisco César de

400 1 $a Barreto, Francisco César de Sá

Exemplo 2: R2.4.2 Autoridade: 1245899

Campo: 100 $a Giraldo Vergara, Carmen Rosa

400 $a Vergara, Carmen Rosa Giraldo

Sobrenomes com prefixos: Sobrenomes com prefixos na RDA devem obedecer à língua da pessoa ou país de residência ou de atividade da pessoa. Nos exemplos, abaixo, temos duas autoridades de língua portuguesa e uma de língua polonesa, cujas regras indicam que se deve iniciar a descrição do nome pelo último sobrenome, seguido do prenome (simples ou composto), e outros sobrenomes (se houver), e o prefixo por último.

Exemplos:

R2.3.6 Autoridade: 1245910 - Ana Maria de Paula

Campo: 100 - $a Paula, Ana Maria de

R1.1.8 Autoridade: 1245841

Campo: 100 - $a Reis, Júlio César Soares dos

R2.1.5 Autoridade: 1245889

Campo: 100 - $a Graaf, Jeroen Antonius Maria Van de

A amostra usada não apresentou nenhum caso de pesquisadores que com nomes constituídos com uso de iniciais, letras, numerais e frases.

Observou-se que para a escolha e definição do nome preferido, a maioria das diretrizes da RDA apresenta o mesmo conteúdo das regras do código anterior AACR2R. No entanto, a partir das instruções para Nomes variantes para pessoas, notou-se que a RDA traz novos elementos, além de expandir outros elementos já presentes no código AACR2R (Cap. 22- Cabeçalhos para pessoas).

Outros nomes variantes para pessoas: Para outros nomes diferentes do nome preferido, assim como para formas variantes desse nome, a RDA oferece orientações, através de extensas listas com variações que envolvem: nomes de famílias, dinastias; nome como santo; nome com diferença em relação à forma completa do nome, diferentes partes de sobrenomes compostos e partes de sobrenomes seguindo prefixos.

Por se tratar de registros de nome de pessoa local, neste experimento, uma atenção especial foi dada no momento da definição do nome preferido, já que, para a maioria dos pesquisadores, o primeiro registro de autoridade se dá no âmbito da instituição a qual ele é associado.

Neste momento, foi possível identificar o nome completo da pessoa, sem uso de abreviações em nenhuma parte do nome, pois as normas que regem os trabalhos acadêmicos, principalmente teses, dissertações e monografias, assim orientam. Portanto, a princípio, preferiu-se utilizar a forma completa do nome pelo menos para a maioria dos novos pesquisadores (discentes), registrando, como formas variantes, quaisquer outras formas abreviadas do nome, presentes em outras publicações como artigos e trabalhos de eventos.

Além disto, como alguns registros foram criados ainda durante a permanência do pesquisador na instituição, isso permitiu ao catalogador um contato mais próximo com os

autores, facilitando a pesquisa e compreensão sobre as preferências de cada um deles. Lembrando que o ponto de acesso autorizado é o ponto de acesso controlado preferido para uma entidade construído de acordo com regras e padrões. Neste contexto, observou-se que as diretrizes da RDA admitem maior liberdade do catalogador, inclusive permitindo-lhe a opção de considerar a preferência da própria pessoa, no caso, do pesquisador.

Nomes variantes para a pessoa: Na norma RDA, uma variante do nome da pessoa: "é um nome ou forma do nome através do qual se conhece a pessoa, e que difere do nome escolhido como preferido para a pessoa." As formas variantes do nome são consideradas elementos opcionais. Sua descrição, no formato MARC 21 é realizada no campo 400, que é um campo repetível (R).

Importante ressaltar que esse não é um campo novo no MARC 21, mas que, por tratar-se de um campo que possui um comando VER, é muito importante nas recuperações do autor, pois permite a busca por quaisquer variações de nomes presentes no Currículo Lattes do pesquisador, assim como em suas publicações.

Para a identificação das formas variantes do nome, considerou-se as publicações catalogadas na biblioteca da instituição, como teses e dissertações, que trazem obrigatoriamente o nome completo do autor, assim como as publicações citadas no currículo Lattes, pois estas representam a variedade de formas de apresentação do nome dos autores, muitas vezes, de acordo com cada publicador. Muitos deles utilizando apenas o último sobrenome, seguido das iniciais do prenome e dos outros sobrenomes, como:

Exemplos: R1.1.12 Autoridade: 1245831
Campo: 100 $a Vieira, Carolina Coimbra
400 1 $a Vieira, Carolina C.
400 1 $a Vieira, C. C.

R1.3.7 Autoridade: 1245861
Campo: 100 $a Montese, Lucas Mourão Vieira
400 1 $a Montese, Lucas M. V.

R1.4.7 Autoridade: 1245846
Campo: 100 - $a Gutierrez Mamani, Guido
400 1 $a Gutierrez Mamani, G.
400 1 $a Mamani, G. G.

R1.4.8 Autoridade: 1245922
Campo: 100 $a Jesus, Lays Grazielle Cardoso Silva de
400 1 $a Silva-Jesus, Lays

R1.5.2 Autoridade: 1245876
Campo: 100 $a Bahia, Samara Ben Berg Bomjardim
400 1 $a Bahia, Samara B. B. B.
400 1 $a Bahia, Samara Ben B. B.

A norma RDA orienta: registre como uma variante do nome:

a) *Um nome ou forma do nome utilizado por uma pessoa*

Exemplo: R1.3.10 Autoridade: 1245863
Campo: 100 $a Silva, Thaís Chagas Peixoto
400 1 $a Chagas, Thaís
400 1 $a Silva, Thaís C. P.

No exemplo acima, embora a escolha do nome para o ponto de acesso preferido tenha sido a forma completa do nome da pesquisadora por ser o nome presente no primeiro item dela catalogado no Sistema de Bibliotecas da UFMG, ou seja, a dissertação defendida pela autora, outras formas variantes do nome foram descritas em seu registro de autoridade. A forma variante “Chagas, Taís”, foi acrescentada por ser a forma mais usada nas fontes de referência pesquisadas (Figura 15).

FIGURA 15 – Forma variante de nome de pessoa com redução de sobrenomes

Fonte: https://iopscience.iop.org/article/10.1088/2516-1075/ab7398/meta e
https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0008622318309746?via%3Dihub

Percebe-se que essa é a forma escolhida pela autora na maioria de suas produções, pois o sobrenome usado é o primeiro de três que a autora possui, o que difere das regras tanto do AACR2R quanto da RDA, como também das formas utilizadas pela maioria dos publicadores que usam preferencialmente o nome e o último sobrenome de seus autores. Esta forma contendo apenas parte do nome "Chagas, Taís", ainda que seja usada pela autora em suas publicações, não foi a forma escolhida para o ponto de acesso preferido, pois a criação de sua autoridade no Catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG ocorreu antes de suas publicações em artigos de periódicos e de eventos e de ser criado o seu identificador no ORCID ID.

Portanto, sua autoridade foi criada tendo como a base a sua dissertação de mestrado. Durante a pesquisa para a ampliação do registro de autoridade em RDA, foi considerada, ainda, a forma como o nome da pesquisadora comparece no seu currículo Lattes, que é a mesma da sua produção acadêmica (dissertação e tese) na UFMG. Desse modo, manteve-se a forma completa para o nome preferido, acrescentando-se outras formas variantes, dentre elas a forma reduzida usada pela autora em outras produções.

b) Um nome ou forma do nome encontrado em fontes de referência

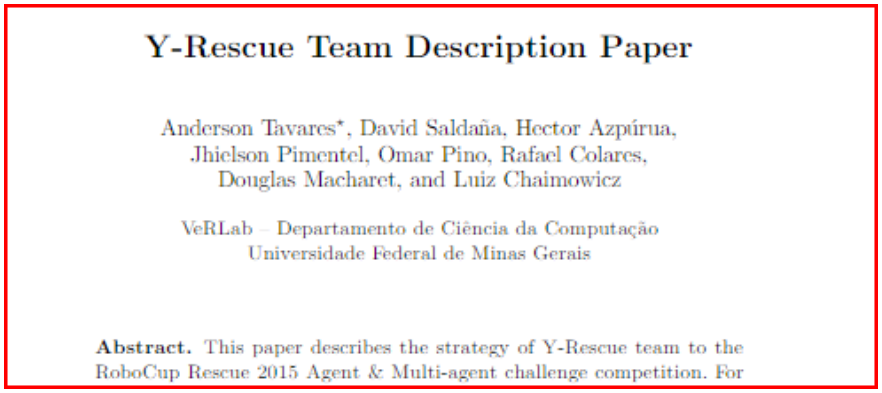
Exemplo: R1.1.11 Autoridade: 1245836

Campo: 100 $a Vidal Pino, Omar
400 1 $a Vidal-Pino, Omar
400 1 $a Vidal Pino, O.
400 1 $a Pino, Omar

Neste exemplo, o pesquisador é cubano, portanto, tem sobrenome hispânico, e teve seu ponto de acesso descrito como rege a regra[52]. Configurado de forma diferente dos sobrenomes portugueses, no espanhol o sobrenome do pai antecede o da mãe. Como a regra estabelece a entrada pelo sobrenome paterno, ou seja, com a entrada composta pelo sobrenome paterno seguido pelo materno, no caso acima, para o estabelecimento do nome preferido, o sobrenome do pesquisador é um sobrenome composto: "Vidal Pino". No entanto, em algumas fontes de referência o autor é citado somente com seu nome, seguido do último sobrenome: Omar Pino, conforme está na Figura 16. Neste caso, fez-se necessário a incluir uma remissiva para essa variante do nome da autoridade: "Pino, Omar".

[52] As orientações para determinar o elemento de entrada são encontradas na 4ª edição da obra *Names of persons : national usages for entry in catalogues*, que se encontra esgotada e em fase de revisão.

FIGURA 16 - Forma variante de nome de pessoa com parte do sobrenome composto



Y-Rescue Team Description Paper

Anderson Tavares*, David Saldaña, Hector Azpúrua,
Jhielson Pimentel, Omar Pino, Rafael Colares,
Douglas Macharet, and Luiz Chaimowicz

VeRLab – Departamento de Ciência da Computação
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract. This paper describes the strategy of Y-Rescue team to the RoboCup Rescue 2015 Agent & Multi-agent challenge competition. For

Fonte: RoboCup_2015, 2015, Hefei. RoboCup_2015_TeamDescriptionPapers, 2015.

Outra variante foi incluída utilizando-se o hífen entre os dois sobrenomes “Vidal-Pino, Omar”, pois esta é uma forma de citação que também consta no currículo Lattes do pesquisador (Figura 17)

FIGURA 17 - Forma variante de nome de pessoa com hífen em sobrenome composto

Identificação

Nome Omar Vidal Pino

Nome em citações bibliográficas PINO, O. V.;VIDAL-PINO,O;PINO, OMAR

Lattes iD http://lattes.cnpq.br/2898575142579291

Fonte: Busca realizada pelas autoras, na Plataforma Lattes. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/2898575142579291. Acesso em: 25 ago. 2021.

c) *Uma forma que resulta de uma (ou mais) transliteração diferente do nome*

Exemplo 1:

100 1 $a Goussevskii, Nikolai Alexandrovitch.
400 1 $a Gusevskii, Nikolay.
400 1 $a Gusevskii, Nikolai Aleksandrovich
400 1 $a Gusevskij, Nikolaj Aleksandrovic

Exemplo 2:

100 1 $a Goussevskaia, Elena Vitalievna
400 1 $a Gusevskaya, Elena Vitalievna

Ambos os exemplos se referem a autoridade de pessoas de origem russa, cujos nomes foram transliterados do alfabeto cirílico para o alfabeto latino. Foi possível perceber, através de pesquisas no currículo Lattes, que essas transliterações ocorreram em momentos e em países diferentes, o que esclarece o fato de que o sobrenome das duas autoridades, embora seja o mesmo, apresenta-se com cinco grafias diferentes: Gousse vskii, Guse vskii, Guse vskij, Gousse vskaia, Gusevs kaya.

Também o primeiro nome da autoridade do exemplo 1 apresentou variedades, desta vez com a utilização da letra y, Niko lay, da letra i, Niko lai, e da letra j, Nikolaj, em sua terminação. Enquanto o seu segundo nome, Alexandro vitch, foi transliterado, ainda, como Aleksandro vich e Aleksandro vic.

Abaixo, seguem outros exemplos de formas variantes do nome que foram identificadas durante a pesquisa para a escolha e elaboração dos pontos de acesso de nomes dos pesquisadores da amostra. Alguns deles não seguem nenhuma regra ou diretriz para a descrição de registros de autoridade prescritas para a maioria dos catálogos de bibliotecas.

Exemplo 1: R2.1.5 Autoridade: 1245889
Campo: 100 - $a Graaf, Jeroen Antonius Maria Van de
400 1 $a Van de Graaf, Jeroen Antonius Maria
400 1 $a De Graaf, Jeroen Antonius Maria Van
400 1 $a Van de Graaf, J. 400 1 $a Graaf, Jeroen van de
400 1 $a Graaf, Jeroen

Sendo o pesquisador de nacionalidade holandesa, possui o sobrenome com prefixo “Van de”. De acordo com a RDA, sobrenomes de origem holandesa contendo artigo/preposição, devem ter como primeiro elemento o sobrenome que vem imediatamente após o prefixo. No caso acima, “Graaf”. Essa instrução foi seguida para a entrada do nome preferido, mas algumas formas variantes foram incluídas, ainda que não estejam de acordo com a regra, pois são formas de citação que estão presentes em algumas publicações do autor, conforme conferido em seu currículo Lattes.

c) Categoria III - Outros atributos para pessoas

Após a definição dos pontos de acesso com a escolha do nome preferido e definição das formas variantes do nome, outros elementos de identificação foram acrescidos aos registros de autoridade dos pesquisadores. Primeiramente os elementos essenciais,

seguidos dos opcionais. Trata-se dos atributos associados à pessoa, que têm suas orientações prescritas na norma RDA.

Constatou-se que a maior parte da composição dos registros de autoridade sob RDA, consiste em descrever os atributos das entidades IFLA LRM, no caso deste experimento, as entidades de pessoas. Muitos desses atributos já foram citados e exemplificados em análises feitas na categoria I – Pontos de Acesso e na Categoria II - Nome preferido da pessoa e variantes do nome.

O primeiro atributo a ser descrito na catalogação, após a identificação e descrição dos nomes, foi a data associada à pessoa, caso das datas de nascimento e de falecimento, por serem importantes no momento da definição dos pontos de acesso, conforme exemplificadas na Categoria I. Estas foram descritas no campo MARC 046, para todos aqueles pesquisadores cujas datas puderam ser levantadas nas fontes pesquisadas. De suma importância para evitar dúvidas e ambiguidades nos pontos de acesso para pessoas, Constatou-se que, além de facilitar o trabalho da catalogadora por descrever a data da maneira necessária (somente contendo os anos, ou datas completas), ao mesmo tempo, pôde-se preservar as informações sobre esses dados, considerados pessoais, ao utilizar uma etiqueta do MARC 21 que não permite a exibição dessas datas na busca realizada no catálogo on-line pelo usuário final.

Título da pessoa: Outro atributo considerado essencial é o Título da pessoa, o qual se refere a uma palavra ou frase que indica realeza, nobreza, classe eclesiástica ou termo de tratamento de ordem religiosa. Também inclui algum termo que representa uma classe, honraria ou cargo da pessoa.

Como a amostragem, formada de pesquisadores da comunidade acadêmica da UFMG, não apresentou nenhum caso de ambiguidades que envolvessem pessoas que possuíssem títulos ou cargos, não foi plausível nenhuma registro fazendo parte do ponto de acesso nome preferido da pessoa desse atributo. No entanto, em alguns casos, foi considerado importante o registro de títulos acadêmicos, premiações e cargos políticos indicados. O campo MARC 21 368 – Outros atributos de pessoa ou entidade coletiva (R) traz em sua definição e escopo, o seguinte:

> Qualquer atributo usado para caracterizar uma pessoa ou entidade coletiva, ou que possa ser necessário para diferenciá-la de outras pessoas ou entidades coletivas, e para o qual não há um campo específico. Para uma pessoa: pode incluir títulos ou outros atributos de uma pessoa (LIBRARY OF CONGRESS, 2021 p. on-line http://marc.febab.org/a368/)

Portanto, decidiu-se utilizar, na ampliação dos registros em RDA, o campo 368, subcampos $c – Outra designação (R) $d – Título da pessoa (R), para descrever dados se

outros atributos não contemplados em outras etiquetas, do MARC 21, dentre elas títulos da pessoa. Para os exemplos, abaixo, foram usados, também, os subcampos $s – Período inicial (NR) e $t – Período final (NR), para descrever a data ou intervalo de tempo referente à designação ou título associado à pessoa.

Exemplo 1: R2.2.4 Autoridade: 1245904

Campo: 100 $a Soares, José Francisco

368 $c "Prêmio Fundação Bunge" de avaliação educacional de 2012 na categoria "Vida e Obra"
368 $d Presidente do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira $s 2014 $t 2016

Exemplo 2: R2.3.1 Autoridade: 1245906

Campo: 100 $a Barreto, Francisco César de Sá

368 $d Presidente da Sociedade Brasileira de Física $s 1993 $t 1997
368 $d Reitor da UFMG $s 1998 $t 2002
368 $d Secretário de Educação Superior, MEC $s 2002
368 $c Prêmios: Medalha Santos Dumont, Categoria Ouro, 1998; Medalha da Inconfidência, Grande Medalha, 1998; Ordem do Mérito Educacional (MG), Grande Medalha, 1999; Ordem Nacional do Mérito Científico, Grã-cruz, 2000.

Profissão e/ou ocupação e atividades associadas à pessoa: Quanto à Profissão e ocupação, segundo a norma RDA é um elemento considerado essencial para pessoas cujo nome consiste em uma frase ou apelido que não fornece a ideia de ser pessoa. Esse não foi o caso de nenhum pesquisador da amostra utilizada. Entretanto, diferentemente de Títulos para pessoas, considerou-se importante, a inclusão desse atributo no registro de autoridade. Para isso, O Marc 21 criou o campo 374, que é, inclusive, repetível, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

Exemplo 1: R1.2.1 Autoridade: 1245844

Campo: 100 $a Amorim, Erick da Conceição
374 $a Estatístico $s 2013
374 $a Pesquisador $s 2014

Exemplo 2: R1.5.16 Autoridade: 1245865

Campo: 100 $a Souza, Clayton Malheiros de
374 $a Químico $s 1994

374 $a Professor $s 1995 $t 2013
374 $a Pesquisador $s 2013

Exemplo 3: R2.5.10 Autoridade: 1245881
Campo: 100 $a Silva, Grácia Divina de Fátima
374 $a Bióloga $s 1980
374 $a Pesquisadora $s 1983
374 $a Química $s 1990
374 $a Professora universitária $s 1993

Exemplo 4: R2.5.4 Autoridade: 1245915
Campo: 100 $a Fátima, Ângelo de
374 $a Químico $a Pesquisador $s 1999
374 $a Inventor $s 2003
374 $a Professor universitário $s 2006

Exemplo 5: R2.3.2 Autoridade: 1245907
Campo: 100 $a Chaves, Alaor, $d 1942 –
374 $a Físico $s 1967
374 $a Pesquisador $s 1968
374 $a Professor universitário $s 1968
374 $a Professor emérito $a Escritor $a editor

Esse atributo evidencia bastante a distinção entre nomes ou formas variantes de nomes idênticos, mas cujos indivíduos estejam associados a profissões ou ocupações diferentes. Ao mesmo tempo, facilita a identificação de pesquisadores que possuem mais de uma profissão e tenha publicações relacionadas em mais de uma área do conhecimento. Como exemplo, temos a pesquisadora citada no exemplo R2.5.10 Autoridade: 1245881, que é bióloga e química, exercendo essas duas profissões em diferentes períodos, conforme consta em seu currículo Lattes.

As principais profissões dos indivíduos da amostra, por motivos óbvios, são pesquisador e professor, além da profissão de sua primeira formação (físico, estatístico, matemático, químico, biólogo, etc.). No entanto, ainda sobre a ocupação dos discentes e docentes analisados, foi observado que entre eles há um número considerável de inventores de patentes de produtos e de processos; de editores de periódicos científicos; de

avaliadores de artigos técnico-científicos e de trabalhos submetidos a eventos de áreas do conhecimento das quais fazem parte. Também foi notado que a maioria deles já ocupou, ou ocupa, cargos dentro da Universidade, que englobam cargos administrativos e técnicos, como coordenadores de laboratórios, de programas de pós-graduação e de projetos de extensão. Todos esses cargos representam funções ocupadas mediante resultado do investimento do pesquisador e da Universidade na pesquisa e desenvolvimento, aplicados ao ensino e extensão, visando a contínua renovação tecnológica e aplicabilidade da ciência.

Outro atributo considerado muito importante durante a expansão das autoridades com o uso da RDA na catalogação dos pesquisadores foi o Campo de Atividade da Pessoa. Assim como a profissão, as áreas de atividades nas quais o pesquisador está relacionado servem de orientação ao catalogador na identificação do autor em relação a itens de áreas diversificadas catalogados no Sistema de Bibliotecas da UFMG. Também auxiliam na desambiguação de homônimos de nomes de pessoas, inclusive aqueles que apresentam uso de abreviações ou apenas parte do nome, incluindo apelidos, conforme relatado na Categoria II, com o exemplo da forma variante “Chico Soares” do nome de José Francisco Soares (R2.2.4 Autoridade: 1245904). Forma esta que foi encontrada em outras autoridades, mas cujas áreas de atividades são diferentes para cada uma das pessoas com o mesmo nome. A(s) área(s) associada(s) à pessoa é, ou são descrita(s) no campo 372 do Marc 21, conforme exemplos, abaixo, retirados dos mesmos registros de autoridade citados acima:

Exemplo 1: R1.2.1 Autoridade: 1245844
Campo: 100 $a Amorim, Erick da Conceição
372 $a Probabilidade e Estatística
$a Inferência paramétrica

Exemplo 2: R1.5.16 Autoridade: 1245865
Campo: 100 $a Souza, Clayton Malheiros de
372 $a Química $a Química inorgânica

Exemplo 3: R2.5.10 Autoridade: 1245881
Campo: 100 $a Silva, Grácia Divina de Fátima
372 $a Química $a Química orgânica $a Química dos Produtos Naturais

Exemplo 4: R2.5.4 Autoridade: 1245915
Campo: 100 $a Fátima, Ângelo de

372 $a Química Orgânica e Biológica $a Síntese orgânica $a Química dos Produtos Naturais $a Calixarenos $a Síntese total de produtos naturais e análogos com atividade farmacológica $a Síntese de moléculas com perfil funcional (biológico e/ou tecnológico)

Exemplo 5: R2.3.2 Autoridade: 1245907

Campo: 100 - $a Chaves, Alaor, $d 1942 –

372 $a Física da matéria condensada $a Transição de fase estruturais $a Semicondutores $a Sistemas nano estruturados $a Difusão fractal e fractais

372 $a Literatura de ficção $a Política Educacional e Científica $a História e Filosofia da Ciência $a Difusão da Ciência

Constatou-se que uma característica importante dos dados dos pesquisadores em relação à sua formação e às atividades relacionadas é resultado de constantes atualizações em seus estudos, obviamente através de cursos de pós-graduação (nos três níveis e ainda mais em pós-doutorados), assim como em decorrência do andamento dos projetos de pesquisa que desenvolvem. À medida que isso acontece, vão se tornando capacitados para atividades cada vez mais específicas e complexas. O que sugere que a atualização dos dados no campo 372 (e até mesmo no campo 374) deve ocorrer com maior frequência para os docentes, que são pesquisadores da Universidade, e que encabeçam as pesquisas que os pesquisadores discentes desenvolvem. Quando os resultados dessas pesquisas chegam à biblioteca, primeiramente em forma de monografias, dissertações e teses, a catalogação desses itens bibliográficos incluirá as autoridades dos seus professores orientadores, portanto coautores de suas publicações.

Observou-se, ainda, que muitas vezes os pesquisadores apresentam participação em atividades em áreas distintas, não apenas relacionadas à especialização na grande área de sua formação primeira. Inclusive, muitos são autores literários com grande produção de crônicas, contos, ensaios, poesias etc., como evidenciado no Exemplo 5: R2.3.2 Autoridade: 1245907, acima. Para estes casos, mesmo o subcampo *a* do campo sendo repetível, considerou-se melhor utilizar-se de um novo campo 372 para abarcar os dados das áreas diversas (Literatura de ficção; Política Educacional e Científica; História e Filosofia da Ciência e Difusão da Ciência), das áreas específicas da física que é sua grande área de formação (Física da matéria condensada, Transição de fases estruturais, Semicondutores, Sistemas nano estruturados e Difusão fractal e fractais).

Locais associados à pessoa: A RDA elaborou uma sequência de normas, para tratar de locais associados à pessoa, os quais podem ser registrados nos campos 370 e 371, sendo o MARC 370 - Lugar associado (R), subcampo *a* para registro de lugar de nascimento, subcampo *b* para lugar de morte e subcampo *c* para país associado, enquanto o campo 371 - Endereço (R) abarca o lugar de residência e o endereço da pessoa. Múltiplos endereços, como endereço postal e endereço de localização física, são registrados em ocorrências do campo 371. Para uma pessoa: o endereço do lugar de residência, de atividade ou de trabalho, ou o endereço de e-mail. Para uma pessoa: o endereço do lugar de residência, de atividade ou de trabalho, ou o endereço de e-mail. Para uma pessoa: o endereço do lugar de residência, de atividade ou de trabalho, ou o endereço de e-mail.

Os dois campos acima, são repetíveis e foram usados neste experimento de acordo com cada caso. Nos exemplos, abaixo, são mostrados como cada um desses atributos foram descritos.

Exemplo 1: R1.1.12 Autoridade: 1245831
Campo: 100 $a Vieira, Carolina Coimbra
370 $a Brasil

Exemplo 2: R1.5.12 Autoridade: 1245877
Campo: 100 $a Olusegun, Sunday Joseph
370 $a Nigéria $f Brasil

Exemplo 3: R2.5.5 Autoridade: 1245886
Campo: 100 $a Gomes, Elionai Cassiana de Lima
370 $a Brasil
371 $c Minas Gerais $d Brasil

Exemplo 4: R2.4.10 Autoridade: 1245900
Campo: 100 $a Vainsencher, Israel
370 $a Pernambuco, Brasil
371 $b Belo Horizonte $c Minas Gerais $d Brasil

Exemplo 5: R2.4.7 Autoridade: 1245920
Campo: 100 $a Procacci, Aldo
370 $a Itália $c Brasil
371 $b Belo Horizonte $c Minas Gerais $d Brasil

Para o registro de dados referente aos atributos de locais associados à pessoa, pesquisadores discentes tiveram tratamento diferente dos docentes. Considerando que estes possuem vínculos mais duradouros com a Universidade, enquanto os discentes têm tempo determinado de permanência nos programas de pós-graduação, informações sobre local de nascimento e endereço (muitas vezes provisórios, também) foram consideradas difíceis de serem obtidas. Além do mais, não foram considerados dados relevantes, justamente pela inconsistência dos dados e da pouca chance de serem atualizadas futuramente.

Assim os exemplos 1 e 2, que são de autoridades discentes, mostram que o campo 371 – Endereço - não foi registrado para nenhum deles, e no campo 370 - Lugar associado, registrou-se apenas o país de nascimento do pesquisador (370 subcampo *a)*. No caso de estrangeiros, além do país de origem, registrou-se também o país associado (370 subcampo *f*), no caso, o Brasil.

Os exemplos 3 a 5 são de autoridades docentes, por isso registrou-se dados mais robustos quanto aos locais associados, utilizando-se de informações mais completas sobre o local de nascimento, incluindo, país, estado onde o pesquisador nasceu. No campo 371, pôde-se utilizar três subcampos: *b* referente à cidade, *c,* Estado e *d*, país. Dados como estes são de conhecimento público, encontrados em páginas da internet. Trata-se de endereços das unidades onde cada docente trabalha. Não foi cogitada a inclusão de endereço completo da residência do pesquisador, por se tratar de dados pessoais.

Idioma(s) associado(s): Outro atributo que está relacionado com os lugares associados à cada entidade, é o idioma ou idiomas usados pelas pessoas. O campo MARC 21 usado é o 377 - Idioma associado, onde são registrados os códigos para os idiomas referentes à entidade descrita no registro, incluindo o idioma que uma pessoa utiliza quando escreve, transmite seus conhecimentos etc. Os subcampos usados são: *a* – Código do idioma (R), *l* – Idioma (R). As entidades mostradas nos exemplos dados para lugar associado e endereço, são as mesmas que exemplificam o elemento idioma, abaixo:

Exemplo 1: R1.1.12 Autoridade: 1245831
370 $a Brasil
377 $a por $a eng

Exemplo 2: R1.5.12 Autoridade: 1245877
370 $a Nigéria $f Brasil

377 $a eng $a por
377 $a yor $l Iorubá

Exemplo 3: R2.5.5 Autoridade: 1245886
370 $a Brasil
377 $a por $a eng $a ita

Exemplo 4: R2.4.10 Autoridade: 1245900
370 $a Pernambuco, Brasil
$a por $a eng $a ger

Exemplo 5: R2.4.7 Autoridade: 1245920
370 $a Itália $c Brasil
377 $a ita $a eng $a fre $a por

Nos registros de autoridade criados ou atualizados durante o experimento, a ordem dos idiomas na descrição começa com a língua falada no país de origem do pesquisador, seguida de outros idiomas estrangeiros para essa pessoa, geralmente relacionados aos locais onde estuda ou estudou, e ainda, onde trabalha ou trabalhou. Comumente, são os idiomas usados nos recursos bibliográficos publicados por ele. O exemplo 5 mostra que o pesquisador em questão nasceu na Itália e trabalha no Brasil, portanto domina os idioma oficial de cada um dos dois países (italiano e português). Cursou pós-doutorado na França e foi professor visitante na Universidade de Cambridge, Reino Unido, sendo fluente em inglês e francês. Possui publicações nos quatro idiomas, conforme citações em seu currículo Lattes. A importância desse atributo está em deixar registrado por quais idiomas podem ser buscados publicações de cada autor. Inclusive em processos de recuperação da informação já é comum a busca avançada por autor (ou tópicos), incluindo intervalo de tempo, e idiomas.

Durante o experimento, usou-se, a princípio, apenas o código do idioma[53] (subcampo *a*), e somente foi incluindo-se o subcampo l, com o nome do idioma, em casos idiomas e códigos pouco conhecidos, principalmente pelos usuários catalogadores. No exemplo 2, a descrição dos dados mostra que o pesquisador é nascido na Nigéria, onde o Yorubá é usado como segunda língua, pois nesse país a língua oficial é o inglês. Por ser um idioma pouco usado em recursos bibliográficos, usuários do catálogo, como os próprios

[53] Os nomes dos idiomas (em língua inglesa) e seus códigos correspondentes, foram inseridos, através do uso de uma tabela auxiliar padronizada do MARC 21, que está inserida no Pergamum UFMG.

catalogadores não têm familiaridade com o código desse idioma (yor). Nesse caso, considerou-se de bom senso registrar no subcampo *l* o nome do idioma: Yorubá. Esse foi um exemplo de exceção, deparado durante a catalogação, pois a maioria das línguas usadas pelos pesquisadores são línguas conhecidas.

Afiliação: Para o atributo Afiliação, a norma RDA trata sobre o registro de dados referentes a grupos os quais a pessoa é ou esteve afiliada. Para a grande maioria dos componentes da amostra, suas afiliações envolvem, primeiramente, instituições de ensino e instituições onde trabalham. Também é muito frequente serem membros de fundações, institutos e associações científicas locais ou internacionais.

No formato MARC para Dados de Autoridade, o campo apropriado para descrever afiliações da entidade catalogada é o 373 – Grupo associado (R), que permite a inserção de vários grupos associados ao mesmo tempo, através da repetição do subcampo *a.* No entanto, havendo múltiplas filiações para diferentes períodos, o campo 373 deve ser repetido, incluindo os subcampos *s* – Período inicial (NR) e *t* – Período final (NR), para registro do intervalo de tempo em cada grupo associado. O subcampo v – Fonte de informação (R), somente será utilizado quando os dados foram encontrados em fontes diferentes do Currículo Lattes ou do ORCID ID, para não repetir a informação de fontes já citadas no campo 670.

Exemplo 1: R1.1.7 Autoridade: 1245837

100 $a Oliveira, Renato Arantes de
024 $a http://lattes.cnpq.br/0086443477877353 $2 Currículo Lattes
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Ciência da Computação. $s 2018 $t 2020

Exemplo 2: R1.4.10 Autoridade: 1245852

100 - $a Vieira, Leandro da Luz
024 $a http://lattes.cnpq.br/6875339639133710 $2 Currículo Lattes
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Matemática. $s 2013 $t 2020
373 $a Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil. $s 2016

Exemplo 3: R2.2.4 Autoridade: 1245904

100 $a Soares, José Francisco

024 $a http://lattes.cnpq.br/645137461898000 $2 Currículo Lattes
024 $a https://orcid.org/0000-0002-1630-4805 $2 ORCID
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas, ICEx/UFMG, Brasil. $s1970 $t 1973
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Estatística. $s 1974
373 $a Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA, Brasil. $s 1975 $t 1977 $a Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IMPA, Brasil.
373 $a University of Wisconsin - Madison, WISC, Estados Unidos. $s 1977 $t 1981
373 $a Associação Brasileira de Avaliação Educacional, ABAVE, Brasil. $s 2005

Exemplo 4: R2.3.3 Autoridade: 1245911

100 $a Nemes, Maria Carolina $d 1975-2013
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Física. $s 1991 $a 2013
373 $a Academia Brasileira de Ciências (ABC), Brasil. $s 2011 $t 2013 $v https://www.abc.org.br/membro/maria-carolina-nemes/
373 $a Instituto de Física da Universidade de São Paulo, IFUSP, (USP), Brasil. $s 1970 $t 1977 $v Sítio Departamento de Física da UFMG $u http://lilith.fisica.ufmg.br/~tqc/caroll

Gênero: Outro atributo para a descrição de dados apresentado pela RDA é o gênero da pessoa. A norma instrui para o uso dos termos “masculino”, “feminino” ou ainda, “desconhecido”. Outros termos também podem ser usados, se nenhum dos termos forem apropriados ou específicos o suficiente, e, cita outros termos como “intersexo” e “transexual”. Para este experimento, optou-se por usar apenas os dois primeiros termos, quando evidenciados nas fontes. Por ser um dado considerado sensível pela Lei Geral de Proteção de Dados, não caberia em um estudo de caso levantar dados que, no mínimo, necessitaria de respaldo de uma política interna de catalogação, e que implicaria em buscar meios legais para a coleta de dados visando saber o gênero com o qual a pessoa se identifica.

Por outro lado, considerou-se que, em conjunto com outros elementos RDA, o elemento gênero em registros de pessoas pode ser útil, como em casos de buscas em recursos bibliográficos associados a autores ou autoras de determinados locais, temáticas,

períodos, comunidades e/ou contextos específicos. Portanto, o gênero foi registrado como um elemento RDA no campo 375 – Gênero (R)[54], subcampo *a*, conforme exemplos abaixo:

Exemplo 1: R1.5.3 Autoridade: 1245871

100 $a Batista, Josimar Marques
370 $a Brasil
375 $a masculino
400 $a Batista, Josimar M.
670 $a Currículo Lattes $b Bacharel em Química Tecnológica (UFMG), mestre e doutorando em Química Analítica (UFMG). Tem experiência em cultivo de células mamíferas e de leveduras para experimentos em metabolômica. Domina técnicas de preparo de amostras biológicas envolvendo extração em fase sólida (tradicional e com nano materiais) e micro extração em fase líquida. Além disso, tem experiência com análise de metabólitos por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC/MS).

Exemplo 2: R2.5.5 Autoridade: 1245886

100 $a Gomes, Elionai Cassiana de Lima
370 $a Brasil
400 1 $a Gomes, Elionai C. L.
400 1 $a Gomes, E. C. L.
400 1 $a Gomes, Elionai
670 $a Currículo Lattes $b Possui graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008), Mestrado em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011) e Doutorado em Química, área de concentração Química Analítica pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015), tendo realizado estágio doutorado sanduíche na área de RMN do estado sólido na Università di Pisa, Itália. Atualmente é professora da classe Adjunto A1 no Departamento de Química da Universidade Federal de Minas Gerais. (Texto informado pela autora)

[54] No MARC 21, o campo 375 traz os seguintes textos: em Definição e escopo do campo, “Informações sobre o gênero de uma pessoa, incluindo datas aplicáveis”; no subcampo *a* (campo repetível) “O gênero com o qual a pessoa se identifica”; no subcampo *s*, ” A data inicial da identificação da pessoa com o gênero”; no subcampo *t*, “ A data final da identificação da pessoa”. (LIBRARY OF CONGRESS, 2021).

Os exemplos acima mostram que a descrição do gênero em registros de autoridade pode ajudar na desambiguação de homônimos, quando estes têm o prenome considerado de uso tanto para homens quanto para mulheres. No Brasil, isso é frequente, ocorrendo com muitos nomes terminados em “i”, “y”, “ir” ou “is”, como Valdeci, Juraci, Sandy, Ivanir, Nair, Francis, Iris, assim como outros com terminações em “ar”, como Dagmar, Josimar e Lucimar. Além destes casos, outros existem considerados de uso para ambos os sexos, como alguns nomes bíblicos (exemplos Ariel e Eloá), e nomes que são de gêneros diferentes de acordo com o país, como Andrea e Daniele, considerados masculinos na Itália, enquanto para nós, usados como femininos.

Não ocorreu casos de homônimos entre os participantes das amostras, mas, assim como já foi dito em relação a datas de nascimento, os atributos da pessoa podem servir para uma possível desambiguação de homônimos, no catálogo. Embora, diferentemente das datas, o gênero não deve ser registrado como parte de um ponto de acesso. Mesmo assim, não deixa de ser um elemento que serve para solucionar dúvidas e controversas para o catalogador, pois este tem acesso a todos os dados contidos no catálogo da biblioteca onde trabalha e faz uso deles quando cataloga outras autoridades e/ou outros itens bibliográficos.

No exemplo 1, cujo prenome é “Josimar”, nem o ponto de acesso preferido nem outros elementos como a forma variante do nome e informações retiradas das fontes pesquisadas foram suficientes para a identificação do gênero do pesquisador. O gênero masculino foi incluído, baseando-se em textos do autor, onde ele usa termos masculinos ao se referir a si mesmo, além da presença de sua foto no currículo Lattes.

O exemplo 2 foi considerado mais fácil para a catalogadora quanto à identificação do gênero de “Elionai”, pois a pesquisadora possui um segundo nome “Cassiana”, que é considerado do gênero feminino, e nos dados da fonte pesquisada, a própria autora usa termos gênero feminino como “professora” e “autora”, para se referir a ela mesma. Importante comentar que, para a escolha do nome preferido na criação dos pontos de acesso, a escolha recaiu sobre o nome completo da pesquisadora, embora a grande maioria de suas publicações estivesse referenciada apenas sob o seu nome e seu último sobrenome, conforme mostram as formas variantes de seu nome “Gomes, Elionai” e “Gomes, Elionai C. L.”, sendo que, nas publicações internacionais a forma mais usada foi a que contém apenas o primeiro sobrenome, seguido de abreviaturas de seu nome e do segundo sobrenome “Gomes, E. C. L.”, conforme pode ser conferido na figura abaixo (Figura 18):

FIGURA 18 – Resultado de busca com citações contendo abreviações no nome

Fonte: Busca realizada no Scopus Preview. Disponível em: https://www.scopus.com/standard/marketing.uri. Acesso em 12 ago. 2021

Identificador para a pessoa: O último atributo citado pela RDA, no item chamado de *Outros atributos de identificação* é o Identificador para a pessoa. Representado por uma sequência de caracteres associada exclusivamente à pessoa (ou o registro que representa a pessoa), é um dos elementos considerados essenciais para registro de autoridades de pessoas. O campo MARC correspondente para a sua descrição é o campo 024 - Outros padrões de identificação (R) e tem essa designação para diferenciar de outros identificadores como o ISBN, *International Standard Book Number* e o ISSN, *International Standard Serial Number* (campos 020 e 022 do MARC) descritos em registros bibliográficos.

Portanto, trata-se de um número padrão, código ou URI, associado à entidade nomeada no campo 100. Para a catalogação experimental utilizou-se dos subcampos *a* – Número padrão ou código (NR) e subcampo *2* – Fonte (NR). Como ambos são subcampos não repetíveis, a citação de mais de um identificador é feita repetindo-se o campo 022, quantas vezes necessárias. Para os pesquisadores da amostra, utilizou-se os identificadores das fontes Currículo Lattes, ORCID ID e VIAF. Para todos, buscou-se, primeiramente o identificador do Currículo Lattes, pois foi a primeira fonte de dados pesquisada, após esgotados os dados retirados dos recursos associados à pessoa no catálogo do SB/UFMG. Prescinde-se que, no Brasil, todo e qualquer pesquisador tenha seu currículo na Plataforma Lattes, que se tornou um padrão nacional referente a registros da vida acadêmica e profissional de estudantes e pesquisadores do país. O identificador de autores ORCID foi muito citado também, pois já é de uso comum, principalmente entre os novos pesquisadores, enquanto o VIAF foi utilizado apenas quando, nem a Plataforma Lattes nem o ORCID corresponderam à busca de dados de alguns pesquisadores da

amostra. Para exemplificar o uso dos identificadores, foram utilizadas figuras contendo o resultado de buscas nas fontes de informação e como fica o seu registro no catálogo de autoridades do Pergamum Oficial.

Exemplo 1: Uso do Identificador do currículo Lattes

FIGURA 19 – Visualização do Identificador pessoal da Plataforma Lattes

Fonte: catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas da UFMG: Disponível em https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php. Acesso em 12 ago. 2021.

O identificador do Lattes é uma URL, constituída pelo endereço da página principal, seguido de uma sequência numérica única para cada pesquisador, como se pode observar, na Figura 19. O mesmo acontece para a formação do código padrão VIAF ID: (Personal), figura W. Também o código ORCID é formado por uma URL, com endereço da página, seguido de uma sequência contendo números e hifens. (Figura 20).

Na Plataforma Lattes, na página Identificação, há a opção para o pesquisador informar o ORCID ID, incluindo o link de acesso direto do Lattes. Em muitos casos, durante o experimento, à busca feita na Plataforma Lattes, seguiu-se para a página do ORCID, quando foi possível retirar informações não localizadas no Lattes, complementando o registro de autoridade em questão. Também ocorreram casos em que a complementação dos dados foi retirada do VIAF (Figura 21), que, por ser um arquivo de autoridade internacional, traz dados de registros de autoridades realizados em agências de catalogação de todo o mundo. Alguns de nossos pesquisadores são, também, professores visitantes em universidades e centros de pesquisa estrangeiros, consequentemente, possuem publicações catalogadas em outras bibliotecas nacionais, universitárias ou especializadas.

Exemplo 2: Uso do Identificador padrão ORCID

FIGURA 20 – Visualização do Identificador pessoal ORCID ID

Fonte: catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas da UFMG: Disponível em https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php. Acesso em 12 ago. 2021.

Exemplo 3: Uso do Identificador VIAF

FIGURA 21 – Visualização do Identificador pessoal VIAF

Fonte: catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas da UFMG: Disponível em https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php. Acesso em 14 ago. 2021.

Considerou-se importante a utilização de indicadores persistente de pessoas, por esse ser um atributo que, além de colaborar muito com a individualização de cada entidade pessoa e fornecer dados referentes a outros atributos da pessoa, também representa um dado vinculado, por ser um elemento que atende aos princípios do *Linked Data,* que através de seu endereço eletrônico pode ser ligado, facilmente, a outras bases de dados da instituição e fora dela, de forma automática. Assim catálogos on-line de bibliotecas e bases de dados como VIAF, Plataforma Lattes e outros identificadores (ISNI, ResearchID etc.),

podem falar entre si, o que possibilita a importação e exportação de dados, incluindo dados de recursos bibliográficos que também estejam disponíveis na WEB.

d) Categoria IV - Fontes de informação

A orientação RDA sobre fontes de informação[55] para nomes de pessoa não limita nem especifica a fonte ou fontes usadas: “pegue o nome ou nomes de pessoas a partir de qualquer fonte”.

Outra constatação é que também não há, na RDA, instruções específicas para o registro desses atributos. Apenas orientações gerais que relacionam os tipos de fontes que podem ser utilizados, deixando livre a ordem do uso das fontes, ou seja, o catalogador pode utilizar as fontes na ordem de sua preferência. Como o experimento em RDA teve como base a descrição realizada anteriormente pelos catalogadores do SB/UFMG, optou-se por seguir a ordem já utilizada, tendo como fonte principal o item catalogado. Em casos de discordância com outras fontes, especialmente para a escolha do ponto de acesso autorizado, escolhendo o nome preferido para a pessoa, de acordo com o nome que ela é, normalmente, conhecida.

Ainda por conta dessa liberdade garantida ao catalogador pelas diretrizes da RDA, pôde-se fazer a opção de, em vez de citar a fonte em cada atributo registrado, em campos específicos do MARC 21 (através de um subcampo indicado para isso), utilizar apenas o campo 670 e, quando necessário, o 675 **-** Dados de fontes não encontrados (NR) (ou Fonte negativa) e o 678 – Dados biográficos ou históricos (R). Esses três campos têm a função específica de atender à descrição dos dados relacionados às fontes de informação. Pode-se observar que o exemplo 2 mostra um registro de autoridade mais enxuto, fornecendo a informação da fonte apenas nos campos específicos para fontes, em vez de repetir a descrição da mesma informação em vários campos (exemplo 1), o que constituiria uma redundância, pois muitas vezes a fonte é a mesma para a maioria dos tipos de dados coletados.

[55] Trata-se de fontes consultadas, nas quais as informações encontradas relacionam de alguma maneira à entidade representada pelo registro de autoridade ou entidades relacionadas. Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 172): f. de informação 1. bib documentos que fornecem respostas específicas e, entre suas várias espécies, encontram-se: enciclopédias, dicionários, fontes biográficas, fontes estatísticas, índices, tratados e manuais específicos. <=> obra de referência. 2. “Origem física da informação, ou lugar onde pode ser encontrada. Tanto pode ser uma pessoa, como uma instituição ou um documento.” UNESCO. UNISIST II).

Exemplo 1: Citação das fontes em vários campos do MARC 21

024 $a http://lattes.cnpq.br/7840979346810774 $2 Currículo Lattes

370 $c Brasil $v Currículo Lattes

372 $a Engenharia de Software $v Currículo Lattes

373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Ciência da Computação. $s 2013 $u http://lattes.cnpq.br/ 7840979346810774 $v Currículo Lattes

374 $a Pesquisadora $s 2018 $v Currículo Lattes

377 $a por $v Currículo Lattes

670 $a Item catalogado $b Autora de: Bad smell agglomerations and their impact on software modularity, 2020. Dissertação (Mestrado)

670 $a Currículo Lattes $b Atualmente, cursando doutorado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possuo graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018) e mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020). Pesquisadora acadêmica em Engenharia de Software no Laboratório de Engenharia de Software (LabSoft). Interesse acadêmico em Qualidade e Medição de Software, Ciência de Dados aplicados à Engenharia de Software e Engenharia de Software Experimental. $u http://lattes.cnpq.br/7840979346810774

Exemplo 2: Citação das fontes apenas nos campos 670 do MARC 21

370 $c Brasil

372 $a Engenharia de Software

373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Ciência da Computação. $s 2013

374 $a Pesquisadora $s 2018

670 $a Item catalogado $b Autora de: Bad smell agglomerations and their impact on software modularity, 2020. Dissertação (Mestrado)

670 $a Currículo Lattes $b Atualmente, cursando doutorado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possuo graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018) e mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2020). Pesquisadora acadêmica em Engenharia de Software no Laboratório de Engenharia de Software (LabSoft). Interesse acadêmico em Qualidade e Medição de Software, Ciência de Dados aplicados à Engenharia de Software e Engenharia de Software Experimental. $u http://lattes.cnpq.br/7840979346810774

Essa foi a forma utilizada para a maioria das autoridades criadas ou ampliadas sob as diretrizes RDA, neste estudo. Porém, exceções ocorreram quando dados de algum

atributo específico foram encontrados em fontes exclusivas, como um jornal diário, uma mensagem emitida através de um correio eletrônico, etc.

Exemplo 3: Fonte exclusiva para um campo relacionado a um atributo

R2.4.4 Autoridade: 1245897

100 $a Júdice, Edson Durão, $d 1925-2018
046 $f 1925 $t 2018 $v
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/03/27/interna _gerais,947011/morre-professor-emerito-da-ufmg-edson-durao-judice.shtml

.....

670 $a Currículo Lattes $b Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (1948), Doutorado em Matemática (Cátedra em Geometria Analítica e Projetiva) pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (1962) e Livre Docência (Análise Matemática) na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (1955). Tem experiência na área de Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: vetores, variedades diferenciáveis, curvas planas, superfícies e produto vetorial. (Texto informado pelo autor)

670 $a VIAF LC Authorities

670 $a LC Authorities

Neste caso, para as datas de nascimento e morte, utilizou-se uma fonte exclusiva, pois as outras fontes que forneceram dados para os outros elementos descritos, não trouxeram dados sobre esse atributo específico.

Pôde-se observar, ainda durante a análise das fontes de informação, que o campo 024 – Outros padrões de identificação (R), citado na Categoria III, também contempla fontes de informação. Para o arquivo de autoridade, esses padrões de identificação são os identificadores únicos e persistentes de autores, que além de promover a individualização do autor/criador, o fazem não só através do registro dos seus dados pessoais, mas também de suas informações acadêmicas e profissionais, como afiliações, áreas de atividades, publicações, etc. Muitas informações importantes para a descrição dos pesquisadores foram retiradas dos arquivos do ORCID e do VIAF, além do Currículo Lattes e do Somos UFMG.

Exemplo 4: Fontes de informação em padrões de identificação

024 $a http://lattes.cnpq.br/9417286617377998 $2 Currículo Lattes

024 $a orcid.org/0000-0001-6452-0361 $2 ORCID

24 $a https://viaf.org/viaf/16445829/ $2 VIAF

Uma constatação importante sobre fontes de informação, ocorrida durante o experimento, foi que, para alguns pesquisadores, cuja autoridade foi criada há mais tempo no catálogo do SB/UFMG, não foram localizadas muitas fontes positivas de dados. Por isso, quando da ampliação do registro em RDA, foi necessário realizar uma busca minuciosa em novas fontes de informação, como o Currículo Lattes e o Somos UFMG. Ainda assim, em algumas autoridades pouco pôde ser acrescentado, principalmente em relação a atributos relacionados aos pesquisadores mais antigos na base de dados da UFMG, como mostra o exemplo, abaixo:

Exemplo 4: Dados de fontes não encontrados

A2.1.3 Autoridade: 1002438 (AACR2r)

Campo: 100 $a Farrer, Harry
670 $a Secundária de: Pascal estruturado,c1985
670 $a BBBN, 1987.
670 $a Autor de: FORTRAN estruturado. c1992. $b (folha de rosto: prof. do Dep. de Ciência da Computação-UFMG)
675 $a LC microf. 77/83 set. $a Acc. list. 75/85 ago.; 89-91 $a Cab. unif. de nomes $a Delta $a Of. liv. 89-91 $a CA/FGV

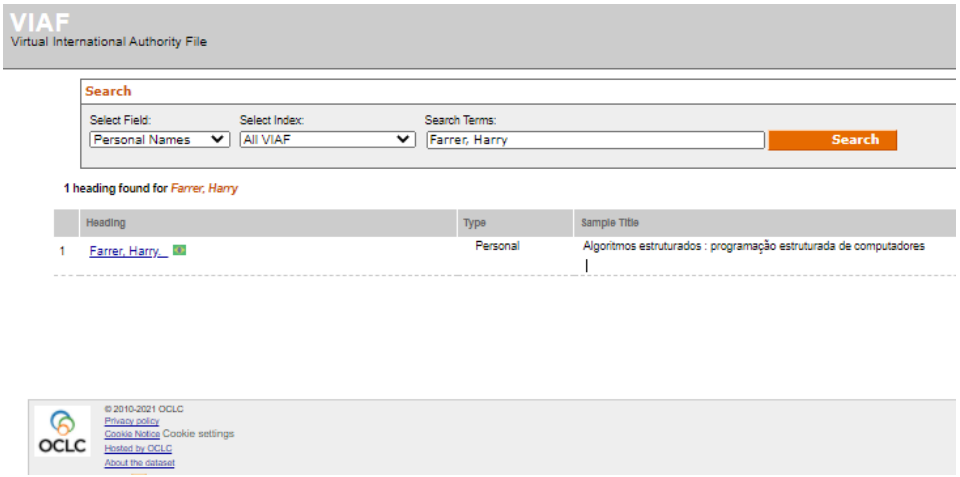
R2.1.3 Autoridade: 1245890 RDA

024 7 $a http://viaf.org/viaf/72150323646809970 70 $2 VIAF ID
100 $a Farrer, Harry
373 $a Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Ciência da Computação.
374 $a Pesquisador
374 $a Escritor $a Tradutor
374 $a Professor universitário
670 $a Secundária de: Pascal estruturado,c1985.
670 $a Autor de: FORTRAN estruturado. c1992. $b (folha de rosto: prof. do Dep. de Ciência da Computação-UFMG)
670 $a BBBN, 1987.
675 $a LC microf. 77/83 set. $a Acc. list. 75/85 ago.; 89-91 $a Cab. unif. de nomes $a Delta $a Of. liv.89-91 $a CA/FGV $a Somos UFMG $a Currículo Lattes

No exemplo 4, observou-se que o autor em questão, já apresentava várias fontes negativas, desde a criação do seu registro de autoridade em AACR2R. Durante a ampliação com o uso das diretrizes RDA, mais duas fontes negativas

foram incluídas no campo 675, ou seja, o Somos UFMG e o Currículo Lattes. Na sequência da busca, foi localizado um identificador pessoal (VIAF), o qual encaminhou para o catálogo WorldCat Identities[56], que forneceu informações acerca de suas obras, além de sua atuação como tradutor do inglês para o português. No entanto, não foram encontrados dados sobre outros atributos do autor, como datas associadas a ele, nacionalidade, atividades ou grupos associados, mais recentemente (Figura 22).

FIGURA 82- Resultado de busca no VIAF no campo “Personal Name”



Fonte: VIAF disponível em: http://viaf.org/viaf/72150323646809970708/#Farrer,_Harry.Acesso em 15 ago. 2021.

Fontes de Informação biográfica: O atributo Informação biográfica tem suas orientações de registro na RDA e engloba informações pertinentes à vida ou história de uma pessoa. E como a maioria dos elementos RDA, a informação biográfica deve ser registrada como um elemento separado. Para isto, foi utilizado o campo 678 - do formato MARC 21 para dados de autoridade. Os subcampos usados para a entidade pessoa foram: subcampo *a* – Dados biográficos ou históricos (R), que abarca declarações sobre informações biográficas de um indivíduo; e o subcampo *b* – Expansão (NR), que compreende uma complementação dos dados informados s no subcampo *a*.

Exemplo 1: R1.5.11 Autoridade: 1245869

100 - $a Muñoz López, José María

[56] O WorldCat (a contração da expressão inglesa World Catalog; Catálogo Mundial em português) é um catálogo em linha gerido pelo Online Computer Library Center (OCLC) e considerado o maior catálogo em linha do mundo. Foi criado no ano 1971. O WorldCat alberga dados registos e fichas de mais de 71000 bibliotecas públicas e privadas de todo mundo. Em 2005, abarcava o 73% do National Union Catalog (catálogo de livros anteriores a 1956). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/WorldCat. Acesso em 15 ago. 2021.

678 $a Químico formado na Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha). Cursou um ano na Universidade Federal de Minas Gerais pelo programa de intercâmbio firmado entre ambas as Universidades com bolsa do programa Iberoamérica do Banco Santander. Tem experiência na área de Química, com ênfase na Química Orgânica. Entre 2014 e 2015 colaborou com a síntese, caracterização e estudo in vitro das propriedades antitumorais de complexos metálicos de Platina com derivados de azobenzeno na Universidade de origem, assim como em 2015 e 2016 realizou estágio no grupo de Química Bioinorgânica da Dra. Prof. Elene Pereira Maia na UFMG. No seu último ano de graduação trabalhou na síntese e caracterização conformacional de gamma aminoácidos ciclobutânicos quirais para a preparação de agentes de penetração celular (http://grupsderecerca.uab.cat/rosamortuno/) para a realização do TCC. $b Encantado pela cultura brasileira, decidiu voltar à UFMG para a realização do mestrado em Química Orgânica sob a orientação do prof. Dr. Jarbas Magalhães Resende. Durante o seu projeto de mestrado trabalhou na síntese em fase sólida de peptídeos e em suas interações com membranas mediante diversas técnicas biofísicas, em parceria com a Universidade de Estrasburgo; a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; e a Fiocruz. (Texto informado pelo autor) $u http://lattes.cnpq.br/9015878760787395

Exemplo 2: R2.3.3 Autoridade: 1245911

100 $a Nemes, Maria Carolina

678 $a Maria Carolina nasceu em São Paulo e formou-se até o nível de doutorado em física na universidade de São Paulo (USP) onde também foi professora no IFUSP até 1991, quando ingressou na UFMG como professora titular. Tinha então 38 anos. Desde então orientou estudantes tanto da UFMG quanto da USP e colaborou com muitos pesquisadores. Era membro titular da Academia Brasileira de Ciências e pesquisadora 1A do CNPq. [...] [foi] condecorada com a comenda da ordem nacional do mérito científico em 2008. A professora titular do Departamento de Física da UFMG atuou como vice-presidente da ABC para a região Minas-Centro-Oeste no período de maio de 2011 a abril de 2013. Faleceu no dia 14 de dezembro, em Belo Horizonte. Orientou 54 mestres e 41 doutores deixando ao morrer 17 orientados. $u http://www.abc.org.br/2013/12/16/

678 $a Criado pela Sociedade Brasileira de Física (SBF), com apoio do Grupo de Trabalho para Questões de Gênero (GTG), e aprovado 2017, foi aprovado pelo Conselho da SBF, o prêmio Maria Carolina Nemes, que reconhece contribuições de mulheres à física brasileira.Com o objetivo de reconhecer as contribuições femininas para o desenvolvimento da física no Brasil, o Prêmio Carolina Nemes será outorgado a mulheres em início da carreira (que tenham concluído o doutorado na área da Física há até dez anos), cujo trabalho tenha contribuído de forma significativa para a pesquisa ou para o ensino. $u https://ufmg.br/comunicacao/noticias/premio-carolina-nemes-contemplara-pesquisadoras-e-educadoras-da-area-de-fisica

Exemplo 3: R2.1.1 Autoridade: 1201794

100 $a Almeida, Virgilio Augusto Fernandes

678 $a Nascimento: 25/03/1950- Nacionalidade: Brasileira. Em 1987, na Universidade de Vanderbilt (EUA), [Almeida] concluiu o doutorado em ciência da computação. Sua pesquisa concentra-se no campo dos sistemas de computação, principalmente em sistemas distribuídos em larga escala e suas propriedades, internet, caracterização de tráfego e cargas de trabalho e planejamento de capacidade de infraestruturas de processamento de informação. Autor de livros na área [de Ciência da Computação], com publicações em diferentes línguas (português, inglês, coreano e russo), que são adotados em programas de pós-graduação nos EUA, Europa e Ásia. Dentre prêmios e títulos, destacam-se os graus de Comendador (2006) e Grã-Cruz (2010) da Ordem Nacional do Mérito Científico; Fullbright Research Scholar, da Fundação Fullbright, EUA (2008); Medalha de Honra da Inconfidência, do governo de Minas Gerais (2012); e o Prêmio SBC de Mérito Científico, da Sociedade Brasileira de Computação (2014). O Acadêmico também faz parte da Academia Nacional de Engenharia (ANE) e da Academia Mundial de Ciências (TWAS, na sigla em inglês). Informações biográficas adicionais podem ser encontradas em: $u http://www.abc.org.br/membro/virgilio-augusto-fernandes-almeida/ e https://www.ufmg.br/ieat/2015/05/virgilio-augusto-fernandes-de-almeida/

Após o término da experimentação com a descrição de registros de autoridade, com uso das diretrizes RDA, constatou-se que a ampliação de atributos associados com a pessoa, tratados individualmente, sejam eles elementos essenciais e/ou opcionais, apresentou um resultado diferenciado em relação à descrição feita com a utilização das normas AACR2R. Além de colaborar para a elaboração dos pontos de acesso autorizados e atender requisitos para diferenciar pessoas com nomes idênticos, os elementos RDA enriquecerem os registros com dados pessoais, bibliográficos e até mesmo biográficos de cada entidade, tornando a sua individualização mais consistente e rica no todo.

Por fim, constatou-se, na análise dos resultados desta etapa, que o terceiro objetivo *Identificar e descrever as contribuições mais significativas da RDA como viabilidade para o controle de autoridade de nome no catálogo do SB/UFMG,* foi satisfatoriamente atendido.

5.3 Análise final dos dados

Vários foram os resultados obtidos, neste estudo, após o estudo da literatura e dos procedimentos utilizados. Sendo que boa parte dos resultados oriundos da literatura estudada pôde ser verificada também no experimento de catalogação.

Primeiramente, percebeu-se que, assim como foi antevisto nos principais textos que tratam sobre os elementos essenciais e básicos da RDA, com a implementação dos registros de autoridade durante o experimento, ao identificar um conjunto mínimo de elementos para qualquer tipo de descrição, comprovou-se que a RDA mantém coerência e integração dos registros de autoridade com os registros bibliográficos, devido ao fato de fornecer e relacionar orientações.

Assim, pôde-se seguir a descrição dos dados que identificam uma pessoa, logo após a definição do ponto de acesso preferido, tendo-se a possibilidade de, primeiramente, registrar os elementos essenciais aplicáveis em cada caso, ainda de acordo com as seguintes condições: como elementos separados do ponto de acesso, como parte dele, ou até mesmo, como ambas as condições. Nesse ponto, observou-se, ainda, que esses dados serão os mais utilizados pelos usuários catalogadores, na busca e navegação no catálogo de autoridade, e pelos usuários finais, no catálogo bibliográfico.

Ao mesmo tempo, além das diretrizes para registros dos dados pessoais, como nome, variações do nome e datas de nascimento e morte, a inclusão de outros atributos do autor pessoal, como áreas de atividade em que atuam, cargos e profissões, local e grupos associados, deixaram os registros mais robustos, além de aumentarem o alcance da recuperação da informação, nos catálogos das bibliotecas.

Durante a fase experimental da catalogação ocorrida, comprovou-se o que foi afirmado em vários trabalhos como os de Oliver (2011), Salgado e Silva (2013), assim como nos documentos da própria IFLA (2009), sobre a importância da presença, na RDA, de conceitos trazidos pelos requisitos funcionais, especificamente o FRBR e o FRAD, assim como pelos princípios documentados e difundidos na Conferência Internacional dos Princípios de Catalogação (Paris, 1961), os quais norteando as diretrizes e regras da RDA para descrição dos registros de autoridade.

A ampliação dos registros de autoridade com novos atributos dos criadores de conteúdo enriqueceu bastante a representação descritiva em RDA. Não somente pelo tamanho do registro, com a expansão dos campos do Formato MARC 21 para Dados de Autoridade, em relação aos, até então, em uso com o AACR2R, mas também pelo alcance que esses novos elementos possibilitaram. Para o catalogador, a possibilidade de reconhecer, contextualizar e justificar os dados inseridos, facilitando ainda mais a desambiguação, além de identificar e eliminar duplicidade de registros de autoridade no catálogo da biblioteca. Para o usuário final, maiores chances de localização do criador e suas obras, durante suas buscas nos catálogos da Biblioteca.

As etiquetas Marc 21 utilizadas para atender à RDA, especialmene as 37X, se mostraram importantes e eficientes para a criação e manutenção de registros de autoridades de nomes locais. Essas etiquetas MARC 21 ao abrangerem dados locais dos pesquisadores, como grupos associados (campo 373) relacionam seus nomes à Universidade, incluindo institutos, escolas, faculdades e departamentos aos quais os pesquisadores estão ou estiveram associados. Assim também os campos 370 – Lugar associado, 374 - Ocupação ou profissão e 372– Campo de atividade, ao abarcarem locais, ocupações e especialidades relacionadas aos pesquisadores, muito colaboram para a individualização de cada autoridade criada, permitindo um mapeamento que reforça os relacionamentos entre o catálogo de autoridade e o bibliográfico.

Ficou claro, desde o estudo para a fundamentação teórica desta pesquisa, que a utilização dos campos MARC 21, antes não utilizados, para acomodar os elementos RDA, atendem às principais tarefas do usuário definidas nos modelos conceituais FRBR, conforme explanações de Mering (2014), Martínez Pujadas (2017) e outros autores. Isso porque os campos e subcampos do MARC 21 permitem, além da armazenagem dos dados, a comunicação do conteúdo descrito pela RDA.

Entretanto, um aspecto contraproducente que foi constatado no experimento, foi o fato de a visualização dos dados registrados no formato MARC 21, na Web, não envolver todas as informações referentes aos atributos das autoridades descritas.

FIGURA 93 - Visualização da informação no catálogo on-line do SB/UFMG

Fonte: Catálogo on-line do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Disponível em: https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca/index.php. Acesso em: 23 dez.2021.

A Figura 23, acima, mostra a visualização da informação da autoridade citada no exemplo 3, da Categoria IV - Fontes de Informação. Embora tenha sido elaborado um registro completo, com todos os elementos RDA para nome pessoal, na recuperação da informação, realizada no catálogo on-line do SB/UFMG, pôde-se visualizar apenas o nome preferido, as formas variantes do nome, as fontes de pesquisas utilizadas e os

identificadores padrão do pesquisador. Deste modo, a recuperação dos outros dados descritos somente poderá acontecer pelos profissionais da informação cujas atividades estejam relacionadas à catalogação.

No entanto, acredita-se que, buscando-se maneiras de compartilhamento dos dados com outros formatos bibliográficos, os registros realizados em RDA, no formato MARC 21 para dados de autoridade, podem, futuramente, ser de grande utilidade em bibliotecas digitais e repositórios da instituição. Isto justifica a utilização do formato MARC 21 em catálogos de bibliotecas on-line, enquanto um formato apropriado para a Web semântica não seja adotado pelas bibliotecas.

Outro benefício observado, tanto na análise dos textos, quanto no experimento, foi a possiblidade de utilizar-se o campo 046 – datas especiais, para a inclusão das datas de nascimento e de morte, em vez de colocá-las no subcampo $d do campo 100 – nome pessoal. Dado que, no campo 100, a visualização da informação é permitida ao usuário final, enquanto o campo 046 é visível apenas para aqueles que administram os dados nos catálogos, criando, transcrevendo ou modificando registros de autoridade, ou seja, os agentes de catalogação. A vantagem de utilizar-se esse recurso (campo 046 do MARC 21) é o fato de a decisão de descrever dados pessoais no registro de autoridade de nome de pessoas não ser uma tarefa fácil para o catalogador, pois não são todos os autores que o autorizam. Buscar essa permissão quando se tem uma infinidade de criadores de conteúdo presente no catálogo é tarefa complicada, pelo tempo que se gasta e pela dificuldade de acesso direto a cada autor, tradutor, orientador, compositor, diretor, produtor etc. A instrução RDA traz que a aplicação de acréscimos, como a data de nascimento e morte, pode ocorrer até mesmo em casos que não sejam o de distinguir os nomes.

As fontes externas de informação, como os currículos dos pesquisadores contidos na Plataforma Lattes e algumas fontes que registram dados biográficos e históricos de pesquisadores de um determinado campo do conhecimento, muito contribuíram para a recuperação de dados sobre as atividades técnico-científicas dos pesquisadores, bem como informações biográficas de alguns deles. Isso enriqueceu os registros de autoridade para além da produção de pesquisa, mas também os tornando uma robusta fonte biográfica de informações. Isso só foi possível mediante a utilização das normas RDA, baseadas que são nos modelos conceituais FRBR e FRAD, tendo como contribuição a mudança do padrão dos pontos de acesso que foi incorporada à Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009), a qual delibera, como condição prioritária, a conveniência do usuário.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É notório que, com os modelos conceituais dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos - FRBR, e dos Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade – FRAD, o padrão da escolha dos pontos de acesso foi modificado, mudanças essas presentes na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (2009) e aplicadas nas normas RDA que definem como seu objetivo prioritário a conveniência do usuário.

Após a análise dos resultados da catalogação das autoridades dos pesquisadores da amostra, foi imperativo concordar com Maxwell, (2013, p. 225), que afirma “casos de indivíduos com mais de uma identidade são variados e podem se tornar bastante complexos, e existem para todos os tipos de recursos, desde livros impressos até músicas gravadas e materiais audiovisuais.” Essas identidades são criadas pelas próprias pessoas, e se apresentam como pseudônimo ou nome artístico.

Segundo Silva, (2015), de acordo com o AACR2R, pseudônimo é um nome adotado por um autor para ocultar ou disfarçar sua identidade, enquanto, na RDA, é concebido como o nome usado (mas não o nome real) por um indivíduo ou por vários indivíduos, em colaboração, mas não o verdadeiro nome de nenhum deles.

A norma RDA trata casos de pseudônimos de uma forma descomplicada, apresentando inúmeros exemplos, com detalhes para cada um deles, incluindo casos de pseudônimos compartilhados por dois ou mais indivíduos, sejam como escritores, intérpretes, cantores, atores e outros criadores de conteúdo. No entanto, não foi possível a elaboração de registros de autoridade ou ampliação em RDA de pessoas com uso de pseudônimos, porque não houve, na amostra, nenhum caso a ser tratado.

Do mesmo modo que o tratamento de pseudônimos deve ocorrer de maneira criteriosa, embora descomplicada, casos de homônimos também devem ser tratados de maneira pontual. Considerando que a produção acadêmica é cada vez mais extensa nas universidades, e suas publicações são cada vez mais rápidas, a ocorrência de homônimos pode ser detectada mais rapidamente, desde que os catalogadores das bibliotecas universitárias se mantenham atentos durante a pesquisa de nomes, em quaisquer fontes que venham utilizar, como a Plataforma Lattes, catálogos de outras instituições nacionais e internacionais e os consórcios de registros de autoridade.

Os principais benefícios da utilização das regras RDA nos registros de autoridade, e que foram observados como sendo de grande importância para este trabalho, são a possibilidade de uma descrição mais completa nos dados de autoridade de pesquisadores, que podem servir para descrever e localizar com precisão as áreas de atuação, instituições

relacionadas (nacionais e internacionais) aos docentes e pesquisadores discentes, incluindo locais de trabalho (institutos e departamentos) aos quais se vinculam, além da ampliação dos relacionamentos entre as autoridades recomendados pela RDA, o que favorece a navegação e a descoberta de recursos informacionais pelos usuários.

Portanto, a RDA apresenta importantes contribuições ao trabalho de controle de autoridade, podendo garantir uma melhoria no desempenho da informação, no catálogo de bibliotecas universitárias, visto que grande parte de criadores de conteúdo dos itens catalogados são acadêmicos e pesquisadores locais, que possuem uma intensa e constante produção de variados tipos de publicações.

Todavia, uma ressalva deve ser feita quanto à visualização da informação para o usuário final, pois nem todos os dados referentes aos elementos das autoridades descritas poderão ser visualizados, ao utilizar-se o MARC 21 como formato bibliográfico.

Para Agenjo, Hernández, e Viedma, (2012, p. 805-6)

> [O modelo MARC 21] mudou de registros de autoridade para nomes pessoais para registros de pessoas, o que não é um problema nominal, mas de longo prazo. [...] Alguns dos problemas de catalogação a serem resolvidos no futuro próximo será a combinação de atributos de pessoas com atributos de nomes pessoais.

Para os autores acima, esta mudança foi influenciada pelos Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD), que afirmam que a função de controle de autoridade para nomes deve servir de apoio não apenas para a tarefa de identificação da entidade 'pessoa', mas também para a tarefa de contextualização. O FRAD impulsionou, também a inclusão de novos campos no MARC 21 para dados de Autoridade. Como exemplo, temos o campo 375 para gênero. A inclusão desse campo destina-se a apoiar o propósito de mudança do registro de autoridade de nome de uma lista de nomes autorizados para uso em registros, para um registro que contenha características dos próprios autores individuais. Acredita-se que a adoção do campo MARC 375 possa ser a mais polêmica, por se tratar de um dado pessoal e sensível.

Ainda segundo Agenjo, Hernández, e Viedma (2012), a adoção dessa nova prática de inclusão de elementos que individualizam uma pessoa representa uma mudança fundamental no quadro teórico da catalogação. Eles afirmam que:

> Até então o Manual de Catalogação Descritiva Z1 afirmava que um NAR[57] não serve como um esboço biográfico de uma pessoa, nem como um relato da história detalhada de uma entidade coletiva. No entanto, a RDA agora fornece orientações específicas para a descrição de "Informações biográficas" em um NAR (AGENJO; HERNÁNDEZ; VIEDMA, 2012, p. 806).

[57] Name Authority Records.

Considerando-se que estas informações poderão ter uma visualização pública, o Manual de Catalogação Descritiva Z1, da LC, orienta que, ao “fornecer dados biográficos ou históricos em um campo de notas 678, construa a nota em frases concisas, mas completas”.

O contexto destas mudanças nos campos MARC 21, além do interesse em apoiar a RDA, também se refere a atenção necessária à futuros cenários como o da web semântica e dos dados vinculados, podendo, ainda ser usados para relacionar diferentes registros de informação, criando “links” entre eles. Os links entre registros bibliográficos e de autoridade apresentam grandes vantagens tanto para usuários finais (ex.: buscar e obter como resultado todos os registros bibliográficos de um autor ou assunto, em determinado banco de dados), quanto para o usuário catalogador (ao apoiar tarefa de contextualização). Ao comportar a codificação dos dados, A RDA admite o emprego de padrões de metadados, tais como o MARC 21, Dublin Core, MODS, ou qualquer outro esquema atual ou futuro.

No entanto, LIHONG ZHU (2019), sobre o futuro do tratamento da informação, prenuncia: “devemos nos preparar para trabalhar em um ambiente no qual metadados são criados e gerenciados em vários modelos de dados vinculados”. Ao mesmo tempo, Zhu (2019, p. 233) afirma que devemos esperar que “os padrões de dados vinculados, eventualmente, se tornem os padrões de fato, mas o MARC pode continuar a ser usado pela comunidade de bibliotecas por muitos anos.”

Embora conscientes de que a comunidade de bibliotecas esteja em um momento de transição do controle de autoridade tradicional, baseado no MARC, para novos modelos de dados vinculados, há um consenso entre os autores que a catalogação em bibliotecas vai acontecer, por um bom tempo, em um contexto híbrido, com a coexistência de padrões herdados e de novos padrões, incluindo formatos como o MARC 21, o código AACR2R e as normas da RDA. No entanto, novos formatos que se propuserem substituir o MARC 21, terão que levar em conta a questão da visualização, pelo usuário, dos dados pessoais contidos em catálogos de autoridades. Acredita-se que, para solucionar o conflito entre o direito do autor de preservar seus dados pessoais e sensíveis e a possibilidade de um acesso mais completo dos dados de autoridade pelo usuário final, muitas discussões ainda ocorrerão entre os especialistas da catalogação e os voltados a estudos de usuários, assim como os profissionais que trabalham com proteção de dados pessoais. Para nós da CI, importante conseguirmos promover, cada vez mais, o acesso do usuário à informação de maneira eficiente e em tempo hábil, aumentando a visibilidade do criador e de suas obras, manifestações e expressões. No contexto da web semântica, este é, e será cada vez mais, um desafio no dia a dia dos descritores de dados de autoridade.

A partir da análise final dos dados contidos na literatura e no procedimento realizado, foi possível traçar premissas para uma possível implantação da RDA no Sistema de Bibliotecas da UFMG, a partir dos registros de nome pessoal e local, o que responde o quarto e último objetivo específico desta pesquisa. Doze premissas foram delineadas, buscando-se explicitar e exemplificar os *objetivos e princípios básicos* apresentados na RDA, criando-se um quadro com essa correspondência (Quadro 43).

QUADRO 43 – Premissas para possível implantação da RDA no catálogo de autoridade do SB/UFMG

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA RDA	PREMISSAS
Adaptação às necessidades do usuário: Os dados devem permitir ao usuário: encontrar os recursos correspondentes à busca estabelecida pelo usuário.	Todo e qualquer dado a ser descrito nos registros de autoridade deve ter como norte o atendimento ao objetivo de adaptação às necessidades do usuário, ou seja, deve apoiar as tarefas de: *encontrar* os recursos e os responsáveis pela criação desses recursos que correspondam aos critérios de busca do usuário; *identificar* recursos descritos e a pessoa, família ou entidade coletiva representada pelos dados; *selecionar* o recurso apropriado ao usuário de acordo com o formato e suporte do recurso, assim como às características do conteúdo da obra, expressão; *obter* o (os) recurso (os) selecionado (os), seja por meio de empréstimo de material físico, ou por acesso eletrônico.
Eficiência do custo: os dados devem responder aos requisitos Funcionais para apoiar as tarefas dos usuários de uma maneira eficiente em referência ao custo	Os elementos essenciais devem ser descritos para todas as autoridades, sempre que possível. Nome pessoal preferido, com acréscimo de datas de nascimento e morte, título da pessoa, profissão e ocupação, podem ser suficientes para apoiar as tarefas do usuário. Quando não, a inclusão de elementos opcionais deve ser feita de maneira criteriosa, avaliando-se o custo-benefício, em relação ao tempo gasto pelo catalogador na pesquisa, na coleta dos dados e na elaboração ou ampliação dos registros de autoridade, sempre se tendo em vista a eficiência em apoiar as tarefas do usuário.
Flexibilidade: os dados devem funcionar independentemente do formato, mídia ou sistema utilizado, para armazenar ou comunicar os dados e devem ser sensíveis a vários ambientes.	Sempre que possível e necessário, fazer uso da ampliação do escopo descrito dos catálogos de autoridade. A flexibilidade é para o catálogo como um todo. A RDA possibilita flexibilidade e extensibilidade necessárias para receber e acomodar características dos novos recursos e adaptação necessária para que os dados sejam bem utilizados e visualizados em vários ambientes tecnológicos. No catálogo de autoridade, a RDA provê flexibilidade ao permitir descrever múltiplos aspectos em um registro de autoridade, incluindo as URLs que comunicam informações contidas fora do **c**atálogo bibliográfico, como os identificadores de pessoas: como o ORCID, Lattes e outros.

Continuidade: os dados devem ser suscetíveis à integração entre as bases de dados existentes	Para a implantação do RDA, Iniciar a entrada de dados, de maneira que eles possam coexistir com registros realizados anteriormente em AACR2R, incluindo novas autoridades em RDA, atualizando as que foram criadas em AACR2R, à medida que for detectado algum relacionamento de uma entidade nova com uma já existente. Ou ampliar entidades em RDA à medida que ocorrer a catalogação de novos itens de uma autoridade pré-existente. Enquanto for necessário, manter o catálogo de autoridade, de forma híbrida. A integração com o catálogo bibliográfico também pode ocorrer dessa forma, a partir do momento que isso for definido na política de catalogação local. Ou seja, decisões devem ser tomadas sobre quando e em que campos MARC 21 a ampliação RDA para os registros bibliográficos deverão ocorrer. Outra questão a ser avaliada é sobre o apoio ao Controle de Autoridade do Repositório Institucional da UFMG.
Diferenciação: Os dados que descrevem uma entidade associada com um recurso devem diferenciar essa entidade de outras identidades utilizadas pela mesma entidade, em relação com a seleção de recursos apropriados.	Esse princípio orienta sobre o cuidado especial ao registrar entidades que possuem mais de uma identidade, como um indivíduo que usa o seu nome verdadeiro, mais um ou vários pseudônimos, (incluindo pseudônimos conjuntos). Para esses casos, deve-se criar registros de autoridades separados para cada identidade do indivíduo, de acordo com o (os) recurso (os) relacionado (os) a cada identidade. Utilizar o campo 500 (remissivas *ver também*) para informar o (os) outro (os) registro (os) de autoridade para o mesmo indivíduo.
Suficiência: os dados que descrevem as entidades devem ser suficientes para responder às necessidades do usuário	Assim como a Eficiência dos Custos *versus* as tarefas do usuário, a suficiência é um princípio que exige bom senso e conhecimento do catalogador sobre a sua instituição, o seu usuário e a equipe de trabalho da biblioteca, e é focado na seleção dos recursos e das entidades apropriados que devem ser descritos nos catálogos bibliográficos e de autoridade. Embora, a norma RDA não limite o número de agentes a serem descritos para cada recurso, (Regra de três, presente no AACR2), o princípio de Suficiência orienta ao catalogador para a descrição das autoridades que, realmente, forem importantes no atendimento das necessidades de seus usuários. Elementos considerados opcionais devem ser acrescidos, mas, apenas aqueles que forem considerados suficientes para responder às necessidades do seu usuário potencial.
Relações: Os dados que descrevem uma entidade associada devem refletir todas as relações bibliográficas significativas entre essa entidade e outras entidades.	Devem ser descritos todos os dados necessários sobre a entidade associada a um determinado recurso, incluindo os responsáveis intelectuais desse recurso e de outros relacionados a entidade pessoa. No caso de autoridade de nome de pessoa, os relacionamentos podem ocorrer entre pessoas, entre pessoas e outros agentes (família e entidade cooperativa) e entre pessoas e obras, manifestações, expressões e itens. Lembrar sempre que os relacionamentos são usados para descrever as ligações entre entidades, e devem funcionar

	como uma forma de ajudar na navegação do usuário pelo catálogo e fora dele. As relações presentes nos registros bibliográfico e de autoridade fornecem informações adicionais ao usuário, ajudando-o a estabelecer ligações entre a entidade encontrada e outras que se relacionam à sua pesquisa. Em catálogos em linha, esses relacionamentos, geralmente, estão presentes nos seguintes elementos: no ponto de acesso normalizado; nas formas remissivas "*ver*"; e "*ver também*" com os registos de autoridade aos quais está ligado; nas fontes utilizadas para estabelecer o ponto de acesso; em notas sobre formas anteriores e de outros usos de forma normalizada.
Representação: os dados que descrevem um recurso devem refletir a representação que o recurso faz de si mesmo.	Para melhor representação dos dados, assim como títulos e outros dados bibliográficos, O nome (ou forma do nome) escolhido como nome preferido deve ser aquele comumente encontrado no recurso associado a essa pessoa; ou o nome ou um nome aceito no idioma e escrita preferidos pela agência que cria os dados. No caso de pesquisadores, a maioria das vezes, a agência catalogadora de origem é a biblioteca universitária associada à pessoa. Por isso, a responsabilidade que recai sobre seus catalogadores na decisão sobre a escolha do nome preferido. Assim também, para a seleção de outros nomes e/ou formas do nome usados pelo indivíduo, descritos como variantes do nome.
Exatidão: os dados que descrevem uma entidade devem fornecer uma informação suplementar para corrigir ou aclarar representações ambíguas, ininteligíveis ou enganosas feitas nas fontes de informação que fazem parte do recurso da entidade.	Outra recomendação da RDA é que a inclusão dos elementos essenciais nos registros de autoridade, também chamados de elementos mínimos, deve ocorrer desde que estes sejam aplicáveis e que possam ser estabelecidos facilmente. Datas especiais relacionadas à pessoa, e forma completa do nome são essenciais para a descrição, mas nem sempre esses dados são encontrados. Nesse caso pode-se buscar informações que complementem ou que esclarecem dúvidas em outros recursos da entidade. Se não são encontrados dados essenciais suficientes, elementos opcionais podem resolver problemas de ambiguidade e devem ser usados, se apropriados..
Atribuição: os dados que registram relacionamentos entre um recurso e uma pessoa, família ou entidade coletiva associada a esse recurso devem refletir as atribuições de responsabilidade ainda que essas atribuições sejam exatas ou não. As atribuições de responsabilidade podem ser encontradas no mesmo recurso ou em fontes de referência.	Sempre que for catalogar um recurso, antes de atribuir as responsabilidades na descrição bibliográfica, conferir no catálogo de autoridade, se existe ou não uma autoridade constituída para cada entidade de nome a ser descrita. Conferir se há homônimos no catálogo e se a autoridade está completa, ou não. Muitas vezes a dúvida sobre a identificação do nome se dá devido à existência de poucos dados no registro de autoridade, dificultando a individualização da entidade. Isso também dificulta a elaboração de pontos de acesso de nomes preferidos e/ou variantes. Se recursos já catalogados foram muito distintos do novo recurso, como, por exemplo, áreas de conhecimento, data das publicações e outros, necessário se faz buscar mais informações em outras fontes de referência. Muitas vezes, pode haver nomes idênticos para indivíduos diferentes, em fontes diversas.

	A orientação RDA sobre fontes de informação para nomes de pessoa não limita nem especifica a fonte ou fontes usadas, portanto, havendo dúvidas, aprofunde mais na busca. Para autoridades locais, páginas na Web e banco de dados da própria instituição podem esclarecer as dúvidas.
Uniformidade: as orientações sobre o uso de maiúsculas, abreviações, ordem dos elementos, pontuação etc. devem servir para promover a uniformidade na apresentação dos dados que descrevem um recurso ou entidade associada ao recurso.	Fazer uso das orientações contidas nas guias da RDA (ver Quadro 3), todas as vezes que for necessário. Toda e qualquer normalização que conste do manual e/ou políticas de catalogação deve ser seguida, para a manutenção da uniformidade nos registros de autoridade. Esse princípio é muito importante para a busca e recuperação da informação, consequentemente para a visibilidade da informação. A pontuação, por exemplo, deve ser de acordo com o formato bibliográfico utilizado, no caso, o MARC 21. Para autoridades locais, abreviações de nomes e sobrenomes devem ser evitadas, sempre que possível, evitando ambiguidades em registros de autoridade. Muitas publicações usam nomes abreviados, que devem ser descritos como formas variantes do nome preferido.
Uso ou prática comum: os dados que não são transcritos da mesma fonte, devem refletir o uso comum na língua e na escrita escolhida para registrar os dados. A agência que cria os dados pode preferir uma ou mais línguas e escritas.	Muita atenção na importação de dados, sejam de bancos de dados internos ou externos à instituição, principalmente quando tratar-se de registros de autoridade de pessoas nascidas em outros países e/ou que tenham atividades em outros países que não os de língua portuguesa.
Quando há mais de uma parte no nome de uma pessoa ou família, a parte escolhida como primeiro elemento do nome preferido deve refletir o uso ou prática no país e idioma mais estritamente associada com essa pessoa ou família.	Ao detectar ocorrências de uso de mais de uma língua ou alfabeto para o nome ou parte do nome, especialmente, no caso de autoridades de nome pessoal, incluir as regras para nomes de pessoas conforme o idioma oficial do país de nascimento da pessoa ou onde ela exerce suas atividades. Além das regras de descrição da RDA, orientações contidas no Guia *Políticas* devem ser consultadas. No caso de bibliotecas universitárias, há grande incidência de pesquisadores, que são de outras nacionalidades ou que publicam em línguas cujos alfabetos são distintos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em Silva (2018).

Uma observação importante feita pelos organizadores da RDA, e contida na sua introdução, é que, embora a indicação dos objetivos e princípios sirva para fornecer uma guia geral para o desenvolvimento da RDA, muitas vezes será necessário fazer concessões entre um princípio e outro.

Importante ressaltar que, para qualquer modificação no trabalho de autoridade, é necessário que as devidas orientações sejam acrescidas no manual e/ou políticas internas de catalogação. No caso de implantação da nova norma, as políticas internas da catalogação devem ser estruturadas de acordo com os objetivos e princípios orientadores

da RDA, cuja base se encontra na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2009). Dos nove princípios que orientam a construção de códigos de catalogação, segundo os PIC, o que foi considerado mais determinante foi a conveniência do usuário, que a RDA adotou como o seu primeiro objetivo.

Imprescindível, primeiramente, que haja um período dedicado ao estudo sobre a nova norma, assim como sobre as FRBRs e o IFLA LRM por toda a equipe da biblioteca, incluindo aqueles que ocupam cargos de administração. Essencial, ainda, a promoção de treinamentos, de forma contínua, para os profissionais da informação, principalmente catalogadores e bibliotecários que trabalham diretamente no atendimento ao usuário, para avaliação e assimilação dos princípios e objetivos eleitos para a instituição, assim como das regras que nortearão os registros das entidades, atributos e seus diversos relacionamentos.

Acredita-se que o estudo e a prática da catalogação em RDA poderão equipar os profissionais para a melhor utilização dos conceitos contidos nas novas regras, baseadas que são nos modelos de entidade-relacionamento, trazendo ao catálogo da biblioteca maior flexibilidade e coerência. Como consequência, o acesso e recuperação das informações contidas nele, poderão ser realizados de forma mais eficaz e útil para seus usuários, sejam eles os próprios criadores de autoridade ou os usuários finais.

Finalizando a discussão dos resultados dos dados analisados, constatou-se que, tanto na literatura pesquisada, quanto nos procedimentos realizados neste estudo, as normas RDA se mostraram capazes de garantir a consistência e a completude de uma autoridade local. Além de favorecer uma melhoria contínua da base de dados local do SB/UFMG, também, poderá ocasionar grandes benefícios para outras bibliotecas e serviços da informação, através do intercâmbio de dados de autoridades e bibliográficos, via serviços de redes de cooperação e de consórcios internacionais.

O quadro abaixo (Quadro 44) sintetiza e ilustra as etapas em que foram atingidos os objetivos específicos da pesquisa, culminando no atendimento ao objetivo principal de *Identificar as contribuições mais significativas do Resource Descriptions and Access (RDA) para maior consistência no controle de autoridade de nome de pessoa local, e a viabilidade de sua implementação no catálogo bibliográfico da UFMG.*

QUADRO 44 - Objetivos propostos x consecução dos objetivos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA	CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS
Objetivo 1: Apontar as diretrizes gerais e específicas da RDA sobre os registros de atributos na identificação de responsabilidade de pessoas.	Referencial Teórico, itens: 2.3 - *A Estrutura da RDA para os Registros de Autoridade:* e *2.4 - Elementos da RDA em Registros de Autoridade de Nome no MARC 21 e 2.5- Pontos de Acesso e Registros de Autoridade de Nome de Pessoa*
Objetivo 2: Comparar as diretrizes da RDA com as do AACR2R, no que se refere ao controle de autoridade de nome de pessoa.	Referencial Teórico, item: *2.3.1 - RDA e AACR2R: similaridades e diferenças*
Objetivo 3: Identificar e descrever as contribuições mais significativas da RDA como viabilidade para o controle de autoridade de nome no catálogo do SB/UFMG.	Experimento de catalogação, item: 5.2 Análise dos dados da 2ª etapa
Objetivo 4: Identificar a viabilidade de implementação da RDA no catálogo bibliográfico do SB/ UFMG.	Experimento de catalogação, itens: 4.3 Terceira etapa: Análise final dos dados
Objetivo 5: Propor premissas relacionadas à implantação da RDA no catálogo do SB/UFMG, a partir dos registros de autoridade de nome pessoal e local.	Experimento de catalogação, itens: 5.3 Terceira etapa: Análise final dos dados; e em 6. Discussão dos Resultados

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir os diversos nomes ou formas dos nomes de uma entidade, através da definição e escolha do ponto de acesso autorizado e de suas formas variantes, o registro de autoridade auxilia o usuário a encontrar um recurso ou vários recursos informacionais associados à entidade buscada, no caso dessa pesquisa, à entidade pessoa.

Alicerçado nos modelos conceituais entidade-relacionamento, em especial o FRBR e o FRAD, e mais recentemente o IFLA LRM, com o foco em atender às necessidades do usuário, a RDA apresenta uma estrutura sólida, favorecida pelas novas tecnologias da informação, podendo muito contribuir para a solução de problemas de armazenamento, recuperação, acesso, transmissão e intercâmbio de registros bibliográficos e de autoridade.

A RDA amplia a noção de autoridade para além da autoria, propõe controlar nomes relacionados não só à obra em si, mas também às expressões, manifestações e itens. Além disso, busca tornar o catálogo de autoridade da biblioteca uma fonte referencial de biografias desses nomes. Portanto, um registro de autoridade de nome pessoal, de acordo com a norma RDA, pode ser um registro mais rico e consistente, justamente pela possibilidade de incluir atributos específicos aos nomes, como profissão, ocupação, idiomas, sexo, associações, datas e locais de nascimento e outros.

Considerou-se que a RDA traz grandes contribuições para o controle de autoridade, no catálogo de bibliotecas universitárias, pois as universidades, especialmente as que oferecem programas de pós-graduação de excelência, representam o lugar de origem da maioria dos pesquisadores, e obviamente das primeiras importantes produções técnico-científicas de um país. Os registros de autoridade de nome pessoal, enriquecido pelos elementos trazidos pela RDA, ou seja, pelos atributos de cada entidade pessoa, podem garantir uma melhoria contínua da qualidade destes registros. Isso, porque se deve considerar, também, a importância da manutenção desses registros, pois os atributos das pessoas, no caso de pesquisadores e cientistas, são adquiridos continuamente, de acordo com a evolução da própria ciência.

Concluiu-se, portanto, que foi atendido o objetivo central desta pesquisa, pois foi possível Identificar e confirmar as contribuições significativas do *Resource Descriptions and Access* (RDA) para uma maior consistência no controle de autoridade de nome de pessoa local, assim como comprovar a viabilidade da implementação das diretrizes RDA nos registros de autoridade do catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG. Ficou confirmado que a inserção dos diversos elementos RDA, com o uso dos mais recentes campos do MARC 21, possibilita maior robustez aos registros realizados no catálogo de autoridade.

A utilização de uma amostra constituída por pesquisadores da universidade respondeu muito bem à questão específica relacionada à possível “implantação da RDA no catálogo de autoridade das bibliotecas da UFMG iniciando-se pelos registros das autoridades locais”, seja com a criação de autoridades dos novos pesquisadores, seja ampliando as autoridades existentes com os novos elementos apresentados pelas diretrizes RDA. Constituída por itens inseridos no catálogo bibliográfico, a produção dos pesquisadores é contínua e permanente nas bibliotecas universitárias, muitas vezes requerendo prioridade na catalogação e bastante atenção no registro de seus dados. As entidades pessoais associadas a esses itens representam, também, importantes vínculos com outras entidades relacionadas ao mesmo item e a outros itens, assim como servem de apoio ao controle de autoridade no Repositório Institucional da UFMG.

Além de favorecer maior consistência ao controle de autoridade, evitando-se ambiguidades e conflitos no catálogo da biblioteca, a catalogação sob as normas RDA aprimora os relacionamentos e a navegabilidade entre sistemas, além de dar maior visibilidade para os autores, ou melhor, para os agentes responsáveis pela criação de conteúdo intelectual e artístico e pelos recursos concebidos por eles.

7.1 Desafios e limitações da pesquisa

Devido ao isolamento social imposto a todos pela pandemia do COVID 19, nos anos 2020 e 2021, e com base nas orientações gerais das autoridades municipais e da Administração Central da UFMG e do Comitê Permanente de Enfrentamento do Novo Coronavírus, todas as atividades de trabalho e de estudo da UFMG passaram a ocorrer de forma remota. O projeto feito para o desenvolvimento desta pesquisa sofreu modificações em parte de sua metodologia o que, por sua vez, impactou nos objetivos que tiveram que ser readaptados. Um dos procedimentos, que seria uma entrevista com bibliotecários de várias unidades da Universidade, foi cancelado. Outro procedimento, que consistia em atividades de catalogação de forma experimental tendo como participantes vários catalogadores, foi modificado e realizado apenas pela proponente, que também é catalogadora. Para ambos, a presença física da proponente para o devido registro das observações necessárias não seria mais possível. Desafios novos ocorreram desde a delimitação da amostra até a administração do tempo necessário para a realização dos procedimentos metodológicos.

Outros desafios menores tiveram que ser contornados e resolvidos os problemas deles decorrentes, como:

- O Pergamum Teste não permitiu a importação automática dos dados do

Pergamum Oficial, além de ter ficado fora do ar por duas vezes, durante o experimento, sendo uma delas com duração de 5 dias;

- O acesso ao RDA TOOLKIT foi interrompido antes do prazo contratado, tendo que ser solicitado novo acesso, o que foi conseguido com um intervalo de tempo considerado longo; acrescente-se aí o fato de não haver tradução dessa ferramenta para o português;
- A Plataforma Lattes esteve fora do ar, por um período de 13 dias, quando estava em andamento a análise dos dados da catalogação experimental.

Todos esses desafios encontrados estiveram ligados à questão do prazo de realização das etapas da pesquisa. Alguns fizeram do tempo um fator limitante, outros, transformaram aulas, reuniões de orientação e até o encontro para a qualificação do projeto, em momentos bastante produtivos e enriquecedores.

7.2 Sugestões para estudos futuros

Esta pesquisa não pretendeu responder a todas as questões relacionadas ao controle de autoridade de nomes e o uso das diretrizes RDA nos catálogos das bibliotecas universitárias. No entanto, durante o seu desenvolvimento, foi possível vislumbrar muitas possibilidades para estudos futuros sobre essa temática e outras a ela relacionadas.

A primeira sugestão seria para estudos voltados para o controle de autoridade para nomes de famílias e/ou controle de autoridade para nomes de entidades coletivas. O AACR2R não identifica famílias enquanto entidades capazes de autoria, portanto, nomes de famílias são descritos nos campos 100, 600 e 700, usando-se o indicador 1 = 3 nomes de famílias, enquanto a RDA inclui família como uma entidade de nome. Também estudos sobre controle de autoridade de entidades coletivas são de suma importância. Em bibliotecas universitárias, por exemplo, além das entidades constituídas fora da Universidade - órgãos governamentais, instituições públicas e privadas, associações de classe, eventos, existe uma infinidade de divisões e subdivisões departamentais, no próprio organograma das universidades como: diretorias, unidades acadêmicas e administrativas, laboratórios, bibliotecas etc., que estão relacionados às entidades de nomes de pessoa, seja como grupos associados, seja como coautores, editores, e muitos outros.

Uma segunda sugestão seria estudos sobre os relacionamentos entre entidades e atributos, os quais constituem uma característica da RDA com grande potencial a ser explorado, como por exemplo: relacionamentos entre entidades de nomes e;

relacionamentos entre entidades de nomes e com outras entidades (família, entidades corporativas e obras).

Como terceira e última sugestão, sugere-se trabalhos que abordem políticas de catalogação descritiva em RDA, tendo-se em vista que políticas são importantes por abrangerem decisões técnicas e institucionais, com o objetivo de orientar os criadores de registros de autoridade e bibliográficos, em suas tarefas de catalogação. Aqui, podem ser incluídos trabalhos que englobem políticas locais, regionais e internacionais, políticas para compartilhamento de dados de autoridade ou programas de catalogação cooperativa em redes.

REFERÊNCIAS

AGENJO, X.; HERNANDEZ, F.; VIEDMA, A. Data aggregation and dissemination of authority records through Linked Open Data in a european context. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 50, n. 8, p.803–829. Out. 2012.

AMORIM, Eli Regina S.; PEREIRA, Ana Maria. Resource Description and Access: estudo sobre viabilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, Marília, 2017; ENANCIB 2017. **Informação, Sociedade, Complexidade**. 20 p. Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica:** um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300p.

ASLANIDI, Maria.; PAPADAKIS, Ioannis.; STEFANIDAKIS, Michalis. Name and title authorities in the music domain: Alignment of UNIMARC Authorities Format with RDA. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 56, n. 4, p. 354-373, 2018. DOI: 10.1080/01639374.2018.1423596.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S**. Controle de autoridade:** definições, processo e componentes. Londrina: ABECIN, 2012. 122 p.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3, 2012, Rio de Janeiro. Anais.... Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012. p. 1 - 15. CD-ROM. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/109274554/A-importancia-do-controle-de-autoridade-uma-abordagem-baseada-nos-objetivos-e-nas-funcoes-dos-catalogos. Acesso em: 03 jun.2020.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C. A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,** Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-262, mai./ago., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p265

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C. Functional Requirements For Authority Data (FRAD): requisitos funcionais, compartilhamento internacional e uso de dados de autoridade. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA., I, Marília, 2010. **Desafios e perspectivas de interlocução**. Marília: Oficina Universitária, 2010. ISSN: 2177-1936.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v.20, n.1, p.54-74, jan./mar. 2015.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C; ZAFALON, Zaira R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos em livros e em fichas. **Biblos on-line**, n. 67, p. 84-98, 2017a. DOI 10.5195/biblios.2017.341. Disponível em: http://biblios.pitt.edu/.: Acesso em: 03 jun.2020.

ASSUMPÇÃO, Fabrício S.; SANTOS, Plácida L. V. A. C; ZAFALON, Zaira R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. **Biblos on-line**, n. 68, p. 21-33, 2017b. DOI 10.5195/biblios.2017.342. Disponível em: http://biblios.pitt.edu/.Acesso em: 03 jun. 2020.

AVRAM, Henriette D. Authority control and its space. **Journal of Academic Librarianship**, n 9, p. 331- 335, jan.1984.

BAEZA-YATES, R.; RIBEIRO-NETO, Berthier**. Modern information retrieval.** 2.ed. New York, NY: ACM Press; Harlow: Addison-Wesley, 2011. 913 p. ISBN 9780321416919

BARBOSA, Alice Príncipe**. Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG / BRASILART, 1978. 245p. Org., rev. e atual. de Elza Lima e Silva Maia.

BARDIN, Laurence**. Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. Trad. de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. 225- [7] p.

BIANCHINI, Carlo. Osservazioni sul modello IFLA Library Reference Model. **JLIS.it**, v. 8, n. 3, p. 86-99, set. 2017. DOI: 10.4403/jlis.it-12416.

BOZZARELLI, O. **Authority control:** teorie, applicazioni e prospettive di sviluppo. 2004. 129 f. Tesi (Diploma in Teoria e tecniche della catalogazione e della classificazione) – Indirizzo Bibliotecari, Scuola speciale per archivisti e bibliotecari, Università degli Studi di Roma La Sapienza, Roma, 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18400/>.

BUIZZA, Pino. Bibliographic control and authority control from Paris Principles to the present. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 38, n. 3-4, p. 117-133, 2004 DOI: 10.1300/ J104v38n03_11.

BURGER, Robert H**. Authority work:** the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton, Col.: Libraries Unlimited, 1985.126 p.

CAMPOS, Fernanda Maria. **Controlo de autoridade:** contextos e soluções. Campos, Fernanda Maria. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2003.

CAREGNATO, Sônia E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação,** Porto Alegre, v.8, p. 47-55, jan./ dez. 2000. Disponível em:http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000004619/410dcf9f91797f10c76d05467578c2c8> Acesso em: 12 jun. 2019.

CLACK, Doris H. **Authority control:** principles, applications, and instructions. Chicago; London: American Library Association, 1990. 232 p.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. Trad. de Abner Lellis Corrêa Vicentini; colab. de Astério Campos. Brasília: Ed. dos Tradutores, 1969. 528p.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. Trad. de Comissão Brasileira De Documentação em Processos Técnicos da FEBAB. São Paulo: FEBAB, 1983-1985. 2v.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. Trad. de Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB, 2004. 1 v. (várias paginações) ISBN 8585024046.

CORMENZANA LÓPEZ, Roberto; LÓPEZ-BORRULL, Alexandre (2018), Estudio de la adaptación a RDA y BIBFRAME en el ámbito de las bibliotecas españolas: estudios de caso. **Anales de Documentación**, v. 21, n. 2, p. 1-17, 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.21.2.323441. Acesso em: 24 mar. 2020.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação descritiva no século XXI:** um estudo sobre o RDA. Orientação de Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos. 2008. 63 f., Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ciência da Informação – FFC. 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/93699. Acesso em: 03 jun.2019.

COTONER CERDÓ, Almudena. **Introducción a las RDA**. [Palma Illes Balears, Espanha]: Universitat de les Illes Balears, 2017. 70 p. (Catalogación con RDA. Módulo 1).

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010. 296 p. (Biblioteca Artmed. Métodos de pesquisa). ISBN 9788536323008 (broch.)

CRISTÁN, Ana Lupe. Elementos de RDA en registros de autoridad de nombre MARC 21. In: WORKSHOP, Washington, 2012. **Elementos RDA em MARC 21 para Registros de Autoridade de Nome, Parte I.** Washington, D.C.: Library of Congress, 2012, 101 slides. Disponível em: ala.org/alcts/confevents/upcoming/webinar/cat /120512. Acesso em 30 nov. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

EL-SHERBINI, Magda. **RDA:** Strategies for Implementation. Chicago, ALA Editions, 2013. 408 p.

EL-SHERBINI, Magda; CURRAN, Megan. Resource Description and Access “RDA”: new code for cataloging. **The Serials Librarian**, v. 60, n.1-4, p. 7-15, 2011. DOI:10.1080/ 0361526X. 2011.556425

ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1, Florianópolis, 2019. **Anais..**. Florianópolis: UDESC/FAED, 2019. P..

FARIA, Cleide V. de. **Premissas normativas para construção da política de catalogação em RDA:** estudo de caso no Sistema de bibliotecas da UFMG. 2018. Orientação de Cíntia de Azevedo Lourenço. Dissertação (mestrado em Gestão e Organização da Informação) - Universidade Federal de Minas gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/31521. Acesso em: 12 dez. 2019.

GARDUÑO VERA, Roberto. Formatos de intercambio, compatibilidad y normalización. **Investigación bibliotecológica.** México. v. 2. n. 4, p. 25-31- Ene-jun. 1988. DOI: http://dx.doi.org/10.22201/iibi.0187358xp.1988.4.3726

GROSSMAN, Hal B. Without Reserve: Jesse Shera in the Wilson Library Bulletin and Elsewhere, 1961–1970**. Library & information history**, Vol. 26 No. 2, p.152–69, jun. 2010.

GUERRINI, Mauro. In praise of the un-finished: the IFLA Statement of International Cataloguing Principles (2009), **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 47, n. 8, p. 722-740, 2009. DOI: 10.1080/01639370903206906.

HERRERO PASCUAL, Cristina. El control de autoridades. **Anales de Documentación**, n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: https://revistas.um.es/analesdoc/article/download/2621/2601. Acesso em: 15 jul. 2020

HOLANDA, Paulo M. C. **Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2020. Orientação de Cíntia de Azevedo Lourenço. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas gerais, Escola de Ciência da Informação. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/34283. Acesso em: 15 jul. 2020.

HUBNER, Marcos L. F.; TEXEIRA, Marcelo Votto; CORREIO, Michele M. B. RDA in the authority control of the University of Caxias do Sul library system. **Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 49-67, jul./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3119/pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

IFLA. Functional requirements for bibliographic records: final report / IFLA Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records / [International Federation of Library Associations and Institutions. IFLA Universal Bibliographic Control and International MARC Programme, Deutsche Bibliothek, Frankfurt am Main]. – München: Saur, 1998 (UBCIM publications; N.S., Vol. 19) ISBN 3-598-11382-X

IFLA. **Guidelines for authority records and references**. 2. ed. Müchen: K. G. Saur, 2001. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/garr/garr.pdf. Acesso em: 20 fev.2020. (UBCIM Publications – New Series, 23)

IFLA. **Functional Requirements for Authority Data:** a conceptual model: Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR) Final Report December 2008: As amended and corrected through July 2013. Den Haag, Netherlands: IFLA, 2013. 54 p.

IFLA. **Names of persons:** national usages for entry in catalogue. 4.ª rev and enl. ed. Munchen: Saur, 1996. (UBCIM publications: N.S., v. 16) ISBN 3-598-11342-0.

JIN, Qiang; SANDBERG, Jane A. Implementing RDA at the University of Illinois at Urbana-Champaign Library. **Technical Services Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 217-236, 2014. DOI:10.1080/07317131.2014.90858

LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. xiv, 356p.

LEIVA-MEDEROS, Amed A.; SENSO, José; DOMÍNGUEZ-VELASCO, Sandor; HÍPOLA Pedro. AUTHORIS: a tool for authority control in the semantic web. **Library Hi Tech**, v. 31 n. 3, p. 536 – 553, 2013. Disponível emhttp://dx.doi.org/10.1108/LHT-12-20112-0135

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC datos de autoridad**: edición Concisa de 2006. Washington, DC. 2008. Disponível em: https://www.loc.gov/marc/authority/ecadspa.html. Acesso em: 6 set. 2020

LIBRARY OF CONGRESS. Network Development and MARC Standards Office. **Formato MARC 21 para dados de autoridade**. Tradução: Ana Rafaela Sales de Araújo, Denise Mancera Salgado, Fabrício Silva Assumpção, Felipe Augusto Arakaki, Luciana Cândida da Silva, Marcelo Votto Texeira, Oscar Eliel, Raildo de Sousa Machado. São Paulo: FEBAB, 2021. Título original: MARC 21 Format for Authority Data. ISBN 978-85-85024-13-0. Disponível em: http://marc.febab.org/. Acesso em: 10 jul. 2021.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC Standard:** MARC 21 formats. Washington, DC, 2014. Disponível em: https://www.loc.gov/marc/marcdocz.html. Acesso em: 2 jul. 2020.

MACHADO, Raildo de S.; ZAFALON, Zaira R. Panizzi, Cutter, Lubetzky, Jewett e Ranganathan e as relações com o RDA: princípios teóricos da catalogação descritiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ENANCIB, 20, Florianópolis, 2019. **A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados.** Florianópolis: ENANCIB, 2019. 23 p.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, Naira C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade-Estudos**. João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011.

MANSUR, Érica Cristina Carvalho. **Registros de autoridades de docentes e pesquisadores no SophiA: com foco no Repositório Institucional da Unicamp**. (Apresentação on-line). São José dos Campos, 9 maio. 2020. Youtube: SophiA - Softwares para gestão de escolas e bibliotecas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QTketmjQ6HE&t=15s. Acesso em: 9 maio 2020.

MARAIS, Hester. **Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a Central Office for Authority Control**. Promoter: prof. I Fouri, Joint Promoter: prof. A L Dick 2004. 310 p. Thesis (Doctor of Literature and Philosophy) - Information Science, University of South Africa, [Pretoria, Gauteng, South Africa], 2004.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.

MARTÍNEZ ARELLANO Filiberto Felipe. Retos de la implementación de RDA en las bibliotecas de América Latina**. Palabra Clave**, La Plata, v. 6, n.° 2, p. e016, abr. 2017. ISSN 1853-9912

MARTÍNEZ PUJADAS, Eva. **Codificación de las RDA en formato MARC 21 y panorámica de los nuevos sistemas**. [Palma Illes Balears, Espanha]: Universitat de les Illes Balears, 2007. 55 p. (Catalogación con RDA. Módulo 4).

MERING, Margaret. (ed.). **The RDA workbook**: learning the basics of Resource Description and Access. Santa Barbara, California: Libraries Unlimited, 2014. xviii, 190 p.

MEY, Eliane Serrão Alves. Considerações prática (preguiçosas) sobre a prática da catalogação. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 19, n. 2, p. 127-136, jul./dez. 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no Plural.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.

MORENO, Fernanda Passini. O modelo conceitual FRBR: discussões recentes e um olhar sobre as tarefas do usuário. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.** Florianópolis, v. 14, n. 27, p.47-68, 2009. Disponível emhttps://repositorio.unb.br/handle/10482/13056

MORENO, Fernanda Passin; BRASCHER, Marisa. MARC, MARCXML E FRBR: relações encontradas na literatura**. Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.17, n.3, p.13-25, set./dez. 2007

NIU, Jinfang. Evolving landscape in name authority control. **Cataloging & Classification Quarterly,** v. 51, n. 4, p. 404-419, 2013. DOI: 10.1080/01639374.2012.756843

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos Brasília: Briquet de Lemos, 2011. 153 p.

ORTEGA Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11, Rio de Janeiro, 2010**. Inovação e inclusão social:** questões contemporâneas da informação. Rio de Janeiro, 2010.

PATTON, Glenn E. MA and MSLS. Extending FRBR to Authorities. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 39, n. 3-4, p. 39-48, 2005. DOI: 10.1300/J104v39n03_03.

PICCO, P.; ORTIZ REPISO, V. RDA, el nuevo código de catalogación: cambios y desafios para su aplicación. **Revista española de documentação científica**, n.35, v.1, p.145-173, 2012. ISSN 0210-0614. Disponível em: http://www.ugr.es/~rruiz/docencia/automatizada/RDA_Nuevo_codigo_de_catalogacion.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

RDA Toolkit. Chicago: American Library Association; Ottawa: Canadian Library Association; London: Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), 2010-. Disponível em: <https://www.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 28 maio 2019.

RDA TOOLKIT Online. ISSN 2167-3241 : Disponível em: https://access.rdatoolkit.org/. Acesso em 15 jan. 2021.

RIBEIRO, Antônia M. de C. Memória**. AACR2:** Anglo-American cataloging rules, 2nd: descrição e pontos de acesso. 2.ed. ver. Atual. Brasília: Ed. do Autor, 2001. 577 p.

RIBEIRO, Antônia M. de C. Memória. **RDA Recurso Descrição e Acesso versus AACR2 Código de catalogação anglo-Americano segunda edição**. Brasília: Editora Três, 2018. 383 p. ISBN 978-85-65457-040.

RIVA, Pat; LE BOEUF, Patrick; ŽUMER, Maja. **IFLA Library Reference Model: um modelo conceitual para a informação Bibliográfica**. Trad.de Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli e outros. Den Haag, Netherlands: IFLA, 2017. 106 p.

RIVA, Pat; ZUMER, Maja. Introducción al Modelo FRBR de Referencia Bibliotecaria (FRBR-LRM). In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 81, WLIC 2015, Cape Town, South Africa, 2015. Cape Town, South Africa, 2015. p.1-8. Spanish translation of the original paper: Introducing the FRBR Library Reference Model. Trad. Roberto Gómez Prada.

RODRIGUES, Bruno C.; CRIPPA, Giulia. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n.1, p. 45-64, jan./mar. 2011.

ROMANETTO, Luiza de M. **O controle de autoridade no consórcio VIAF**. Orientadora: Profa. Dra. Plácida L. V. Amorim da Costa Santos. 207. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

ROMANETTO, Luiza de M.; SANTOS, Plácida L. V. A. C.; ALVES, Rachel C. V. Virtual International Authority File – VIAF e a agregação de valores por metadados de autoridade **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf**. Campinas, SP, v.15, n.3 p.571-590, set./dez. 2017.

ROSADO, Keila M. L.; DIAS, Célia da C. Representação e recuperação de nomes de pessoas em catálogos de autoridades. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, p. 01-25, 2020. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e70349

SALGADO, Denise Mancera. **O controle de autoridade sob a norma RDA:** análise da aplicação e implicações na construção de registros de autoridade. Orientador: José Fernando Modesto Silva. São Paulo, 2015. 172 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. São Paulo.

SALGADO, Denise Mancera; SILVA, José Fernando Modesto da. AACR2 x RDA: breves reflexões acerca dos registros de autoridade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Florianópolis, 2013. **Anais do CBBD**. v. 25. 14 p. 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1374/1375. Acesso em: 13 maio 2019.

SANTOS, Maria José Veloso C. A Representação da informação em arquivos viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 57-66, jan./dez. 2007.

SANTOS, Marcelo Nair dos; ORTEGA, Cristina Dotta. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **PontodeAcesso**, Salvador, v.7, n.3, p. 93-113, dez. 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspect. Ci. Inf**., Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SERRA, Liliana Giusti. A implantação do RDA na University of Illinois at Urbana-Champaign. In: ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1, Florianópolis, 2019. **Anais**... Florianópolis: UDESC/FAED, 2019. p. 15-19.

SERRA, Liliana Giusti. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, ENACAT, 2, 2013, Rio de Janeiro. [Trabalhos publicados]. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2013. 16 p.

SERRA, Liliana Giusti. **RDA 6:** Autoridades e o RDA. 2020. (Apresentação on-line). São José dos Campos, 9 jun. 2020. Youtube: SophiA - Softwares para gestão de escolas e bibliotecas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3lMlB_ij23c. Acesso em:.9 jun. 2020.

SILVA, Andressa Hennig, FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 17, n. 1, 2015. P.1-32.

SILVA, Fabíola Rubim; SOARES, Uiara Gonçalves. Registros de autoridades em RDA na Universidade Federal de Juiz de Fora: o controle de autoridades pessoais do corpo docente da instituição. In: ENCONTRO DE RDA NO BRASIL, 1, Florianópolis, 2019. **Anais**... Florianópolis: UDESC/FAED, 2019. p. 94-100.

SILVA, José Fernando Modesto da. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do Século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, CBBD, 22, Brasília, 2007. Brasília, FEBAB, 2007. P. 1-22.

SILVA, José Fernando Modesto da. **RDA Recursos descrição e Acesso:** estrutura esquemática. São Paulo, 2018. 415 p. (Programa de treinamento em catalogação descritiva, apostila didática).

SILVEIRA, Naira Cristofoletti. **Análise do impacto dos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) nos pontos de acesso de responsabilidade pessoal.** 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://eprints.rclis.org/11032/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o_final.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SILVEIRA, Naira Cristofoletti; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Os FRBRs e a escolha do ponto de acesso pessoal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.2, p. 108-120, maio /ago. 2009.

SOUZA, Renato R. **Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web:** panorama atual e tendências. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 161 -173, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pci/v 11n2/v11n2a02.pdf> Acesso em: 8 nov. 2019.

SPEDALIERI, Graciela. Los objetivos del catálogo. **Información, Cultura y Sociedad**, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas (INIBI), n. 14, p. 51-69, 2006.

STATEMENT of principles adopted by the International Conference on Cataloguing Principles, Paris, October 1961. [*s.l.:s.n.*], 1961. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf. Acesso em: 15 de março 2020.

STRADER, Rockelle. From user tasks to user services: placing the Functional Requirements for Bibliographic Records models into a larger framework. **Technical Services Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 347-368, 2017. DOI: 10.1080/07317131.2017.1355147.

SVENONIUS, Elaine. **The Intellectual Foundation of Information Organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.

SVENONIUS, Elaine. Bibliographic entities and their uses. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 56, n. 8, p. 711-724, 2018. DOI: c.

TANIGUCHI, Shoichi. Viewing RDA from FRBR and FRAD: does RDA represent a different conceptual model? **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 50 n. 8, p. 929-943, 2012. DOI: 10.1080/01639374.2012.712631.

TEXEIRA, Marcelo Votto *et al.* Implantação do código de catalogação Resource Description And Access (RDA) Na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul (PUCRS). In: ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, EEPC, 4, Fortaleza, 2017. **Organização e Tratamento da Informação:** tecnologias e novas ferramentas. Fortaleza, 2017.

TILLETT, Barbara B. **AACR3:** Resource Description and Access. COBIIS Conference, 2004a, Marivor, Slovenia. 39 slides.

TILLETT, Barbara B. Authority control: State of the art and new perspectives**. Cataloging & Classification Quarterly**, v. 38, n. 3–4, p. 23–41, 2004b. doi:10.1300/J104v38n03_04. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/ 10.1300/J104v38n03_04. Acesso em: 02 jun.2020.

TILLETT, Barbara B. Keeping Libraries Relevant in the Semantic Web with RDA: Resource Description and Access. **JLIS.It,** v.2, n. 2, 2011. Doi.org/10.4403/jlis.it-4760. Disponível em: https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/302. Acesso em 04 jun. 2020.

VEVE, Marielle. Applying the FRAD Conceptual Model to an Authority File for Manuscripts: Analysis of a Local Implementation. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 47. n.2, 2009. 125-144, DOI: 10.1080/01639370802575765

VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. O Novo código de catalogação. **Cadernos Bibl. Arq. Doc.,** Coimbra, v. 7, n. 2 p. 80-89, abr. 1970.

WEISS, Paul J.; LARKIN, Molly R. T. AACR3 is coming: what is it? **The Serials Librarian**, v. 50, n. 3-4, p. 285-294, 2006. doi.org/10.1300/J123v50n03_13

Zhu, Lihong (2019) The Future of Authority Control: Issues and Trends in the Linked Data Environment, **Journal of Library Metadata**, v. 19, n. 3-4, p.215-238, 2019. DOI: 10.1080/19386389.2019.1688368

ŽUMER Maja. IFLA Library Reference Model (IFLA LRM): harmonization of the FRBR family. **Knowl. Org.**, v. 45, n. 4, p. 310-318, 2018.

APÊNDICE 1 - Elaboração e execução da pesquisa bibliográfica

A realização da primeira etapa baseou-se na *pesquisa bibliográfica* que, segundo Marconi e Lakatos (2003), pode ser considerada como o primeiro passo da pesquisa científica. Trata-se do levantamento possível de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita sobre o objeto de pesquisa. Portanto, após uma ampla pesquisa bibliográfica, o pesquisador poderá dar prosseguimento a suas atividades como: rever a literatura acadêmica sobre o tópico de seu interesse, e determinar possíveis limitações para o escopo de determinada área de investigação.

Para a pesquisa bibliográfica fez-se a *Identificação das palavras-chave,* a partir dos temas Controle de autoridade, Autoridade de nome de pessoa, *Resource Descriptions and Access (*RDA), *Anglo-American Cataloging Rules* – 2ª ed.(AACR2) e outros. As palavras-chave que estavam presentes nos trabalhos recuperados no levantamento preliminar, listadas abaixo, também foram utilizadas em estratégias de busca posteriores:

- Tratamento descritivo da informação (TDI). Catalogação. Catalogação descritiva. Catalogação descritiva. Metadados. Bibliotecários catalogadores; Representação bibliográfica. Representação descritiva. Representação documental. Representação da Informação. Descrição Bibliográfica. Registro de autoridade. Autoria. Controle de autoridade. Arquivo de autoridade. Pontos de acesso;
- Códigos de catalogação. Formatos bibliográficos. Formatos de intercâmbio. Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR). Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD). Modelos entidade-relacionamento. Modelos conceituais.
- Tecnologia da informação. Recuperação da Informação. Sistemas de recuperação da Informação. Bibliotecas universitárias.

Foram consideradas as seguintes *fontes de informação* para a realização do levantamento bibliográfico:

- Bases de dados: *Web of Science* (WoS); *Scopus*; Lisa e *Scielo* (acesso através do Portal de Periódicos Capes, através de buscas individuais, por base) e Google Acadêmico;

- Coleção do periódico *Cataloging & Classification Quartely* (selecionados, principalmente, os artigos da edição especial de 2014, cuja temática foi, especificamente, a RDA);
- Grupos de estudo e discussões: “Estudos Avançados em Catalogação” e GT-Cat/FEBAB, importantes para o acesso à divulgação de eventos e às discussões de temas relacionados a esta pesquisa;
- Catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG para localização de livros e manuais sobre Catalogação, CA e RDA, AACR2, FRBR e FRAD;
- obras de Oliver (2010), Mawwell (2013), El-Sherbini (2013), Mering (2018) e Ribeiro (2001, 2018). [58]

Após identificadas as palavras-chave, elaborou-se a *estratégia de busca,* que inicialmente, foi formada pelos conceitos:

Conceito 1 = Controle de Autoridade

Conceito 2 = RDA

Conceito 1:	**Conceito 2:**
A1 = Controle de autoridade	B1 = RDA
A2 = authority control	B2 = Resource Descriptions and Access

Após, as buscas foram realizadas de acordo com as seguintes combinações, incluindo o termo em inglês:

BUSCA 1: S1 = termo A1 OR termo A2

BUSCA 2: S2 = termo B1 OR termo B2

BUSCA FINAL = S1 AND S2

Esta mesma estratégia foi repetida com os conceitos, abaixo:

Conceito 1 = RDA

Conceito 2 = AACR2r

[58] A escolha dessas obras ocorreu *a priori*, seguindo-se a indicação da professora orientadora desta pesquisa, por se tratar de obras consideradas básicas para a compreensão das diretrizes RDA, comentadas e exemplificadas por seus autores.

Conceito 1: **Conceito 2:**

Outras estratégias de busca foram construídas, na medida em que ocorreram opções por novos termos de pesquisa ou foram repetidas com novas estruturas, como, por exemplo, a substituição dos termos por seus sinônimos ou por palavras em idioma espanhol, quando necessário. Não foi considerado conveniente o recorte por data de publicação, pois algumas temáticas são mais recentes como RDA, FRBR, FRAD e IFLA LRM, a maioria com publicações nos últimos 10 anos. Enquanto outros temas como códigos de catalogação - dentre eles o AACR - e Controle de Autoridade são descritos em trabalhos publicados por dezenas de anos seguidos, alguns deles ainda no século XX. Ademais, uma delimitação de tempo poderia reduzir a recuperação de trabalhos importantes, em detrimento do desenvolvimento da pesquisa.

Para registro dos itens recuperados foi utilizado um gerenciador de referências, o *Mendeley*, o qual favoreceu a escolha dos materiais para as leituras preliminares, a confecção de fichamentos e resumos, a edição das referências e a elaboração do mapa da literatura, categorizado por tópicos, com dados dos autores, títulos e resumos.

A partir do mapa de literatura, o próximo passo foi a exploração do conteúdo do material bibliográfico, visando a fundamentação teórica da pesquisa, o que permitiu, dentre outros resultados, a identificação das regras AACR2 x RDA, para registros de autoridade. As etapas da pesquisa bibliográfica estão sintetizadas no Quadro 45.

QUADRO 45 – Etapas da Pesquisa bibliográfica

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	
Caracterização das regras para registros de autoridade em RDA e AACR2r	
Levantamento e exploração do material *bibliográfico*	Identificação das palavras-chave para a pesquisa bibliográfica Escolha das fontes de informação Elaboração de estratégias de busca Criação e manutenção do mapa da literatura Exploração da literatura para fundamentação teórica identificação das regras AACR2 x RDA, para registros de autoridade

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

APÊNDICE 2 - Codificação dos registros de autoridade dos pesquisadores para a análise de dados do experimento

REGISTROS DE AUTORIDADE DISCENTES - AACR2R – ANGLO-AMERICAN CATALOGING RULES - SECOND EDITION REVISED

A1 - AACR2r - Discentes

A1.1 DCC

A1.1.1 Autoridade: 1259494
Campo: 100 - $a Asseiss Neto, Habib

A1.1.2 Autoridade: 1259519
Campo: 100 - $a Barros, Vítor Machado Guilherme

A1.1.3 Autoridade: 1259485
Campo: 100 - $a Bogue, Eduardo Theodoro

A1.1.4 Autoridade: 1166090
Campo: 100 - $a Caetano Júnior, Carlos Antônio

A1.1.5 Autoridade: 1212042
Campo: 100 - $a Carvalho, Iago Augusto de

A1.1.6 Autoridade: 1259482
Campo: 100 - $a Félix, Cláudio Campanha

A1.1.7 Autoridade: 1259518
Campo: 100 - $a Oliveira, Renato Arantes de

A1.1.8 Autoridade: 1185381
Campo: 100 - $a Reis, Júlio César Soares dos

A1.1.9 Autoridade: 1259435
Campo: 100 - $a Santana, Amanda Damasceno

A1.1.10 Autoridade: 1259514
Campo: 100 - $a Silva, Isadora Cardoso Pereira da

A1.1.11 Autoridade: 1259517
Campo: 100 - $a Vidal Pino, Omar

A1.1.12 Autoridade: 1259481
Campo: 100 - $a Vieira, Carolina Coimbra

A1.2 EST

A1.2.1 Autoridade: 1187945
Campo: 100 - $a Amorim, Erick da Conceição

A1.2.2 Autoridade: 1259533
Campo: 100 - $a Panaro, Renato Valladares

A1.2.3 Autoridade: 1210370
Campo: 100 - $a Rêgo, Arthur Tarso

A1.3 FIS

A1.3.1 Autoridade: 1241563
Campo 100 - $a Antoniazzi, Igor de Souza Lana

A1.3.2 Autoridade: 1 1262977
Campo: 100 - $a Chioquetta, Alessandra

A1.3.4 Autoridade: 1192437
Campo: 100 - $a Ferreira, Danielle Cristina Teles

A1.3.5 Autoridade: 1262978

Campo: 100 - $a Gonçalves, Raphaela de Oliveira
R1.3.6 Autoridade: 1197659
Campo: 100 - $a Meireles, Leonel Muniz
A1.3.7 Autoridade: 1262980
Campo: 100 - $a Montese, Lucas Mourão Vieira
A1.3.8 Autoridade: 1262981
Campo: 100 - $a Nogueira, Hugo Dematttos
A1.3.9 Autoridade: 1262982
Campo: 100 - $a Oliveira, Deborah Sampaio Antunes de
A1.3.10 Autoridade: 1208142
Campo: 100 - $a Silva, Thaís Chagas Peixoto

A1.4 MAT
A1.4.1 Autoridade: 1259593
Campo: 100 - $a Cardoso, Mykael de Araújo
A1.4.2 Autoridade: 1209849
Campo: 100 - $a Cruz Ramirez, Joel
A1.4.3 Autoridade: 1191547
Campo: 100 - $a Ferreira, Cláudia Pires
A1.4.4 Autoridade: 1197382
Campo: 100 - $a Fialho, Paula Mendes Soares
A1.4.5 Autoridade: 1259592
Campo: 100 - $a Fonseca, Marlon Pimenta
A1.4.6 Autoridade: 1259591
Campo: 100 - $a Gurgel, Luana Amaral
A1.4.7 Autoridade: 1259588
Campo: 100 - $a Gutierrez Mamani, Guido
A1.4.8 Autoridade: 1259590
Campo: 100 - $a Jesus, Lays Grazielle Cardoso Silva de
A1.4.9 Autoridade: 1259538
Campo: 100 - $a Souza, Allan Ramos de
A1.4.10 Autoridade: 1218033
Campo: 100 - $a Vieira, Leandro da Luz

A1.5 QUI
A1.5.1 Autoridade: 1258990
Campo: 100 - $a Avelar, Millena Christie Ferreira
A1.5.2 Autoridade: 1259037
Campo: 100 - $a Bahia, Samara Ben Berg Bomjardim
A1.5.3 Autoridade: 1259327
Campo: 100 - $a Batista, Josimar Marques
A1.5.4 Autoridade: 1254911
Campo: 100 - $a Freitas Filho, Rubens Lucas de
A1.5.5 Autoridade: 1259153
Campo: 100 - $a Furst, Carolina Garcia
A1.5.6 Autoridade: 1259018
Campo: 100 - $a Gomes, José Messias
A1.5.7 Autoridade: 1173272
Campo: 100 - $a Lacerda, Glenda Ribeiro de Barros Silveira
A1.5.8 Autoridade: 1252951
Campo: 100 - $a Ladeira, Natália Maria Borges
A1.5.9 Autoridade: 1261827
Campo: 100 - $a Martins, Rafael Alves

A1.5.10 Autoridade: 1259166
Campo: 100 - $a Miranda, Tarlene Pinheiro
A1.5.11 Autoridade: 1261836
Campo: 100 - $a Muñoz López, José María
A1.5.12 Autoridade: 1252953
Campo: 100 - $a Olusegun, Sunday Joseph
A1.5.13 Autoridade: 1253214
Campo: 100 - $a Paulino, Ruth Pereira
A1.5.14 Autoridade: 1258989
Campo: 100 - $a Pereira, Giovana Mayrink Alves
A1.5.15 Autoridade: 1258998
Campo: 100 - $a Sousa, Giselle Vaz de
A1.5.16 Autoridade: 1217861
Campo: 100 - $a Souza, Clayton Malheiros de

REGISTROS DE AUTORIDADE DISCENTES RDA - RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS

R1 **RDA - Discentes**

R1.1 **DCC**

R1.1.1 Autoridade: 1245834
Campo: 100 - $a Asseiss Neto, Habib

R1.1.2 Autoridade: 1245838
Campo: 100 - $a Barros, Vítor Machado Guilherme

R1.1.3 Autoridade: 1245833
Campo: 100 - $a Bogue, Eduardo Theodoro

R1.1.4 Autoridade: 1245839
Campo: 100 - $a Caetano Júnior, Carlos Antônio

R1.1.5 Autoridade: 1245840
Campo: 100 - $a Carvalho, Iago Augusto de

R1.1.6 Autoridade: 1245832
Campo: 100 - $a Félix, Cláudio Campanha

R1.1.7 Autoridade: 1245837
Campo: 100 - $a Oliveira, Renato Arantes de

R1.1.8 Autoridade: 1245841
Campo: 100 - $a Reis, Júlio César Soares do

R1.1.9 Autoridade: 1245830
Campo: 100 - $a Santana, Amanda Damasceno

R1.1.10 Autoridade: 1245835
Campo: 100 - $a Silva, Isadora Cardoso Pereira da

R1.1.11 Autoridade: 1245836
Campo: 100 - $a Vidal Pino, Omar

R1.1.12 Autoridade: 1245831
Campo: 100 - $a Vieira, Carolina Coimbra

R1.2 **EST**

R1.2.1 Autoridade: 1245844
Campo: 100 - $a Amorim, Erick da Conceição

R1.2.2 Autoridade: 1245842
Campo: 100 - $a Panaro, Renato Valladares

R1.2.3 Autoridade: 1245843
Campo: 100 - $a Rego, Arthur Tarso

R1.3 **FIS**

R1.3.1 Autoridade: 1245859
Campo: 100 - $a Antoniazzi, Igor de Souza Lana

R1.3.2 Autoridade: 1245854
Campo: 100 - $a Chioquetta, Alessandra

R1.3.3 Autoridade: 1245855
Campo: 100 - $a Cucco, Bruno

R1.3.4 Autoridade: 1245856
Campo: 100 - $a Ferreira, Danielle Cristina Teles

R1.3.5 Autoridade: 1245862
Campo: 100 - $a Gonçalves, Raphaela de Oliveira

R1.3.6 Autoridade: 1245860
Campo: 100 - $a Meireles, Leonel Muniz

R1.3.7 Autoridade: 1245861
Campo: 100 - $a Montese, Lucas Mourão Vieira
R1.3.8 Autoridade: 1245858
Campo: 100 - $a Nogueira, Hugo Demattos
R1.3.9 Autoridade: 1245857
Campo: 100 - $a Oliveira, Deborah Sampaio Antunes de
R1.3.10 Autoridade: 1245863
Campo: 100 - $a Silva, Thaís Chagas Peixoto

R1.4 MAT
R1.4.1 Autoridade: 1245849
Campo: 100 - $a Cardoso, Mykael de Araújo
R1.4.2 Autoridade: 1245851
Campo: 100 - $a Cruz Ramirez, Joel
R1.4.4 Autoridade: 1245853
Campo: 100 - $a Fialho, Paula Mendes Soares
R1.4.5 Autoridade: 1245848
Campo: 100 - $a Fonseca, Marlon Pimenta
R1.4.6 Autoridade: 1245847
Campo: 100 - $a Gurgel, Luana Amaral
R1.4.7 Autoridade: 1245846
Campo: 100 - $a Gutierrez Mamani, Guido
R1.4.8 Autoridade: 1245922
Campo: 100 - $a Jesus, Lays Grazielle Cardoso Silva de
R1.4.9 Autoridade: 1245845
Campo: 100 - $a Souza, Allan Ramos de
R1.4.10 Autoridade: 1245852
Campo: 100 - $a Vieira, Leandro da Luz

R1.5 QUI
R1.5.1 Autoridade: 1245872
Campo: 100 - $a Avelar, Millena Christie Ferreira
R1.5.2 Autoridade: 1245876
Campo: 100 - $a Bahia, Samara Ben Berg Bomjardim
R1.5.3 Autoridade: 1245871
Campo: 100 - $a Batista, Josimar Marques
R1.5.4 Autoridade: 1245875
Campo: 100 - $a Freitas Filho, Rubens Lucas de
R1.5.5 Autoridade: 1245864
Campo: 100 - $a Furst, Carolina Garcia
R1.5.6 Autoridade: 1245870
Campo: 100 - $a Gomes, José Messias
R1.5.7 Autoridade: 1245868
Campo: 100 - $a Lacerda, Glenda Ribeiro de Barros Silveira
R1.5.8 Autoridade: 1245873
Campo: 100 - $a Ladeira, Natália Maria Borges
R1.5.9 Autoridade: 1245874
Campo: 100 - $a Martins, Rafael Alves
R1.5.10 Autoridade: 1245879
Campo: 100 - $a Miranda, Tarlene Pinheiro
R1.5.11 Autoridade: 1245869
Campo: 100 - $a Muñoz López, José María
R1.5.12 Autoridade: 1245877

Campo: 100 - $a Olusegun, Sunday Joseph
R1.5.13 Autoridade: 1245878
Campo: 100 - $a Paulino, Ruth Pereira
R1.5.14 Autoridade: 1245866
Campo: 100 - $a Pereira, Giovana Mayrink Alves
R1.5.15 Autoridade: 1245867
Campo: 100 - $a Sousa, Giselle Vaz de
R1.5.16 Autoridade: 1245865
Campo: 100 - $a Souza, Clayton Malheiros de

REGISTROS DE AUTORIDADE DOCENTES - AACR2R – ANGLO-AMERICAN CATALOGING RULES - SECOND EDITION REVISED

A2 AACR2r - Docentes

A2.1 DCC

A2.1.1 Autoridade: 1254527
Campo: 100 - $a Almeida, Virgílio Augusto Fernandes
A2.1.2 Autoridade: 797984
Campo: 100 - $a Campos, Frederico Ferreira, $d 1955-
A2.1.3 Autoridade: 1002438
Campo: 100 - $a Farrer, Harry
A2.1.4 Autoridade: 752056
Campo: 100 - $a Goussevskaia, Olga Nikolaevna.
A2.1.5 Autoridade: 995498
Campo: 100 - $a Graaf, Jeroen Antonius Maria Van de
A2.1.6 Autoridade: 938876
Campo: 100 - $a Minardi, Raquel Cardoso de Melo
A2.1.7 Autoridade: 946681
Campo: 100 - $a Moro, Mirella Moura
A2.1.8 Autoridade: 458879
Campo: 100 - $a Ribeiro-Neto, Berthier, $d 1960-
A2.1.9 Autoridade: 926111
Campo: 100 - $a Ziviani, Nívio, $d 1946-

A2.2 EST

A2.2.1 Autoridade: 1103996
Campo: 100 - $a Castellares Cáceres, Fredy Walther, $d 1967-
A2.2.2 Autoridade: 940117
Campo: 100 - $a Colosimo, Enrico Antônio
A2.2.3 Autoridade: 772368
Campo: 100 - $a Demarqui, Fábio Nogueira
A2.2.4 Autoridade: 943779
Campo: 100 - $a Soares, José Francisco

A2.3 FIS

A2.3.1 Autoridade: 393537
Campo: 100 - $a Barreto, Francisco César de Sá
A2.3.2 Autoridade: 944201
Campo: 100 - $a Chaves, Alaor, $d 1942 -
A2.3.3 Autoridade: 138145
Campo: 100 - $a Nemes, Maria Carolina
A2.3.4 Autoridade: 282596
Campo: 100 - $a Paniago, Roberto Magalhães
A2.3.5 Autoridade: 1245908
Campo: 100 - $a Paniago, Rogério Magalhães
A2.3.6 Autoridade: 144774
Campo: 100 - $a Paula, Ana Maria de
A2.3.7 Autoridade: 282597
Campo: 100 - $a Soares, Maria Cristina de Assis Rabello

A2.3.8 Autoridade: 1148123
Campo: 100 - $a Valadares, Eduardo de Campos
A2.3.9 Autoridade: 336776
Campo: 100 - $a Vasconcelos, Ado Jório de

A2.4 MAT
A2.4.1 Autoridade: 720817
Campo: 100 - $a Carvalho, Sônia Pinto de
A2.4.2 Autoridade: 1053928
Campo: 100 - $a Giraldo Vergara, Carmen Rosa
A2.4.3 Autoridade: 720408
Campo: 100 - $a Goussevskii, Nikolai Alexandrovitch
A2.4.4 Autoridade: 109287
Campo: 100 - $a Júdice, Edson Durão, $d 1925-2018
A2.4.5 Autoridade: 366135
Campo: 100 - $a Miranda, José Antônio Gonçalves
A2.4.6 Autoridade: 1086340
Campo: 100 - $a Perlmutter, Matthew Joseph
A2.4.7 Autoridade: 774549
Campo: 100 - $a Procacci, Aldo
A2.4.8 Autoridade: 344705
Campo: 100 - $a Santos, Reginaldo de Jesus
A2.4.9 Autoridade: 720434
Campo: 100 - $a Silva, Viviane Ribeiro Tomaz da
A2.4.10 Autoridade: 795373
Campo: 100 - $a Vainsencher, Israel, $d 1948-

A2.5 QUI
A2.5.1 Autoridade: 582802
Campo: 100 - $a Alcântara, Antônio Flávio de Carvalho
A2.5.2 Autoridade: 52013
Campo: 100 - $a Braga, João Pedro
A2.5.3 Autoridade: 75082
Campo: 100 - $a Dias, Anderson.
A2.5.4 Autoridade: 981000
Campo: 100 - $a Fátima, Ângelo de
A2.5.5 Autoridade: 1048455
Campo: 100 - $a Gomes, Elionai Cassiana de Lima
A2.5.6 Autoridade: 366140
Campo: 100 - $a Goussevskaia, Elena Vitalievna
A2.5.7 Autoridade: 433062
Campo: 100 - $a Robles Dutenhefner, Patricia Alejandra
A2.5.8 Autoridade: 1173068
Campo: 100 - $a Silva Júnior, Eufrânio Nunes da
A2.5.9 Autoridade: 1227763
Campo: 100 - $a Silva, Cleiton Moreira da
A2.5.10 Autoridade: 372205
Campo: 100 - $a Silva, Grácia Divina de Fátima
A2.5.11 Autoridade: 1097413
Campo: 100 - $a Sousa, Grasiely Faria de
A2.5.12 Autoridade: 435511
Campo: 100 - $a Veloso, Dorila Piló

Registros de autoridade Docentes RDA - Resource Description and Access

R2 RDA - Docentes

R2.1 DCC

R2.1.1 Autoridade: 1201794
Campo: 100 - $a Almeida, Virgilio Augusto Fernandes

R2.1.2 Autoridade: 1245892
Campo: 100 - $a Campos, Frederico Ferreira, $d 1955-

R2.1.3 Autoridade: 1245890
Campo: 100 - $a Farrer, Harry

R2.1.4 Autoridade: 1245888
Campo: 100 - $a Goussevskaia, Olga Nikolaevna

R2.1.5 Autoridade: 1245889
Campo: 100 - $a Graaf, Jeroen Antonius Maria Van de

R2.1.6 Autoridade: 1245891
Campo: 100 - $a Minardi, Raquel Cardoso de Melo

R2.1.7 Autoridade: 1245893
Campo: 100 - $a Moro, Mirella Moura

R2.1.8 Autoridade: 1243669
Campo: 100 - $a Ribeiro-Neto, Berthier $d 1960-

R2.1.9 Autoridade: 1245894
Campo: 100 - $a Ziviani, Nivio, $d 1946-

R2.2 EST

R2.2.1 Autoridade: 1245913
Campo: 100 - $a Castellares Cáceres, Fredy Walther, $d 1967-

R2.2.2 Autoridade: 1245903
Campo: 100 - $a Colosimo, Enrico Antônio

R2.2.3 Autoridade: 1245902
Campo: 100 - $a Demarqui, Fábio Nogueira

R2.2.4 Autoridade: 1245904
Campo: 100 - $a Soares, José Francisco

R2.3 FIS

R2.3.1 Autoridade: 1245906
Campo: 100 - $a Barreto, Francisco César de Sá

R2.3.2 Autoridade: 1245907
Campo: 100 - $a Chaves, Alaor, $d 1942 -

R2.3.3 Autoridade: 1245911
Campo: 100 - $a Nemes, Maria Carolina

R2.3.4 Autoridade: 1245909
Campo: 100 - $a Paniago, Roberto Magalhães

R2.3.5 Autoridade: 1245908
Campo: 100 - $a Paniago, Rogério Magalhães

R2.3.6 Autoridade: 1245910
Campo: 100 - $a Paula, Ana Maria de

R2.3.7 Autoridade: 1245912
Campo: 100 - $a Soares, Maria Cristina de Assis Rabello

R2.3.8 Autoridade: 1245919
Campo: 100 - $a Valadares, Eduardo de Campos

R2.3.9 Autoridade: 1245905
Campo: 100 - $a Vasconcelos, Ado Jório de

R2.4 MAT
R2.4.1 Autoridade: 720817
Campo: 100 - $a Carvalho, Sônia Pinto de
R2.4.2 Autoridade: 1245899
Campo: 100 - $a Giraldo Vergara, Carmen Rosa
R2.4.3 Autoridade: 1245896
Campo: 100 - $a Goussevskii, Nikolai Alexandrovitch
R2.4.4 Autoridade: 1245897
Campo: 100 - $a Júdice, Edson Durão, $d 1925-2018
R2.4.5 Autoridade: 1245901

Campo: 100 - $a Miranda, José Antônio Gonçalves
R2.4.6 Autoridade: 1245887
Campo: 100 - $a Perlmutter, Matthew Joseph
R2.4.7 Autoridade: 1245920
Campo: 100 - $a Procacci, Aldo
R2.4.8 Autoridade: 1245898
Campo: 100 - $a Santos, Reginaldo de Jesus
R2.4.9 Autoridade: 1245921
Campo: 100 - $a Silva, Viviane Ribeiro Tomaz da
R2.4.10 Autoridade: 1245900
Campo: 100 - $a Vainsencher, Israel

R2.5 QUI
R2.5.1 Autoridade: 1245880
Campo: 100 - $a Alcântara, Antônio Flávio de Carvalho
R2.5.2 Autoridade: 1245918
Campo: 100 - $a Braga, João Pedro
R2.5.3 Autoridade: 1245882
Campo: 100 - $a Dias, Anderson
R2.5.4 Autoridade: 1245915
Campo: 100 - $a Fátima, Ângelo de
R2.5.5 Autoridade: 1245886
Campo: 100 - $a Gomes, Elionai Cassiana de Lima
R2.5.6 Autoridade: 1245885
Campo: 100 - $a Goussevskaia, Elena Vitalievna
R2.5.7 Autoridade: 1245916
Campo: 100 - $a Robles Dutenhefner, Patricia Alejandra
R2.5.8 Autoridade: 1245917
Campo: 100 - $a Silva Júnior, Eufrânio Nunes da
R2.5.9 Autoridade: 1245914
Campo: 100 - $a Silva, Cleiton Moreira da
R2.5.10 Autoridade: 1245881
Campo: 100 - $a Silva, Grácia Divina de Fátima
R2.5.11 Autoridade: 1245884
Campo: 100 - $a Sousa, Grasiely Faria de
R2.5.12 Autoridade: 1245883
Campo: 100 - $a Veloso, Dorila Piló